



NACIONES UNIDAS

CEPAL



ONU HABITAT
POR UN MEJOR FUTURO URBANO



UNODC
Oficina de las Naciones Unidas
contra el Tráfico y el Delito



Naciones Unidas
Programa
Mundial
de Alimentos



Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura



DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA AMERICA LATINA E NO CARIBE

Seguimento
da agenda das
Nações Unidas
para o
desenvolvimento
pós-2015 e
Rio+20



Naciones Unidas

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE:
SEGUIMENTO DA AGENDA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
O DESENVOLVIMENTO PÓS-2015 E RIO+20**

Alicia Bárcena
Secretária Executiva

Antonio Prado
Secretário Executivo Adjunto

Joseluis Samaniego
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos

Martín Hopenhayn
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Social

Ricardo Pérez
Diretor da Divisão de Documentos e Publicações

Esta publicação, que constitui a versão final do documento LC/L.3590/Rev.1, foi elaborada sob supervisão de Alicia Bárcena, Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A coordenação e redação geral estiveram a cargo de Carlos de Miguel, Rodrigo Ibarra, Arturo León, Carlos Maldonado, Heather Page e Joseluis Samaniego, da CEPAL, e George Gray Molina, do PNUD.

Na preparação conjunta deste documento, ademais das equipes técnicas da CEPAL e do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento - América Latina e Caribe (UNDG-LAC), de acordo com a decisão do Mecanismo de Coordenação Regional adotada na reunião celebrada em 24 de janeiro de 2013 em Santiago, contou-se com a estreita colaboração dos escritórios regionais dos seguintes organismos, fundos e programas das Nações Unidas: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Catástrofes (UNISDR), Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), Organização Marítima Internacional (OMI), Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCAH), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e Programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU).

Em especial se agradece a colaboração dos seguintes funcionários e consultores dos organismos mencionados: Diana Costa, Alfredo González, George Gray Molina, Freddy Justiniano, Susana Martínez, Tammy Singer (PNUD); Louise Agersnap e Freddy Justiniano (UNDG-LAC); Andrea Brusco, Charles Davies, Mark Griffith, Isabel Martínez, Mara Murillo, Andrea Salinas e Jaime Severino (PNUMA); Esteban Caballero e Enrique Peláez (UNFPA); Leila Sirica (ONU-HABITAT); Manuel Oviedo (ACNUR); Enrique Delamónica (UNICEF); Amado Philip de Andrés e José Vila del Castillo (UNODC); Anna Coates e Adriana Quiñones (ONU Mulheres); Deborah Hines, Katherine Shea e Jaime Vallauré (PMA); Raúl Boyle, Sarah Christoffersen, Michel de Groulard e Cesar Núñez (UNAIDS); Ricardo Mena e Raúl Salazar (UNISDR); Felipe Munevar (UNOPS); Guillermo Dutra, Andrés Marinakis e Guillermo Miranda (OIT); Natasha García, Benjamín Kiersch e Lars Gunnar Marklund (FAO); Atilio Pizarro e Paz Portales (UNESCO); Luiz Augusto Galvão, Irene Klinger, Sofia Leticia Morales, José Antonio Pagés e Carlos Santos-Burgoa (OPS); Colin Young (OMI); Gianni Morelli e Douglas Reimer (OCAH); Christian Courtis (ACNUDH) e Francisco Roquette (VNU).

Também se contou com a valiosa contribuição dos seguintes funcionários da CEPAL: Simone Cecchini, Ernesto Espíndola, Sebastián Herreros, Daniela Huneus, Dirk Jaspers_Faijer, Milena Lavigne, Xavier Mancero, Cielo Morales, Magda Ruiz, Paulo Saad, Daniel Taccari, Gordon Wilmsmeier e Luis Yáñez.

Para a elaboração do documento contou-se com o apoio financeiro da Conta das Nações Unidas para o Desenvolvimento por meio do projeto *Improving management of resources for the environment in Latin America and the Caribbean* (10/11G).

Notas

Nos quadros da presente publicação se empregou os seguintes sinais:

Três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam por separado ou não estão disponíveis.

Um traço (-) indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula (,) se usa para separar os decimais.

A palavra “dólares” se refere a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação contrária.

ÍNDICE

	<i>Página</i>
Prólogo	7
Introdução.....	9
I. O CAMINHO PERCORRIDO E OS OBSTÁCULOS PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS DO MILÊNIO	15
A. O progresso rumo à consecução das metas do ponto de vista regional	15
B. As brechas de resultados: o progresso desigual da América Latina e do Caribe	20
C. Brechas de recursos para alcançar as metas do milênio	23
D. Influência dos ODM na agenda para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe	25
E. Antecedentes sobre custos associados à consecução de algumas metas.....	27
1. O custo da universalização da educação primária	27
2. O custo do fechamento das brechas de pobreza monetária	28
3. O custo da fome e da desnutrição.....	29
Bibliografia.....	31
II. REDUÇÃO DA POBREZA: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS E LIÇÕES POSITIVAS	33
A. Evolução da pobreza extrema e da pobreza total na América Latina e Caribe no período 1990-2011	33
B. Manejo equilibrado da macroeconomia e do gasto público	35
1. Uma macroeconomia menos volátil e severa com os setores vulneráveis.....	35
2. Um manejo do gasto público anticíclico e com maior ênfase no gasto social e na redistribuição de recursos	36
C. Os temas sociais não são definidos apenas na área social: as políticas de mercado de trabalho e de fomento como instrumentos do enfoque anticíclico.....	40
1. Políticas de emprego e mercado de trabalho: alguns aprendizados.....	40
2. Políticas de mercado de trabalho.....	42
3. Políticas setoriais e de fomento para gerar empregos de maior produtividade e fechar brechas de desigualdade no mercado de trabalho	46
D. Transferências públicas orientadas aos setores vulneráveis: a contribuição dos programas de transferências condicionadas e das pensões sociais não contributivas	47
1. Os programas de transferências condicionadas: consolidação e aportes	48
2. Efeitos positivos e limitações.....	49
3. As pensões sociais preenchem algumas lacunas da seguridade social formal e de exclusões acumuladas ao longo do ciclo vital	51
E. Construção paulatina de um piso de proteção social como garantia cidadã	53
Bibliografia.....	56
III. DIRETRIZES DE UMA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	59
A. Limites de uma agenda de desenvolvimento concentrada no crescimento econômico e na redução da pobreza monetária	59
B. Grandes lições	66
C. Temas emergentes.....	78
1. A transição demográfica está mudando o perfil do desenvolvimento: algumas sociedades ainda desfrutam de um bônus demográfico, enquanto outras vivem um processo incipiente de envelhecimento	78
2. Dinâmica dos assentamentos humanos: as megacidades, cidades intermediárias e novos assentamentos concentram a maior parte da população e da população pobre da região.....	79
3. A segurança pública emerge como um dos principais temas de preocupação na América Latina e no Caribe.....	80

4.	A mudança climática, a vulnerabilidade e os riscos de desastres são temas críticos para a região	81
5.	O financiamento da assistência oficial para o desenvolvimento a países de renda média diminui: será muito importante potencializar fontes alternativas e construir um espaço fiscal adequado para aumentar o investimento social.....	83
D.	Mudança estrutural para a igualdade e o desenvolvimento sustentável: o caminho.....	84
E.	Transição para o desenvolvimento sustentável: os objetivos	94
1.	Objetivo habilitador nacional	95
2.	Objetivo habilitador global.....	95
3.	Objetivos prioritários	96
	Bibliografia.....	103
IV. CONCLUSÕES.....		105
Anexo		109
Quadros		
Quadro I.1	América Latina e Caribe: síntese do progresso na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	16
Quadro I.2	América Latina (18 países): brechas de pobreza extrema, carga tributária efetiva e gasto público social, em torno de 2010.....	23
Quadro I.3	América Latina e Caribe: progresso na redução da pobreza extrema e da mortalidade infantil na década de 2000 e trajetória rumo ao seu cumprimento	26
Quadro I.4	América Latina (países selecionados): estimativa do custo da universalização da educação primária.....	28
Quadro II.1	América Latina e Caribe: orientação das principais políticas macroeconômicas frente a conjunturas desfavoráveis da economia mundial, 2007-2011	36
Quadro II.2	América Latina e Caribe: medidas trabalhistas e sociais adotadas frente aos choques adversos recentes, 2007-2011	41
Quadro II.3	Objetivos dos programas de transferências condicionadas e relação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	48
Quadro II.4	Funções dos programas de transferências condicionadas como componentes articuladores de sistemas de proteção social mais inclusivos	52
Quadro II.5	América Latina e Caribe (países selecionados): enfoques de proteção social, em torno de 2009.....	54
Quadro III.1	América Latina (18 países): brechas de pobreza, em torno de 2011	60
Quadro III.2	América Latina (18 países): estimativas de incidência da pobreza em cenários de crescimento da renda das famílias, com e sem redução da desigualdade, 1990-2025	62
Quadro A.1	América Latina (20 países): progresso na erradicação da pobreza, 1990-2011.....	109
Quadro A.2	América Latina e Caribe: síntese do progresso no cumprimento de alguns Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	110
Quadro A.3	América Latina e Caribe: avaliação do progresso no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	112
Quadro A.4	América Latina e Caribe: grupos de países segundo o índice de desenvolvimento humano (IDH) ajustado pela igualdade, 2011	138
Quadro A.5	América Latina e Caribe: programas de transferências condicionadas implementados no âmbito nacional, em torno de 2012	140
Quadro A.6	América Latina: pensões sociais não contributivas implementadas atualmente no âmbito nacional, em torno de 2012.....	144

Gráficos

Gráfico I.1	Variação líquida na área de florestas, 1990-2010.....	17
Gráfico I.2	América Latina e Caribe: síntese do avanço no cumprimento das metas do Milênio	21
Gráfico II.1	América Latina e Caribe: evolução da pobreza e da indigência, 1980-2012.....	33
Gráfico II.2	América Latina e Caribe (21 países): evolução do gasto público social e participação deste no gasto total, 1991-1992 a 2009-2010.....	37
Gráfico II.3	América Latina e Caribe (21 países): evolução do gasto público total e taxas de variação bienal, 1991-1992 a 2009-2010.....	37
Gráfico II.4	América Latina e Caribe (21 países): evolução do gasto público social por setor, 1990-1992 a 2009-2010.....	38
Gráfico II.5	América Latina: evolução do gasto público social per capita, 1990-2010	39
Gráfico II.6	América Latina e Caribe (18 países): população de 65 anos e mais que recebe aposentadoria ou pensão, por sexo e quintil de renda, em torno de 2009.....	52
Gráfico III.1	América Latina e Caribe: evolução da pobreza segundo o índice de desenvolvimento humano (IDH), por grupos de países, 1990-2015.....	65
Gráfico III.2	América Latina e Caribe: proporção da população com idade entre 15 e 59 anos, 1950-2100.....	79
Gráfico III.3	América Latina e Caribe e outras regiões do mundo: coeficiente de concentração de Gini, em torno de 2009	85
Gráfico III.4	América Latina (18 países): indicadores de heterogeneidade estrutural, em torno de 2009.....	87
Gráfico III.5	América Latina (18 países): renda mensal de trabalho da população ocupada, por grupo de idade e nível de escolaridade.....	87
Gráfico III.6	América Latina (14 países): população de famílias que não contam com seguridade social e não recebem pensão nem transferências públicas assistenciais, por quintil de renda, 2009.....	88
Gráfico III.7	América Latina e Caribe: PIB per capita e consumo de energia per capita, 2008	89
Gráfico III.8	América Latina e Ásia: crescimento da produtividade, 1980-2010.....	90
Gráfico III.9	América Latina: rentabilidade dos ativos por setor, média ponderada, 2000-2005 e 2006-2010.....	91
Gráfico III.10	América Latina e Caribe: estrutura das exportações por nível de intensidade tecnológica, 1981-2010	91
Gráfico III.11	América Latina: formação bruta de capital fixo, 1950-2011	92
Gráfico III.12	Comparação internacional do nível e estrutura da carga tributária.....	93

Boxes

Boxe I.1	Desastres naturais: prevenir os riscos e atenuar seu impacto na população mais vulnerável.....	18
Boxe I.2	O acesso à saúde reprodutiva.....	22
Boxe I.3	O financiamento e a assistência oficial para o desenvolvimento.....	25
Boxe II.1	A iniciativa piso de proteção social	47
Boxe II.2	Alianças para construir o modelo de acesso universal à saúde como direito humano.....	55
Boxe III.1	A epidemia de HIV/AIDS e a saúde sexual e reprodutiva na América Latina e no Caribe.....	70
Boxe III.2	Os pequenos estados insulares em desenvolvimento do Caribe	74
Boxe III.3	As convenções internacionais e a cooperação regional: o transporte marítimo e o meio ambiente no Caribe	76
Boxe III.4	Energia de qualidade para o desenvolvimento sustentável.....	97
Boxe III.5	A cobertura universal de saúde.....	101

Diagrama

Diagrama III.1	As brechas para o desenvolvimento sustentável.....	94
----------------	--	----

PRÓLOGO

Os países da América Latina e do Caribe atravessam um momento histórico, em que ostentam progressos socioeconômicos, estabilidade política e liderança internacional. Na região emergem também consensos e pontos compartilhados, apesar da diversidade de visões e ênfases. Um deles é fundamental: a região entende que a agenda para o desenvolvimento sustentável de amanhã supõe uma mudança de paradigma, uma mudança estrutural que coloque a igualdade e a sustentabilidade ambiental no centro. E junto com esse impulso aposta na construção de uma única agenda, universal, irreversível, de desenvolvimento sustentável e com igualdade.

Contudo, a tarefa prévia não está concluída. Restam brechas pendentes. Quanto a alguns Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a distância entre o comprometido e o alcançado ainda é apreciável.

A mudança para o desenvolvimento sustentável requer sinais adequados que decorrem da regulação, tributação, financiamento e governança dos recursos naturais. O setor privado é corresponsável, mas não é substituto do Estado. A política e as instituições importam.

Há uma urgência para complementar o uso do PIB como referência exclusiva e excludente. Para tomar melhores decisões na perspectiva do desenvolvimento é preciso medir melhor e além do crescimento econômico.

A construção da governança global para o desenvolvimento sustentável é inadiável. Deve-se privilegiar a coerência das políticas mundiais, o comércio justo, a transferência de tecnologia, a reforma financeira internacional e novos mecanismos de financiamento, a fim de fomentar a cooperação Sul-Sul e fortalecer os instrumentos de participação social.

A América Latina e o Caribe podem dizer com legítimo orgulho que fizeram um trabalho significativo na redução da pobreza extrema, fome e desnutrição, mortalidade infantil e falta de acesso à água. Mas não basta reduzir a pobreza se ao mesmo tempo perduram desigualdades baseadas no gênero, etnia e território. Tantas vezes observa-se uma preocupação excessiva com uma maior produtividade que não se traduz em maior criação de emprego decente, de alto valor agregado e com pleno acesso aos direitos trabalhistas básicos. A região tem uma oferta educativa em geral deficitária em qualidade, que não permite a inserção no mercado de trabalho nem garante a construção de uma maior consciência cívica, uma participação política informada e uma melhor integração na sociedade. Se aposta na incorporação das mulheres ao mercado de trabalho sem resolver efetivamente a discriminação baseada no gênero e com sérias dificuldades para assegurar sua autonomia física e empoderamento.

À América Latina e ao Caribe de amanhã não basta um Estado que mantenha as finanças públicas ordenadas e a inflação controlada, se este não cumprir cabalmente seu papel de orientador do desenvolvimento sustentável no longo prazo. Para isso, é preciso mudar a estrutura tributária e elevar a arrecadação. Tampouco é suficiente uma política social assistencial focalizada, se não for acompanhada de uma política pública de proteção social de caráter universal para reduzir a vulnerabilidade da população e interromper os mecanismos de transmissão da exclusão social e da desigualdade.

A região deve crescer com menos heterogeneidade estrutural e mais desenvolvimento produtivo, e igualar potenciando capacidades humanas e mobilizando energias a partir do Estado. No horizonte estratégico do longo prazo, igualdade, crescimento econômico e sustentabilidade ambiental têm que

caminhar juntos. Além disso, este horizonte estratégico somente será provável, pertinente, realizável, se for compartilhado pela sociedade civil.

Este documento interinstitucional foi concebido como uma modesta contribuição do sistema das Nações Unidas às reflexões sobre a agenda para o desenvolvimento sustentável a partir de nossas preocupações comuns. A comunidade internacional está frente à contagem regressiva para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no prazo estabelecido, mas conta com uma oportunidade única para propor um novo paradigma do desenvolvimento que governe o planeta depois de 2015 a partir dos compromissos da Rio+20, apresentados no documento *O futuro que queremos*. Confiamos em que este texto estimule e informe os debates sobre a nova agenda para o desenvolvimento pós-2015, com um enfoque de desenvolvimento sustentável, igualdade e mudança estrutural, e que apoie as discussões da região e da comunidade global sobre as ações necessárias para obter um novo paradigma de mudança.

Este relatório foi elaborado pelas equipes técnicas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento - América Latina e Caribe (UNDG-LAC), de acordo com a decisão do Mecanismo de Coordenação Regional adotada na reunião realizada em 24 de janeiro de 2013 em Santiago. Contou-se também com a estreita colaboração dos escritórios regionais dos seguintes organismos, fundos e programas das Nações Unidas: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Catástrofes (UNISDR), Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Organização Marítima Internacional (OMI), Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCAH), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e Programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU).

Alicia Bárcena

Secretária Executiva da Comissão Econômica
para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
e Coordenadora Técnica do
Mecanismo de Coordenação Regional

Heraldo Muñoz

Administrador Auxiliar e Diretor Regional
para a América Latina e o Caribe do
Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento (PNUD) e Presidente
do Grupo das Nações Unidas para o
Desenvolvimento - América Latina e Caribe

MENSAGENS CENTRAIS

- Mensagem 1: **É preciso manter o foco nas brechas pendentes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).**
- Mensagem 2: **A região está mudando.**
Devem ser atendidos os assuntos emergentes na nova agenda para o desenvolvimento.
- Mensagem 3: **Para enfrentar novos e velhos desafios é preciso um novo modelo de desenvolvimento baseado numa mudança estrutural para a igualdade e a sustentabilidade ambiental.**
- Mensagem 4: **Elevou-se o umbral mínimo de bem-estar.**
A mudança assenta-se em políticas de Estado com vocação universalista (proteção social, saúde, educação e emprego), com direitos e de qualidade.
- Mensagem 5: **A política e as instituições importam.**
A mudança rumo ao desenvolvimento sustentável exige sinais adequados derivados da regulação, sistema fiscal, financiamento e governança dos recursos. O setor privado é corresponsável.
- Mensagem 6: **Precisamos medir melhor.**
É preciso estabelecer formas mais variadas de medir os avanços, que complementem o PIB, com o fim de informar melhor as decisões para o desenvolvimento sustentável.
- Mensagem 7: **É necessário construir a governança mundial para o desenvolvimento sustentável.**
Deve-se privilegiar a coerência de políticas globais para o desenvolvimento sustentável, o comércio justo, a transferência de tecnologia, uma reforma financeira internacional e novos mecanismos de financiamento, o fomento da cooperação Sul-Sul e o fortalecimento dos mecanismos de participação social.

INTRODUÇÃO

A três anos do prazo marcado para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a comunidade internacional se encontra em um processo de reflexão e debate sobre a agenda para o desenvolvimento pós-2015. Abriu-se uma nova oportunidade para estabelecer uma estratégia de desenvolvimento da região para as próximas décadas. Neste processo avançou-se rumo a uma visão cada vez mais compartilhada sobre os eixos principais que devem guiar essa estratégia: o crescimento econômico inclusivo, que assegure a sustentabilidade ambiental, a criação de emprego e trabalho decente para todos, que assente as bases para a igualdade, e o cumprimento dos direitos.

A adoção e implementação de uma estratégia para alcançar o desenvolvimento sustentável constituem uma tarefa global e seu êxito só é possível em um novo contexto internacional baseado em princípios compartilhados que deem coerência ao sistema de governança mundial. Uma tarefa pendente na definição da agenda para o desenvolvimento pós-2015 consiste em identificar as reformas necessárias e os mecanismos adequados para manejar os riscos globais e reduzir a insegurança gerada pela economia mundial, tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos.

O mundo tem expectativas a respeito das recomendações que o sistema das Nações Unidas formulará para avançar no cumprimento dos ODM, considerando que muitos países não poderão alcançar as metas na data originalmente prevista. A comunidade internacional também deseja saber quais foram as dificuldades para levar a cabo a agenda ODM que recebeu o apoio de todos os países que assinaram a

Declaração do Milênio. No Sexagésimo Oitavo Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, espera-se receber propostas concretas com respeito à agenda para o desenvolvimento pós-2015¹. Entre elas terão especial importância as que surgirem das avaliações e recomendações dos próprios organismos do sistema das Nações Unidas e das comissões regionais.

Mais que no início da década passada, hoje é necessário que a nova agenda para o desenvolvimento seja concebida como uma questão global, do conjunto das nações, e não somente como um problema dos países em desenvolvimento. Segundo esta visão, o papel dos países desenvolvidos não pode limitar-se a criar condições para um comércio mais equilibrado e justo e a transferir uma pequena cota de sua riqueza sob a forma de assistência para o desenvolvimento. Tampouco seria realista propor uma agenda para o desenvolvimento que não leve em consideração os problemas políticos mundiais que se tornaram mais complexos com o surgimento de crises internas em numerosos países, novos conflitos armados e disputas fronteiriças.

A atual crise financeira e econômica nos países desenvolvidos, considerada a mais profunda desde a Grande Depressão, marca o fim de um ciclo de crescimento e exige uma nova maneira de pensar o desenvolvimento, abrindo novas oportunidades aos países da América Latina e do Caribe. Significa pensar o paradigma do desenvolvimento em função de um vínculo mais humanizado entre todos e mais amável com a natureza. O valor da igualdade torna-se central neste momento de inflexão histórica e o Estado, através das políticas públicas, tem um papel de protagonista para responder aos desafios mundiais.

A crise iniciada em 2008 em escala mundial mostrou também as assimetrias frente à globalização, num momento em que a igualdade aparece novamente como valor intrínseco do desenvolvimento que buscamos. Contudo, em um contexto de instabilidade e ameaça permanente de crises mundiais, não é possível um desenvolvimento mais igualitário e inclusivo. É preciso estabelecer um conteúdo distinto e mais exigente que a atual aliança mundial para o desenvolvimento, a fim de transformá-la em uma aliança mundial efetiva. Esta deveria contemplar uma nova arquitetura financeira internacional, com instituições e mecanismos aptos para regular os movimentos de capital especulativos, a revisão dos princípios que regem as migrações internacionais, a redefinição dos termos sob os quais se concede a assistência oficial para o desenvolvimento e seus valores e a implementação de medidas que permitam incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável.

As diretrizes da nova agenda baseiam-se no conceito de sustentabilidade do desenvolvimento. A expressão desenvolvimento sustentável, popularizada a partir da publicação “Nosso futuro comum” (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 1987), indicava um novo paradigma de desenvolvimento a partir da integração do crescimento econômico, equidade social e proteção do meio ambiente. Os princípios que definiam e habilitavam o desenvolvimento sustentável foram consolidados na Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992 e reafirmados recentemente no documento “O futuro que queremos”, aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O núcleo principal dessa proposta e o critério para avaliar seu êxito residem precisamente na integração efetiva desses três pilares do desenvolvimento, a fim de que a política social não esteja subordinada ao crescimento econômico e que a sustentabilidade do meio ambiente não fique sujeita às modalidades de produção e de consumo prevalentes. Os temas de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres atravessam as três dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável.

¹ Veja os parágrafos 79 e 81 da resolução 65/1, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em seu Sexagésimo Quinto Período de Sessões [on-line] <http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/r65sp.shtml>.

Não obstante, as numerosas cúpulas e processos multilaterais que tiveram por objetivo pensar e promover uma nova forma de desenvolvimento (Cúpula do Milênio, Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo, Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento), inclusive uma mudança das modalidades de produção e consumo (Processo de Marrakesh), produziram resultados práticos que estão longe de uma verdadeira integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Além disso, ainda persiste uma abordagem sequencial na resolução dos grandes desafios da humanidade, em que os aspectos econômicos primam sobre os sociais e ambos sobre os ambientais.

A discussão sobre a agenda futura ocorre em um momento propício para a região. Nos últimos dez anos registrou-se uma evolução favorável em matéria de crescimento econômico, criação e formalização de empregos e redução da pobreza extrema. Além disso, desde que se desencadeou a crise financeira internacional em 2008, a América Latina e o Caribe mostraram maior resiliência que outras regiões frente a um contexto internacional adverso. Após o menor crescimento regional registrado em 2009, ocorreu uma recuperação, com baixas taxas de inflação e contas fiscais equilibradas na maioria dos países da região, situação que se mantém até hoje, mas que não se pode projetar para os próximos anos.

A América Latina e o Caribe constituem hoje uma região eminentemente urbana e de renda média, mas que esconde uma grande heterogeneidade e desigualdade. Nela convivem países de renda média alta, membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Grupo dos Vinte (G20), pequenos Estados insulares em desenvolvimento com vulnerabilidades particulares, países sem litoral, países pobres altamente endividados e um dos países com maiores necessidades do planeta: Haiti. A heterogeneidade também se manifesta dentro dos países nas desigualdades de renda, acesso e oportunidades e nas territoriais. A região ostenta a pior distribuição de renda do mundo e em décadas recentes exacerbou-se a heterogeneidade quanto às oportunidades produtivas da sociedade, manteve-se um mundo do trabalho relegado dos benefícios do crescimento (que expressa os diversos fatores de desigualdade educativa, de gênero, demográficos, geográficos e étnicos, entre outros) e segmentou-se o acesso à proteção social. Paralelamente, e como consequência, a insegurança pública, a violência e a criminalidade proliferaram, mostrando a face mais amarga da desigualdade, injustiça e indignidade imperantes.

A região também soma novos desafios aos já existentes: a transição demográfica, que exacerba a falta de oportunidades de trabalho para os jovens e cujo próximo término antecipa as crescentes necessidades de uma população cada vez mais envelhecida; a transição epidemiológica, em que o progresso nas doenças infecciosas convive com o crescente peso de doenças crônicas não transmissíveis e estilos de vida, consumo e alimentação pouco saudáveis; a dependência da riqueza de recursos naturais e ambientais —com numerosos países megabiodiversos— que, além que instar a recorrer aos conhecimentos ancestrais de seus povos originários, promove a busca de novas formas de desenvolvimento, mas também alerta sobre os riscos de uma reprimarização produtiva insustentável com crescentes conflitos socioambientais; e a mudança climática, que proporciona a oportunidade de mudar os padrões de produção e consumo, contribuindo para sua mitigação, e de gerir a adaptação enfrentando a vulnerabilidade existente frente aos eventos naturais extremos, mas que imporá custos crescentes à região.

Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio se concentraram em alcançar as condições mínimas para um desenvolvimento com menor pobreza, mas mesmo neste caso as cifras constituem um alerta: 70 milhões de pessoas ainda vivem em extrema pobreza na América Latina e no Caribe². Ademais, os ODM não foram concebidos para integrar os pilares do desenvolvimento nem para mudar o rumo da economia mundial, sendo, portanto, insuficientes.

O exame dos principais indicadores revela que a América Latina e o Caribe conseguiram avanços importantes no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente nas metas de redução da pobreza extrema, fome e desnutrição, mortalidade infantil e acesso à água. Esses progressos, porém, não são suficientes para fechar as brechas e superar os atrasos que caracterizam a região. O desenvolvimento das duas últimas décadas manifesta claramente suas deficiências estruturais. Algumas podem ser assim resumidas:

- não basta o crescimento econômico, se não incorporar benefícios sociais nem a relação intrínseca que tem com o meio ambiente e sua proteção, e não se desvincular do uso de energias poluentes;
- não basta reduzir a pobreza e a fome se ao mesmo tempo perdurarem as desigualdades estruturais com base no gênero, etnia e território, que fazem da América Latina e do Caribe a região mais desigual do mundo;
- não basta obter maior produtividade se não se traduzir em maior criação de empregos decentes, de alto valor agregado e com pleno acesso aos direitos trabalhistas básicos;
- não basta prover educação se não for de qualidade e não permitir a inserção no mercado de trabalho, maior consciência cívica, participação política informada e melhor integração na sociedade;
- não basta estender a atenção médica se não estiver ao alcance de todos, não se melhorar a qualidade da alimentação e não se conceder proteção contra os riscos do entorno;
- não basta a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho se não se enfrentar a discriminação baseada no gênero nem se assegurar sua autonomia física e empoderamento e não se respeitar seus direitos reprodutivos;
- não basta um Estado com finanças públicas ordenadas e uma macroeconomia que mantém a inflação sob controle se não cumprir cabalmente seu papel de orientador do desenvolvimento sustentável no longo prazo, para o que é preciso mudar a estrutura fiscal e elevar a arrecadação;
- não basta uma política social assistencial focalizada se não for acompanhada de uma política pública de proteção social de caráter universal para reduzir a vulnerabilidade da população e interromper os mecanismos de transmissão da exclusão social e da desigualdade.

Por isso, propomos crescer com menos heterogeneidade estrutural e mais desenvolvimento produtivo e igualar potenciando capacidades humanas e mobilizando energias a partir do Estado. Propomos remediar as enormes disparidades espaciais mediante sociedades mais integradas em torno de dinâmicas produtivas, com sinergias sociais e territoriais positivas. Propomos fortalecer a proteção das pessoas, melhorando tanto os mercados de trabalho como as transferências e a gestão pública. Por último, propomos proteger o meio ambiente, solidarizando-nos com as gerações vindouras, que viverão em um cenário mais incerto, fruto da mudança climática, e com maior escassez de recursos naturais. Em suma, há que crescer para igualar e igualar para crescer. No horizonte estratégico de longo prazo, a igualdade, o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental têm que ir de mãos dadas.

² Corresponde às linhas de indigência da CEPAL baseadas nas linhas nacionais, mais exigentes que a linha associada à meta oficial 1A dos Objetivos, equivalente a 1,25 dólares por pessoa por dia (em dólares PPA).

Este documento busca continuar o processo de discussão sobre os ODM e as orientações de uma nova agenda para o desenvolvimento na região, com a participação da CEPAL e dos organismos das Nações Unidas. Seu propósito é avançar rumo a uma visão compartilhada sobre a orientação e os conteúdos principais dessa agenda e tentar dar resposta a algumas perguntas: Quais são as brechas estruturais que impedem o crescimento econômico com igualdade e sustentabilidade ambiental? Que significa ser uma região de renda média? Como se passa do paradigma de desenvolvimento atual para outro baseado em uma perspectiva de direitos que promova a igualdade e a sustentabilidade? Quais devem ser as principais características do novo paradigma de desenvolvimento para avançar rumo à sustentabilidade econômica, social e ambiental?

Este documento está organizado em três partes. A primeira é um resumo do progresso regional na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com ênfase nas brechas de resultado e estimativas das necessidades de recursos para fechá-las. A análise baseia-se na informação mais recente disponível e inclui uma atualização dos dados utilizados no documento interinstitucional sobre os ODM de 2010, coordenado pela CEPAL³. Após retomar brevemente as razões que explicam a queda da pobreza e da pobreza extrema em anos recentes, a segunda parte examina algumas experiências e lições positivas de políticas públicas para a consecução do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, além de apresentar algumas diretrizes para avançar rumo a sistemas mais inclusivos e integrados de proteção social. A terceira parte analisa as orientações possíveis de uma agenda para o desenvolvimento pós-2015, considerando a situação atual da região e seus novos desafios, bem como a necessidade de avançar para um modelo de desenvolvimento sustentável.

³ Veja Nações Unidas, *El progreso de América Latina y el Caribe hacia los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Desafíos para lograrlos con igualdad* (LC/G.2460), Santiago do Chile, CEPAL, 2010 [on-line] <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getprod.asp?xml=/publicaciones/xml/1/39991/P39991.xml&xsl=/MDG/tpl/p9f.xsl&base=/MDG/tpl/top-bottom.xsl>.

I. O CAMINHO PERCORRIDO E OS OBSTÁCULOS PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS DO MILÊNIO

Esta seção examina de forma sucinta o avanço da América Latina e do Caribe no cumprimento das metas do Milênio com base em indicadores selecionados e assinala os principais obstáculos que a região enfrenta para sua consecução¹. Na meta 1A enfatiza-se quanto da redução da pobreza é consequência dos avanços em outras metas e sua persistência é também um dos fatores que dificultam o progresso nas demais. Apresentam-se também estimativas do volume de recursos necessário para cobrir as brechas de pobreza nos países latino-americanos. Tanto a incidência como as brechas de pobreza manifestam as enormes diferenças de nível de desenvolvimento que existem entre os países da região e, em consequência, a necessidade de que a agenda para o desenvolvimento pós-2015 as considere de maneira explícita, além de levar em conta as especificidades próprias da região, condição indispensável para sua apropriação por parte dos países. Apresentam-se antecedentes acerca dos custos envolvidos na universalização da educação primária e as perdas em que incorrem os países como consequência da fome e da desnutrição infantil. Finalmente, destaca-se a influência que a agenda dos ODM pode ter tido na aceleração do progresso na redução da pobreza extrema e da mortalidade infantil durante a década passada.

A. O PROGRESSO RUMO À CONSECUÇÃO DAS METAS DO PONTO DE VISTA REGIONAL

A três anos do prazo fixado para o cumprimento das metas do Milênio, a América Latina e o Caribe registram um progresso importante. No nível agregado regional, foram obtidos avanços na redução da pobreza extrema², na desnutrição global, na redução da fome e subnutrição, na mortalidade infantil e no acesso da população à água potável (veja o quadro I.1)³. A região em seu conjunto está encaminhada a atingir essas metas e vários países as alcançarão se mantiverem o ritmo de avanço registrado desde 1990.

Por outro lado, o progresso foi insuficiente⁴ no acesso e na conclusão universal da educação primária, na paridade de gênero tanto no emprego como nos parlamentos nacionais, na redução da mortalidade materna, no acesso da população a serviços melhorados de saneamento e a serviços de saúde reprodutiva e na reversão da perda de florestas. Muito provavelmente, a região não alcançará as metas respectivas (veja os quadros A.1, A.2 e A.3 do anexo).

¹ O exame do avanço no cumprimento das metas baseia-se na informação mais recente disponível. Na maioria dos casos, ela cobre o período compreendido entre 1990 e 2011/2012. Os indicadores utilizados são aqueles para os quais se estabeleceram metas quantitativas de redução ou melhoramento. Uma avaliação do progresso regional em cada uma das 21 metas oficiais contempladas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio encontra-se no documento regional interinstitucional coordenado pela CEPAL (veja Nações Unidas, 2010).






² A CEPAL utiliza linhas de pobreza e de pobreza extrema distintas das linhas internacionais de 1,25 e 2,5 dólares de paridade do poder aquisitivo por pessoa por dia. Os limites estabelecidos pela CEPAL têm uma clara vinculação com as realidades nacionais, são em geral mais elevados que as linhas ou limites de pobreza oficiais e implicam um desafio maior para alcançar as metas. As estimativas de pobreza e pobreza extrema (ou indigência) baseadas nestas linhas são comparáveis entre países e não necessariamente coincidem com as cifras de pobreza oficiais dos países.

³ De acordo com a FAO, 12 dos 38 países que alcançaram as metas relativas à fome fixadas para 2015 são da América Latina e do Caribe.

⁴ No sentido de que o avanço desde 1990 é percentualmente menor que o tempo transcorrido desde esse ano-base e, portanto, o país em questão não cumpriria a meta se mantivesse o ritmo de avanço observado.

Quadro I.1
**AMÉRICA LATINA E CARIBE: SÍNTESE DO PROGRESSO NA CONSECUÇÃO
 DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO**

Grupos de países	Objetivo 1			Objetivo 2	Objetivo 3	Objetivo 4	Objetivo 5	Objetivo 7	
	Meta 1 ^a	Meta 1C		Meta 2A	Meta 3A	Meta 4A	Meta 5A	Meta 7C	
	Pobreza extrema	Desnutrição global	Subnutrição	Conclusão do ensino primário	Mulheres nos parlamentos	Mortalidade infantil	Mortalidade materna	Acesso à água potável	Acesso a saneamento
América Latina e Caribe	MODERADA	MODERADA	MODERADA	ALTA	BAIXA	MODERADA	ALTA	ALTA	BAIXA
América Latina	MODERADA	MODERADA	MODERADA	ALTA	BAIXA	MODERADA	ALTA	ALTA	BAIXA
Países com desenvolvimento humano médio baixo e baixo	MUITO ALTA	MUITO ALTA	MUITO ALTA	BAIXA	BAIXA	ALTA	MUITO ALTA	BAIXA	MUITO BAIXA
Países com desenvolvimento humano médio	ALTA	MODERADA	ALTA	MODERADA	BAIXA	MODERADA	MUITO ALTA	BAIXA	BAIXA
Países com desenvolvimento humano médio alto	MODERADA	MODERADA	ALTA	ALTA	BAIXA	MODERADA	ALTA	MODERADA	MODERADA
Países com desenvolvimento humano alto	BAIXA	BAIXA	MUITO BAIXA	MUITO ALTA	MODERADA	BAIXA	MODERADA	ALTA	ALTA
Países do Caribe		MODERADA	MUITO ALTA		BAIXA	MODERADA	ALTA	ALTA	MODERADA

	A meta foi atingida ou se está muito próximo de alcançá-la.
	Se prevalecer a tendência, a meta será alcançada.
	Se prevalecer a tendência, a meta não será alcançada.
	Houve retrocesso ou não houve progresso.
	Sem informação ou com dados insuficientes.

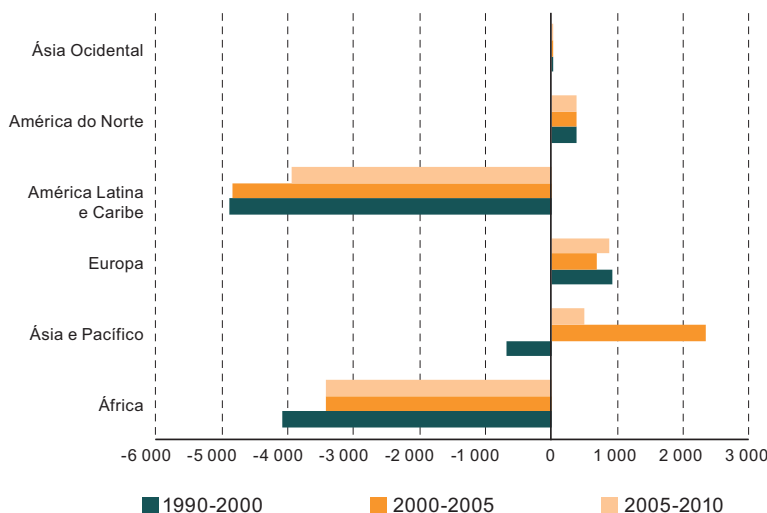
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), base de dados CEPALSTAT.

Nota: Países com desenvolvimento humano médio baixo e baixo: Haiti, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Estado Plurinacional da Bolívia.
 Países com desenvolvimento humano médio: Colômbia, El Salvador, Paraguai e República Dominicana.
 Países com desenvolvimento humano médio alto: Brasil, Equador, República Bolivariana da Venezuela, Peru e Panamá.
 Países com desenvolvimento humano alto: México, Costa Rica, Cuba, Argentina, Chile e Uruguai.

A região da América Latina e Caribe está longe de garantir a sustentabilidade do meio ambiente e apresenta atrasos no cumprimento das metas do sétimo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio. Embora tenha diminuído o consumo de substâncias que causam danos à camada de ozônio, a região registra as taxas mais elevadas de desmatamento, enquanto as emissões de dióxido de carbono continuaram crescendo. Não foi possível deter os processos de deterioração ambiental e proteger o meio ambiente e a biodiversidade. Embora as taxas de desmatamento tenham diminuído na última década, a América Latina e o Caribe continuam sendo a região que perdeu mais superfície de florestas desde o estabelecimento dos ODM (veja o gráfico I.1). A cada ano são derrubados milhares de hectares de florestas tropicais para a agricultura, a pecuária e outros usos não florestais, ou as florestas são degradadas pela exploração não sustentável e ilegal e outras más práticas de aproveitamento dos solos (PNUMA, 2011). No Caribe a deterioração do meio ambiente marinho, particularmente emblemático como suporte de vida e fonte de sustento, apresenta desafios igualmente sérios, dado que se registram avanços limitados na proteção das áreas marinhas (Nações Unidas, 2012). Apesar de sua heterogeneidade, os países da

região compartilham desafios ambientais comuns, entre os quais se destacam a mudança climática, a perda de biodiversidade, a gestão dos recursos hídricos e do solo, os problemas marinhos e costeiros e a crescente urbanização. Ao mesmo tempo, as populações mais pobres enfrentam um maior risco de desastres ao aumentar sua vulnerabilidade frente à mudança climática e às ameaças naturais.

Gráfico I.1
VARIAÇÃO LÍQUIDA NA ÁREA DE FLORESTAS, 1990-2010
(Em milhões de hectares por ano)



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), “Seguimiento a nuestro medio ambiente en transformación, de Río a Río +20”, 2011 [on-line] http://www.unep.org/geo/pdfs/Keeping_Track_es.pdf.

Em matéria de comércio internacional (justo e equilibrado) e acesso a fontes adequadas de financiamento para o desenvolvimento (no âmbito do oitavo ODM), houve avanços, mas subsistem problemas estruturais que deverão ser incluídos na nova agenda para o desenvolvimento. Com efeito, os subsídios concedidos pelos países desenvolvidos a seus setores agrícolas continuam distorcendo as condições de concorrência nos mercados internacionais de um setor de especial importância para a região. Isso foi acentuado pela suspensão das negociações agrícolas da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC)⁵. Não obstante certo avanço no acesso aos mercados, a região ainda deve passar de um padrão em que predomina o comércio interindustrial, baseado em exportações de recursos naturais com baixo nível de processamento, para um de crescente inserção nas cadeias mundiais de valor de tipo intraindustrial. Além disso, nos próximos anos, a região deverá enfrentar o desafio de aumentar sua participação nos fluxos de ajuda para o comércio, num contexto internacional marcado por baixo crescimento e fragilidade fiscal em muitos dos principais países doadores. A terceira seção do documento examina em profundidade os desafios relacionados com o sétimo e o oitavo ODM, objetivos centrais de uma nova agenda para o desenvolvimento.

Deste sucinto balanço não cabe extrair uma avaliação absolutamente otimista nem tampouco, como ocorre muitas vezes, uma totalmente pessimista. Por um lado, há que reconhecer resultados

⁵ A conclusão da Rodada de Doha seria importante para conter as pressões protecionistas que surgiram após a irrupção da crise em 2008. Estas pressões se traduziram na imposição de diversos tipos de restrições ao comércio, principalmente por parte das economias do Grupo dos 20, que em maio de 2012 afetavam cerca de 3% das importações mundiais.

positivos que indicam que a região em seu conjunto obteve grandes progressos em algumas metas⁶. Por outro, os avanços foram muito desiguais entre os países e muitos não conseguirão cumprir várias metas do Milênio, inclusive algumas que a região em seu conjunto alcançará. Além disso, o progresso nos países de menor renda por habitante foi mais lento que nos de maior desenvolvimento relativo da região⁷. Isto pode ser constatado claramente nas metas do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, que são uma condição para alcançar outras metas do Milênio: reduzir a pobreza extrema, progredir rumo à erradicação da fome e da desnutrição e criar empregos produtivos e trabalho decente para todos.

Boxe I.1

DESASTRES NATURAIS: PREVENIR OS RISCOS E ATENUAR SEU IMPACTO NA POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL

Na América Latina e no Caribe a vulnerabilidade da população às ameaças naturais aumentou, assim como a exposição dos ativos nacionais, que são a base do crescimento econômico. O impacto econômico causado pelos desastres na região pode ser estimado segundo as medições do custo de mais de 90 grandes desastres ocorridos desde 1972. Calcula-se que os desastres naturais geraram danos e perdas de 213,348 bilhões de dólares de 2000 e que atrasaram ou destruíram importantes ganhos do desenvolvimento obtidos com grande esforço nos países afetados. Além disso, o impacto dos desastres em matéria de segurança alimentar e nutricional é grave, porque são destruídos não só meios de vida, mas também culturas, animais e fontes de água, e as consequências são maiores sobre as populações mais vulneráveis e as mulheres. Em 2010 a região sofreu alguns dos mais graves desastres em termos de perdas de vidas e custos econômicos, com os terremotos de grande magnitude ocorridos no Haiti e Chile e os eventos hidrometeorológicos extremos na Colômbia e no Brasil. As sub-regiões da América Central e Caribe foram relativamente mais afetadas. Em particular, no Haiti, o terremoto assolou cerca de 15% da população e deixou um saldo de mais de 220.000 mortos, com um custo próximo a 120% do PIB nacional correspondente a 2009. De acordo com uma avaliação realizada depois do terremoto, mais de 15% das necessidades de desenvolvimento do país projetadas para os três anos seguintes estariam no âmbito da gestão de riscos, desastres e meio ambiente (FAO/Governo do Haiti/Banco Mundial/BID/Nações Unidas/Comissão Europeia, 2010 em Nações Unidas, 2012).

Os desastres naturais afetam particularmente a população mais vulnerável. Prevenir os riscos e atenuar seus impactos é uma tarefa que deve fazer parte das políticas dos países e estas deveriam se enquadrar num esquema de cooperação regional e global.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), “La estimación de impacto económico y social de los desastres naturales en América Latina, 1970-2010”, Santiago do Chile, inédito.

Com efeito, as cifras mais recentes indicam que a pobreza e a pobreza extrema estão nos níveis mais baixos que a região registrou, mas continuam sendo um problema premente. Estima-se em 167 milhões o número de latino-americanos pobres em 2012. Desse total, 66 milhões seriam extremamente pobres, com renda insuficiente para ter acesso a uma alimentação adequada. Entre 2008 e 2011 reduziu-se o ritmo de diminuição da pobreza extrema em alguns países, especialmente naqueles em que é mais elevada (Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Paraguai). Pode-se prever que, com exceção do primeiro, estes países muito provavelmente não atingirão a meta 1A⁸.

⁶ O grande peso dos dois países mais populosos da América Latina, Brasil e México, incide de maneira considerável nesta avaliação agregada regional, baseada numa média ponderada dos indicadores de cada país. A respeito da meta de pobreza extrema, por exemplo, o Brasil já a havia alcançado em 2008 e o México estava próximo de atingi-la; no entanto, 11 países latino-americanos não estão numa trajetória de cumprimento dessa meta.

⁷ Refere-se ao grau de avanço em relação ao tempo transcorrido entre 1990 (ano-base do período de 25 anos estabelecido para cumprir as metas) e o ano mais recente sobre o qual se dispõe de informação.

⁸ O Estado Plurinacional da Bolívia teria obtido uma redução importante da pobreza extrema entre 2006 e 2009 e se estima que, se continuar esta tendência, estaria na trajetória para alcançar a meta.

Posto que cerca de 80% da renda das famílias provém do mercado de trabalho, o progresso na diminuição da pobreza e da desigualdade depende criticamente da orientação do conjunto das políticas econômicas e sociais para a obtenção do emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, incluindo as mulheres e os jovens. Embora as políticas anticíclicas tenham permitido aos países latino-americanos enfrentar a recente crise econômica internacional com perdas de emprego modestas e delimitadas no tempo, quase a metade da população ocupada na região atua no setor informal, com baixa produtividade e baixa renda e sem cobertura de proteção social.

Os mercados de trabalho da região não conseguiram cumprir o papel de porta de entrada universal aos esquemas de proteção social. Como assinala o capítulo II, é preocupante a elevada porcentagem da população sem acesso a seguros de saúde e aos sistemas de previdência, direitos fundamentais dos trabalhadores que deveriam ser considerados explicitamente no âmbito dos ODM. Segundo dados de pesquisas domiciliares, no final da década passada somente 51,5% dos ocupados declaravam ser afiliados que contribuíam para os sistemas de previdência social, cifra levemente inferior à observada em 1990 (52,4%). Não obstante, estas médias escondem grandes diferenças entre os países: em torno de 2008, no Estado Plurinacional da Bolívia, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Peru, um terço ou menos dos ocupados urbanos contribuíam para os sistemas de seguridade social, enquanto no Chile, Costa Rica e Uruguai a cobertura era superior a dois terços dos ocupados.

A situação é particularmente complexa nas zonas rurais e entre os ocupados no setor informal, embora caiba destacar que tampouco os trabalhadores urbanos inseridos em empregos formais contam com proteção garantida. Além disso, embora se observem taxas de afiliação dos ocupados semelhantes entre homens e mulheres, ao considerar toda a população em idade de trabalhar e não somente os ocupados, a brecha de gênero é significativa: só 15% das mulheres participavam dos sistemas de seguridade social, em comparação com 25% dos homens. A inclusão da população ativa e inativa permite evidenciar as diferenças de gênero relacionadas com as largas lacunas de contribuição das mulheres, geralmente ligadas ao cuidado de crianças, idosos e deficientes.

Em síntese, os progressos obtidos na década passada aumentaram durante o período 2003-2008, mas em alguns países foram interrompidos pela crise deflagrada nesse último ano, cuja persistência freou o avanço no cumprimento das metas. Apesar de as medidas aplicadas durante 2009 terem contribuído para potencializar o crescimento, com um efeito positivo na geração de postos de trabalho, a região continuará enfrentando a alta informalidade, a reduzida produtividade e a baixa renda que afetam uma alta porcentagem da população ocupada que não tem acesso a empregos de qualidade nem à proteção social.

Quanto aos recursos necessários para o gasto e o investimento nos setores sociais, apresentam-se distintas situações quanto ao espaço fiscal disponível, mas alguns países —em particular os do Caribe— enfrentam fortes restrições, o que dificulta o financiamento das políticas públicas. Junto com isso, prevê-se uma diminuição da assistência oficial para o desenvolvimento que afetará particularmente os países mais pobres. Instalou-se assim um cenário de maior incerteza para os próximos três anos (até 2015) que tornou mais complexa a tarefa de acelerar o avanço para o cumprimento dos compromissos da Declaração do Milênio.

B. AS BRECHAS DE RESULTADOS: O PROGRESSO DESIGUAL DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Conforme indicado, a região da América Latina e Caribe efetivamente progrediu no cumprimento das metas e vários países alcançaram algumas bem antes do prazo estabelecido. No entanto, os avanços foram díspares em vários sentidos. Foram maiores durante a década de 2000 (até antes da crise) do que na década anterior. O cenário atual indica que o progresso em direção às metas no próximo triênio será feito num ritmo menor do que no período de 2003-2008, considerado de bonança para a região.

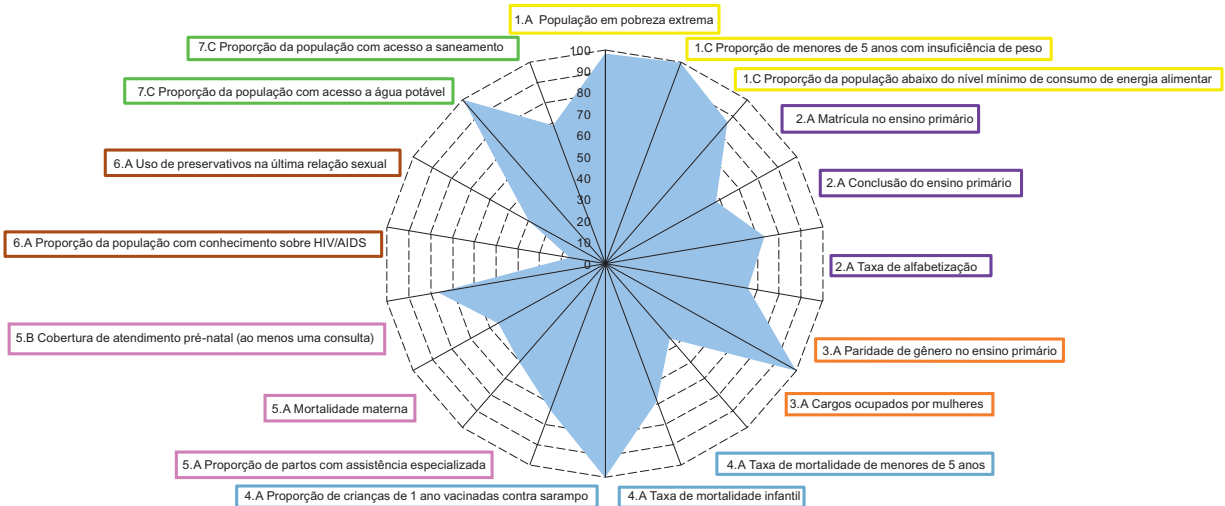
Em algumas metas avançou-se com maior celeridade, enquanto em outras o progresso foi insuficiente e é previsível seu não cumprimento. Nas avaliações mundiais de progresso em direção às metas, a América Latina e o Caribe aparecem numa posição vantajosa em comparação com as outras regiões. No entanto, o exame desagregado (entre os países e dentro deles) revela disparidades muito grandes. Em geral, o progresso foi menor nos países mais pobres, especialmente no combate à pobreza extrema, que continuaria sendo muito alta ainda que consigam reduzi-la à metade até 2015. Isso é preocupante porque a meta de redução da pobreza adquire um peso maior que as restantes, dado que é uma síntese do progresso alcançado nas demais metas e, por sua vez, uma causa das insuficiências a que aludem os demais objetivos: em seis das nove metas consideradas nesta avaliação (pobreza extrema, subnutrição, conclusão do ensino primário, mortalidade materna, acesso universal à saúde reprodutiva e acesso ao saneamento) os países de menor renda por habitante não estão numa trajetória de consecução (veja o quadro I.1)⁹. Em 2015 subsistirão importantes diferenças entre os países a respeito do cumprimento das principais metas, o que aumentará a heterogeneidade na região.

As disparidades entre países acrescentam-se às desigualdades na distribuição da renda e do patrimônio, cuja persistência converte a região na mais desigual do mundo. Estas desigualdades se manifestam em diferenças muito grandes de acesso a bens e serviços e derivam das desigualdades étnicas, socioeconômicas, de gênero e territoriais. Além disso, constituem o principal obstáculo para um crescimento mais dinâmico, ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo. Conforme assinalado em várias ocasiões, a igualdade e o respeito dos direitos devem ser um eixo principal da agenda para o desenvolvimento pós-2015.

O gráfico I.2 mostra o avanço em direção às metas e as brechas de resultados na região. Pode-se observar que subsistem atrasos importantes em objetivos essenciais: obter o ensino primário universal, promover a igualdade de gênero, melhorar a saúde materna, reduzir a mortalidade das crianças menores de 5 anos, obter um consumo adequado de alimentos e combater o HIV/AIDS.

⁹ Este documento não faz uma avaliação do progresso da região na consecução de todas as metas contempladas nos ODM. Esse exame já foi realizado no documento interinstitucional (Nações Unidas, 2010).

Gráfico I.2
AMÉRICA LATINA E CARIBE: SÍNTESE DO AVANÇO NO CUMPRIMENTO DAS METAS DO MILÊNIO



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), base de dados CEPALSTAT e tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos países.

Com relação ao ensino primário universal, durante a última década (2000-2010) a taxa líquida de matrícula neste nível estagnou-se em 94% na região, de modo que cerca de 3 milhões de crianças ainda permanecem fora da escola. O principal desafio com relação ao ensino primário é assegurar o acesso dos grupos mais marginalizados a este ciclo. Quanto à paridade de gênero em educação, em termos do acesso e permanência no sistema escolar, alguns países da região ainda enfrentam a tarefa de assegurar a escolarização das mulheres, especialmente em zonas rurais e de população indígena, o que está vinculado a contextos socioeconômicos e culturais específicos (UNESCO, 2013).

Quanto à igualdade de gênero, o progresso na proporção de mulheres nos parlamentos é escasso, apesar de 13 países latino-americanos contarem com legislação que estabelece cotas e paridade para a inscrição de candidatas aos parlamentos nacionais. A participação das mulheres nos cargos de tomada de decisões avança, mas não da forma esperada. Além disso, as conquistas de autonomia física das mulheres são parciais e muito heterogêneas nos diversos países. A persistência da violência contra as mulheres, o aumento da maternidade adolescente e a incidência, ainda muito elevada, da mortalidade materna indicam a necessidade de aprofundar ações neste campo de forma transversal e impedir sua reprodução intergeracional (veja o boxe I.2)¹⁰.

¹⁰ O direito e o acesso das mulheres a serviços eficientes de saúde reprodutiva é um elemento fundamental na luta pela superação da pobreza e de sua reprodução social. As mulheres têm menos possibilidades de acessar educação e trabalhos de qualidade quando não podem decidir o número de filhos que querem ter nem o espaçamento dos nascimentos e quando não há corresponsabilidade nas tarefas de cuidado.

Boxe I.2
O ACESSO À SAÚDE REPRODUTIVA

Existe consenso acerca de que a maioria das metas do Milênio não poderia ser cumprida sem melhorar a saúde sexual e reprodutiva da população. Trata-se de um aspecto fundamental do direito das mulheres à saúde, que se evidencia toda vez que diversos instrumentos internacionais recolheram esta dimensão entre suas exigências. A meta 5B —obter, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar— se refere precisamente a que os Estados devem assegurar que a mulher exerça controle e decida livre e responsabilmente sobre os temas relacionados com sua sexualidade, em particular sua saúde sexual e reprodutiva, com informação e livre de toda coação, discriminação e violência.

Apesar do panorama auspicioso em matéria de direitos reprodutivos e saúde sexual e reprodutiva, a região ainda enfrenta importantes desafios. A meta 5B dos ODM —que abrange duas das três metas quantitativas do Programa de Ação do Cairo— requer ainda muita promoção na maior parte dos países e o fortalecimento de sua sustentação legal, institucional, setorial e financeira. Esse é, precisamente, o principal desafio para os próximos anos nesta matéria. Em consequência, na nova agenda para o desenvolvimento esse objetivo deve seguir ocupando um lugar destacado, de modo que toda a população tenha acesso oportuno a serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade.

Em dois dos quatro indicadores contemplados por esta meta o avanço foi insuficiente. Apesar de a cobertura de atenção pré-natal (ao menos uma consulta e ao menos quatro consultas) na América Latina e no Caribe ser alta em comparação com as demais regiões, em muitos países cerca de 15% das mulheres ainda têm somente uma ou nenhuma consulta de atenção pré-natal, o que na atualidade é considerado insuficiente. Nesses casos, o risco de morte da mãe ou do filho aumenta de forma considerável. O outro indicador refere-se à taxa de fecundidade adolescente, problema preocupante na região, já que mostrou uma queda bastante inferior à da fecundidade dos adultos (entre 1990 e 2007, último ano sobre o qual se dispõe de informação para a maioria dos países da região, a fecundidade adolescente diminuiu de 83 para 63 nascimentos anuais por 1.000 adolescentes de 15 a 19 anos).

As adolescentes têm mais dificuldades que as mulheres adultas em articular seus papéis produtivos e reprodutivos e carecem de oportunidades adequadas para exercer seus direitos neste âmbito. Além disso, a gravidez adolescente é ao mesmo tempo causa e produto importante das desigualdades socioeconômicas, étnicas, geracionais e de gênero. A maioria dessas mães estão numa situação de exclusão e marginalização e seus filhos e filhas têm altas probabilidades de continuar imersos nesta dinâmica e perpetuar assim a transmissão intergeracional da pobreza. É importante destacar que a prevenção da gravidez não desejada por si só poderia evitar aproximadamente um quarto das mortes maternas, incluindo as ocasionadas por abortos clandestinos (Nações Unidas, 2007).

Fonte: Nações Unidas, *Objetivos de Desarrollo del Milenio. Informe 2007*, Nova York, 2007.

Na maioria dos países da América Latina e do Caribe observa-se uma crescente diversidade entre as famílias e uma transformação dos papéis de gênero dentro delas, fruto da maciça incorporação feminina ao mercado de trabalho. Entre 1990 e 2008, a taxa de participação feminina média da América Latina cresceu mais de 10 pontos percentuais, encontrando-se no final da década em 53% (CEPAL, 2012). Tais mudanças impulsionaram políticas públicas orientadas à conciliação entre a vida produtiva e reprodutiva num quadro de corresponsabilidade social e de gênero. As políticas de proteção social que incluem a organização dos cuidados, as normas sobre licenças trabalhistas e as propostas de medição da pobreza de tempo são importantes avanços obtidos nas últimas décadas, junto com a adoção de marcos jurídicos orientados a reconhecer e garantir uma maior igualdade de gênero em termos de direitos trabalhistas e sociais.

Quanto à autonomia econômica, houve progressos na participação das mulheres na atividade econômica e registrou-se uma tendência sustentada à sua incorporação em empregos assalariados não agrícolas. Este foi um dos fatores que contribuíram para a diminuição da pobreza na região. No entanto, uma proporção crescente das mulheres incorporadas ao mercado de trabalho tem um baixo nível educacional e conseguiu empregos de produtividade reduzida e baixa renda, que também é baixa no caso dos homens. Por esta via, diminuíram as disparidades salariais, embora continuem sendo elevadas entre as

mulheres de maior nível educacional, já que elas são discriminadas quando tratam de acessar os cargos mais altos da hierarquia ocupacional. Por outro lado, 34,4% das mulheres da América Latina não contam com renda própria, frente a 13,3% dos homens. Este dado contrasta com o fato de que os homens trabalham menos horas que as mulheres, sendo que a maior parte do trabalho delas não é remunerado.

C. BRECHAS DE RECURSOS PARA ALCANÇAR AS METAS DO MILÊNIO

Os recursos de origem interna para financiar o desenvolvimento nos países de menor renda da região são extremamente escassos. Os dados reunidos no quadro I.2 ilustram esta insuficiência. Com efeito, embora o gasto público destinado aos setores sociais tenha crescido sustentadamente desde o começo da década passada —graças às maiores receitas fiscais derivadas do crescimento econômico e à maior prioridade atribuída pelos países, tanto com relação ao PIB como ao gasto público global— nos países mais pobres continua sendo consideravelmente baixo. Uma parte das brechas de recursos poderia ser fechada aumentando a carga tributária nos países onde ela é baixa em relação ao nível de renda per capita. No entanto, exige-se um pacto social que possibilite superar os obstáculos para elevá-la.

Quadro I.2
AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): BRECHAS DE POBREZA EXTREMA^a, CARGA TRIBUTÁRIA EFETIVA E GASTO PÚBLICO SOCIAL, EM TORNO DE 2010
(Em porcentagens e dólares de 2005)

Grupos de países	Brecha e incidência de pobreza extrema ^b	Carga tributária efetiva ^c	Gasto social	Gasto social por habitante	Brecha de pobreza extrema/Carga tributária efetiva
	(em porcentagens)	(em porcentagens)	(em porcentagens do PIB) ^d	(em dólares de 2005)	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (1) / (2)
Pobreza extrema muito alta ^e	3,5 (30,4)	16,9	12,3	182	0,21
Pobreza extrema alta ^f	0,6 (14,5)	15,6	11,0	389	0,04
Pobreza extrema média ^g	0,36 (10,1)	16,1	10,9	584	0,02
Pobreza extrema baixa	0,17 (5,5)	21,4	21,2	1 344	0,01

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

^a A brecha de pobreza extrema é a quantia de recursos anual necessária para que todas as famílias nessa situação disponham de renda suficiente para alcançar esse teto. Corresponde à primeira coluna do quadro e está expressa como porcentagem do PIB.

^b Na coluna (1) a primeira cifra corresponde à brecha de pobreza extrema como porcentagem do PIB e a cifra entre parênteses à porcentagem de população em pobreza extrema.

^c A carga tributária corresponde às receitas tributárias do governo central, incluindo as contribuições para o seguro social. Na Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Costa Rica, as receitas tributárias correspondem ao governo geral.

^d Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Paraguai.

^e Colômbia, Equador, El Salvador e República Dominicana.

^f Panamá, Peru e República Bolivariana da Venezuela.

^g Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, México e Uruguai.

Nos países de pobreza extrema alta e muito alta (veja os dois primeiros grupos do quadro I.2), o muito exíguo gasto público social por habitante e a reduzida carga tributária indicam que um esforço interno não renderia os recursos necessários para fechar a brecha de extrema pobreza e fazer com que a população acesse um nível de proteção social que possibilite o cumprimento dos direitos. Nos países de pobreza extrema muito alta, os recursos necessários para fechar essa brecha representam entre 3 e 4

pontos percentuais do PIB anualmente. Um aumento da carga tributária efetiva dessa magnitude (cerca de 25% da carga atual) não é alcançável num prazo relativamente breve. Entretanto, vários países de renda média e alta da região dispõem de uma margem para elevar a pressão tributária, além de melhorar a eficiência da arrecadação fiscal. Nestes casos, não só é factível alcançar a meta de reduzir a pobreza extrema à metade do nível de 1990 —de fato, Brasil, Chile e Peru já o conseguiram—, mas também a de erradicar a pobreza extrema num prazo relativamente breve.

O aumento dos recursos públicos provenientes do crescimento econômico, mesmo se for elevado, mantendo a pressão tributária atual, tampouco é suficiente para fechar as brechas de pobreza num prazo razoável. Estimativas da CEPAL indicam que a taxa de crescimento do PIB por habitante necessária para alcançar a primeira meta do Milênio no Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Paraguai deveria ser ao menos o dobro da taxa média anual de crescimento que estes países obtiveram entre 1990 e 2008 (Nações Unidas, 2010) ou aumentar em cerca de 50% a taxa de crescimento do PIB do período 2003-2008. O cenário atual de desaceleração do crescimento econômico indica que esse ritmo de aumento não é factível.

Entretanto, nos países de maior renda por habitante, a erradicação da pobreza extrema é possível com base num pacto social que, além de elevar a carga tributária, consiga uma estrutura fiscal com maior equidade vertical. Esta é uma via possível para avançar na agenda da igualdade, ressaltando as políticas destinadas a interromper os mecanismos de reprodução intergeracional da pobreza e a universalização de uma rede básica de proteção social não contributiva que assegure a satisfação das necessidades básicas, condição necessária para uma maior integração social (CEPAL, 2010a). Este aspecto é examinado mais detalhadamente no capítulo II.

Atualmente, os programas de transferências condicionadas ocupam um lugar destacado no conjunto das políticas e dos programas de combate à pobreza. Não obstante os efeitos positivos destas iniciativas nas famílias mais pobres, os recursos que mobilizam e sua cobertura também são insuficientes para fechar a brecha de pobreza extrema nos países de menor renda per capita. Neles, os programas de transferências condicionadas cobrem uma pequena fração da população potencialmente beneficiária e os recursos envolvidos nas transferências monetárias representam uma mínima proporção do PIB. Além disso, salvo em quatro países (Brasil, Costa Rica, Equador e México), o investimento nesses programas não chega a cobrir o déficit agregado de recursos das famílias em pobreza extrema. Nos demais países os programas de transferências condicionadas só cobrem 12,9% do déficit agregado de renda das famílias extremamente pobres e 3,4% do déficit do conjunto das famílias pobres (incluindo as indigentes). Contudo, as transferências monetárias destes programas elevam a exígua renda das famílias mais pobres e facilitam seu acesso a serviços sociais dos quais tradicionalmente haviam sido excluídas.

Uma condição necessária para avançar rumo a uma igualdade efetiva e garantir um piso de proteção social¹¹ e o cumprimento dos direitos da população é dotar o Estado de mais recursos e de maior capacidade para uma gestão eficiente. Avançar nesta direção requer um pacto fiscal que permita elevar a carga tributária nos países e mudar a estrutura fiscal para torná-la mais progressiva. As reformas fiscais devem conceder incentivos que orientem o investimento para atividades ambientalmente sustentáveis.

¹¹ A Iniciativa do Piso de Proteção Social foi introduzida pela OIT (OIT, 2011).

Boxe I.3

O FINANCIAMENTO E A ASSISTÊNCIA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

O contexto financeiro que a América Latina e o Caribe enfrentaram durante os últimos anos caracterizou-se pela queda dos fluxos financeiros líquidos, do investimento estrangeiro direto e dos fluxos de assistência oficial para o desenvolvimento (AOD), que representou 0,22% da renda nacional bruta (RNB) da região em 2011.

Somado a essas condições de restrição nos fluxos, o critério para atribuir a AOD, segundo a renda per capita dos países, não leva em consideração a heterogeneidade ou as brechas estruturais internas que estes devem enfrentar, dando por certo que os países agrupados numa mesma categoria apresentam níveis de desenvolvimento relativamente homogêneos. Estas brechas são características dos países da América Latina e do Caribe e dos países de renda média em geral.

Por isso, a CEPAL propôs a revisão deste critério para reorientar o financiamento e corrigir as vulnerabilidades específicas de cada um dos países da região. Isso implica incorporar explicitamente a avaliação de necessidades e carências que não estão representadas por indicadores de renda nos países de renda média, mas que refletem desafios variados em matéria de desigualdade e pobreza, investimento e poupança, produtividade e inovação, infraestrutura, educação, saúde, sistema fiscal, gênero e meio ambiente, entre outras esferas.

Além disso, considera-se fundamental estudar a introdução de mecanismos inovadores de financiamento para a correção de brechas, como compromissos antecipados de mercado (*Advance Market Commitments*), troca de dívida por saúde (iniciativa “Debt2Health”) e troca de dívida por natureza (*debt-for-nature swaps*); além de mecanismos inovadores de financiamento para o desenvolvimento em geral, como os impostos globais, em especial para as transações financeiras.

Para atingir estes fins, também é primordial fortalecer os espaços de diálogo político entre doadores e receptores para assegurar os princípios de apropriação e de alinhamento mediante os quais os países receptores lideram seus próprios planos e políticas de desenvolvimento nacional e os países doadores oferecem apoio baseado nas estratégias nacionais dos receptores.

A esse respeito, a cooperação internacional para o desenvolvimento enfrenta hoje dois importantes desafios. Em primeiro lugar, que o apoio da comunidade internacional não tenha como eixo principal o combate à pobreza nos países, mas o desenvolvimento em seu sentido mais amplo. Em segundo lugar, dadas as dificuldades financeiras dos países doadores, o desafio de renovar seu compromisso de dedicar 0,7% da receita para a AOD e, além disso, continuar formulando e implementando mecanismos inovadores para o financiamento do desenvolvimento que contribuam com recursos adicionais e complementares —não substitutos— ao financiamento proveniente dos fluxos de assistência tradicional.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Los países de renta media: Un nuevo enfoque basado en las brechas estructurales. Nota de la Secretaría* (LC/G.2532(SES.34/11)), Santiago do Chile, 2012; e *El financiamiento para el desarrollo y los países de renta media: nuevos desafíos* (LC/L.3419), Santiago do Chile, 2011.

D. INFLUÊNCIA DOS ODM NA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Um tema importante a ser considerado na nova agenda para o desenvolvimento pós-2015 é a influência da adoção das metas do Milênio na agenda de desenvolvimento contida na Declaração do Milênio. Uma das deficiências que foram atribuídas à implementação dos ODM (UNTT, 2012) refere-se a que a medição do progresso dos países segundo se encontre ou não na trajetória de consecução das metas não leva em conta o progresso realizado pelos países de baixo nível de desenvolvimento humano e a própria contribuição da agenda dos ODM (para mais informações sobre o nível de desenvolvimento humano, veja o quadro A.4 do anexo). Assinalou-se que o desempenho não deve ser avaliado unicamente em função de poder ou não alcançar as metas em 2015, mas deve-se considerar também em que medida a introdução da agenda para o desenvolvimento atual contribuiu para acelerar o progresso na consecução dos objetivos.

O quadro I.3 resume o progresso rumo às metas de redução da pobreza e da mortalidade infantil em 18 e 23 países da região, respectivamente. Em ambos os casos, a segunda coluna do quadro reúne a maior quantidade de países, aqueles que não estão na trajetória de cumprimento da meta, mas aceleraram o progresso depois de 2000. No caso da pobreza extrema, dez países estavam fora da trajetória no fim da década passada, mas cinco deles aumentaram o ritmo de redução da pobreza depois da introdução dos ODM (veja o quadro A.1 do anexo). No caso da mortalidade infantil, 16 países estavam fora da trajetória de cumprimento da meta, mas 12 conseguiram reduzi-la a um ritmo mais acelerado a partir de 2000.

Quadro I.3
**AMÉRICA LATINA E CARIBE: PROGRESSO NA REDUÇÃO DA POBREZA EXTREMA
E DA MORTALIDADE INFANTIL NA DÉCADA DE 2000 E TRAJETÓRIA
RUMO AO SEU CUMPRIMENTO**

Meta de redução da pobreza extrema			
Aceleraram o progresso rumo à meta		Não aceleraram o progresso rumo à meta	
Na trajetória	Fora da trajetória	Na trajetória	Fora da trajetória
Argentina	El Salvador	Chile	Costa Rica
Bolívia (Estado Plurinacional da)	Panamá		Guatemala
Brasil	Paraguai		Honduras
Colômbia	República Dominicana		México
Equador	Venezuela		Uruguai
Nicarágua	(República Bolivariana da)		
Peru			
Meta de redução da mortalidade infantil			
Aceleraram o progresso rumo à meta		Não aceleraram o progresso rumo à meta	
Na trajetória	Fora da trajetória	Na trajetória	Fora da trajetória
Brasil	Argentina	Chile	Costa Rica
El Salvador	Belize	Equador	Haiti
México	Bolívia (Estado Plurinacional da)	Guatemala	Panamá
Peru	Colômbia		Trinidad e Tobago
	Guiana		
	Honduras		
	Jamaica		
	Nicarágua		
	Paraguai		
	República Dominicana		
	Uruguai		
	Venezuela (República Bolivariana da)		

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos países.

A classificação dos países sob o ponto de vista da aceleração do ritmo de melhora dos indicadores não guarda relação com a baseada na apreciação do cumprimento ou não das metas e é mais útil para examinar as políticas e programas implementados ou reforçados desde a introdução da agenda para o desenvolvimento contida nos ODM. Cabe destacar que, entre os países que progrediram mais rápido, vários tinham um nível elevado de pobreza e mortalidade infantil no começo da década passada. São casos muito relevantes na hora de extrair conclusões acerca do impacto que teve a introdução dos ODM na região.

E. ANTECEDENTES SOBRE CUSTOS ASSOCIADOS À CONSECUÇÃO DE ALGUMAS METAS

As estimativas do custo necessário para alcançar diversas metas apresentam várias dificuldades. A própria complexidade dos modelos em que se baseiam impõe a necessidade de adotar pressupostos simplificadores, ao que se acrescenta a insuficiência de informação. Esta seção resume muito superficialmente as estimativas efetuadas do custo de alcançar metas em educação, pobreza e desnutrição.

A ausência de dados confiáveis impede o cálculo de brechas. Isto é particularmente certo no caso dos temas ambientais, convertendo-se num sério obstáculo ao desenvolvimento sustentável. É notável a falta de avaliação das metas 7A e 7B de muitos relatórios de progresso no âmbito regional. Em particular, a região carece de informação adequada sobre a proporção de populações de peixes que estão dentro de limites biológicos seguros (indicador 7.4), a proporção do total de recursos hídricos utilizados (indicador 7.5) e a proporção de espécies em perigo de extinção (indicador 7.7) (CEPAL, 2010b). Além disso, os dados sobre as tendências da contaminação e degradação ambiental são escassos, apesar dos impactos críticos que têm na saúde pública e na segurança alimentar.

1. O custo da universalização da educação primária

No âmbito da colaboração entre a CEPAL e a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), foi efetuado um estudo de custos financeiros para o cumprimento das Metas Educativas 2021, aprovadas na Conferência de Ministros da Educação realizada em Lisboa em 20 de abril de 2009 (CEPAL/OEI, 2010). O estudo estimou os custos anuais envolvidos no avanço progressivo rumo às Metas Educativas 2021, em 2015 (como marco de avaliação parcial, coincidente com o ano estabelecido para alcançar as metas do Milênio) e em 2021¹². Adiante, apresentam-se alguns resultados da estimativa de custos financeiros para a consecução da meta de universalização da educação primária em 2015 em quatro países com taxas líquidas de matrícula distintas (Argentina, Equador, Peru e República Dominicana) que cobrem a diversidade de taxas líquidas de matrícula primária na região (veja o quadro I.4)¹³.

O montante agregado de recursos é relativamente baixo em todos os países. No Equador —o país que teria que fazer o maior esforço— elevar a taxa de matrícula de 46% para 80% representa pouco mais de meio ponto percentual do PIB de 2011. Cabe destacar que se trata dos desembolsos agregados entre 2011 e 2015, de modo que a cifra anual é muito menor quando a comparamos com o PIB do ano respectivo. Essa porcentagem diminui marcadamente à medida que se eleva a taxa líquida de matrícula primária: na Argentina, o custo adicional para alcançar a universalização do ciclo primário entre 2011 e 2015 representa somente 0,04% do PIB de 2011.

¹² A estimativa foi efetuada calibrando os níveis possíveis de consecução dessas metas, levando em conta a realidade educacional de cada um dos países da região, sua capacidade de fazer esforços financeiros para mobilizar recursos adicionais provenientes das receitas fiscais e da possibilidade e viabilidade de estabelecer mecanismos de financiamento de caráter multilateral. Entre essas metas, encontra-se a universalização do término do ciclo primário de educação.

¹³ As taxas líquidas de matrícula em 2015 foram estabelecidas pelos respectivos governos e fazem parte da projeção de taxas crescentes até 2021; portanto, não correspondem à universalização do ciclo primário em todos os países.

Quadro I.4
**AMÉRICA LATINA (PAÍSES SELECIONADOS): ESTIMATIVA DO CUSTO DA UNIVERSALIZAÇÃO
 DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA**

País	Taxa líquida de matrícula na educação primária (em porcentagens)		Custo adicional ao gasto atual (em milhões de dólares de 2000)					Custo adicional total (em porcentagens do PIB de 2011)	
	2010	Meta para 2015	2011	2012	2013	2014	2015		Total
Equador	46,2	80,0	10	20	30	40	50	150	0,61
República Dominicana	78,3	91,9	8	17	26	34	43	128	0,41
Peru	93,7	97,7	6	12	18	24	30	90	0,10
Argentina	98,3	99,4	12	24	36	48	61	181	0,04
Total^a			242	484	726	966	1 206	3 634	0,13

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), “Metas educativas 2021: estudio de costos”, *Documentos de Proyectos*, Nº 327 (LC/W.327), Santiago do Chile, julho de 2010.

^a Países ibero-americanos, sem incluir Espanha e Portugal.

Esta estimativa do custo de que todas as crianças consigam completar o ciclo básico de educação não considera os investimentos necessários para universalizar o acesso à educação pré-primária, cuja cobertura na região é muito baixa. Como assinalaram reiteradamente tanto a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a preparação escolar que as crianças obtêm durante o ciclo prévio à escola primária condiciona fortemente os resultados no ciclo seguinte. Isso permite diminuir as taxas de deserção e de repetição durante a escola primária, com a consequente poupança de recursos públicos e privados.

As cifras mencionadas mais acima podem parecer baixas em relação ao notável avanço que implica elevar a taxa líquida de matrícula primária (de 46% para 80% no Equador e de 78% para 92% na República Dominicana), mas representam um importante esforço financeiro quando relacionadas com o gasto público em educação. Em ambos os países, o custo adicional para alcançar essas metas em 2015 é próximo a 0,5 pontos percentuais do PIB, mas representa 14% do orçamento para a educação pública no Equador e 16% na República Dominicana. Ante a rigidez para elevar a carga tributária efetiva, o financiamento para obter as metas de cobertura do ciclo primário teria que ser complementado com recursos financeiros de fontes externas ou se basear em realocações do gasto público. Daí a importância das iniciativas de troca de dívida por educação que alguns governos acolheram.

2. O custo do fechamento das brechas de pobreza monetária

Frequentemente, os custos associados à erradicação da extrema pobreza foram identificados com o volume de recursos monetários necessários para elevar a renda da população até o valor da linha de indigência. Isso deu lugar às estimativas das chamadas brechas de pobreza¹⁴. Os montantes resultantes desses exercícios supõem que a transferência de recursos para os pobres ocorre em condições de focalização perfeita —tanto na seleção de beneficiários como na determinação dos montantes de transferências para cada um deles— e sem ocasionar custos administrativos (Cecchini e Madariaga, 2011). Por isso, não consideram os investimentos em emprego, educação, saúde e proteção social necessários para elevar a

¹⁴ Salvo indicação em contrário, as expressões pobreza e pobreza extrema referem-se à chamada pobreza monetária ou de renda obtida a partir das linhas de pobreza calculadas pela CEPAL para os países da região.

renda das famílias pobres de forma permanente com base na renda gerada no mercado de trabalho. Em consequência, o custo de fechar as brechas de pobreza difere significativamente dos recursos exigidos para levar a cabo um conjunto amplo e inter-relacionado de políticas e programas de luta contra a pobreza.

O déficit agregado anual de renda da população em extrema pobreza e do conjunto da população pobre (veja o capítulo III), em milhões de dólares de 2009, é uma magnitude que, em relação ao PIB e ao gasto público social dos países, permite derivar algumas conclusões sobre a viabilidade de alcançar as metas. A redução da pobreza extrema do nível atual até praticamente erradicá-la representa uma fração relativamente baixa do PIB, próxima ou inferior a um ponto percentual, salvo no Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Honduras e Paraguai. Nestes países, a pobreza extrema é próxima ou superior a 30% e as porcentagens são muito mais elevadas nas zonas rurais¹⁵. O déficit agregado de recursos para fechar a brecha de pobreza extrema é próximo ou superior a 3 pontos percentuais do PIB e representa mais de 30% do gasto público destinado aos setores sociais. Guatemala, Honduras e Paraguai provavelmente não atingirão o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, enquanto o Estado Plurinacional da Bolívia e a Nicarágua o alcançarão; não é aceitável que, depois de 25 anos, mais de um quinto da população desses cinco países continue vivendo com renda insuficiente para garantir uma alimentação adequada.

3. O custo da fome e da desnutrição¹⁶

Entre 2005 e 2009, a CEPAL e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), atendendo à relevância social e econômica do problema da fome e da desnutrição infantil na região, levaram adiante um projeto conjunto para a análise do impacto econômico e social da fome na América Latina e no Caribe. Nas duas fases do projeto foram realizados, primeiro, estudos dos países centro-americanos e da República Dominicana e, depois, do Equador, Estado Plurinacional da Bolívia, Paraguai e Peru¹⁷. Em ambos os estudos foram efetuadas estimativas do custo em que incorrem os países como consequência da fome e da desnutrição infantil. Concluiu-se que a desnutrição que afetou a região nas últimas décadas teria gerado um custo de 6,659 bilhões de dólares na América Central e na República Dominicana e de 4,331 bilhões de dólares nos quatro países sul-americanos mencionados, o que equivale a 6,4% e 3,3% do PIB agregado, respectivamente, nos anos de análise (2004 e 2005). Mais de 90% desses custos correspondem à menor produtividade gerada por uma diminuição na escolaridade e a maior probabilidade de morte dos desnutridos.

Se não forem realizadas as intervenções necessárias para erradicar a desnutrição, continuarão aumentando seus custos para as novas gerações. Porém, se conseguirmos erradicá-la em 2015, serão geradas poupanças de 2,271 bilhões de dólares na América Central e na República Dominicana e de 1,708 bilhão no Estado Plurinacional da Bolívia, Equador, Paraguai e Peru. Se alcançarmos a meta de diminuir a prevalência de desnutrição de 1990 pela metade até 2015, essas poupanças alcançariam 1,019 bilhão e 516 milhões de dólares, respectivamente. Erradicar a desnutrição infantil não constitui um gasto, mas um investimento rentável do qual se beneficia toda a população, particularmente o setor produtivo. Por isso, a

¹⁵ Em 2011 a porcentagem de pobreza extrema no Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Paraguai era de 22%, 29%, 42%, 30% e 28%, respectivamente.

¹⁶ Veja Nações Unidas (2010), boxe II.4.

¹⁷ As estimativas realizadas baseiam-se num modelo teórico e metodológico especialmente formulado e em informação oficial de atenção à saúde, resultados educativos, produtividade e custos para o ano de análise (2004 e 2005, respectivamente). Dado o caráter intertemporal do estudo, foram empregados registros dos períodos 1940-2004 e 1941-2005 e projeções para 2068 e 2069, respectivamente.

análise das intervenções dirigidas a obter a segurança alimentar nos países deveria considerar não só os custos operacionais de investir, mas também seus benefícios e os custos de não fazê-lo. O direito à alimentação impõe a única meta aceitável: fome zero. A garantia do direito à segurança alimentar e nutricional coloca como metas necessárias o acesso total aos alimentos, a erradicação dos problemas de desenvolvimento das crianças menores de 2 anos por deficiência de alimentação, a garantia da sustentabilidade dos sistemas alimentares e a eliminação das perdas de alimentos. A Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome aprofundou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com uma meta específica que propõe a redução da incidência de desnutrição crônica infantil para menos de 2,5%, em todos os países da região até 2025.

Bibliografia

- Cecchini, Simone e Aldo Madariaga (2011), *Programas de transferencias condicionadas. Balance de la experiencia reciente en América Latina y el Caribe*, Cuadernos de la CEPAL, N° 95 (LC/G.2497-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.11.II.G.55.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2012), *Panorama Social de América Latina 2012* (LC/G.2557-P), Santiago do Chile. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.13.II.G.6.
- _____ (2010a), *A hora da igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir* (LC/G.2432(SES.33/3)), Santiago de Chile.
- _____ (2010b), *Objetivos de Desarrollo del Milenio: avances en la sostenibilidad ambiental del desarrollo en América Latina y el Caribe* (LC/G.2428-P), Santiago de Chile, Naciones Unidas.
- CEPAL/OEI (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura) (2010), “Metas educativas 2021: estudio de costos”, *Documentos de Proyectos*, N° 327 (LC/W.327), Santiago do Chile, julho.
- Governo do Haiti/Banco Mundial/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)/Nações Unidas/Comissão Europeia (2010), *Haiti Earthquake PDNA: Assessment of Damage, Losses, General and Sectoral Needs*.
- Nações Unidas (2012), *La sostenibilidad del desarrollo a 20 años de la Cumbre para la Tierra: Avances, brechas y lineamientos estratégicos para América Latina y el Caribe* (LC/L.3346/Rev.1), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- _____ (2010), *El progreso de América Latina y el Caribe hacia los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Desafíos para lograrlos con igualdad* (LC/G.2460), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- _____ (2007), *Objetivos de Desarrollo del Milenio. Informe 2007*, Nova York.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho) (2011), *Piso de protección social para una globalización equitativa e inclusiva*, Genebra.
- PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) (2012), *Fifth Global Environmental Outlook* (GEO-5), Nairóbi.
- _____ (2011), “Seguimiento a nuestro medio ambiente en transformación, de Río a Río+20” [on-line] http://www.unep.org/geo/pdfs/Keeping_Track_es.pdf.
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) (2013), *Situación educativa de América Latina y el Caribe. Hacia una educación para todos, 2015*, Santiago do Chile.
- UNTT (Equipe de Tarefas do Sistema das Nações Unidas sobre a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento pós-2015) (2012), “Review of the contributions of the MDG Agenda to foster development: Lessons for the post-2015 UN development agenda, Discussion Note”, Nova York, março.

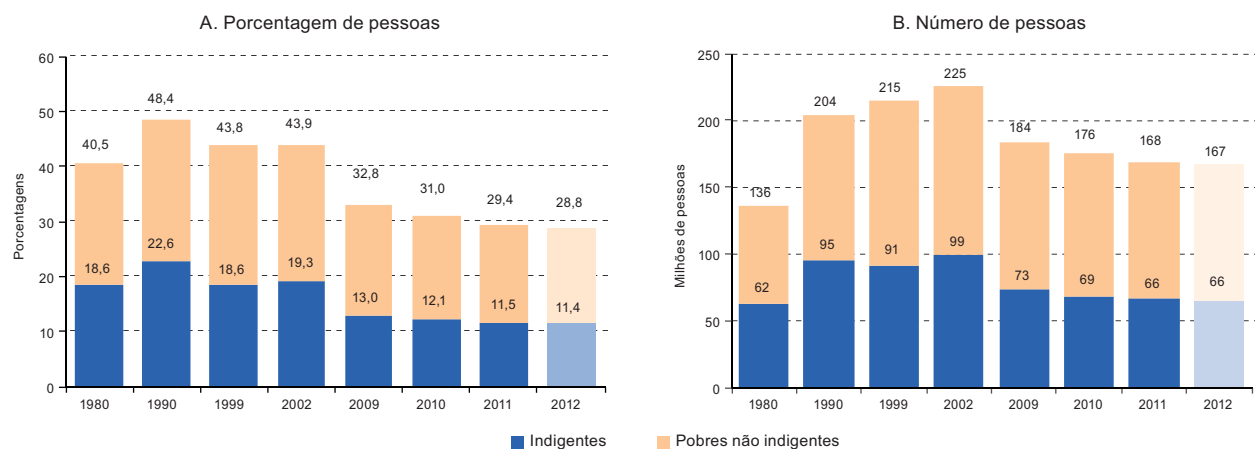
II. REDUÇÃO DA POBREZA: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS E LIÇÕES POSITIVAS

Esta seção examina algumas experiências e lições positivas relacionadas com a redução da pobreza na região, do ponto de vista da orientação e contribuição das políticas públicas nos últimos anos: o manejo equilibrado da macroeconomia e a orientação anticíclica do gasto público, algumas políticas de emprego e de mercado de trabalho, a expansão e consolidação de diversos programas de transferências públicas orientadas aos mais pobres ou a segmentos excluídos dos sistemas de proteção social e algumas considerações em torno da construção progressiva e incremental de um piso de proteção social.

A. EVOLUÇÃO DA POBREZA EXTREMA E DA POBREZA TOTAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE NO PERÍODO 1990-2011

Na última década, a região registrou uma tendência decrescente nos níveis de pobreza e indigência (veja o gráfico II.1). De acordo com as estimativas mais recentes da CEPAL, em torno de 2011 a pobreza alcançava 29,4% da população e a indigência ou pobreza extrema situava-se em 11,5% (estes são os níveis mais baixos observados nas últimas três décadas).

Gráfico II.1
AMÉRICA LATINA E CARIBE: EVOLUÇÃO DA POBREZA E DA INDIGÊNCIA, 1980-2012
(Em porcentagens e milhões de pessoas)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina, 2012* (LC/G.2557-P), Santiago do Chile, 2012.

O perfil das famílias em situação de pobreza mudou como consequência de tendências sociodemográficas e migratórias de longo prazo: a urbanização sem planejamento e gestão adequada, a queda da fecundidade, o envelhecimento da população e as mudanças nas estruturas familiares, além do aumento da incidência da pobreza nas famílias chefiadas por mulheres, apesar da tendência decrescente geral. Mas esse perfil também manteve certas características: famílias com mais crianças, menores níveis educativos e maior incidência do desemprego e do trabalho por conta própria em comparação com as

famílias de mais recursos. Os dados também mostram que a maioria das pessoas pobres e vulneráveis em idade de trabalhar está ocupada, o que revela um traço singular da região: a heterogeneidade de sua estrutura produtiva e a incapacidade para criar suficientes empregos decentes e proporcionar níveis de bem-estar adequados para amplos setores de ocupados. Esta característica da pobreza é central, pois estabelece seu estreito vínculo com o mercado de trabalho e a baixa renda gerada no emprego.

Dado este perfil da pobreza na região, como se pode caracterizar sua evolução e a das políticas implementadas nos últimos anos? Conforme indicado anteriormente, a queda dos níveis de pobreza deve-se, em grande parte, a taxas relativamente altas de crescimento com criação de empregos, sobretudo no período 2003-2008, quando a maioria dos países registrou um aumento da renda do trabalho¹. Embora em menor medida, também contribuíram para essa queda o aumento das transferências (públicas e privadas, inclusive as pensões e aposentadorias) e de outras fontes de renda, a maior participação das mulheres no emprego, o que reduziu a taxa de dependência nas famílias (Uthoff e Cechini, 2008), e a diminuição da taxa de fecundidade, cuja tendência descendente reduziu o tamanho das famílias². A menor fecundidade e o aumento da participação das mulheres no emprego estão estreitamente vinculados, já que o maior acesso das mulheres da região aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive o planejamento familiar, lhes permitiu conciliar melhor os papéis reprodutivos e produtivos. O gozo dos direitos reprodutivos por parte das mulheres permitiu que os países se beneficiassem das habilidades e dos conhecimentos de mulheres que antes estavam sujeitas a uma carga reprodutiva e de cuidados muito maior. Mesmo assim, estima-se que 22% das mulheres da América Latina e do Caribe entre 15 e 49 anos não podiam atender sua demanda de anticoncepcionais em 2012.

Diferentemente das crises anteriores, a crise financeira mundial de 2009 teve um impacto negativo importante, embora breve e de menor intensidade, sobre os níveis de pobreza e indigência. Isso é especialmente significativo, dados os efeitos de médio e longo prazo que outros episódios anteriores de crise tiveram sobre os indicadores sociais da região, particularmente na incidência da pobreza³. A queda sustentada dos níveis de pobreza e indigência desde 2003 ocorreu em um contexto econômico com episódios favoráveis para a região, somados a um manejo macroeconômico mais equilibrado que no passado. Durante os períodos de bonança ampliou-se o espaço fiscal, o que permitiu contrabalançar vários choques econômicos externos e enfrentar melhor a volatilidade que caracteriza a economia mundial a partir de 2008. Além disso, observou-se a consolidação de diversos programas de assistência e proteção social que aumentaram a renda monetária dos mais pobres, ajudaram a acumulação de capital humano e trataram de conter a enorme vulnerabilidade à pobreza dos estratos carentes de proteção social. Finalmente, diversas ações em matéria de emprego, bem como a construção gradual de sistemas mais de proteção social mais abrangentes, constituem aprendizados que merecem atenção.

As três implicações centrais dos aspectos abordados nas próximas seções são:

- a) os programas e as políticas que permitem às famílias pobres alcançar maiores capacidades e níveis de bem-estar são essenciais; o outro lado da equação é composto por uma menor volatilidade e períodos de crescimento com criação de emprego decente (formal e com acesso a mecanismos de proteção) e de fontes sustentáveis de renda;

¹ Esta característica marca a diferença com outros períodos anteriores (nos anos 90, por exemplo, registraram-se ciclos de crescimento econômico sem criação de emprego líquido).

² Mais da metade do aumento do emprego correspondeu a mulheres.

³ Em comparação com as sucessivas crises dos anos 80 e 90, a última década apresentou um panorama mais auspicioso. Por exemplo, após o início da crise da dívida no início dos anos 80, o PIB per capita regional levou 14 anos para alcançar o nível de 1980, enquanto os níveis de pobreza tardaram 25 anos para voltar a valores comparáveis.

- b) os efeitos negativos dos períodos de crise ou recessão devem ser contrabalançados pela ação pública para evitar atrasos sociais irreversíveis;
- c) a condução da política macroeconômica e do gasto público, da política industrial e da política social requer uma coordenação eficaz e uma visão integral com respeito às oscilações do ciclo econômico, dos preços relativos e do emprego, mas sobretudo com respeito às necessidades e vulnerabilidades permanentes da população.

B. MANEJO EQUILIBRADO DA MACROECONOMIA E DO GASTO PÚBLICO

1. Uma macroeconomia menos volátil e severa com os setores vulneráveis

No período 2003-2007, um manejo fiscal, cambial e monetário em favor do crescimento deu resultados positivos e ajudou a construir um espaço fiscal mais folgado. Isto permitiu que quase todos os países exercessem o gasto público de forma anticíclica frente a uma economia global incerta e volátil, especialmente após a crise financeira mundial deflagrada no fim de 2008. Num contexto internacional incerto, e apesar das pressões provenientes da economia mundial (volatilidade dos preços dos alimentos e matérias-primas e dos fluxos financeiros mundiais), a inflação e o saldo do balanço de pagamentos se mantiveram em margens manejáveis⁴.

Diferentemente das conjunturas adversas que se apresentaram em décadas anteriores, nesta ocasião a América Latina e o Caribe mostraram maior resistência e capacidade de resposta, manifestando a importância de que a política macroeconômica cumpra uma função estabilizadora e contenha os excessos do ciclo econômico, seja em sua etapa de auge ou contração. Um ciclo econômico recessivo, em que baixam as vendas, faz com que as empresas realizem ajustes em seus planos de investimento e em seu pessoal, reduzindo as horas trabalhadas e despedindo trabalhadores. Isto, por sua vez, produz um novo ciclo de ajuste, pois o consumo dos trabalhadores se contrai ante a perda de renda dos que foram despedidos e o maior risco de perder o emprego dos que o conservaram. Portanto, uma política fiscal que atenua a fase contrativa modera as perdas de emprego direto, bem como seu efeito indireto através do consumo. Em termos gerais, o quadro II.1 mostra a orientação predominante da política fiscal, monetária, cambial e macroprudencial para enfrentar as conjunturas desfavoráveis desde 2007 (CEPAL, 2012d)⁵. Entre elas, a política fiscal talvez seja a que mais contribuiu ao importante grau de resiliência que a região mostrou ante a crise mundial de 2008-2009. Além das transferências e dos programas específicos na área social, orientados a mitigar o impacto sobre os setores mais vulneráveis, também se destacam os programas de investimento em infraestrutura, habitação e apoio a PME, bem como outros cuja finalidade era contrabalançar os efeitos negativos da crise sobre a atividade econômica e o emprego.

⁴ Em particular, as políticas públicas tiveram que enfrentar três conjunturas adversas: a) o aumento dos preços dos alimentos e dos hidrocarbonetos no biênio 2007-2008; b) a crise financeira mundial de 2009; c) a desaceleração da economia mundial e a incerteza e desaceleração do crescimento econômico mundial, prolongadas pela crise da zona do euro na segunda metade de 2011. Ante cada um desses episódios, os países implementaram medidas macroeconômicas e setoriais que a CEPAL documentou em detalhes.

⁵ Os pormenores das medidas adotadas pelos países da região ante os choques mencionados de 2007-2008 e 2011 em matéria fiscal, macroeconômica, social e trabalhista estão disponíveis em CEPAL (2012e).

Quadro II.1
**AMÉRICA LATINA E CARIBE: ORIENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS
 FRENTE A CONJUNTURAS DESFAVORÁVEIS DA ECONOMIA MUNDIAL, 2007-2011**

Conjuntura	Política fiscal	Política monetária, cambial e macroprudencial
Elevação dos preços dos alimentos e combustíveis (2007-2008)	Reorientação do gasto e dos impostos para evitar os efeitos regressivos do aumento de preços	Políticas restritivas e de valorização cambial
Crise financeira mundial (2008-2009)	Estabilização da demanda interna mediante o aumento do gasto público	Aumentos da liquidez para enfrentar o impacto da crise
Incerteza internacional a partir do segundo semestre de 2011	Início de reformas tributárias para consolidar as finanças públicas	Predomínio da cautela no manejo das principais variáveis da política monetária e cambial

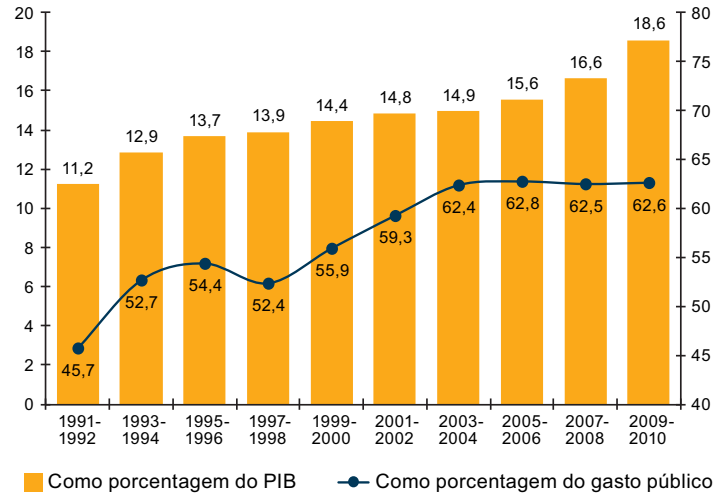
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2012* (LC/G.2546-P), Santiago do Chile, 2012.

2. Um manejo do gasto público anticíclico e com maior ênfase no gasto social e na redistribuição de recursos

Uma segunda tendência compartilhada na região, que merece ser levada em conta como aprendizado para o futuro, é a evolução do montante e composição do gasto público. Nas últimas décadas, os países também conseguiram manter um aumento no gasto social com respeito ao PIB e ao gasto público em geral, sobretudo durante a crise de 2008-2009. A tendência até 2010 foi de aumento real dos recursos disponíveis para o financiamento de serviços sociais e para transferências às famílias. Este aumento também se refletiu na prioridade macroeconômica do gasto social: no início dos anos 90, o gasto social como porcentagem do PIB se situava em 11,2%, com um aumento sistemático nos diversos biênios analisados para chegar a 15,6% em 2005-2006, 16,6% em 2007-2008 e 18,6% em 2009-2010. Isto esteve acompanhado por uma maior prioridade atribuída ao gasto social dentro do gasto público. Esta tendência foi devida, conforme o caso, ao aumento da arrecadação ou a uma maior importância conferida ao gasto social com respeito a outros itens: sua importância relativa elevou-se de 45,7% em 1991-1992 para 59,3% em 2001-2002 e 62,6% em 2009-2010. Até meados da década de 2000, a evolução do gasto público social havia sido altamente pró-cíclica. Na segunda metade da década, vários países iniciaram esforços sistemáticos para reforçar os programas sociais, em particular os orientados à luta contra a pobreza, o que será abordado mais adiante (veja os gráficos II.2 e II.3).

O gráfico II.4 resume as principais tendências quanto à composição do gasto social como média da América Latina e do Caribe, por setor (educação, saúde, seguridade e assistência social, habitação e outros). Pode-se observar que o aumento de 7,4 pontos percentuais do PIB no agregado regional do gasto social é explicado em sua maior parte pelo crescimento da seguridade e assistência social. O progressivo envelhecimento da população significou o aumento paulatino dos recursos destinados a pagar as prestações da seguridade social. Embora grande parte desses recursos provenha de arrecadações baseadas em sistemas de seguridade social contributivos (públicos ou mistos), um grande número de países introduziu mecanismos solidários de financiamento do pagamento da seguridade social, além dos mecanismos solidários de redistribuição que existem nesses sistemas.

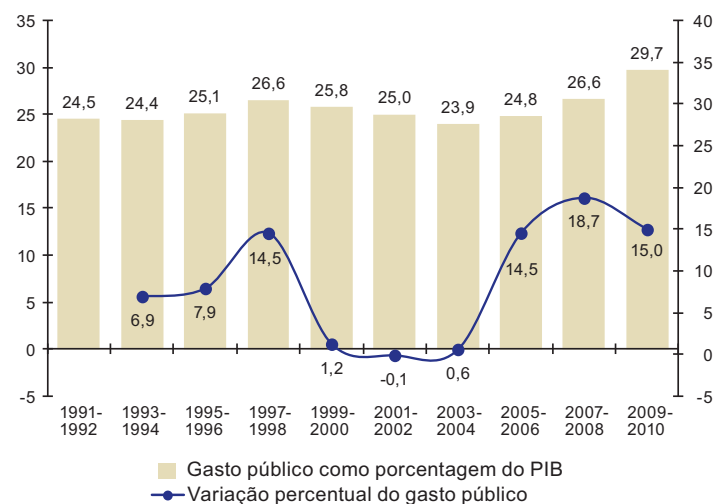
Gráfico II.2
**AMÉRICA LATINA E CARIBE (21 PAÍSES)^a: EVOLUÇÃO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL
 E PARTICIPAÇÃO DESTE NO GASTO TOTAL, 1991-1992 A 2009-2010**
 (Em porcentagens do PIB e do gasto público total)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina, 2012* (LC/G.2557-P), Santiago do Chile, 2012.

^a Média ponderada dos países.

Gráfico II.3
**AMÉRICA LATINA E CARIBE (21 PAÍSES)^a: EVOLUÇÃO DO GASTO PÚBLICO TOTAL^b
 E TAXAS DE VARIAÇÃO BIENAL, 1991-1992 A 2009-2010**
 (Em porcentagens do PIB e taxas percentuais de variação)

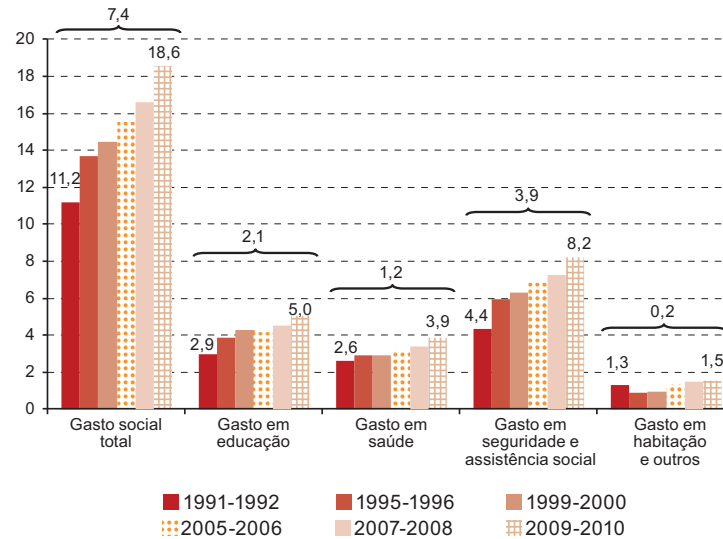


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina, 2012* (LC/G.2557-P), Santiago do Chile, 2012.

^a Média ponderada dos países.

^b As cifras de gasto público total correspondem a cifras oficiais provenientes em geral da classificação funcional do gasto público e podem não coincidir com as originadas no uso da classificação econômica do mesmo.

Gráfico II.4
AMÉRICA LATINA E CARIBE (21 PAÍSES): EVOLUÇÃO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL POR SETOR, 1990-1992 A 2009-2010^a
 (Em porcentagem do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina, 2012* (LC/G.2557-P), Santiago do Chile, 2012.

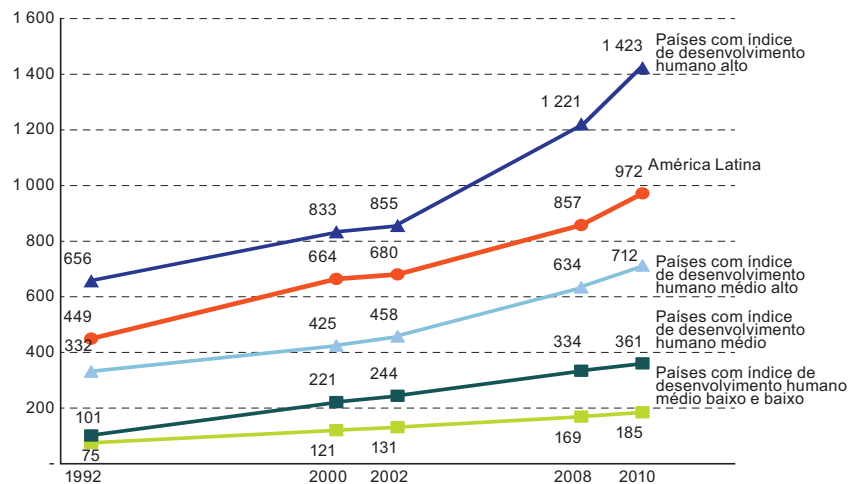
^a Média ponderada dos países.

Por outro lado, embora não se disponha de informação separada sobre a porção que corresponde à assistência social e à seguridade social, os antecedentes indicam que, principalmente na década de 2000, foram ampliados diversos programas de assistência social, em particular os orientados à luta contra a pobreza, que incluem mecanismos de transferências diretas às famílias, de caráter condicionado ou não⁶. Isto se traduziu em um aumento sustentado dos montantes per capita que os países dedicam ao gasto social, embora haja grandes diferenças de um país a outro quanto aos valores absolutos (veja o gráfico II.5).

O outro componente do gasto social que registrou um aumento importante nos últimos 20 anos é a educação (2,1 pontos percentuais do PIB). Isto está associado à expansão da cobertura e do acesso à educação primária nos países mais pobres e à educação secundária nos restantes (tanto em termos de infraestrutura como, e principalmente, do gasto corrente, associado em sua maioria ao aumento da dotação de professores). Isto ocorreu em detrimento da expansão do setor da saúde, que registrou um aumento muito leve de sua prioridade macroeconômica (1,2 pontos percentuais do PIB). Frente às contrações orçamentárias deste setor, costuma-se sacrificar os investimentos ou reinvestimentos em infraestrutura, renovação de equipamentos e reposição de insumos médicos, o que suscita problemas no setor público da saúde que afetam a cobertura e, sobretudo, a qualidade das prestações, situações que levam tempo para normalizar-se.

⁶ Entre 2000 e 2007, os recursos destinados a assistência social na Argentina aumentaram quase 85% (mesmo considerando a queda de quase 20% em 2002); no Brasil (governo federal), esses recursos triplicaram no mesmo período; no Chile aumentaram apenas 5,5% (com quedas consideráveis em 2003, 2004 e 2006); na Colômbia quase duplicaram entre 2004 e 2007; e na Costa Rica aumentaram mais de 75% desde 2002.

Gráfico II.5
AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL PER CAPITA, 1990-2010^a
 (Em dólares de 2005)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina, 2012* (LC/G.2557-P), Santiago do Chile, quadro 40 do anexo estatístico, 2012.

^a América Latina: média ponderada. Grupos de países ordenados segundo o índice de desenvolvimento humano: média simples (veja o quadro A.4 do anexo).

Finalmente, os setores aos quais se atribuiu menos importância relativa foram os da habitação, água potável e saneamento e o do meio ambiente, apesar da persistência de bolsões de marginalidade habitacional e à degradação do meio ambiente em praticamente todos os países e cidades principais. Isto dificulta o desenvolvimento de programas de melhoria (em geral a partir de programas de saneamento) e erradicação de assentamentos marginais e afeta tanto a população de menores recursos como, indiretamente, o setor da saúde, pelas maiores dificuldades para controlar vetores de doenças infectocontagiosas de fácil propagação na ausência de sistemas de acesso a água potável, esgoto e tratamento de dejetos. O escasso investimento nesta área também impediu ou reduziu o impulso às iniciativas de preservação do meio ambiente, tanto pela geração de zonas de conservação da biodiversidade como pela adoção das necessárias medidas de regulação da atividade produtiva, para impedir sua deterioração e contaminação.

Estas tendências regionais ao aumento não devem obscurecer a diversidade entre países com respeito ao destino, montante relativo e qualidade do gasto público e social. Em parte, essa diversidade explica as disparidades observadas no nível e evolução diferenciada do desenvolvimento social no médio e longo prazo. Em especial, onde o investimento foi insuficiente nos diversos itens do gasto social (educação, saúde, nutrição e proteção social em geral) observam-se maiores atrasos nos indicadores sociais, de saúde, de capacidades e de produtividade. Portanto, um maior investimento nos itens sociais não somente ajuda a compensar as carências e a exclusão social no plano imediato, mas no longo prazo contribui para gerar maior produtividade e desenvolvimento econômico, particularmente entre os setores mais pobres.

Em síntese, a evolução dos níveis de pobreza e indigência nos últimos anos apresenta-se como auspiciosa, embora persistam elevados níveis de desigualdade dentro de um mesmo país e entre um país e outro. Apesar disso, dois aprendizados observados correspondem a:

- i) um manejo mais equilibrado da macroeconomia com o fim de mitigar com maior êxito os excessos do ciclo econômico;

- ii) um aumento do gasto público e social que reduziu notoriamente seu caráter pró-cíclico. Isto não implica que o esforço fiscal ou a orientação do gasto sejam ótimos, mas mostraram um melhor desempenho que no passado. Nesse sentido, além dos sistemas de acompanhamento do impacto redistributivo do gasto, a elaboração de orçamentos com perspectiva de gênero constitui um avanço que ainda falta generalizar.

C. OS TEMAS SOCIAIS NÃO SÃO DEFINIDOS APENAS NA ÁREA SOCIAL: AS POLÍTICAS DE MERCADO DE TRABALHO E DE FOMENTO COMO INSTRUMENTOS DO ENFOQUE ANTICÍCLICO

Tendo em vista a incidência do crescimento e estabilidade macroeconômica na redução da pobreza (em especial mediante a criação de emprego decente), bem como a histórica segmentação do mercado de trabalho na região, as políticas assistenciais e não contributivas constituem apenas um dos pilares para avançar rumo a pisos mínimos de bem-estar e ao fechamento de brechas de bem-estar e de capacidades. O núcleo da reprodução da pobreza e da desigualdade ocorre mediante os efeitos combinados de brechas na acumulação de capacidades, inclusive a alta segregação profissional das mulheres, que as mantém em ocupações informais e de baixa remuneração, e a ampliação de brechas de renda e bem-estar no mercado de trabalho, em especial mediante a desigualdade no acesso e disponibilidade de empregos de baixa e alta produtividade. Também no longo prazo, a sustentabilidade financeira e fiscal dos sistemas de proteção social depende, em última instância, de um pilar contributivo baseado no emprego formal, bem articulado com um pilar não contributivo financiado de forma solidária. Dois instrumentos importantes têm a ver com as políticas de mercado de trabalho e de fomento capazes de gerar emprego formal de maior produtividade e menores brechas de desigualdade no mercado de trabalho.

O trabalho permite que as famílias de baixos recursos superem a pobreza. Em todos os países, qualquer que seja o nível de desenvolvimento, a base para impulsionar a inclusão e a coesão social de maneira sustentável é contar com uma oferta de emprego suficiente. Pelo contrário, quando há escassez de empregos e renda por trabalho, há mais famílias na pobreza, menos crescimento e menor desenvolvimento humano e econômico. A experiência demonstra que o crescimento econômico por si só não é suficiente. Contudo, desde o início do novo século, a América Latina conseguiu fazer com que o crescimento econômico tenha um forte impacto no emprego, o que resultou em uma queda sustentada da taxa de desemprego aberto e melhoras incipientes na qualidade do emprego (OIT, 2012). Não obstante, ainda ocorrem problemas vinculados ao alto grau de informalidade e precariedade das relações de trabalho, além de maiores dificuldades de inserção no mercado para os jovens e as mulheres, entre outros déficits de trabalho decente. Nas seções anteriores destacou-se o papel da política fiscal anticíclica na hora de enfrentar a crise de 2008. As políticas do mercado de trabalho também fazem parte dessa estratégia, priorizando a preservação dos empregos e a renda das pessoas e ajudando, assim, a moderar o ciclo recessivo.

1. Políticas de emprego e mercado de trabalho: alguns aprendizados

A geração de emprego de qualidade é um elemento-chave da luta contra a pobreza e o cumprimento do direito humano ao trabalho também é um mecanismo para aumentar as capacidades de crescimento de longo prazo. Em muitos países, o contexto das políticas trabalhistas registrou notórias mudanças entre as décadas de 1990 e 2000. No primeiro período, prevaleciam os enfoques que buscavam reduzir as regulações baseadas em mecanismos e disposições legais e na negociação, em favor da regulação baseada no mercado (flexibilização dos contratos, barateamento das dispensas, subcontratação, redução ou

contenção do salário mínimo real e dos custos não salariais da mão de obra, descentralização da negociação coletiva, entre outros). Por outro lado, durante a década seguinte, muitos países voltaram a fortalecer as regulações baseadas em disposições legais e na negociação, por exemplo, com aumentos do salário mínimo, fortalecimento da negociação coletiva, restrições aos contratos temporários e à subcontratação, aumentos das inspeções, etc. (Weller, 2009b e 2012, pág. 144).

Durante a crise de 2008-2009 destacam-se dois aspectos que estão relacionados com as medidas implementadas e que proporcionam lições para a implementação de políticas de emprego e renda anticíclicas. O quadro II.2 mostra, em linhas gerais, algumas das medidas adotadas na região durante as conjunturas adversas mais recentes. Em primeiro lugar, contrariamente ao que ocorreu em crises anteriores, e relacionado ao já mencionado manejo macroeconômico mais equilibrado, os salários reais não caíram em 2009. Em relação à estagnação ou perda do poder de compra salarial de 2008, causados pela alta inflacionária (sobretudo de alimentos), os salários nominais registraram um aumento acentuado. Depois, a queda da inflação de 8,2% em 2008 para 4,7% em 2009 na média ponderada da região, principalmente a partir da redução dos preços internacionais dos alimentos e hidrocarbonetos, permitiu que uma porcentagem relevante dos aumentos nominais se traduzisse em ganhos reais. Ademais, os países aplicaram políticas de salário mínimo, com o que os salários mínimos reais aumentaram 3,6% na mediana de 16 países. Desta maneira, a evolução dos salários reais, tanto na média como em seus níveis mais baixos, contribuiu para estabilizar o poder de compra das famílias dos assalariados (CEPAL, 2012b, pág. 279). Em segundo lugar, vários países fizeram esforços para proteger o emprego. De fato, o emprego formal registrou um leve crescimento apesar da contração do PIB regional em 2009. Para isso contribuíram as expectativas favoráveis de muitas empresas de que a crise fosse passageira, bem como o fato de a atividade econômica da região ter aumentado com rapidez. Também desempenharam um papel preponderante algumas políticas de mercado de trabalho vigentes ou aplicadas durante a crise para proteger o emprego ou compensar a perda de postos de trabalho. Em especial, o seguro-desemprego, os programas de emprego de emergência e as transferências ou programas sociais para os setores mais pobres e vulneráveis contribuíram para manter ou aumentar a demanda agregada e reduzir a duração da etapa de contração, atuando de maneira anticíclica em termos de emprego e renda.

Quadro II.2
**AMÉRICA LATINA E CARIBE: MEDIDAS TRABALHISTAS E SOCIAIS ADOTADAS
FRENTE AOS CHOQUES ADVERSOS RECENTES, 2007-2011**

	Choque de preços externos (2007-2008)	Crise financeiro-econômica (2008-2009)	Crise da dívida na Europa (2011)
Medidas trabalhistas			
Subsídios à contratação ou manutenção de pessoal		AR, CL, CO, JM, MX, NI, UY	
Modificações no seguro-desemprego		AR, BH, BR, CL, EC, MX, UY	
Programas de capacitação		AR, BH, BZ, CL, CO, MX, PE, UY	CR, PE, TT
Emprego de emergência		AR, BH, BO, CL, CR, MX, PE, PY, RD, SL, SV, UY	PE
Medidas sociais			
Introdução ou ampliação de programas de transferências		AR, BB, BO, BR, BZ, CL, CO, CR, GT, HN, NI, PA, PY, RD, SR, SV, UY	
Pensões		AR, BB, BR, EC, PA, PY, SR, SV	PE
Apoio alimentar	BO, BR, CR, EC, GT, HA, MX, NI, PA, PE, RD, SV, UY, VE	BB, BZ, CR, SV, GT, HT, JM, NI, PA, RD	

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2012* (LC/G.2546-P), Santiago do Chile, 2012, pág. 63.

Outro aprendizado importante que se deve continuar desenvolvendo é que, durante a década passada, concomitantemente com a melhora dos indicadores de trabalho, muitos países da região fortaleceram suas instituições trabalhistas, o que significou uma reversão das tendências anteriores (Weller, 2009b). Contudo, persistem sérios déficits nas instituições trabalhistas e há várias dívidas pendentes em matéria de regulação dos mercados de trabalho, bem como importantes vieses de gênero e idade, além de setores significativos de trabalhadores não cobertos por normas trabalhistas fundamentais. O modelo “dual” que existe na região é um obstáculo central para facilitar a apropriação de ganhos de produtividade por parte dos trabalhadores de menor renda e para romper a barreira entre os trabalhadores formais e informais, que depois se transfere à proteção social. Então, as instituições trabalhistas devem ser formuladas de maneira a criar e potencializar círculos virtuosos entre aumentos de produtividade e qualidade do emprego.

Ante este panorama, a CEPAL e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) propuseram que, como ocorre com as políticas macroeconômicas, a efetividade das políticas de emprego em boa medida descansa sobre sua sincronia e capacidade de resposta à evolução do ciclo econômico. As políticas de mercado de trabalho devem atenuar os ciclos para que as empresas não percam seu capital humano em momentos de crise e os trabalhadores não sejam afetados por longos períodos de desemprego, com a consequente perda de renda e crescente dificuldade para reinserir-se no mercado de trabalho. A esse respeito, diversas políticas possuem maior pertinência e efetividade potencial segundo o momento do ciclo. Num contexto de crise, por exemplo, os programas de emprego direto e de retenção no emprego são prioritários com o fim de contrabalançar efeitos negativos, em especial para os trabalhadores mais vulneráveis e menos capacitados. Por outro lado, em fases de crescimento, essas políticas devem priorizar ações que permitam expandir a demanda e a oferta de emprego com maiores níveis de produtividade (CEPAL/OIT, 2011a).

2. Políticas de mercado de trabalho

Convém retomar alguns aprendizados sobre políticas relacionadas diretamente com o mercado de trabalho, que fomentam uma maior igualdade sob certas condições. Destacam-se as políticas e os programas de capacitação, proteção, igualdade de gênero e fortalecimento das instituições trabalhistas⁷.

a) Capacitação profissional

Embora não possa compensar as deficiências do sistema educacional e seu impacto nocivo na estrutura distributiva, um sistema de formação profissional pode ajudar a reduzir as brechas de renda entre as pessoas com um maior nível de educação formal (que se preparam para o mercado de trabalho com estudos terciários) e as que abandonam o sistema educacional depois de terminar a educação secundária ou, em muitos casos, antes. Quatro áreas de formação profissional e capacitação desempenham um papel importante para obter uma maior igualdade no mercado de trabalho:

1. Estratégias de aprendizagem por toda a vida. Uma estratégia deste tipo pode ter efeitos igualadores se for concentrada na capacitação contínua de pessoas com um menor nível educativo, pois tem um potencial distributivo positivo, além de coincidir com a iniciativa de aprendizagem ao longo da vida promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Neste contexto, é importante o desenvolvimento de sistemas de certificação de competências que tendam a favorecer, sobretudo, pessoas com

⁷ Adiante, retomam-se as descobertas e as recomendações de Weller (2012), Weller e Roethlisberger (2011), e Weller (2009a).

- menores níveis de educação e capacitação formal, ao reconhecer as habilidades e os conhecimentos adquiridos fora dos sistemas formais de formação e capacitação (Schkolnik, Araos e Machado, 2005).
2. Melhora do acesso dos jovens procedentes de famílias de baixos recursos a sistemas de educação e formação de qualidade. Além de melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de educação formal, a formação e capacitação de jovens em ofícios não universitários cumpre uma função importante, sobretudo mediante a formação em esquemas duais e o desenvolvimento de uma oferta de formação para técnicos não universitários.
 3. Capacitação para pessoas com problemas especiais de inserção no mercado de trabalho (dirigida, sobretudo, àquelas que têm um baixo nível de educação formal), a fim de reforçar a igualdade no mercado de trabalho. Sem desconectar-se da nivelação de estudos como uma opção importante para estas pessoas (Weller, 2009a), os programas dirigidos a grupos com problemas especiais de inserção no mercado de trabalho desempenham um papel importante. Seu êxito parece ter uma correlação positiva com uma estrita focalização, uma escala relativamente pequena, a emissão de um título reconhecido e valorizado no mercado de trabalho e uma forte relação com o trabalho nas empresas. Esses esquemas devem possuir uma dupla pertinência: para a demanda de qualificações do mercado de trabalho, o que melhora a inserção produtiva dos capacitados, e para os projetos de vida das pessoas, o que melhora seu bem-estar.
 4. Atenção à segregação profissional das mulheres. Na região ainda se percebem grandes obstáculos no acesso a um emprego pleno e produtivo e a um trabalho decente. As mulheres estão super-representadas nos segmentos mais precários do mercado de trabalho. Por exemplo, 14 de cada 100 trabalhadoras atuam no setor do trabalho doméstico remunerado (do ponto de vista numérico, esta constitui a ocupação mais importante para as mulheres na América Latina). No mercado de trabalho ainda existem brechas de gênero e elevados níveis de segregação profissional, tanto horizontal (no nível de setores ocupacionais) como vertical (quanto a cargos), além de se constatar uma discriminação salarial. Estima-se que a brecha de renda entre homens e mulheres com igual idade e nível educacional chega a 17% (Atal, Ñopo e Winder, 2012). A melhora do acesso à educação e à saúde, em particular à educação sexual, aos métodos contraceptivos e aos serviços de saúde reprodutiva, contribui para diminuir a gravidez adolescente, que gera deserção escolar e dificulta o acesso das jovens a um emprego decente e de qualidade. Isto mostra a necessidade de uma maior integração das políticas de emprego, saúde e educação com enfoque de gênero na agenda pública.

b) Mecanismos de proteção da renda e frente ao desemprego

O desemprego aberto e o emprego com baixa renda aprofundam a desigualdade. Portanto, os mecanismos de proteção, como as políticas salariais, especialmente o salário mínimo, têm uma relevância que vai além da proteção da renda em períodos de crise. Entre estes instrumentos de proteção destacam-se o seguro-desemprego, os esquemas complementares de proteção não contributivos e o salário mínimo.

1. O principal instrumento para atenuar os efeitos negativos e iníquos do desemprego é o seguro-desemprego contributivo, que gera uma renda compensatória transitória, ao mesmo tempo em que melhora as possibilidades de uma reinserção o mais produtiva possível. Não obstante, poucos países da região implementaram estes instrumentos que ainda apresentam vários problemas, como a cobertura limitada, o baixo nível de benefícios e um impacto pouco

- redistributivo, dado que só beneficiam trabalhadores do setor formal. Em consequência, é importante ampliar a cobertura destes esquemas, vinculá-los mais estreitamente com políticas ativas do mercado de trabalho e integrá-los com outros mecanismos de proteção, como as indenizações e os sistemas não contributivos de apoio às famílias de baixa renda.
2. Os esquemas de proteção não contributivos podem servir de complemento a outros instrumentos da política trabalhista para compensar a renda de trabalhadores desempregados e informais. Em especial, o desenvolvimento do seguro-desemprego não contributivo ampliaria a proteção frente a estas situações. No entanto, um seguro-desemprego não contributivo que coexiste com um sistema contributivo implica que é um instrumento para cobrir trabalhadores informais, o que pode gerar desincentivos à formalização e problemas de controle. Um seguro não contributivo como sistema único eliminaria esses desincentivos e reduziria os custos trabalhistas das empresas formais, o que por sua vez poderia estimular a contratação. Não obstante, seu financiamento deveria ser avaliado com respeito a outros itens e prioridades do gasto social.
 3. O salário mínimo reduz a desigualdade salarial ao subir o piso da estrutura salarial formal e atuar como sinal também para os salários do setor informal. Isso acontece desde que a definição do salário mínimo considere o nível e a estrutura salarial existente, para evitar que o instrumento perca eficácia por causa de um alto nível de descumprimento ou através de demissões causadas por aumentos dos custos trabalhistas não congruentes com a capacidade produtiva das empresas, sobretudo as de menor tamanho.
 4. Os programas de compartilhamento do trabalho (*work-sharing*) estabelecem subsídios estatais ou reduções temporárias de contribuições para a previdência social com o fim de evitar as demissões no setor privado formal.

c) Igualdade de gênero, discriminação e apoio a grupos específicos

A discriminação e os obstáculos para o acesso das mulheres ao mercado de trabalho são fatores de desigualdade entre as pessoas e de pobreza no caso de famílias ou pessoas que em condições de equidade poderiam se somar à geração de renda. Sobretudo, são necessários mecanismos que: a) facilitem a conciliação entre a vida produtiva e reprodutiva num quadro de corresponsabilidade social e de gênero; b) compensem as desigualdades na participação em redes que promovem o acesso a empregos; c) capacitem as mulheres, pois a melhora de seus conhecimentos e habilidades pode abrir novas oportunidades de trabalho; d) fomentem a contratação e o emprego produtivo independente; e) combatam preconceitos culturais e discriminações que empurram a contratação de mulheres para certas ocupações e obstaculizam sua mobilidade ascendente. Em 2011, as mulheres tinham uma taxa de desemprego de 8%, enquanto a dos homens se situava em 5%, e a taxa de participação feminina era de 49%, ainda muito abaixo da masculina, 71% (OIT, 2011a). A brecha no desemprego é mais pronunciada entre os jovens (de 15 a 25 anos): as mulheres jovens registram uma taxa de desemprego de 17%, enquanto a dos homens jovens é de 11% (BID, 2012).

A prevalência de mulheres no setor informal e em situação de subemprego ou desemprego equivale a uma subutilização de metade da força de trabalho potencial e supõe uma distribuição ineficiente de recursos e uma perda de capital humano. Além disso, somente 15% das mulheres e 25% dos homens entre 15 e 65 anos estão afiliados à previdência social, o que agrava a precariedade da população que vive em condições de pobreza. A elevada informalidade da região exige desvincular a proteção social do mercado de trabalho para garantir sistemas de previdência social mais inclusivos (Nações Unidas, 2010).

Destacam-se os seguintes instrumentos:

1. Serviços de cuidado de crianças pequenas em estabelecimentos comunais, comerciais ou de bairro. Junto com estes serviços, a redistribuição das tarefas do lar ajuda a conciliar a vida profissional e familiar mediante a redução das brechas, tanto do acesso ao mercado de trabalho como das condições desse acesso, e a aumentar a taxa de participação e a renda das mulheres (CEPAL/UNICEF, 2011; CEPAL/OIT, 2011b).
2. Normas trabalhistas centradas nas desigualdades, não só a respeito do trabalho remunerado, mas também do trabalho não remunerado, sobretudo de cuidado, para reduzir as brechas tanto do acesso ao mercado de trabalho como das condições desta inserção. Destacam-se disposições sobre a duração da jornada de trabalho, a flexibilidade horária e o trabalho a distância com os direitos trabalhistas correspondentes, as licenças de família e de emergência para ambos os sexos, o fomento e a facilitação de uma maior participação dos homens nas tarefas de cuidado, assim como a incorporação do tema ao âmbito da negociação coletiva a fim de encontrar soluções adequadas para setores ou empresas específicas (Giosa e Rodríguez, 2010).
3. Serviços de intermediação e capacitação orientados a corrigir as desvantagens que muitas mulheres enfrentam (como a falta de acesso a redes relevantes para a inserção produtiva) e a atender suas situações e necessidades familiares específicas (Weller, 2009a).
4. Incentivos à contratação de membros de grupos com problemas especiais para empregos produtivos, como as mulheres chefes de família, ou programas de apoio empresarial para mulheres que cumpram uma série de condições em termos de qualificações, acesso a crédito e mercados, serviço de cuidado e proteção social (Maurizio, 2010; CEPAL/OIT, 2010).
5. Instrumentos legais contra a discriminação para contrabalançar as desigualdades injustificadas em termos de trajetória de trabalho e salários. Destaca-se a inspeção do trabalho para identificar e eliminar práticas discriminatórias (Reinecke e Valenzuela, 2011). Especial atenção merecem as pessoas com HIV/AIDS e outros grupos que costumam ser objeto de discriminação no trabalho.

d) Expansão das instituições trabalhistas formais

Ante a importância do setor informal e das brechas de produtividade, rendas e acesso à proteção social, a baixa cobertura das instituições trabalhistas formais na América Latina e no Caribe é um desafio pendente. Uma maior cobertura das instituições trabalhistas formais melhoraria as condições de trabalho, sobretudo de trabalhadores de baixa renda, com o correspondente impacto na distribuição e acesso à proteção social. A seguir apresentam-se algumas linhas de ação a favor da formalização de empresas e relações de trabalho.

1. Simplificação de trâmites trabalhistas especiais, em alguns casos com vigência transitória (Weller e Roethlisberger, 2011).
2. Acesso a instrumentos de desenvolvimento produtivo como o crédito, os serviços de fomento empresarial e os mecanismos para facilitar o acesso aos mercados (Chacaltana, 2009).
3. Mecanismos de formalização e regulação específicos para ocupações e relações de trabalho distintas das do assalariado das empresas privadas ou do setor público, que apresentam uma baixa cobertura dessas instituições (trabalho em casa, serviço doméstico, trabalho subcontratado).

4. Um sistema de inspeção do trabalho eficiente e transparente. Recentemente, vários países da região fizeram importantes esforços para melhorar o cumprimento das normas trabalhistas (Bensusán, 2009), sobretudo por meio da informação no caso dos descumprimentos causados por desconhecimento, o desenvolvimento cooperativo de mecanismos de cumprimento para situações específicas e sanções em caso de abuso (Schrank e Piore, 2007).
5. Medidas para tornar mais transparente o mercado de trabalho e fomentar a inserção formal de pessoas com um baixo nível de estudos formais, por meio da certificação de competências e a expansão dos serviços públicos de emprego, incentivos à contratação de pessoas com problemas especiais e apoio ao trabalho independente.
6. Ampliação da cobertura da negociação coletiva, que costuma beneficiar mais os trabalhadores de baixa renda e pouca qualificação. Embora nas últimas décadas se tenha registrado uma queda dos níveis de sindicalização (entre outros fatores por mudanças na estrutura produtiva que dificultam a organização sindical, mas em alguns casos também, ou principalmente, por políticas públicas e atitudes empresariais adversas), recentemente vários países da região impulsionaram políticas para facilitar a sindicalização e a negociação coletiva (CEPAL/OIT, 2012). De particular relevância são as novas instituições trabalhistas que favorecem relações de trabalho participativas, ampliando a capacidade de proposta dos sindicatos e as áreas de negociação e ajuste, tanto em períodos de crise como de expansão, para estabelecer círculos virtuosos entre as estratégias a fim de aumentar a produtividade e a distribuição de seus frutos (Weller e Roethlisberger, 2011).

3. Políticas setoriais e de fomento para gerar empregos de maior produtividade e fechar brechas de desigualdade no mercado de trabalho

Além do comportamento do ciclo econômico, e com relação às consideráveis brechas de desigualdade que caracterizam a região, diversas políticas podem contribuir para reduzir as desigualdades que surgem no mercado de trabalho e obter maiores níveis de bem-estar. Para reduzir a desigualdade de renda no mercado de trabalho, deve-se articular de maneira virtuosa a geração de emprego produtivo (condição necessária para obter melhoras sustentáveis na distribuição com renda crescente) com a redução das desigualdades nos ativos individuais. Trata-se de um aspecto complementar a outras dimensões em que são necessários avanços para obter uma redução da desigualdade. Entre as políticas que incidem sobre a desigualdade no mercado de trabalho, mas são alheias às políticas trabalhistas e do mercado de trabalho, encontram-se as seguintes⁸:

- Políticas macroeconômicas que estabelecem um ambiente favorável a taxas elevadas e sustentadas de investimento e contribuem para conter a volatilidade desse crescimento, que é tão nociva para a distribuição e sustentabilidade da renda. É necessário fomentar um crescimento econômico elevado e sustentado como ambiente favorável para melhorar a distribuição da renda, sobretudo mediante a geração de empregos produtivos.
- Políticas de desenvolvimento produtivo que contribuem para fechar as brechas de produtividade entre os diferentes segmentos produtivos e igualar as remunerações do trabalho (condição indispensável para reduzir e fechar também as brechas nas condições de trabalho).

⁸ Retomado de Weller (2012) págs. 43-44.

- Políticas setoriais que reduzem as desigualdades dos ativos dos trabalhadores (capital humano, social e cultural). Conforme constatado, relacionou-se a recente redução da desigualdade nos países latino-americanos com uma menor desigualdade na educação (López-Calva e Lustig, 2010). Contudo, os sistemas educativos da região ainda apresentam grandes problemas de cobertura, qualidade e segmentação que requerem profundas reformas (Bárcena e Serra, 2011).
- Políticas que reduzem a desigualdade no acesso a outros ativos que limita a geração de renda do trabalho ou a formação de um patrimônio para famílias de baixa renda, sobretudo o acesso ao capital (crédito), à habitação (subsídios) e, em alguns países, à terra.

D. TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS ORIENTADAS AOS SETORES VULNERÁVEIS: A CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS E DAS PENSÕES SOCIAIS NÃO CONTRIBUTIVAS

As melhoras experimentadas em termos de distribuição de renda e redução da pobreza na região devem-se, principalmente, a taxas de crescimento positivas e sustentadas, em combinação com a aplicação de políticas sociais que melhoraram a renda das pessoas mais pobres. Os resultados positivos em matéria de redução da pobreza e nos indicadores de desigualdade devem-se, em grande medida, à extensão da proteção social, sobretudo da proteção social não contributiva, o que representa uma mudança notável na região. Em especial, os programas de transferências condicionadas e as pensões sociais não contributivas constituem duas experiências importantes na região⁹.

Boxe II.1

A INICIATIVA PISO DE PROTEÇÃO SOCIAL

As medidas tendentes a criar sistemas de proteção social integral ressaltam o papel de um consenso emergente sobre a necessidade de assegurar pisos de proteção social na região. Este consenso também reflete a resposta à Iniciativa do Piso de Proteção Social, que nasceu em 2009 como uma das nove iniciativas advogadas pelo sistema das Nações Unidas em resposta à crise econômica e financeira (OIT, 2010). Esta iniciativa, que se consolidou com o chamado relatório Bachelet sobre o piso de proteção social (OIT, 2011b), nasceu da convicção de que é viável e necessário garantir o acesso a serviços essenciais e a transferências sociais para todos, com ênfase prioritária na população pobre e vulnerável. A iniciativa apresenta um enfoque integral sobre a proteção social, que reforça tanto a oferta como a demanda de proteção social, referindo-se a duas dimensões: a) uma gama de direitos sociais essenciais e transferências (monetárias ou em espécie), para assegurar a renda mínima e a segurança de meios de vida para todos, com o fim de facilitar o acesso a bens e serviços essenciais; b) a oferta de um nível mínimo de bens e serviços sociais essenciais, como saúde, água e higiene, educação, habitação e informação fundamental para preservar a vida, que seja acessível para todos.

A Iniciativa do Piso de Proteção Social enfatiza a necessidade de garantir serviços e transferências ao longo do ciclo de vida, sob uma perspectiva de gênero, assegurando o bem-estar das crianças, trabalhadores com renda insuficiente e idosos, com especial atenção a grupos vulneráveis (por nível socioeconômico, etnia e deficiência, pessoas que vivem com HIV/AIDS, migrantes e pessoas expostas a situações adversas, como desastres naturais).

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Piso de protección social para una globalización equitativa e inclusiva*, Genebra, 2011; e “La Iniciativa del Piso de Protección Social”, Genebra, 2010.

⁹ A CEPAL mantém duas bases de dados detalhados acerca dos programas de transferências condicionadas e pensões sociais implementadas na América Latina e no Caribe, onde se pode consultar suas características, cobertura, montantes e benefícios concedidos, bem como o orçamento alocado, entre outros elementos (veja [on-line] <http://dds.cepal.org/bdptc> e <http://dds.cepal.org/bdps/>).

1. Os programas de transferências condicionadas: consolidação e aportes

As transferências condicionadas fazem parte de uma gama de programas e ferramentas utilizadas para estender a proteção social não contributiva. A CEPAL tem acompanhado a consolidação e evolução desses programas com o fim de ressaltar suas principais contribuições e assinalar também algumas de suas limitações¹⁰. Em sua maioria, foram concebidos como programas de combate à pobreza extrema, quer dizer, como iniciativas adotadas para aplacar os danos sociais ocasionados pela crise da dívida, volatilidade econômica e posterior queda do gasto social. Esses programas buscam canalizar renda de forma direta e focalizada para as famílias mais pobres, condicionando a entrega dos recursos ao cumprimento de diversas corresponsabilidades por parte das famílias beneficiárias, com o fim de incentivar a acumulação de capital humano (frequência e permanência das crianças no sistema educativo e diversos controles e ações de saúde) em detrimento de estratégias de sobrevivência com um horizonte imediato (em especial o trabalho infantil) e com a intenção de gerar maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho, em particular para os dependentes menores dessas famílias, que alcançam maiores níveis educativos, de saúde e de nutrição.

Além de transferências monetárias, os programas oferecem benefícios em espécie (como suplementos alimentares, material escolar e insumos produtivos) e acesso a serviços e a outros programas, em especial de saúde, capacitação técnica e profissional, apoio ao trabalho independente, intermediação de mão de obra e geração direta e indireta de emprego, bem como orientação familiar, apoio psicossocial e até melhoras da infraestrutura social básica. Além disso, envolvem algumas prestações destinadas a melhorar a dotação, a qualidade e o desempenho dos serviços sociais de educação e saúde (Cechini e Madariaga, 2011, págs 71-78). Na maioria dos casos, o apoio é entregue às mulheres a cargo do cuidado dos menores dependentes da família e estas ficam como as principais responsáveis de cumprir as corresponsabilidades exigidas pelos programas, um aspecto controverso abordado mais adiante. Em virtude desses atributos, os programas apresentam sinergias importantes com vários objetivos de desenvolvimento social e econômico, em especial com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (veja o quadro II.3).

Quadro II.3

OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS E RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Objetivos dos programas de transferências condicionadas	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) a que contribui
<ul style="list-style-type: none"> - Prover uma fonte adicional de recursos às famílias mais pobres (transferências em dinheiro) - Apoio para melhorar a alimentação das famílias beneficiárias (entrega de suplementos alimentares e contraprestações associadas à frequência a palestras sobre nutrição) 	Primeiro ODM: Erradicar a pobreza extrema e a fome
<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a dotação de capital humano através da frequência escolar das crianças em situação de vulnerabilidade social (contraprestação) - Reduzir o trabalho infantil fomentando a frequência escolar (contraprestação) 	Segundo ODM: Atingir o ensino básico universal
<ul style="list-style-type: none"> - Entregar transferências em dinheiro às mulheres para sua administração e execução - Destacar o papel central das mulheres na promoção e difusão do programa^a 	Terceiro ODM: Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em A. León, “Progresos en la reducción de la pobreza extrema en América Latina: Dimensiones y políticas para el análisis de la primera meta del Milenio” (LC/R.2147), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), agosto de 2008.

^a Este aspecto controverso é abordado mais adiante.

¹⁰ Algumas publicações relevantes são as seguintes: Villatoro (2004 e 2005), Robles (2009), Pautassi e Zibechi (2010), León (2007), Arriagada e Mathivet (2007), Cechini e outros (2009), Cechini e Madariaga (2011), e Rodríguez Enríquez (2011), John Hoddinott e Lucy Bassett (2012).

Após a sua paulatina introdução a partir da segunda metade dos anos 90, na década de 2000 a maioria dos países da região adotou programas de transferências condicionadas (veja o quadro A.5 do anexo). Na atualidade, esses programas ocupam um lugar importante nos sistemas de proteção social, sustentando a renda das famílias mais pobres e estimulando avanços na acumulação de capital humano nesses setores. Outro traço destacado é o alcance populacional que conseguiram em termos absolutos e relativos e com respeito ao custo fiscal que representam. Estima-se que, em torno de 2009, esses programas alcançavam 25 milhões de famílias (cerca de 113 milhões de pessoas) e mobilizavam recursos equivalentes a apenas 0,40% do PIB da região (Cechini e Madariaga, 2011). Em 2012 esses programas operavam em 20 países da região. Finalmente, sua efetividade também depende de uma estreita cooperação entre os níveis de governo, dos serviços públicos de educação e saúde e de sofisticados sistemas de gestão, monitoramento e avaliação.

Enquanto alguns programas de “condicionalidade forte” enfatizam a acumulação de capital humano como fim primordial (México), outros programas de “condicionalidade fraca” priorizam a canalização de renda mínima aos setores mais pobres (Brasil) e outros servem de porta de entrada a sistemas ou redes de coordenação programática com condicionalidades (Chile) (Cechini e Martínez, 2011). Cabe notar que a focalização dos recursos nas famílias mais pobres (independentemente de persistirem erros de inclusão e exclusão) os converteu em um dos itens de gasto público e social mais progressivos e redistributivos.

Os programas de transferências condicionadas têm sido considerados, às vezes com excessivo otimismo, como uma boa prática de política social, e até como um instrumento capaz de romper a transmissão intergeracional da pobreza. Convém, então, reconhecer seus efeitos positivos, bem como retomar algumas críticas e limitações.

2. Efeitos positivos e limitações¹¹

Em matéria de geração de renda e inserção no mercado de trabalho, os programas ajudam a cobrir as carências de renda no curto prazo, embora haja muita heterogeneidade com respeito ao impacto sobre a empregabilidade dos beneficiários. Em geral, embora os programas tenham incorporado ações a favor da inserção das famílias beneficiárias no mercado de trabalho, a maioria das pessoas não consegue um emprego estável e predomina a ocupação no mercado informal de trabalho e com um débil acesso a mecanismos de proteção (CEPAL/OIT, 2011b). Isto se deve a que, em boa medida, a inserção no mercado de trabalho depende de fatores alheios às variáveis sobre as quais incidem os programas, como as limitações ligadas à heterogeneidade da estrutura produtiva (em especial as brechas de produtividade entre os setores de atividade) e a dinâmica da criação de emprego e das exclusões nos mercados de trabalho (CEPAL, 2012c, pág. 124).

Diversas avaliações de impacto e numerosos estudos documentaram alguns efeitos positivos. No âmbito global, reconhece-se o efeito positivo sobre diversos indicadores de capacidades humanas, como aumentos na matrícula escolar, maior cobertura em controles de crescimento e de medicina preventiva para crianças e melhores indicadores de nutrição de crianças, entre outros. Também favorecem um maior nível de consumo das famílias beneficiárias, em especial um maior (e mais diverso) consumo de alimentos e de insumos como roupas e calçados, sobretudo infantis. Estes efeitos têm grande relevância, pois conseguiram uma sinergia positiva entre os esforços dos países para desenvolver serviços básicos de

¹¹ Nesta seção mencionam-se efeitos que não correspondem necessariamente a todos os programas; assinalam-se dimensões e aspectos que os diversos programas favorecem de acordo com os estudos e avaliações disponíveis.

educação e saúde, fomentar seu aproveitamento por parte dos setores mais vulneráveis ou excluídos por condições de discriminação, pobreza, saúde e desigualdade socioeconômica e promover a acumulação de capital humano junto com a redução de carências básicas de bem-estar. Com respeito ao impacto desses programas sobre o trabalho infantil, foram assinaladas diversas situações, já que nem todos os programas foram explicitamente elaborados com esse fim e nem sempre se observam efeitos significativos.

Os programas de transferências condicionadas geraram uma controvérsia não resolvida com relação à condição e autonomia das mulheres. Embora representem uma fonte adicional de renda para as mulheres beneficiárias e lhes confirmem certo poder de decisão sobre seu uso, a carga de trabalho e de tempo associada ao cumprimento das corresponsabilidades também afeta suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho ou de empreendimento produtivo, ao mesmo tempo em que reafirma a divisão tradicional do trabalho doméstico não remunerado nas famílias (Nações Unidas, 2013; Rodríguez Enríquez, 2011; López e Salles, 2006; Herrera e Suárez, 2011). De modo a contribuir para corrigir as desigualdades de gênero e promover o empoderamento das mulheres, esses programas devem ser formulados com componentes que atendam suas necessidades nas famílias, incentivem uma maior corresponsabilidade no cuidado, promovam o empoderamento econômico e político da mulher e previnam a violência de gênero.

Também é importante relativizar algumas críticas centradas nos incentivos produzidos pelos programas com respeito ao esforço individual e à informalidade. Não há evidências concludentes para o argumento de que os programas de transferências condicionadas implicam o risco de gerar incentivos adversos com respeito à disposição a buscar emprego e empreender atividades geradoras de renda, em boa medida devido à limitada capacidade das transferências de cobrir o déficit de renda das famílias pobres (e, em menor medida, indigentes)¹². Com respeito à geração de incentivos entre os beneficiários para manter-se em atividades econômicas e empregos do setor informal, trata-se de um risco superdimensionado, dado que a maioria dos programas não contributivos (inclusive os programas de transferências condicionadas) não se destinam diretamente a adultos em idade de trabalhar, mas a crianças ou idosos, nem operam em virtude da condição de trabalho, mas do (baixo) nível de renda no setor formal ou informal. Em especial, este argumento também suporia que o trabalho no setor informal, em especial o autoemprego e o trabalho por conta própria (muito ligados à informalidade), seria uma escolha voluntária, mais que uma consequência da falta de opções formais. A CEPAL assinalou que a informalidade é, sobretudo, produto da heterogeneidade da estrutura produtiva e não uma preferência pelo autoemprego derivada da racionalidade econômica dos trabalhadores (CEPAL, 2012c, pág. 121).

Outro aspecto controvertido é o papel ambíguo das condicionalidades estritas: enquanto a acumulação de capital humano constitui um objetivo de longo prazo que requer continuidade, a condicionalidade e eventual suspensão da entrega de benefícios parecem contraditórias. A temporalidade quanto à permanência das famílias beneficiárias nos programas também apresenta dois aspectos controversos. Por um lado, omite o caráter dinâmico da pobreza, em particular a vulnerabilidade à pobreza: uma família que obtém melhor renda cumpre um prazo como beneficiária, preenche certos requisitos ou alcança determinados umbrais e “sai” do programa pode voltar a cair em uma situação de pobreza na ausência de mecanismos de proteção ou de oportunidades de emprego sustentadas. Assim, um desafio central de muitos programas é a implementação de mecanismos eficazes de graduação que permitam suspender o apoio às famílias que obtiverem uma capacidade autônoma suficiente e permanente para gerar renda. Daí que a implementação de esquemas de graduação com frequência tenha sido adiada

¹² De acordo com Cechini e Madariaga (2011, págs. 129-139), em torno de 2009, os montantes mínimos médios das transferências concedidas pelos programas representavam uma porcentagem do déficit mensal de recursos da população pobre de 13,5% nas áreas urbanas e 17% nas áreas rurais, enquanto os montantes máximos equivaliam a 39,9% e 53,4%, respectivamente.

ou se mantenha como um desafio pendente. Por outro lado, quando se define um período máximo de permanência, mantém-se a dificuldade de limitar no tempo o apoio destinado à acumulação de capacidades e a proporcionar níveis mínimos de renda e consumo, ou até de suspendê-los, quando as famílias não conseguem aumentar sua capacidade para gerar renda própria. Além disso, as condicionalidades requerem um gasto adicional de administração e monitoramento e não se baseiam necessariamente em uma análise bem informada das barreiras que impedem que as famílias levem as crianças à escola ou aos serviços de saúde, e nos melhores instrumentos para eliminar essas barreiras. Finalmente, as condicionalidades supõem a presença de serviços educativos e de saúde de qualidade que nem sempre estão disponíveis e não se ajustam às diferentes necessidades das minorias étnicas.

Tudo isto destaca a questão de saber se esses programas demonstraram (como se pretendeu em alguns casos) ter capacidade para romper a transmissão intergeracional da pobreza. A esse respeito, uma primeira consideração é que, dado o valor limitado das transferências com respeito ao déficit de renda das famílias pobres (e, em menor medida, indigentes), os programas de transferências condicionadas reduzem esse déficit, mas não o eliminam, mesmo se as intervenções forem mantidas indefinidamente. Em segundo lugar, deve-se assinalar uma limitação fundamental quanto a um dos pressupostos básicos de muitos programas: que um maior nível de capital humano permitiria sistematicamente às novas gerações alcançar maior renda. Esse pressuposto dá por certa a disponibilidade de empregos e de oportunidades para a geração de renda, um aspecto muito fora do alcance dos programas. Em outras palavras, os mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza e desigualdade respondem a dinâmicas que esses programas podem mitigar, mas não neutralizar, como as brechas de produtividade nos setores de atividade e a dualidade no mercado de trabalho, a qualidade desigual dos serviços educativos e de saúde, a evolução estratificada das taxas de dependência e fecundidade e a discriminação de gênero e de grupos específicos no trabalho, entre outros fatores.

Os programas de transferências condicionadas tornaram-se uma peça importante dos sistemas de proteção social, mas são um instrumento a mais que deve ser encaixado de maneira adequada com as demais peças da política pública. Embora a proteção social inclusiva não comece nem termine com esses programas, podem constituir instrumentos úteis e eficazes na medida em que se lhes atribuam funções e objetivos precisos e se delimitem as competências e responsabilidades pertinentes (Cechini e Martínez, 2011, pág. 167). Nesse sentido, convém sublinhar o papel desses programas como portas de entrada e de coordenação de sistemas de proteção social mais inclusivos, solidários e centrados na garantia de um piso de proteção social universal. O quadro II.4 resume algumas funções que esses programas podem assumir como portas de acesso a sistemas de proteção social mais inclusivos.

3. As pensões sociais preenchem algumas lacunas da seguridade social formal e de exclusões acumuladas ao longo do ciclo vital

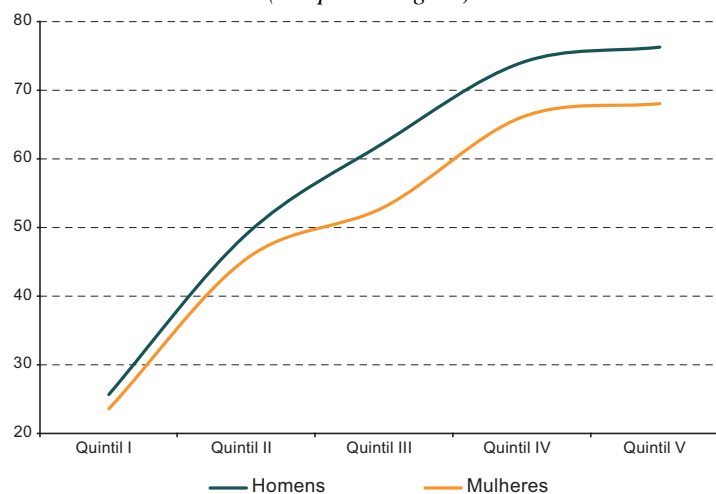
A persistência de um setor informal de grande tamanho e diversos vieses associados ao emprego formal (geográficos, setoriais, geracionais e de gênero) deixaram desprotegidos numerosos segmentos populacionais. A partir dos anos 80 e 90, a esses desequilíbrios se somaram outros vieses nos países que optaram por individualizar e privatizar os sistemas de pensões, como a insuficiente cobertura e densidade de contribuições no caso dos trabalhadores vulneráveis ou intermitentes que ao longo de sua vida ativa não conseguem fazer contribuições suficientes para lhes garantir uma renda mínima digna no futuro (tal é o caso de muitas mulheres que, devido à carga de trabalho não remunerado e à discriminação que sofrem ao longo do ciclo de vida, têm trajetórias de trabalho truncadas e com maior frequência em atividades informais). Um indicador sintético desses desequilíbrios na maioria dos países é o acesso estratificado, e com um acentuado viés de gênero, a pensões, aposentadorias e serviços de saúde durante a velhice (veja o gráfico II.6).

Quadro II.4
**FUNÇÕES DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS
 COMO COMPONENTES ARTICULADORES DE SISTEMAS
 DE PROTEÇÃO SOCIAL MAIS INCLUSIVOS**

Função	Descrição	Benefícios associados e ações conexas
Proteger e assegurar a renda	- Garantir condições socioeconômicas mínimas mediante a provisão de uma renda a populações antes excluídas da política social, do mercado de trabalho formal e dos mecanismos contributivos de proteção social	- Melhora da produtividade das famílias devido a uma melhor situação nutricional e de mobilidade - Maior circulação em comunidades pobres que favorece a atividade comercial e de serviços em zonas com altos níveis de pobreza - Cobertura de necessidades básicas para os que carecem de capacidade autônoma
Identificar a demanda e garantir o acesso	- Intensificar o acesso dos grupos mais pobres a serviços sociais disponíveis e adaptados a suas necessidades e carências específicas	- Acesso a um leque de serviços e programas além dos educativos e de saúde gerais (palestras educativas, workshops de capacitação e apoio psicossocial) - Melhora da infraestrutura social básica ou de habitação
Fomentar o trabalho decente	- Promover o trabalho decente e reduzir a vulnerabilidade através da vinculação com políticas de fomento do trabalho	Vinculação com políticas e programas de: - Formação para o trabalho - Nivelção de educação primária e secundária - Emprego temporário - Apoio produtivo e microcrédito - Intermediação da mão de obra

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em S. Cechini e R. Martínez, “Protección social inclusiva en América Latina. Una mirada integral, un enfoque de derechos”, *Libros de la CEPAL*, N° 111 (LC/G.2488-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), março de 2011, págs. 168-170.

Gráfico II.6
**AMÉRICA LATINA E CARIBE^a (18 PAÍSES): POPULAÇÃO DE 65 ANOS E MAIS QUE RECEBE
 APOSENTADORIA OU PENSÃO, POR SEXO E QUINTIL DE RENDA, EM TORNO DE 2009^b**
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Eslabones de la desigualdad. Heterogeneidad estructural, empleo y protección social* (LC/G.2539), Santiago do Chile, julho de 2012.

^a Média simples.

^b Os dados do Estado Plurinacional da Bolívia correspondem a 2007 e os do México e República Bolivariana da Venezuela a 2008. Os dados da Argentina correspondem à Grande Buenos Aires, os do Estado Plurinacional da Bolívia a oito cidades principais e El Alto, os do Equador às áreas urbanas, os do Paraguai a Assunção e Departamento Central e os do Uruguai às áreas urbanas.

Ante essas lacunas, na maioria dos países foram construídos de maneira paulatina esquemas não contributivos de pensões financiados com receitas gerais, a fim de garantir o acesso a uma renda mínima para a população idosa sem direito a pensão ou aposentadoria. O quadro A.6 do anexo resume os principais esquemas implementados atualmente no âmbito nacional, bem como seu orçamento e cobertura. Um aspecto significativo é que, embora durante o século 20 alguns países tenham estabelecido mecanismos extensivos de proteção não contributiva, nos últimos anos ficou claro que a maioria adotou e ampliou esses mecanismos.

O financiamento desses mecanismos e sua complementaridade com os esquemas contributivos representam dois dos grandes desafios para o futuro, em especial ante a tendência generalizada ao envelhecimento: em 2036 o número de pessoas de idade avançada será superior ao de crianças na América Latina e no Caribe. Trata-se, então, de um desafio extenso, dado que a desproteção e falta de renda durante a velhice até agora não tem caracterizado somente as pessoas pobres ou indigentes (Prado e Sojo, 2010).

Finalmente, convém mencionar o compromisso de garantir um piso de proteção social durante a velhice após a aprovação em 2012 da Carta de San José sobre os direitos dos idosos da América Latina e do Caribe¹³.

E. CONSTRUÇÃO PAULATINA DE UM PISO DE PROTEÇÃO SOCIAL COMO GARANTIA CIDADÃ

A maioria dos países da região avançou no sentido de garantir um piso de proteção social e ações para fechar brechas de produtividade, capacidades e bem-estar, embora com recursos, alcances e enfoques muito distintos (veja o quadro II.5).

As brechas de produtividade envolvem brechas na qualidade do emprego, o que, por sua vez, segmenta o acesso à proteção social. Neste sentido, o desafio final continua sendo avançar rumo à universalidade da proteção social. Isso implica: i) cobrir as lacunas históricas no âmbito da proteção social, devidas, em boa medida, aos déficits de cobertura do sistema contributivo e à falta de uma cobertura plena com receitas gerais do Estado, o que priva muitas pessoas do acesso oportuno a redes de proteção; ii) mitigar os efeitos de vulnerabilidade provocados pelas flutuações do crescimento e o impacto das crises econômicas; iii) proteger a população temporariamente afetada pelas mudanças no mundo do emprego ante as reformas estruturais que se busca impulsionar (CEPAL, 2012b, pág. 278).

Um aspecto fundamental da construção de um piso de proteção social está relacionado com a universalização da cobertura dos sistemas de saúde e a concretização do direito à saúde como direito humano. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a proteção social em saúde é a garantia que a sociedade concede por meio dos poderes públicos para que um indivíduo ou grupos de indivíduos possam satisfazer suas necessidades e demandas de saúde ao obter um acesso adequado aos serviços do sistema ou de algum dos subsistemas de saúde existentes, sem que a capacidade de pagamento constitua um fator restritivo. Nesse sentido, a cobertura universal de saúde possui três dimensões: o acesso de todas as pessoas sem restrições e a existência de

¹³ Entre os compromissos assumidos está o de garantir progressivamente o direito à seguridade social universal e assegurar o acesso equitativo das mulheres e homens idosos a esta e outras medidas de proteção social, em particular quando não gozam dos benefícios da aposentadoria (veja [on-line] http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/1/44901/CR_Carta_ESP.pdf).

serviços que respondam às diversas necessidades de saúde com qualidade e sem barreiras econômicas. Os sistemas de saúde devem evoluir para a redução dos gastos relacionados com a prestação dos serviços de saúde para que não se ponha em risco a economia e o bem-estar das famílias. O boxe II.2 reúne alguns aprendizados em torno das alianças indispensáveis para construir modelos de acesso universal à saúde.

Quadro II.5
**AMÉRICA LATINA E CARIBE (PAÍSES SELECIONADOS): ENFOQUES
 DE PROTEÇÃO SOCIAL, EM TORNO DE 2009**

Principais enfoques	Características	Países
1. Proteção como assistência e acesso à promoção	Proteção social não contributiva focalizada nos pobres (programa de transferências condicionadas)	Equador, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru e República Dominicana Caribe: Jamaica e Trinidad e Tobago
2. Posição intermediária entre assistência e acesso à promoção e garantia cidadã	Proteção social não contributiva focalizada nos pobres (programa de transferências condicionadas) Além do programa de transferências condicionadas, incorporam-se outras políticas de proteção social não contributiva (focalizadas ou universais, no âmbito das pensões e saúde) e procura-se articular de maneira progressiva os diversos componentes	Estado Plurinacional da Bolívia, Colômbia, El Salvador, México e Panamá
3. Proteção social como garantia cidadã	Transferências e prestações como parte da proteção social não contributiva Crescente articulação entre políticas de proteção social não contributiva e contributiva Procura-se formar sistemas integrados e coordenados de proteção social	Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica e Uruguai

Fonte: S. Cechini e R. Martínez, “Protección social inclusiva en América Latina. Una mirada integral, un enfoque de derechos”, *Libros de la CEPAL*, N° 111 (LC/G.2488-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), março de 2011.

Ante o risco de que a proteção social se reduza a pacotes básicos de prestações, é preciso reconhecê-la como uma garantia cidadã. Como tal, manifesta-se em várias dimensões do bem-estar e da política social, e não se concentra somente nos mais pobres ou vulneráveis, mas no conjunto dos cidadãos e na realização de seus direitos econômicos e sociais. Em virtude dessa perspectiva, os sistemas de proteção social têm quatro funções essenciais: i) garantir uma renda para manter níveis básicos de qualidade de vida, o que supõe a facilitação de condições socioeconômicas mínimas para satisfazer os direitos quanto a renda, alimentação, saúde, educação, habitação e serviços básicos, mas também compensar a queda da renda abaixo dos níveis mínimos, o que implica o acesso a diversos mecanismos de seguro; ii) identificar a demanda insatisfeita de serviços sociais (educação, saúde e habitação, entre outros) e garantir o acesso a esses serviços para apoiar o capital humano e a capacidade de resposta autônoma da população; iii) fomentar o trabalho decente mediante políticas que ajudem a manejar o risco no mundo do trabalho, garantam o cumprimento dos direitos trabalhistas e colaborem na integração progressiva da população ativa ao mercado formal de trabalho; iv) reduzir as brechas entre homens e mulheres ao longo do ciclo de vida e redistribuir equitativamente o trabalho de cuidado em virtude de uma perspectiva integral e de gênero (CEPAL, 2010).

Boxe II.2

**ALIANÇAS PARA CONSTRUIR O MODELO DE ACESSO UNIVERSAL
À SAÚDE COMO DIREITO HUMANO**

- **Com os diversos sistemas existentes**

Na maioria dos países, a fragmentação dos sistemas de saúde e suas diferentes características e usuários requerem como primeira estratégia a criação de alianças para desenvolver sistemas únicos que permitam oferecer um acesso universal à saúde sem restrições.

- **Com os diversos níveis de governo**

Embora a responsabilidade de garantir a saúde seja dos governos nacionais, isto não pode se concretizar sem estratégias de corresponsabilidade e cogestão com os governos subnacionais e municipais, assegurando recursos humanos e financeiros para sua adequada gestão.

- **Com os diversos setores governamentais**

Garantir o acesso universal à saúde para todos requer um esforço integral e intersetorial, em que a inclusão da saúde em todas as políticas se torna realidade na atividade cotidiana dos setores de educação, trabalho, meio ambiente e outros, como atores corresponsáveis da saúde dos povos.

- **Com os cidadãos**

Garantir o direito à saúde requer uma participação plena de todos os cidadãos que transcenda as esferas de consulta e de coparticipação em sua própria saúde para instalar-se como mecanismo de gestão formal enraizado nos novos modelos de cobertura dos sistemas de saúde a serem desenvolvidos. A participação dos cidadãos deve ocorrer em todos os ciclos da política de saúde e converter todos os agentes em sujeitos ativos do sistema de saúde.

- **Com as universidades, o setor acadêmico e os centros de pesquisa e capacitação**

A adequada formação dos profissionais e a sensibilização sobre seu papel para garantir o pleno direito à saúde são dois fatores determinantes em um sistema de saúde com cobertura universal. O fortalecimento da tomada de decisões baseadas em evidências científicas também supõe uma aliança necessária com o setor acadêmico e os centros de pesquisa que torne sustentável o modelo a ser desenvolvido.

- **Com os povos indígenas e os afrodescendentes**

O direito à saúde não pode ser garantido sem uma visão integral e plural que acolha as práticas dos povos ancestrais e responda a suas concepções, ao mesmo tempo em que lhes permite acessar os últimos avanços da medicina. Também existe o compromisso de comunicar as práticas preventivas e curativas em suas línguas e desenvolver estratégias de promoção da saúde que lhes permitam ser agentes corresponsáveis de sua própria saúde.

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS), *Informe sobre la Salud en el Mundo. La financiación de los sistemas de salud. El camino hacia la cobertura universal*, Ginebra, 2010; Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)/Organização Internacional do Trabalho (OIT), “Ampliación de la protección social en materia de salud. Iniciativa conjunta de la Organización Panamericana de la Salud y la Organización Internacional del Trabajo”, Washington, D.C., 2005.

Do ponto de vista operacional, as funções e os eixos de integração da proteção social requerem a coordenação programática e financeira de três componentes: o contributivo, o não contributivo e a regulação do mercado de trabalho. Conforme indicado, a maioria dos países da região avançou na implementação de um componente não contributivo que compense as lacunas da seguridade social contributiva e da segmentação do mercado do trabalho. Não obstante, os desafios pendentes continuam sendo consideráveis em matéria de cobertura, financiamento e coordenação. No futuro, isto exigirá um compromisso político e fiscal sustentado, bem como perspectivas inovadoras¹⁴. No âmbito da definição de uma agenda de desenvolvimento posterior a 2015, deve-se dar prioridade ao fortalecimento de sistemas integrais de proteção social que garantam os direitos e a dignidade das pessoas.

¹⁴ Uma orientação inovadora consiste em reordenar e adaptar os mecanismos de proteção social sob a perspectiva das necessidades de cuidado das pessoas ao longo do ciclo de vida. Esse novo horizonte interpela a proteção social quanto às funções já expostas, mas também atribui ênfase adicional à divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado no nível individual e agregado. A esse respeito, uma experiência notável é o Sistema Nacional de Cuidado do Uruguai, uma iniciativa inovadora que busca preencher lacunas em matéria de proteção social, mas também incidir sobre o bem-estar das pessoas e das famílias em um sentido amplo, a partir de múltiplas dimensões da política pública (Rico, 2011; Sojo, 2011; Rico e Maldonado, 2011).

Bibliografía

- Arriagada, Irma e Charlotte Mathivet (2007), “Los programas de alivio a la pobreza Puente y Oportunidades. Una mirada desde los actores”, *serie Políticas Sociales*, N° 134 (LC/L.2740-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), abril.
- Atal, Juan Pablo, Hugo Ñopo e Natalia Winder (2012), *Nuevo siglo, viejas disparidades: brechas de ingresos por género y etnicidad en América Latina y el Caribe*, Washington, D.C., Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Bárcena, Alicia e Narcís Serra (eds.) (2011), *Educación, desarrollo y ciudadanía en América Latina. Propuestas para el debate* (LC/L.3365), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB)/CIDOB, agosto.
- Bensusán, Graciela (2009), “Estándares laborales y calidad de los empleos en América Latina”, *Perfiles Latinoamericanos*, vol. 17, N° 34, julho-dezembro.
- BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) (2012), *Igualdad de género en América Latina y el Caribe. Por qué la igualdad de género* [on-line] <http://www.iadb.org/es/temas/genero-pueblos-indigenas-y-afrodescendientes/genero-y-el-banco-interamericano-de-desarrollo,1926.html>.
- Cecchini, Simone e Aldo Madariaga (2011), “Programas de transferencias condicionadas: balance de la experiencia reciente en América Latina y el Caribe”, *Cuadernos de la CEPAL*, N° 95 (LC/G.2497-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), junho.
- Cecchini, Simone e Rodrigo Martínez (2011), “Protección social inclusiva en América Latina. Una mirada integral, un enfoque de derechos,” *Libros de la CEPAL*, N° 111 (LC/G.2488-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/ Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), março.
- Cecchini, Simone e outros (2009), “Desafíos de los programas de transferencias con corresponsabilidad: los casos de Guatemala, Honduras y Nicaragua”, *Documentos de Proyecto*, N° 248 (LC/W.248), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ASDI), maio.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2012a), *Panorama Social de América Latina 2012* (LC/G.2557-P), Santiago do Chile.
- _____ (2012b), *Cambio estructural para la igualdad: Una visión integrada del desarrollo* (LC/G.2524(SES.34/3)), Santiago do Chile, julho.
- _____ (2012c), *Eslabones de la desigualdad. Heterogeneidad estructural, empleo y protección social* (LC/G.2539), Santiago do Chile, julho.
- _____ (2012d), *Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2012* (LC/G.2546-P), Santiago do Chile.
- _____ (2012e), “La reacción de los gobiernos de las Américas frente a la crisis internacional: seguimiento de las medidas de política, actualización al 31 de diciembre de 2011 (versión preliminar)”, Santiago do Chile [on-line] http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/2/46422/2012-184-La_reaccion_de_los_gobiernos-WEB.pdf.
- _____ (2010), *¿Qué Estado para qué igualdad?* (LC/G.2450(CRM.11/3)), Santiago do Chile.
- _____ (2008), *Los mercados de trabajo, la protección de los trabajadores y el aprendizaje de por vida en una economía global: experiencias y perspectivas de América Latina y el Caribe* (LC/L.2880), Santiago do Chile.
- _____ (2007), *Panorama Social de América Latina 2007* (LC/G.2351-P/E), Santiago do Chile, outubro.
- CEPAL/OIT (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/Organização Internacional do Trabalho) (2012), *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*, N° 7 (LC/G.2475-P), Santiago do Chile, outubro.
- _____ (2011a), “Políticas contracíclicas para una recuperación sostenida del empleo”, *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*, N° 5 (LC/G.2475-P), Santiago do Chile, junho.

- _____ (2011b), “Protección social y empleo: análisis de experiencias derivadas de programas de transferencias con corresponsabilidad”, *Documentos de Proyectos*, N° 398 (LC/W.398), Santiago do Chile, maio.
- _____ (2010), “Recuperación del empleo: hacia un modelo sostenible”, *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*, N° 3 (LC/G.2475-P), Santiago do Chile, dezembro.
- CEPAL/UNICEF (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/Fundo das Nações Unidas para a Infância) (2011), “Cuidado infantil y licencias parentales”, *Boletín Desafíos*, N° 12, Santiago do Chile, julho.
- Chacaltana, Juan (2009), “Crecimiento, empleo y distribución de ingresos en América Latina”, serie *Macroeconomía del Desarrollo*, N° 98 (LC/L.3143-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), dezembro.
- Herrera, Carmen e Julia Suárez (eds.) (2011), *El Programa Oportunidades y los derechos de las mujeres indígenas en México*, México, D.F., Edições Nostromo.
- John Hoddinott e Lucy Bassett (2012), “Conditional cash transfer programs and nutrition in Latin America. Assesment of impacts and strategies for improvement”, *Working Paper*, N° 9, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).
- León, Arturo (2008), “Progresos en la reducción de la pobreza extrema en América Latina: Dimensiones y políticas para el análisis de la primera meta del Milenio” (LC/R.2147), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), agosto.
- López, María de la Paz e Vania Salles (eds.) (2006), *El programa Oportunidades examinado desde el género*, Programa de Desarrollo Humano Oportunidades/Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM)/ El Colegio de México.
- López-Calva, Luis Felipe e Nora Claudia Lustig (2010), *Declining Inequality in Latin America: A Decade of Progress?*, Brookings Institution Press, maio.
- Maurizio, Roxana (2010), “Enfoque de género en las instituciones laborales y las políticas del mercado de trabajo en América Latina”, serie *Macroeconomía del Desarrollo*, N° 104 (LC/L.3230-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), junho.
- Nações Unidas (2013), *Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Informe Anual 2012* (LC/G.2561/Rev.1), Santiago do Chile.
- _____ (2010), *El progreso de América Latina y el Caribe hacia los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Desafíos para lograrlos con igualdad* (LC/G.2460), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- OIT (Organização Internacional do Trabalho) (2012), *Panorama Laboral 2012. América Latina y el Caribe*, Lima, dezembro.
- _____ (2011a), *Panorama Laboral 2011. América Latina y el Caribe*, Lima.
- _____ (2011b), *Piso de protección social para una globalización equitativa e inclusiva*, Ginebra.
- _____ (2010), “La Iniciativa del Piso de Protección Social”, Ginebra.
- OMS (Organização Mundial da Saúde) (2010), *Informe sobre la Salud en el Mundo. La financiación de los sistemas de salud. El camino hacia la cobertura universal*, Ginebra.
- OPS/OIT (Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Internacional do Trabalho) (2005), “Ampliación de la protección social en materia de salud. Iniciativa conjunta da Organização Pan-Americana da Saúde e da Organização Internacional do Trabalho”, Washington, D.C.
- Pautassi, Laura e Claudia Zibecchi (2010), “La provisión de cuidado y la superación de la pobreza infantil. Programas de transferencias condicionadas en Argentina y el papel de las organizaciones sociales y comunitarias”, serie *Políticas Sociales*, N° 159 (LC/L.3170-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

- Prado, Antonio e Ana Sojo (eds.) (2010), “Envejecimiento en América Latina. Sistemas de pensiones y protección social integral”, *Libros de la CEPAL*, N° 110 (LC/G.2475-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento.
- Reinecke, Gerhard e María Elena Valenzuela (eds.) (2011), *Chile. El impacto del mercado laboral en el bienestar de las personas*, Santiago do Chile, Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Rico, María Nieves (2011), “El desafío de un sistema nacional de cuidados para el Uruguay”, *serie Seminarios y Conferencias*, N° 66 (LC/L.3359), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), agosto.
- Rico, María Nieves e Carlos Maldonado Valera (2011), “Las familias latinoamericanas interrogadas. Hacia la articulación del diagnóstico, la legislación y las políticas”, *serie Seminarios y Conferencias*, N° 61 (LC/L.3296-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Robles, Claudia (2009), “Pueblos indígenas y programas de transferencias con corresponsabilidad. Avances y desafíos desde un enfoque étnico”, *serie Políticas Sociales*, N° 156 (LC/L.3170-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Rodríguez Enríquez, Corina (2011), “Programas de transferencias condicionadas de ingreso e igualdad de género ¿Por dónde anda América Latina?”, *serie Mujer y Desarrollo*, N° 11 (LC/L.3416), Santiago do Chile, Comissão Econômica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- Schkolnik, Mariana, Consuelo Araos y Felipe Machado (2005), “Certificación por competencias como parte del sistema de protección social: la experiencia de países desarrollados y lineamientos para América Latina”, *serie Políticas Sociales*, N° 113 (LC/L.2438-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- Schrank, Andrew y Michael Piore (2007), “Norms, regulations, and labour standards in Central America - Final Version”, *serie Estudios y Perspectivas*, N° 77 (LC/MEX/L.766), México, D.F., sede sub-regional da CEPAL no México.
- Sojo, Ana (2011), “De la evanescencia a la mira: El cuidado como eje de políticas y de actores en América Latina”, *serie Seminarios y Conferencias*, N° 67 (LC/L.3393), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Uthoff, Andras e Simone Cecchini (2008), “Pobreza y empleo en América Latina: 1990-2005”, *Revista de la CEPAL*, N° 94 (LC/G.2357-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), abril.
- Villatoro, Juan Pablo (2005), “Programas de transferencias monetarias condicionadas: experiencias en América Latina”, *Revista de la CEPAL*, N° 86 (LC/G.2282-P/E), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), agosto.
- _____ (2004), “Programas de reducción de la pobreza en América Latina. Un análisis de cinco experiencias”, *serie Políticas Sociales*, N° 87 (LC/L.2133-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Weller, Jürgen (2012), “Crecimiento, empleo y distribución de ingresos en América Latina”, *serie Macroeconomía del Desarrollo*, N° 122 (LC/L.3516), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- _____ (2009a), “El fomento de la inserción laboral de grupos vulnerables. Consideraciones a partir de cinco estudios de caso nacionales”, *Documentos de Proyectos*, N° 306 (LC/W.306), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- _____ (2009b), *El nuevo escenario laboral latinoamericano: regulación, protección y políticas activas en los mercados de trabajo*, Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Siglo XXI.
- Weller, Jürgen e Claudia Roethlisberger (2011), “La calidad del empleo en América Latina”, *serie Macroeconomía del Desarrollo*, N° 110 (LC/L.3320-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

III. DIRETRIZES DE UMA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A agenda para o desenvolvimento pós-2015 é uma nova oportunidade para promover um verdadeiro desenvolvimento sustentável baseado na solução dos grandes males da humanidade. Para isso, propõe-se um desenvolvimento sustentável com a igualdade como princípio orientador e valor subjacente e a mudança estrutural como caminho. Uma agenda de tal magnitude começa por reconhecer os limites de um desenvolvimento baseado no crescimento econômico e na extração indiscriminada de recursos naturais e concentrado na redução da pobreza monetária, que não chegou a garantir o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

É preciso um enfoque multidimensional para enfrentar o desafio da erradicação da pobreza e reconhecer que esta depende do nível de desenvolvimento de cada sociedade. Os níveis de bem-estar da América Latina e do Caribe são altos ao se tratar de uma região de renda média, mas diferem entre países devido à heterogeneidade existente. Dado que muitos temas de vital importância para a região são transversais —particularmente os relacionados com o meio ambiente e a igualdade de gênero—, o enfoque não pode ser setorial e deve emanar dos próprios países.

A região também enfrenta desafios cruciais e problemas emergentes que requerem especial atenção. Cabe destacar entre eles a dinâmica demográfica, a rapidez e autonomia dos processos de urbanização, as brechas essenciais dentro da desigualdade —territoriais, de gênero e etárias, entre outras—, a vulnerabilidade aos eventos naturais extremos exacerbados pela mudança climática e a dependência do meio ambiente e dos recursos naturais. O atual cenário econômico regional, relativamente positivo, não deve desconsiderar as recorrentes crises econômicas e a vulnerabilidade aos choques externos, que demandam uma maior resiliência no plano econômico e da proteção social. O fortalecimento institucional e do estado de direito em todos os níveis, bem como a segurança humana, são condições indispensáveis para avançar nos desafios da nova agenda. Este capítulo analisa também a mudança estrutural para a igualdade e o desenvolvimento sustentável como caminho para um novo paradigma de desenvolvimento.

A. LIMITES DE UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO CONCENTRADA NO CRESCIMENTO ECONÔMICO E NA REDUÇÃO DA POBREZA MONETÁRIA

Frequentemente, os custos associados à erradicação da extrema pobreza foram identificados com a quantia dos recursos monetários necessários para elevar a renda da população até o valor da linha de indigência. Isto deu lugar às estimativas das chamadas brechas de pobreza. Os montantes resultantes desses exercícios pressupõem que a transferência de recursos para as pessoas que vivem em situação de pobreza ocorre em condições de focalização perfeita —tanto na seleção de beneficiários como na determinação das transferências para cada um deles— e sem ocasionar custos administrativos (Cecchini e Madariaga, 2011). Por isso, não consideram os investimentos em emprego, educação, saúde e proteção social necessários para elevar o bem-estar geral das famílias que vivem em situação de pobreza de forma permanente com base na renda gerada no mercado de trabalho. Deste modo, o custo de fechar as brechas de pobreza difere significativamente dos recursos necessários para levar a cabo um conjunto amplo e inter-relacionado de políticas e programas de luta contra a pobreza, e poderia diferir mais se considerarmos a pobreza como um fenômeno multidimensional.

Tendo presente esta consideração, o quadro III.1 resume as estimativas do custo de fechar as brechas de pobreza extrema e de pobreza total em vários países da região. Os cálculos baseiam-se nas medições realizadas pela CEPAL com base nas linhas nacionais de pobreza. Na maioria dos países estes pressupostos são mais altos que a linha oficial de 1,25 dólar por pessoa/dia (em dólares PPA) utilizada nas avaliações globais do progresso para a meta 1A do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio.

Quadro III.1
AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): BRECHAS DE POBREZA, EM TORNO DE 2011

País	Brecha de pobreza extrema			Brecha de pobreza total		
	(em milhões de dólares)	(em porcentagens do PIB)	(em porcentagens do gasto público social)	(em milhões de dólares)	(em porcentagens do PIB)	(em porcentagens do gasto público social)
Honduras	904,64	5,88	48,96	3 131,26	20,34	169,48
Nicarágua	265,37	3,29	25,32	1 075,89	13,35	102,66
Guatemala	875,08	2,89	37,10	3 752,47	12,41	159,08
Paraguai	696,70	2,72	27,73	2 369,24	9,24	94,30
Bolívia (Estado Plurinacional da)	462,38	2,67	14,49	1 476,86	8,52	46,29
El Salvador	148,81	0,69	5,34	1 105,02	5,16	39,67
República Dominicana	581,30	1,05	14,32	2 467,10	4,44	60,77
Equador	379,93	0,49	5,21	1 963,64	2,51	26,95
México	4 038,76	0,39	3,46	23 549,43	2,28	20,19
Colômbia	911,40	0,27	2,21	7 223,43	2,17	17,49
Brasil	4 798,84	0,19	0,74	31 655,93	1,28	4,87
Panamá	95,85	0,31	2,81	378,63	1,21	11,09
Costa Rica	110,46	0,27	1,20	474,36	1,16	5,14
Peru	530,99	0,29	3,19	1 007,40	0,56	6,05
Chile	192,78	0,08	0,54	886,81	0,36	2,48
Venezuela (República Bolivariana da)	231,21	0,00	...	946 635,44	0,30	...
Uruguai	11,63	0,02	0,11	133,68	0,29	1,23
Argentina	160,65	0,04	0,13	705,08	0,16	0,57

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais dos países.

A luta contra a pobreza continuará sendo um dos objetivos prioritários na nova agenda de desenvolvimento, considerando os altos níveis que esta registra na América Latina e no Caribe e nas demais regiões em desenvolvimento. Conforme assinalado, os avanços na redução da pobreza refletem em grande medida o progresso na consecução dos demais objetivos de desenvolvimento. Por isso, não é de estranhar que as variações na incidência da pobreza monetária e no crescimento do PIB se tenham convertido em um binômio-chave para avaliar o êxito das políticas públicas. Lamentavelmente, não se

prestou a mesma atenção ao objetivo central de redução das expressões da desigualdade e cumprimento dos direitos da população¹.

Todavia, uma agenda de desenvolvimento concentrada principalmente no crescimento econômico e na diminuição da pobreza de renda apresenta limitações. Estas se manifestam quando se examina a magnitude que alcançaria a pobreza nos países latino-americanos em 2015 e 2025 em dois cenários, um de aumento da renda das famílias mantendo sua distribuição e outro de crescimento da renda das famílias e redução da desigualdade (veja o quadro III.2)². No primeiro cenário supôs-se, tanto para o próximo triênio como para os anos seguintes, uma taxa de crescimento real anual da renda monetária de todas as famílias de 2,5%, porcentagem inferior aos 2,9% registrados no período 2003-2011³. No segundo, supôs-se um ritmo anual de aumento da renda de 4% para os 40% mais pobres. Este aumento é um pouco inferior aos 4,8% correspondentes ao mesmo período nos 18 países considerados.

Cabe assinalar que o aumento da renda real das famílias entre 2003 e 2011 foi obtido em um período excepcional para a maioria dos países da região. De fato, a partir de 2003 e até 2008, quando teve início a crise, o PIB regional cresceu a uma taxa anual de 4,9%. Após a diminuição registrada em 2009, o PIB continuou expandindo-se a um ritmo um pouco menor e num contexto mundial mais desfavorável. As projeções para o próximo triênio indicam que o ritmo de expansão da economia mundial e o da região serão menores e é provável que novamente ocorram conjunturas críticas. Por isso, as taxas de aumento da renda das famílias utilizadas para as projeções de pobreza são muito otimistas. Além disso, a experiência das últimas três décadas indica que, com o padrão de desenvolvimento prevalecente, o crescimento econômico a taxas elevadas e sustentadas é condição necessária para obter melhoras na distribuição da renda. Por isso, a taxa de 4% utilizada para projetar o aumento da renda dos 40% de famílias mais pobres é igualmente muito otimista.

No exercício foram adotadas diversas metas para os países. No grupo de países de pobreza mais elevada (Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e República Dominicana) considerou-se a meta de baixar à metade a pobreza extrema nos próximos 15 anos. Nos países de pobreza intermediária (Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Panamá e República Bolivariana da Venezuela) considerou-se mais adequada a meta mais exigente de reduzir à metade a pobreza total, inclusive a extrema. Nos três países de pobreza mais baixa (Argentina, Chile e Uruguai) a meta proposta é reduzir a pobreza em um terço, embora sua erradicação seja um objetivo não só desejável, mas possível de ser alcançado em um prazo relativamente breve.

¹ Apesar das reiteradas menções à desigualdade e à necessidade de reduzi-la, somente um dos indicadores oficiais do Milênio, o indicador 1.3 (a proporção do consumo nacional que corresponde ao quintil mais pobre da população), guarda alguma relação com a desigualdade na distribuição da renda. O exame da evolução da pobreza não pode prescindir da análise das variações na distribuição da renda e da gravitação deste objetivo central na redução da pobreza.

² A análise limita-se aos países latino-americanos, já que não se dispôs de pesquisas domiciliares dos países e territórios do Caribe. O período de projeção de 15 anos considera um horizonte de tempo razoável para o cumprimento de novas metas de pobreza em 2030.

³ Embora as taxas de crescimento da renda para o período 2003-2011 difiram entre os países, a média reflete bem as variações do conjunto. Em 12 países a taxa anual de crescimento da renda per capita não difere em mais de um ponto percentual da média de 2,9%. Algo similar ocorre com o aumento da renda dos 40% mais pobres.

Quadro III.2
AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): ESTIMATIVAS DE INCIDÊNCIA DA POBREZA EM CENÁRIOS DE CRESCIMENTO DA RENDA DAS FAMÍLIAS, COM E SEM REDUÇÃO DA DESIGUALDADE, 1990-2025

País ^a	Pobreza extrema	Meta 1A dos ODM	Pobreza extrema	Pobreza total	Simulações de metas ^b	Pobreza extrema ou total			
						Sem melhora distributiva ^c	Com melhora distributiva ^d	Sem melhora distributiva ^c	Com melhora distributiva ^d
						2015	2015	2025	2025
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Meta: reduzir a pobreza extrema à metade					(3) x 1/2				
Honduras	60,9	30,5	42,8	67,4	21,4	39,3	37,5	29,4	22,3
Nicarágua	51,4	25,7	29,5	58,3	14,8	25,6	23,8	15,9	10,5
Guatemala	42,0	21,0	29,1	54,8	14,6	26,2	24,4	16,7	10,6
Paraguai	33,0	16,5	28,0	49,6	14,0	24,9	23,5	16,8	12,8
Bolívia (Estado Plurinacional da)	40,0	20,0	22,4	42,4	11,2	20,2	19,1	15,1	12,3
República Dominicana	20,3	42,2	10,2	17,5	16,0	10,4	7,2
Meta: reduzir a pobreza à metade					(4) x 1/2				
El Salvador	26,0	13,0	16,7	46,6	23,3	41,0	38,7	26,7	18,2
México	18,7	9,4	13,3	36,3	18,2	31,8	29,3	18,9	11,9
Panamá	21,0	10,5	12,4	25,3	12,7	22,9	21,5	15,9	12,0
Venezuela (República Bolivariana da)	14,4	7,2	11,7	29,5	14,8	24,7	22,5	13,6	8,5
Colômbia	26,1	13,1	10,7	34,2	17,1	30,3	28,2	19,4	13,0
Equador	26,2	13,1	10,1	32,4	16,2	28,0	25,6	16,0	10,3
Costa Rica	10,1	5,1	7,3	18,8	9,4	16,1	14,5	9,6	6,7
Peru	25,0	12,5	6,3	27,8	13,9	24,7	22,8	15,3	10,2
Brasil	23,4	11,7	6,1	20,9	10,5	18,5	17,0	11,3	8,0
Meta: reduzir a pobreza em um terço					(4) x 1/3				
Chile	13,0	6,5	3,1	11,0	3,7	9,0	7,9	4,8	3,5
Argentina	6,8	3,4	1,9	5,7	1,9	5,0	4,6	3,5	2,9
Uruguai	3,4	1,7	1,1	6,7	2,2	5,4	4,7	2,8	1,8

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a Os países estão ordenados de maior a menor nível de pobreza extrema.

^b Metas estabelecidas de acordo com o nível de pobreza ou de pobreza extrema dos países em 2011.

^c Supôs-se uma taxa de crescimento da renda das famílias de 2,5%, equivalente à média observada no período 2002-2011.

^d Supôs-se uma taxa de crescimento da renda de 4% para os 40% de famílias mais pobres, equivalente à média observada no período 2002-2011.

As cifras projetadas mostram um panorama preocupante, já que muitos países não alcançarão a meta, entre eles os de menor renda por habitante (Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e República Dominicana). Apesar dos avanços conseguidos nesses países desde 1990, a pobreza extrema em 2015 continuará muito alta (veja o quadro III.2). No melhor cenário —crescimento econômico com redução da desigualdade— a pobreza extrema poderia baixar à metade no Estado Plurinacional da Bolívia e na Nicarágua, mas nos seis países mencionados entre um sexto e quase dois quintos da população não disporá de recursos suficientes para satisfazer suas necessidades básicas de alimentação (veja a sétima coluna do quadro III.2). Estas cifras para a média nacional serão ainda mais altas nas zonas rurais e em grupos específicos da população, notadamente entre as famílias chefiadas por mulheres. As desigualdades territoriais e as que se sustentam em diferenças étnicas e de gênero indicam que uma proporção muito elevada da população padece e continuará padecendo de fome⁴. A principal causa da insegurança alimentar na região não é a disponibilidade agregada de alimentos, mas a falta de acesso a eles em consequência da desigualdade na distribuição da renda e do consumo.

A isso acrescenta-se que as medições da pobreza extrema se baseiam em um nível muito baixo e o fato de superá-lo não significa que as pessoas estejam em condições de atender suas necessidades alimentares, e muito menos as demais necessidades. A saída da pobreza extrema não assegura a satisfação das necessidades alimentares de maneira adequada, já que a renda familiar se destina a satisfazer o conjunto das necessidades e, por isso, subestima a porcentagem de população que padece de fome. Se a agenda para o desenvolvimento pós-2015 propõe metas de pobreza baseadas na renda, as medições devem utilizar níveis mínimos adequados, referentes ao conjunto das necessidades básicas e, na medida do possível, ao bem-estar individual. Esta é uma condição necessária para que os indicadores reflitam a medida de cumprimento dos direitos, neste caso o direito à alimentação. O foco deve ser reorientado da medição da pobreza por renda para o conjunto das necessidades, reconhecendo o caráter multidimensional do fenômeno.

No Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Panamá, Peru e República Bolivariana da Venezuela, a pobreza extrema afeta uma fração relativamente pequena da população, embora igualmente significativa (entre 6% e 17%). Desses países, somente Brasil e Peru já atingiram a meta 1.A do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (veja as colunas 1 e 2 do quadro III.2). Nesses países a população não indigente, mas vulnerável (com renda entre 0,5 e 1,25 vez o valor da linha de pobreza), mais que duplica a porcentagem da população em pobreza extrema. Por exemplo, no Brasil, a pobreza extrema em 2011 representava 5,8%, enquanto a população vulnerável se elevava a cerca de 19,0% da população total⁵. Além disso, uma fração importante da população que ultrapassa a linha de pobreza dispõe de renda muito baixa e também é altamente vulnerável a conjunturas externas ou eventos familiares que reduzem ainda mais a renda das famílias, como o desemprego ou a doença do principal contribuinte. Portanto, é indispensável contemplar indicadores que informem sobre o grau de vulnerabilidade da população a variações na renda.

⁴ As estimativas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) sobre a porcentagem de população que estaria abaixo do consumo mínimo de energia alimentar indicam que uma de cada quatro pessoas não satisfaz suas necessidades alimentares. Na Guatemala e no Haiti essa porcentagem se eleva a 30% e a 46%, respectivamente.

⁵ Veja CEPAL (2012a).

Somente em três países, que reúnem pouco mais de 10% da população regional (Argentina, Chile e Uruguai), a pobreza extrema é muito baixa (próxima ou inferior a 3%), de modo que uma meta mais adequada que a estabelecida nos ODM é erradicar esse tipo de pobreza. Contudo, também nesses países a incidência da pobreza não considera a alta vulnerabilidade da população às flutuações da renda. À guisa de exemplo, no Chile a pobreza afetava 11% da população, mas cerca de 18% residia em domicílios com renda per capita inferior a 1,25 vez o valor da linha de pobreza e 39% em domicílios com renda inferior a duas linhas de pobreza, cerca de 485 dólares mensais em um domicílio de quatro membros. Essas porcentagens são consequência da elevada concentração da distribuição da renda na região, que se traduz em que uma proporção muito alta da população dispõe de renda muito baixa, próxima ao valor da linha de pobreza. Deste modo, nas conjunturas favoráveis uma porcentagem alta da população sai dessa situação e nas desfavoráveis o contingente que ingressa também é elevado, a menos que a população vulnerável esteja coberta pelas transferências monetárias de um pilar de proteção social ou por um sistema de proteção frente a situações de desemprego⁶.

Conforme indicado no capítulo anterior, o combate à pobreza e vulnerabilidade requer um pilar de proteção social (não contributivo e universal) para assegurar níveis mínimos de consumo e proteger a população das flutuações da renda e dos efeitos negativos das desigualdades sociais. Os recursos que devem ser destinados para esse pilar dependem da magnitude das transferências envolvidas e dos prazos contemplados para sua implementação. O custo dessas transferências “em regime” pode significar uma fração importante do gasto público dos países, mas sua aplicação paulatina (quanto a benefícios e beneficiários) concede margens de ação para orientar a política pública para uma proteção básica de cada pessoa, o que é indispensável, já que aumenta a cobertura dos programas de proteção do mercado de trabalho formal.

Cabe perguntar qual seria o panorama da pobreza na região em 2015 se forem mantidas as condições excepcionalmente favoráveis que imperaram na região a partir de 2003. Mesmo supondo que a renda das famílias cresça a um ritmo de 4% ao ano —cenário muito otimista—, transcorridos 25 anos a porcentagem de população pobre seria de 47% em Honduras, 30% na Nicarágua, 27% na Guatemala, 26% no Paraguai, 22% no Estado Plurinacional da Bolívia e 21% na República Dominicana. Nos nove países de pobreza intermediária, flutuaria em torno de 23%, com exceção de El Salvador, onde alcançaria cerca de 39%. Por sua vez, nos três países latino-americanos de mais alta renda por habitante, a pobreza afetaria menos de 10% da população (veja o quadro III.2).

As projeções de pobreza para 2025 mostram um panorama pouco agradável. No cenário mais otimista, ao cabo de 35 anos a porcentagem de população pobre no Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Paraguai diminuiria somente em um terço do nível de 1990 (de 54% para 33%) e mais de 10% continuaria passando fome⁷. Mas em 2025 as medições de pobreza já não captam adequadamente o fenômeno devido à obsolescência paulatina do nível mínimo de renda utilizado para medi-la. É preciso adequar as linhas de pobreza ao aumento da renda nacional e às mudanças na estrutura do consumo que o acompanham⁸.

⁶ A diferença entre estas duas situações é que sair da pobreza depois de uma recessão leva bastante mais tempo que o necessário para que a renda caia abaixo da linha de pobreza. A experiência da América Latina depois da crise da dívida ilustra bem esta assimetria.

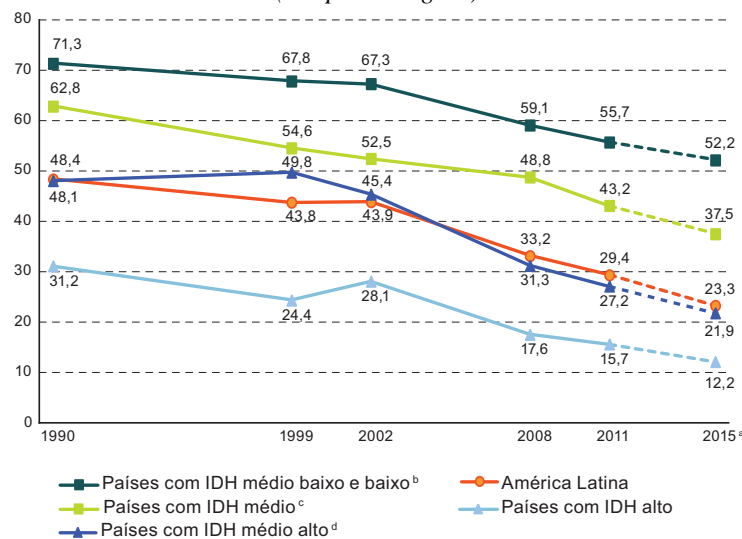
⁷ As porcentagens correspondem a uma média simples.

⁸ A evolução da pobreza também deve ser conectada com as mudanças demográficas, em particular com os diferenciais de fecundidade por estratos socioeconômicos, que mostram uma maior taxa naqueles de menor renda. Desta maneira, se não atuarmos sobre os determinantes que originam estas disparidades, pobreza, reprodução precoce e maiores taxas de fecundidade geram um círculo vicioso que perpetua a desigualdade e a exclusão.

Além da pobreza absoluta, importa também a pobreza relativa. A redução da desigualdade —objetivo central de uma nova agenda de desenvolvimento— requer que a medição da pobreza absoluta baseada no consumo seja acompanhada de indicadores de pobreza relativa⁹, que permitem analisar melhor a evolução do bem-estar em períodos mais longos e determinar em que medida o aumento da renda nacional incorpora a população aos padrões médios de consumo dos países.

Por outro lado, as metas uniformes e mal calibradas que não levam em consideração a heterogeneidade regional diminuem a relevância dos resultados na diminuição da pobreza e dificultam a apropriação nacional de uma agenda de desenvolvimento. Por isso, a agenda para o desenvolvimento pós-2015 deve considerar a especificidade de cada uma das regiões. O gráfico III.1 ilustra a heterogeneidade da pobreza na América Latina e o nível que alcançaria em 2015 na hipótese de crescimento com distribuição da renda.

Gráfico III.1
AMÉRICA LATINA E CARIBE: EVOLUÇÃO DA POBREZA SEGUNDO O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH), POR GRUPOS DE PAÍSES, 1990-2015
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a Projeções.

^b Estado Plurinacional da Bolívia, Guatemala, Haiti, Honduras e Nicarágua.

^c Colômbia, El Salvador, Paraguai e República Dominicana.

^d Argentina, Chile, Costa Rica, Cuba, México e Uruguai.

Finalmente, a nova agenda de desenvolvimento regional deveria colocar no centro o objetivo da igualdade, em particular o avanço para a eliminação da pobreza absoluta e da exclusão social. De fato, a adoção de uma perspectiva de direitos supõe impulsionar políticas públicas dirigidas explicitamente a diminuir a desigualdade em todas as suas manifestações (étnicas, de gênero, territoriais e socioeconômicas), que se traduzem finalmente em uma desigual distribuição da renda, a qual transmite e perpetua a pobreza

⁹ Os indicadores de pobreza relativa quantificam a porcentagem de população com renda inferior a certa proporção da mediana da distribuição, que varia normalmente entre 40% e 60% do valor da mediana.

entre gerações. A pobreza baseada na renda monetária como principal indicador de progresso não considera o cumprimento dos direitos, pilar básico de uma agenda para o desenvolvimento sustentável.

Tendo a renda como indicador, o modelo atual não parece capaz de levar a região a um estado superior de desenvolvimento em termos convencionais. Por exemplo, o PIB per capita da América Latina e do Caribe fica em torno de 12.000 dólares em paridade de poder aquisitivo, quer dizer, trata-se de uma região com um nível de renda média alta (500 dólares acima da média mundial). Não obstante, a passagem ao nível dos países desenvolvidos (38.342 dólares) equivaleria a aumentar o PIB mundial em 19,3%. Se isto fosse feito com todos os países do mundo em situação equivalente, a cifra se elevaria a 85%. Contudo, ainda faltariam chegar a esse nível todos os países de renda baixa e média baixa. Deixando de lado as desigualdades que as médias escondem, o modelo de desenvolvimento atual, completamente dependente do uso da energia e dos recursos naturais e degradador do meio ambiente, não será capaz de gerar esse aumento de renda sem afetar a resiliência e sobrevivência do planeta. Podemos nos conformar em resolver a situação dos países de renda baixa (o que representa apenas um aumento de 2,5% do produto mundial), mas, para fornecer a todos um nível de bem-estar de país desenvolvido, será necessária uma mudança completa do modelo de desenvolvimento que deverá ser guiada pelos objetivos de desenvolvimento sustentável.

B. GRANDES LIÇÕES

Primeira lição: A agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi bem-sucedida como quadro comum de ação, mas será necessário adaptá-la às especificidades regionais mediante uma agenda de múltiplos níveis e um acompanhamento multidimensional do desenvolvimento num contexto de direitos e igualdade

Uma virtude dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio como plataforma para o acompanhamento do desenvolvimento foi a definição de níveis mínimos, fixos e comparáveis para todos os países em desenvolvimento. Em contrapartida, esta característica também implicou duas limitações. A primeira foi a definição de níveis mínimos que não eram necessariamente significativos para todos os países, em especial para aqueles de maior desenvolvimento relativo. A segunda consistiu na adoção de metas fixas, o que dificultou avaliar o avanço relativo de cada país, de acordo com sua especificidade e seu desenvolvimento relativo. No caso da América Latina e do Caribe, embora persistam enormes desigualdades e disparidades dentro dos países, algumas metas e indicadores da agenda dos ODM foram pouco exigentes, dado o desenvolvimento relativo da região. Em especial, a pobreza medida pela disponibilidade de menos de 1,25 dólar diário per capita (em paridade do poder aquisitivo) em muitos casos indicava um mínimo demasiado baixo. Inclusive a definição de níveis mínimos mais exigentes, mediante —por exemplo— o uso de linhas de pobreza monetária mais elevadas, implica suas próprias limitações em termos de representatividade. Com efeito, a pobreza é um fenômeno multidimensional que, além da renda, abrange privações em um amplo espectro de aspectos do bem-estar humano. A renda por si só não basta para dar uma imagem completa da situação da pobreza nos países, o que fica particularmente evidente quando se emprega uma conceptualização da pobreza que vai além das necessidades materiais e se incluem aspectos como o gozo dos direitos, o bem-estar psicológico, a aceitação de si mesmo ou a satisfação de certas necessidades (CEPAL, 2010a, págs. 54-62; CEPAL, 2012a; CEPAL/UNICEF, 2010).

No futuro, a conceptualização e medição da pobreza sob uma perspectiva multidimensional deveria fazer parte do acompanhamento da nova agenda para o desenvolvimento. Na região, governos, organismos internacionais e centros acadêmicos acumularam conhecimento nesta matéria, desenvolvendo metodologias diversas em que, conforme o caso, foram consideradas as capacidades, oportunidades e atividade das pessoas, a privação dos direitos econômicos, sociais e culturais, a medição de diversas necessidades básicas insatisfeitas e até mesmo a disponibilidade (ou falta) de tempo como resultado da carga de trabalho remunerado e não remunerado das pessoas. A necessidade de adotar uma perspectiva multidimensional para a medição da pobreza é uma lição aprendida que responde à complexidade deste fenômeno e da própria região. Supõe a tarefa complexa de identificar as dimensões relevantes, selecionar os indicadores que as representem e estabelecer os níveis mínimos do que se considera suficiente em cada caso. Mas apresenta a vantagem de que torna possível avaliar os avanços e atrasos de maneira menos parcial e restrita do que quando a pobreza é definida em termos monetários e absolutos, como era a tendência dominante. Sobretudo, ajuda na integração mais harmônica das políticas sob uma perspectiva intersetorial e interdisciplinar.

Em geral, com respeito não só à pobreza, mas também às demais dimensões do bem-estar e do desenvolvimento, é desejável que uma agenda para o desenvolvimento pós-2015 mantenha um mínimo denominador comum. Mas também deve incorporar critérios e níveis mínimos ajustáveis para considerar padrões mais ambiciosos onde seja factível, assim como critérios complementares, tanto absolutos como relativos, que permitam medir o progresso dos países de acordo com seu atraso ou avanço inicial, com as políticas implementadas ao longo do tempo, os recursos destinados e o desempenho obtido.

Segunda lição: O desenvolvimento não é unidimensional; não se trata apenas de obter crescimento econômico: destacam-se a interdependência, a transversalidade e a integração de esforços

O desenvolvimento sustentável é redefinido a partir da interdependência e sinergia entre as políticas sociais, econômicas e ambientais. A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) foi uma oportunidade única para confirmar o compromisso dos países da região, e de todo o mundo, em alcançar o desenvolvimento sustentável tendo como objetivo primordial a erradicação da pobreza. Também se reafirmou a necessidade de “obter o desenvolvimento sustentável promovendo um crescimento sustentado, inclusivo e equitativo, criando maiores oportunidades para todos, reduzindo as desigualdades, melhorando os níveis de vida básicos, fomentando o desenvolvimento social equitativo e a inclusão e promovendo uma ordenação integrada e sustentável dos recursos naturais e ecossistemas que preste apoio, entre outras coisas, ao desenvolvimento econômico, social e humano e facilite ao mesmo tempo a conservação, a regeneração, o restabelecimento e a resiliência dos ecossistemas aos problemas novos e emergentes” (Nações Unidas, 2012). A Rio+20 manifestou também a diversidade de visões para transitar ao desenvolvimento sustentável presentes na região e a necessidade de incorporar efetivamente no planejamento do desenvolvimento sustentável os processos culturais que atualmente têm lugar em diversos países da região. Portanto, a conferência deve ser entendida como o começo de uma nova dinâmica de colaboração e intercâmbio entre os países da região, não só para enfrentar de maneira conjunta os desafios pendentes dos ODM, mas também para efetuar uma transição para a sustentabilidade.

A **natureza** é essencial para a saúde e o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento socioeconômico, através da provisão de uma grande quantidade de bens e serviços ecossistêmicos. Apesar disso, o valor da integridade da natureza e sua vinculação com a sociedade não se reflete plenamente nas decisões econômicas, o que impede a formação de um círculo virtuoso entre a proteção do meio ambiente, a saúde e o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento econômico. É necessário contar com uma

compreensão clara destes valores, sua transversalidade na ação humana e a necessidade de sua integração plena nas decisões públicas e privadas. Os investimentos na natureza hoje podem proporcionar poupança, impulsionar a eficiência e promover o crescimento econômico no longo prazo (PNUMA, 2011).

Por outro lado, não existe desenvolvimento sustentável sem **igualdade**. Apesar de uma diminuição contínua da desigualdade de renda na maioria dos países da região durante a última década, grupos importantes de população excluída e marginalizada não se beneficiaram do crescimento econômico nem das redes de proteção social. Com o atual padrão de progresso da América Latina e do Caribe, as desigualdades estão diminuindo no que diz respeito à renda, sobretudo para pessoas em idade de trabalhar que têm um alto nível educativo ou de capacitação nos setores dinâmicos da economia, mas essa melhora não está chegando com a mesma rapidez para as mulheres, os jovens e as populações indígenas e rurais. Além da disparidade de renda, persistem desigualdades profundas no acesso aos serviços de saúde —inclusive os de saúde reprodutiva e de prevenção, tratamento, atenção e apoio aos casos de HIV/AIDS—, educação e moradia, entre outros serviços sociais. Além disso, a falta de direitos de acesso à informação, de participação dos cidadãos e de justiça impede a consideração adequada da diversidade de processos culturais e das preocupações e necessidades da população em situação de exclusão ou marginalização.

Em particular, a **igualdade de gênero**, o empoderamento das mulheres e o cumprimento de seus direitos em todos os âmbitos são essenciais para obter um desenvolvimento sustentável com igualdade. Uma das lições mais importantes aprendidas nos últimos 15 anos é a compreensão de que, para obter um verdadeiro desenvolvimento sustentável, o empoderamento das mulheres é uma condição necessária e inadiável. A discriminação baseada no gênero é a forma mais dominante de discriminação e desigualdade em todas as sociedades da região, afetando mais de 50% de suas populações e as mulheres em termos de exercer seus direitos e acessar uma vida livre e digna em todos os aspectos, desde a capacidade de escolher uma vida independente e participar na tomada de decisões no âmbito público e privado até a segurança para viver uma vida livre de violência. Por tal razão, é necessária uma análise integral das desigualdades de gênero e das realidades atuais das mulheres como parte essencial do funcionamento da economia e do desenvolvimento sustentável com igualdade em todas as esferas.

As mulheres da região alcançaram enormes conquistas, sobretudo no âmbito educativo. Na maioria dos países da região, a proporção de mulheres que cursam a educação primária em relação aos homens melhorou até alcançar a paridade em termos de matrícula (indicador 3.1 do terceiro ODM), embora sejam necessários esforços adicionais em diversos países. Apesar deste cenário positivo, as maiores taxas de matrícula escolar não se traduziram em maiores retornos da educação, melhor saúde (especificamente saúde e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres jovens) ou mais emprego, sobretudo emprego decente, com acesso à proteção social. Além disso, os níveis de fecundidade adolescente na região são irregularmente elevados e resistentes à queda e a fecundidade adolescente não desejada está aumentando sistematicamente. Além disso, as raízes estruturais da desigualdade de gênero se refletem nos altos níveis de discriminação e de violência contra as mulheres e as meninas.

Embora o emprego entre os homens tenha aumentado durante a última década, as mulheres da região hoje recebem menores salários que os homens e têm maior probabilidade de se empregar em trabalhos precários no setor informal, com menor acesso à proteção e previdência social. A proporção de mulheres com trabalho assalariado no setor não agrícola (indicador 3.2. do terceiro ODM) aumentou, mas a uma taxa menor que o resto da economia. Portanto, é essencial promover políticas específicas para enfrentar a grande discriminação salarial e a segregação ocupacional, além de destacar a importância relativa do trabalho não remunerado que se realiza dentro do lar. A responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados constitui uma limitação à participação das mulheres no mercado de trabalho em condições de igualdade e, por conseguinte, para seu empoderamento e independência econômica. Além

disso, para atender os temas de desigualdade pendentes na região, é necessário abordar a propriedade e o controle sobre os recursos econômicos, o acesso à proteção social (universal), incluindo as pensões e a prestação de serviços de cuidado infantil e as medidas de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar como eixos centrais do crescimento com igualdade.

A violência contra as mulheres e as meninas é uma das violações de direitos humanos mais generalizadas e constitui uma ameaça à democracia. Uma em cada três mulheres sofre algum tipo de violência baseada no gênero ao longo de sua vida. Uma análise comparativa de dados de 12 países da região (Bott e outros, 2012) indica que entre 17% e 53% das mulheres que já haviam se casado ou tinham vivido com um homem relataram haver sofrido violência física ou sexual por parte de seu companheiro íntimo. As consequências e custos da violência contra as mulheres e as meninas implicam custos significativos para os indivíduos, as famílias, as comunidades e a economia dos países. Vários países promulgaram leis, implementaram planos nacionais integrais, promoveram o acesso das mulheres à justiça e mudanças nos padrões socioculturais, inclusive leis de segunda geração que reconhecem o direito das mulheres a uma vida livre de violência e medidas de proteção ante diferentes expressões de violência contra as mulheres. Não obstante, a impunidade frente à violência contra as mulheres é a norma mais que a exceção e é preciso formular e implementar com orçamento suficiente políticas públicas interinstitucionais e multissetoriais que coordenem e implementem uma resposta integral à violência, desde a prevenção primária (para transformar atitudes individuais e coletivas, crenças e condutas relacionadas com as normas de gênero e papéis da comunidade), até serviços de atenção integrais que não revitimizem as sobreviventes e suas famílias, a punição através do acesso à justiça e uma investigação adequada desses delitos e sua reparação.

A participação das mulheres na tomada de decisões é essencial para assegurar mudanças sociais e econômicas substantivas e sustentáveis na busca da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. A região experimentou nos últimos anos um aumento quantitativo importante na participação das mulheres na política e na vida pública em geral, até o ponto em que a América Latina e o Caribe figuram como região líder em participação política da mulher, com uma presença de 24% em órgãos legislativos. Esses avanços são fruto de anos de trabalho dos movimentos de mulheres e de organismos internacionais, experiências de liderança de mulheres em governos de vários países que podem gerar efeitos multiplicadores (ao ajudar a modificar estereótipos culturais e criar novos referenciais), a aplicação de medidas temporárias de ação positiva (13 países da região contam com legislação que estabelece cotas ou paridade para a inscrição de candidatas aos parlamentos nacionais) ou a criação de bancadas ou grupos de parlamentares para a defesa de uma agenda de gênero. Não obstante, ainda se percebe uma brecha importante entre a participação da mulher no nível federal, estadual e local, onde as mulheres continuam tendo escassa presença (segundo o PNUD, somente 10,6% dos municípios têm uma mulher à frente do governo e somente 5,6% nos governos subnacionais). Igualmente, o desafio é alcançar a paridade de gênero em toda a sua dimensão, incluindo a representação equilibrada de mulheres e homens nos cargos de poder, mas também a redefinição de uma nova proposta de sociedade, como um dos propulsores determinantes da democracia e da erradicação da exclusão estrutural das mulheres.

Em síntese, a perspectiva de gênero deve permear a medição do desenvolvimento, a formulação de estratégias e os objetivos das políticas. Para isso, é necessário mudar a maneira de contabilizar os custos da reprodução social e o valor real do trabalho e do tempo, assim como o funcionamento concreto das economias e sociedades. Como dimensão transversal da desigualdade, as brechas de gênero devem ser incorporadas à análise em todos os âmbitos para obter maior igualdade e sustentabilidade e alcançar o cumprimento efetivo dos direitos. Portanto, um eixo da nova agenda deve girar em torno da garantia da autonomia econômica e física das mulheres, assim como seu acesso à tomada de decisões em todos os níveis (CEPAL, 2010b, pág. 23).

A **saúde** é uma dimensão essencial da segurança humana e da igualdade. A cobertura universal de saúde compreende os componentes de universalidade nos serviços de prevenção, promoção, tratamento e reabilitação, assim como a proteção contra riscos de saúde e a proteção financeira associada a seus custos, particularmente altos em relação à renda das famílias mais desprotegidas. Não se trata simplesmente de fixar um conjunto mínimo de prestações —são necessários sistemas de saúde fortes e eficientes— e de diminuir o pagamento direto por parte das pessoas das atenções de saúde que recebem. Trata-se de alcançar por esta via a igualdade e cumprir o direito universal à saúde.

Apesar dos múltiplos esforços de diversos países da região para prestar serviços de saúde a todos os seus habitantes mediante programas como o Sistema Único de Saúde no Brasil, o Fundo Nacional de Saúde no Chile, o Seguro Popular no México ou o sistema de previdência social na Colômbia, a provisão de cobertura universal em saúde mediante programas de proteção social para a população mais vulnerável continua sendo um enorme desafio para a agenda do desenvolvimento pós-2015. O acesso a serviços de saúde e educação de qualidade é necessário para reduzir efetivamente as desigualdades e gerar oportunidades, capacidades e opções para a população em condição de pobreza.

Boxe III.1

A EPIDEMIA DE HIV/AIDS E A SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

A epidemia de HIV/AIDS na América Latina continua estabilizada e registrou-se um grande êxito quanto ao acesso a tratamentos vitais contra a AIDS. Agora já é realista o objetivo de um acesso universal aos antirretrovirais (ARV) para as pessoas que deles necessitam. De fato, no que se refere aos países de renda média e baixa, a região da América Latina e Caribe é a que mais avançou nesse aspecto tão sensível. No fim de 2011, 68% dos pacientes na América Latina que precisavam de tratamento o recebiam, enquanto a média mundial era de 54%. Contudo, registrou-se somente uma leve diminuição do número de novas infecções, que passaram de 93.000 em 2001 a 83.000 em 2011 (UNAIDS, 2012). A estabilidade da epidemia na região é frágil e as melhoras nesse sentido são modestas, se considerarmos o desenvolvimento social e econômico alcançado. A situação entre os jovens é especialmente preocupante, dado que menos de 30% da população entre 15 e 24 anos identifica corretamente a prevenção da transmissão sexual do HIV e que o uso de preservativos entre os jovens continua sendo escasso, pois somente 30% das mulheres entre 20 e 24 anos declaram tê-los usado em sua última relação sexual; um dado inquietante, se levarmos em conta que aproximadamente 13% dos jovens entre 15 e 24 anos têm sua primeira relação sexual antes dos 15 anos e que 20% dos homens de 15 a 19 anos tiveram mais de uma parceira sexual no último ano. Mais de 20% das adolescentes de 15 a 19 anos estão grávidas ou já têm filhos.

O direito de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive os métodos voluntários de planejamento familiar, ainda está longe de ser uma realidade na maioria dos países, particularmente para certos grupos, como as populações indígenas, os camponeses pobres e as adolescentes, que continuam encontrando barreiras médicas, socioculturais e legais ao acesso. Um indicador essencial desta brecha da equidade é a porcentagem de gravidez em adolescentes, que não só não diminuiu em toda a região, mas mostrou um aumento em alguns países. É importante assinalar que a América Latina e o Caribe, com 80 nascimentos por 1.000 mulheres entre 15 e 19 anos de idade, registra a segunda taxa mais alta de fecundidade específica nas adolescentes, depois da África Subsaariana. É necessário, então, um compromisso dos governos com a implementação de políticas públicas que reconheçam os direitos e as necessidades dos adolescentes, inclusive o acesso a programas de saúde sexual e reprodutiva e planejamento familiar e a uma educação sexual integral.

Segundo a UNESCO, embora a maioria dos países da América Latina conte com programas de educação integral em sexualidade em seus sistemas formais de educação, sua implementação não é adequada. Por sua vez, poucos países contam com estratégias extracurriculares para abordar os adolescentes e jovens que não estão inscritos em algum programa de educação formal. Isto é preocupante quando notamos que 1 de cada 12 jovens na América Latina e no Caribe não concluiu o ensino primário.

Boxe III.1 (conclusão)

A região precisa de um compromisso renovado e apoio à prevenção, sobretudo para determinados grupos de população, para alcançar as metas fixadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e o objetivo definido na Reunião de Alto Nível sobre HIV/AIDS da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2008 de reduzir pela metade as novas infecções pelo HIV em 2015. São necessários mais investimentos para consolidar e ampliar o acesso à educação sexual e melhorar a integração em matéria de saúde sexual e reprodutiva e direitos reprodutivos. Também é preciso contar com uma sociedade civil competente e sólida, que trabalhe com os governos com o propósito de garantir uma melhor atenção a grupos de população importantes e alcançar a meta para a região.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), *Informe mundial: informe de ONUSIDA sobre la epidemia mundial de SIDA 2012*, Genebra, 2012.

O estado de **saúde** da população indica o nível de desenvolvimento de uma sociedade, influi na produtividade e no exercício das capacidades das pessoas e, por sua vez, é influenciado pelas condições estruturais e as políticas de outros setores (OMS, 2008). Com efeito, uma vida sadia, alimentos saudáveis, água e ar limpos, produtos de consumo livres de contaminantes tóxicos, cidades sustentáveis, bons meios de transporte, são exemplos de ações intersetoriais. A morbidade gera custos trabalhistas, atraso no desempenho escolar e redução da produtividade, fatores que constituem barreiras eficazes ao desenvolvimento. Por isso, a ação sinérgica do setor da saúde com os outros setores deve se basear numa arquitetura jurídica, financeira e organizacional que leve em conta essas inter-relações (OPAS, 2013). Nesse sentido, a agenda de saúde mundial e regional está registrando mudanças importantes, frente às quais é necessário que se amplie, mantendo as políticas para enfrentar os problemas tradicionais e fazendo, ao mesmo tempo, um reconhecimento explícito sobre o impacto socioeconômico das doenças não transmissíveis (veja os boxes III.1 e III.5).

A **educação** é catalizadora da mudança e da justiça social, da paz e do desenvolvimento sustentável. A noção de direito à educação esteve estreitamente ligada à ideia de garantir o acesso universal à escola através das leis de escolaridade obrigatória. Esta visão básica do direito à educação como direito à escolarização e à obtenção do certificado escolar se mostrou insuficiente. As políticas educativas e a comunidade internacional evoluíram para uma redefinição do direito à educação como direito a aprender. Isto implica —entre outras coisas— que receber uma educação de qualidade deve ser considerado parte do direito à educação. A Convenção dos Direitos da Criança e outros textos internacionais proporcionam três critérios “permanentes” para definir o direito a aprender ou a receber uma educação de qualidade: i) desenvolver ao máximo possível as capacidades de cada indivíduo; ii) promover os valores consagrados na Declaração Universal de Direitos Humanos: a igualdade entre as pessoas, o respeito à diversidade, a tolerância e a não discriminação, a promoção do bem comum; iii) equipar o estudante com as capacidades e conhecimentos necessários para ser uma pessoa socialmente competente.

No entanto, a progressão e conclusão da educação primária estão longe de ser ótimas e não se vislumbra que a região seja capaz de universalizar a conclusão do ciclo primário, apesar de que alguns países provavelmente o farão¹⁰. Além disso, alcançar essa meta está longe de ser suficiente e as evidências indicam que na região o foco de atenção deve ser a generalização da conclusão da educação secundária, nível educativo mínimo para que a população obtenha uma renda que lhe permita se situar fora da pobreza. O progresso na cobertura deste nível foi importante em vários países, mas superar as desigualdades no acesso, progressão e conclusão do ciclo secundário continua sendo uma prioridade na região e um resultado que está longe de ser alcançado: por volta de 2011, na América Latina somente

¹⁰ A porcentagem de jovens entre 15 e 19 anos de idade que haviam completado a educação primária em El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua era muito baixa em relação à meta de universalização: 83%, 63%, 84% e 73%, respectivamente, de acordo com as pesquisas domiciliares.

58% dos jovens entre 20 e 24 anos haviam completado esse ciclo. Esta situação é um ponto fraco para a luta contra a pobreza, o aumento da produtividade e a melhoria da competitividade das economias.

A agenda para o desenvolvimento pós-2015 da região deveria contemplar entre suas metas a conclusão da educação secundária e a incorporação progressiva nos currículos de conteúdos que fortaleçam o exercício respeitoso da cidadania, da igualdade, da promoção da paz e da convivência, da educação física e dos esportes, da sexualidade, do uso da tecnologia e do respeito ao meio ambiente. A definição de objetivos mais ambiciosos e integrais no âmbito educativo constitui uma condição central para fortalecer o desenvolvimento econômico e social de longo prazo num contexto de direitos e igualdade, além de um desenvolvimento respeitoso do meio ambiente e, portanto, sustentável no tempo. Eis alguns desafios relevantes: a expansão da cobertura e acesso à educação inicial e pré-escolar; o aproveitamento das tecnologias da informação e comunicação nos processos de ensino e aprendizagem; o fomento de programas educativos multiculturais e interculturais, que reconheçam e resgatem os sentidos e significados das culturas originárias; os programas educativos para adultos e as oportunidades de aprendizagem para toda a vida; o fortalecimento da educação universitária e das instituições científicas e de desenvolvimento tecnológico, mas também da educação técnico-profissional, junto com sua maior integração ao resto do sistema educativo e, especialmente, com as demandas atuais e futuras do mercado de trabalho e do sistema produtivo em geral.

Sem dúvida, o enfrentamento desses desafios requer, entre outros aspectos que afetam os processos educativos, o melhoramento da formação (contínua) dos professores, o aumento de suas remunerações e a apropriação de conteúdos curriculares e ferramentas que fomentem o exercício de direitos, a participação cívica, inclusive o voluntariado, a igualdade entre os gêneros e o respeito do meio ambiente, que são aspectos centrais para a consecução de objetivos educacionais mais amplos que os contemplados nos ODM. Uma educação de qualidade ajuda a romper os ciclos intergeracionais da pobreza e propicia melhores condições de vida, melhor saúde, maior consciência cívica e participação política e melhor integração na sociedade, o que por sua vez pode contribuir para uma maior produtividade e crescimento econômico, estabilidade política, menor criminalidade, maior coesão social e maior igualdade de renda.

As iniciativas que forem aplicadas na região em prol do desenvolvimento sustentável só poderão ser eficazes se conseguirem fechar a brecha entre a ciência e a formulação das políticas. Uma política sólida baseia-se em uma pesquisa com base empírica para responder às necessidades de sua formulação. Essa pesquisa deve incluir, conforme o caso, conhecimentos do âmbito local e das populações indígenas, de suma importância na América Latina e no Caribe. Os pesquisadores e os responsáveis pela formulação de políticas têm que colaborar de forma contínua para adquirir a informação, o conhecimento e os recursos de inovação pertinentes para a tomada de decisões sobre o meio ambiente, a saúde e a economia.

Nas últimas décadas, a **infraestrutura** foi uma parte fundamental do desenvolvimento econômico na América Latina e no Caribe, mas a região ainda enfrenta um déficit considerável em matéria de investimento. As pesquisas demonstram que a região teria que gastar, em média, cerca de 5,2% do PIB anual a fim de manter os fluxos de investimento em infraestrutura necessários para atender os requisitos até 2020 (CEPAL, 2011). Embora muitos países tenham melhorado a infraestrutura, persistem grandes disparidades dentro dos países e entre eles. Por conseguinte, a falta de infraestrutura adequada e a prestação ineficiente de serviços são os principais obstáculos que impedem uma aplicação eficaz das políticas de desenvolvimento sustentável e a obtenção do crescimento econômico e consecução dos objetivos de integração. Dado que a região é nitidamente urbana, os investimentos em infraestrutura são especialmente importantes nas cidades e nas zonas urbanas da região, que crescem a um ritmo acelerado. A energia em rede, o transporte, as telecomunicações e os serviços de água potável e saneamento também

são essenciais para contribuir à integração de países e regiões, conectando e planejando territórios e aproveitando a eficiência econômica.

O investimento em infraestrutura e habitação é um instrumento poderoso para impedir os efeitos negativos da crise econômica e fomentar o emprego, a inclusão e um melhor acesso aos serviços sociais básicos. Além disso, a infraestrutura foi um importante impulsor na melhora do acesso à educação e saúde. No entanto, os setores sociais foram os mais afetados por limitações orçamentárias na região, o que frequentemente significou que os investimentos ou reinvestimentos em infraestrutura e renovação de equipamentos acabam sendo sacrificados, reduzindo a cobertura e, sobretudo, a qualidade dos benefícios. Além disso, os fortes e recorrentes desastres naturais, em particular os ocorridos no Caribe e na América Central, ocasionaram perdas consideráveis na infraestrutura.

A infraestrutura continua sendo um instrumento essencial para aumentar a coesão social, abordar as lacunas que ainda persistem para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e promover a mudança do modelo econômico para um desenvolvimento sustentável. Por isso, a região precisa buscar mais fontes de financiamento e aproveitar as oportunidades para investir em infraestrutura sustentável. Devem ser incorporados elementos como o gênero, o trabalho decente, a saúde e a segurança, a acessibilidade e a proteção do patrimônio cultural e ambiental no processo de planejamento a fim de maximizar os resultados positivos do desenvolvimento da infraestrutura e eliminar ou mitigar qualquer efeito negativo. Os investimentos em infraestrutura sustentável ajudariam a reduzir as vulnerabilidades no curto e longo prazo e, ao mesmo tempo, a criar empregos e gerar renda. Por último, em setores como a energia, a rede viária, a conectividade de banda larga, entre outros, deve-se estabelecer uma infraestrutura sustentável transnacional, como um bem público regional, a fim de promover a coesão entre os países e intensificar a integração e os intercâmbios econômicos.

Terceira lição: As conquistas da última década podem se perder se a construção de resiliência não for privilegiada: vulnerabilidade e prevenção de crises

Embora a pobreza monetária na América Latina e no Caribe tenha diminuído substancialmente, milhões de pessoas —em condições de pobreza ou indigência e mesmo as novas classes médias da região, que aumentaram de 103 milhões em 2003 para 152 milhões em 2009— estão sujeitas a ver sua situação piorar, sobretudo no caso dos mais pobres, devido aos ciclos econômicos, choques externos, recessões ou riscos de desastre (CEPAL, 2012a). Os países do Caribe são especialmente vulneráveis a riscos naturais, têm altos níveis de endividamento (que em alguns casos equivalem a mais de 100% do PIB) e contam com uma gama muito estreita de setores geradores de renda, como o turismo e os serviços financeiros (veja o box III.2).

Deve-se reconhecer também que um fator que impulsionou a expansão econômica experimentada nos últimos anos na região foi a favorável situação dos preços das matérias-primas, o que intensificou sua exploração e, por sua vez, em várias ocasiões causou importantes impactos ambientais. Isso alerta para a vulnerabilidade e sustentabilidade dos resultados econômicos positivos obtidos nos últimos anos e a necessidade de diversificar a matriz produtiva para reduzir a dependência da indústria extrativa. Por outro lado, os preços das matérias-primas impõem um desafio adicional aos países importadores, que veem elevar-se o custo da cesta básica de alimentos. Neste sentido, aumentos de 15% nos preços dos alimentos poderiam converter-se num crescimento da indigência e da pobreza de 10 milhões de pessoas.

Boxe III.2

OS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO DO CARIBE

A implementação do desenvolvimento sustentável nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Caribe foi dificultada por muitos dos mesmos desafios presentes na América Latina. O desenvolvimento sustentável em um contexto de pequenos Estados insulares em desenvolvimento é, ao mesmo tempo, mais difícil e mais urgente devido às vulnerabilidades singulares e distintivas desses Estados: populações pequenas; distância e insularidade; limitações humanas, financeiras e técnicas; dependência de recursos naturais escassos, como os ecossistemas costeiros e marinhos; vulnerabilidade a desastres naturais que produzem devastação em setores inteiros, inclusive a agricultura e infraestrutura, dependência excessiva do comércio internacional e suscetibilidade a acontecimentos mundiais adversos.

Além disso, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento não costumam estar em condições de beneficiar-se das economias de escala (e, assim, não aproveitam as vantagens do acesso preferencial aos mercados e da competitividade) e são afetados desfavoravelmente pelos elevados custos de transporte e comunicação. Para complicar ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos esforços destinados a obter a sustentabilidade de longo prazo, prevê-se que a mudança climática produza modificações extremas. Estas modificações implicam novos riscos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Caribe, como elevações do nível do mar que produzirão inundações nos ecossistemas costeiros e afetarão negativamente os mangues, os leitos vegetais marinhos e os recifes de coral, maiores oportunidades de reprodução dos insetos vetores da dengue e da malária e intrusão de água salgada nos aquíferos subterrâneos. Ante as dificuldades que os pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Caribe devem enfrentar na gestão de assuntos ambientais, estes riscos adicionais aumentariam ainda mais a vulnerabilidade da região aos desastres.

QUESTÕES DE ESPECIAL INTERESSE PARA OS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO**1. Desafios econômicos**

Os desafios econômicos e a capacidade limitada de financiamento na sub-região representam dificuldades particulares, já que os pequenos Estados insulares em desenvolvimento padecem de vulnerabilidade a comoções externas, como a recente crise financeira mundial, alto nível de endividamento, vulnerabilidade a fenômenos naturais extremos e seus efeitos sobre as finanças públicas e as necessidades de investimento em infraestrutura e elevada dependência de importações de alimentos e combustíveis cada vez mais caras. Outros desafios econômicos que cabe mencionar são as condições menos favoráveis de comércio e acesso aos mercados, grande dependência das economias especializadas ou uma cesta de exportações restrita e dificuldades cada vez maiores nos principais setores econômicos, quer dizer, os serviços financeiros e o turismo, bem como na agricultura.

2. Limitações da capacidade

Outras dificuldades dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento têm a ver com limitações institucionais e de capacidade técnica. Em muitos pequenos Estados insulares em desenvolvimento a governança é organizada por setores (por exemplo, energia, agricultura e saúde). Em consequência, poucas das novas políticas estão integradas entre os diversos setores ou são objeto de uma participação pública significativa. As instituições cujo trabalho está relacionado com o desenvolvimento sustentável não contam com financiamento suficiente e os padrões migratórios das populações altamente qualificadas e profissionais contribuíram para a aplicação de um enfoque de gestão orientado aos projetos que busca resolver as necessidades de curto prazo, em vez de um enfoque baseado em programas e recursos que adote uma perspectiva mais integrada e de longo prazo.

3. Cooperação internacional

Além de uma cooperação internacional menor que a prevista, a tendência mundial à diminuição da assistência oficial ao desenvolvimento também se tornou evidente nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Caribe. Devido à sua classificação como países de renda média, a maioria é excluída de diversas oportunidades de desenvolvimento. O critério aplicável à alocação de fundos com base no PIB não leva suficientemente em conta os desafios particulares que estes Estados enfrentam. Cada vez com maior frequência são considerados inadmissíveis para receber assistência ao desenvolvimento, apesar de seu elevado endividamento.

Boxe III.2 (conclusão)

4. Recursos de água doce, gestão hídrica e elevação do nível do mar

Muitos países do Caribe dependem quase completamente de uma única fonte de fornecimento de água e a quantidade de água doce disponível nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento desta sub-região é muito inferior à de outras ilhas oceânicas. Além disso, com a elevação do nível do mar ocorrem intrusões de água salgada nos aquíferos subterrâneos, o que põe em risco o já ameaçado fornecimento de água e faz com que alguns países (Antígua e Barbuda, Bahamas e Barbados) utilizem água dessalinizada. O turismo, o uso agrícola, o crescimento da população urbana e a utilização excessiva em geral impõem uma maior demanda sobre os recursos de água doce.

5. Gestão de resíduos e substâncias químicas

A gestão de resíduos é considerada um problema importante nas ilhas pequenas, já que as limitações do espaço que pode ser destinado a vertedouros aumentam os riscos de contaminação das águas subterrâneas, superficiais e oceânicas pelas águas residuais, pelos efluentes industriais e pela agricultura. O problema é agravado pela ausência de capacidade financeira, tecnológica e legislativa no âmbito nacional para controlar a contaminação por águas residuais. A eliminação inadequada ou insegura de resíduos industriais perigosos implica um enorme custo social e ambiental para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, o que impõe uma pesada carga sobre a saúde humana, os recursos hídricos, a qualidade do ar e a diversidade biológica.

6. Recursos costeiros e marinhos e diversidade biológica

Os recursos marinhos e costeiros encontram-se sob enormes pressões, agravadas pela mudança climática. O aquecimento e a acidificação dos oceanos terão como resultado a descoloração mais frequente e a possível destruição dos recifes de coral no Caribe que, segundo estimativas, são o ambiente de reprodução de 65% das espécies de peixes da bacia. Os efeitos combinados da acidificação dos oceanos e aumento das temperaturas do mar tornam os sistemas tropicais de recifes de coral vulneráveis à possibilidade de colapso.

7. Ameaças de desastres naturais

Os fenômenos naturais extremos, como furacões, ciclones, inundações, secas e terremotos, são particularmente comuns na sub-região devido à sua formação geográfica e geofísica. A mudança climática aumentou a severidade e a frequência desses fenômenos e potencializou seu efeito, impondo um atraso potencial ao processo de desenvolvimento da sub-região, devido à combinação das perdas econômicas, estruturais, ecológicas e humanas. Os países com economias pequenas e vulneráveis, como os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, não apenas sofrem importantes perdas econômicas, mas também se caracterizam por uma baixa capacidade de recuperação ante essas perdas, o que poderia entorpecer seriamente seu desenvolvimento econômico. Neste contexto, a gravidade do futuro impacto dos riscos físicos dependerá muito do que a sub-região possa fazer para reduzir sua vulnerabilidade e fortalecer sua capacidade de gestão de riscos.

Fonte: Nações Unidas, *La Sostenibilidad del Desarrollo a 20 Años de la Cumbre para la Tierra: Avances, brechas y lineamientos estratégicos para América Latina y el Caribe* (LC/L.3346/Rev.1), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2012.

Quarta lição: O desenvolvimento depende da capacidade de gestão das instituições: falta implementar uma extensa agenda de fortalecimento institucional no âmbito regional, nacional e subnacional

Na América Latina e no Caribe foram desenvolvidos e aplicados bons exemplos de políticas e enfoques transformadores. Geralmente, são de alcance nacional e subnacional e oferecem modelos que poderiam ser reproduzidos com eficácia tanto dentro como fora da região. Normalmente, caracterizam-se por uma incorporação eficaz de informação científica, conhecimentos e melhores práticas, vínculos entre setores e mecanismos de governabilidade sólidos, participação de todos os interessados e vontade e apoio políticos. O fomento dos direitos de acesso à informação, a transparência, os processos participativos e a infraestrutura de voluntariado e justiça contribuem para potencializar o vínculo entre os cidadãos e os

diferentes níveis de governo. Além disso, a região impulsionou seus processos de integração e a cooperação Sul-Sul é cada vez mais importante, embora haja muita margem para avançar (veja o boxe III.3).

Boxe III.3

AS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E A COOPERAÇÃO REGIONAL: O TRANSPORTE MARÍTIMO E O MEIO AMBIENTE NO CARIBE

Na América Latina e no Caribe, o transporte marítimo representa cerca de 90% do comércio em termos de volume e 80% em termos de valor, e os portos da região despacham 9% da circulação mundial de contêineres. Além de ser a coluna vertebral dos vínculos comerciais, o setor também é em si mesmo um motor do crescimento econômico e emprego e, no caso dos pequenos Estados insulares, desempenha uma importante função na segurança alimentar. O transporte marítimo também contribui de maneira significativa para o setor do turismo, em particular no Caribe, onde ocorrem mais de 45% das viagens de cruzeiro do mundo. Mais de 60% dos mergulhadores do mundo visitam os recifes do Caribe, cujo valor supera 50 bilhões de dólares. O Mar do Caribe é também uma das mais importantes rotas de navegação, já que por ali passam inevitavelmente mais de 14.000 navios por ano, em seu trajeto pelo Canal do Panamá, tráfego que deverá duplicar em 15 anos.

Em 2012 havia 16.000 navios mercantes registrados em países da América Latina e do Caribe (20% da frota mundial), o que representa quase 29% (300 milhões de toneladas de peso morto) da tonelage transportada no mundo. Portanto, os países da região desempenham uma importante função na regulação e inspeção dos navios, por exemplo, mediante a certificação do equipamento e da tripulação e a expedição de documentos de segurança e prevenção da contaminação. Os cascos dos navios são tratados com pinturas anti-incrustantes para prevenir que os organismos marinhos, como as algas e os moluscos, se grudem ao casco, reduzindo assim a velocidade e aumentando o consumo de combustível. Estas pinturas liberam lentamente componentes metálicos na água do mar; alguns estudos demonstram que esses compostos persistem na água e matam organismos marinhos, danificando o meio ambiente e podendo entrar na cadeia alimentar.

Um terço do petróleo mundial atravessa o Caribe ou nele se origina. Em 2011 foram produzidos em média 12,7 milhões de barris diários de petróleo na Região do Grande Caribe, o que representa 18,1% da produção diária mundial (OPEP, 2012). O transporte por navio do petróleo produzido dentro e fora da região redundna na mudança de água de lastro dos navios, o que implica o risco de transferência de espécies aquáticas invasoras. Esta é uma das quatro maiores ameaças aos oceanos do mundo e pode causar efeitos extremamente graves para o meio ambiente, a economia e a saúde pública, entre eles a propagação e introdução da cólera.

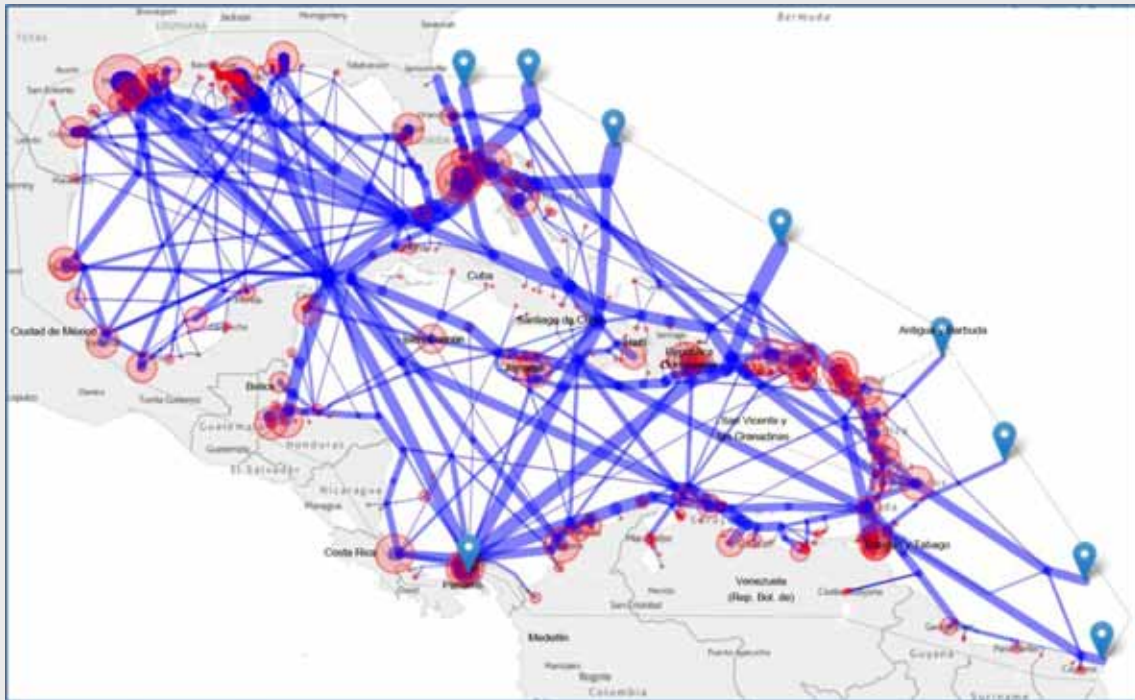
Os problemas que o Mar do Caribe enfrenta —tais como os riscos associados com o aumento do tráfego de navios, a necessidade de realizar operações de busca e salvamento, a exploração e a circulação de petróleo e a ameaça de espécies invasivas— sublinham a crescente importância da cooperação regional, a harmonização das políticas, leis e instrumentos econômicos e uma maior cooperação para o controle estatal dos portos.

O Convênio Internacional para Prevenir a Contaminação pelos Navios (Convênio MARPOL), de 1973, o Convênio Internacional sobre Cooperação, Preparação e Luta contra a Contaminação por Hidrocarbonetos, o Convênio Internacional sobre o Controle dos Sistemas Anti-Incrustantes Prejudiciais nos Navios, o Convênio Internacional para o Controle e a Gestão da Água de Lastro e Sedimentos dos Navios e o convênio internacional relativo à intervenção em alto-mar em casos de acidentes que provoquem contaminação por hidrocarbonetos constituem os principais instrumentos utilizados para a proteção dos recursos estratégicos do Mar do Caribe e são componentes essenciais para garantir sua sustentabilidade. Insta-se os Estados da América Latina e do Caribe a darem cabal cumprimento a estes convênios em sua legislação nacional.

A fim de apoiar as iniciativas mundiais e o cumprimento das convenções existentes, parte de um esforço político conjunto para atingir os objetivos estratégicos poderia ser melhorar a infraestrutura portuária. Num ambiente impulsionado pelo mercado em que a concorrência aumenta constantemente, um elemento fundamental da estratégia portuária pode ser a diferenciação dos serviços. Os encargos por diferenciação da infraestrutura portuária são um dos instrumentos econômicos que um porto pode utilizar para assegurar sua posição no mercado e também, possivelmente, para cumprir certos objetivos de política local, nacional ou mesmo regional. Esse potencial não é aproveitado nos países em desenvolvimento e até agora não se aplicou a diferenciação estratégica dos encargos portuários para alcançar objetivos ambientais na América Latina e no Caribe (CEPAL, 2012c).

Boxe III.3 (conclusão)

PANORAMA DA CONCENTRAÇÃO TOTAL DO TRÁFICO DE NAVIOS (2007/2008)



Fonte: Organização Marítima Internacional (OMI), *Feasibility Study on LNG Fuelled Short Sea and Coastal Shipping in the Wider Caribbean Region*, Göteborg.

Fonte: Organização Marítima Internacional (OMI).

Sendo a América Latina e o Caribe uma região essencialmente urbana, os governos locais e sub-regionais são atores cruciais, já que são afetados pelas consequências do modelo de desenvolvimento e ao mesmo tempo incidem diretamente nas mudanças desejadas. Seu fortalecimento nos temas do desenvolvimento sustentável num contexto de direitos e igualdade é essencial, já que dispõem de poder de decisão sobre o uso de recursos, recebem transferências dos governos centrais e têm capacidade de arrecadação, tomam decisões de investimento, fornecem serviços básicos e podem impulsionar conselhos setoriais participativos e promover a inclusão política, social e econômica. A colaboração entre cidades é cada vez mais importante, tanto no âmbito da cooperação Norte-Sul como Sul-Sul.

Quinta lição: As soluções não são tecnocráticas nem vêm de fora: a geração endógena das políticas e a apropriação da agenda são cruciais

Uma das principais críticas ao processo de formulação dos ODM referiu-se à falta de consulta aos governos e à sociedade civil e, no caso da América Latina e do Caribe, a escassa relevância de alguns dos objetivos para as necessidades específicas da região. O quadro pós-2015 deve adaptar-se melhor às prioridades regionais. Terá que potencializar a colaboração interinstitucional e oferecer mais oportunidades para o intercâmbio transfronteiriço de conhecimentos e a aprendizagem entre profissionais. A comunidade internacional está diante de uma oportunidade única para fortalecer a participação no âmbito nacional com a consulta da agenda pós-2015, o que incluiria o fomento a um diálogo eficaz no

âmbito nacional e regional entre os governos e a sociedade civil, inclusive os grupos indígenas, os jovens e as mulheres. Este processo não é simplesmente uma consulta, mas uma oportunidade para que os governos se apropriem dos próximos objetivos e os integrem em suas prioridades e orçamentos nacionais, subnacionais e locais.

A nova agenda para o desenvolvimento deve assumir uma óptica distinta da atual para estabelecer metas quantitativas, de modo que —sob certos critérios gerais— sejam os países que as proponham à comunidade internacional e as adotem em concordância com a magnitude dos problemas de desenvolvimento que enfrentam. A visão de critério único da agenda dos ODM foi inadequada para muitos países da América Latina e do Caribe. Por exemplo, a meta uniforme sobre pobreza extrema foi muito exigente para alguns países e muito pouco desafiante para outros de maior renda por habitante. Esta é, entre outras, uma das razões da escassa apropriação dos ODM por parte dos governos de vários países latino-americanos e caribenhos.

C. TEMAS EMERGENTES

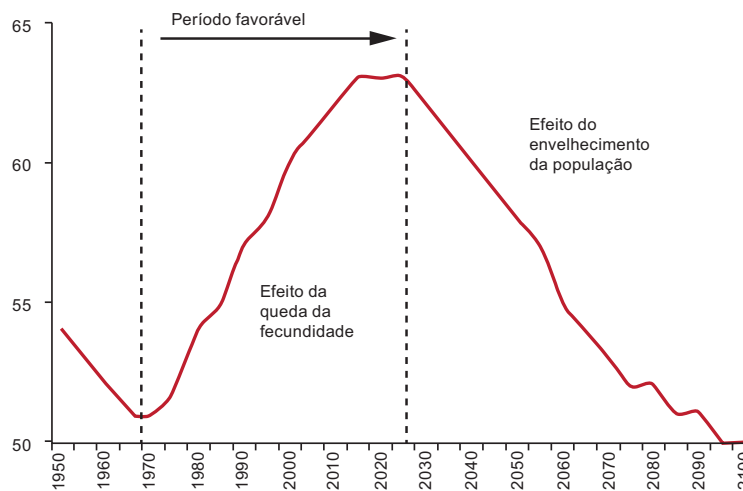
1. A transição demográfica está mudando o perfil do desenvolvimento: algumas sociedades ainda desfrutam de um bônus demográfico, enquanto outras vivem um processo incipiente de envelhecimento

Os países da América Latina experimentaram profundas transformações demográficas, cujas expressões distintivas são um crescimento da população que diminui (registrando uma taxa de crescimento total de 10 por mil ao ano no quinquênio compreendido entre 2010 e 2015) e que chegará a ser negativo na segunda metade do século 21, e a mudança na estrutura etária. A acelerada queda da fecundidade e a redução sustentada da mortalidade desde o final da primeira metade do século 20 refletem-se em uma esperança de vida ao nascer de 74,2 anos no período 2010-2015. A transição demográfica acelerou-se em toda a região e provocou duas grandes mudanças: a diminuição da dependência demográfica e o envelhecimento da população.

A diminuição da relação de dependência provocou uma situação favorável ao desenvolvimento (bônus demográfico), em que a carga potencial das pessoas em idades ativas é relativamente mais baixa que em períodos anteriores e que o previsto para períodos futuros. Nos próximos 15 anos, as taxas de dependência da região se manterão em um mínimo histórico e a população se concentrará em idades de trabalho. Contudo, este bônus está limitado temporalmente e a relação de dependência voltará a aumentar, desta vez gerando demandas novas de atenção à saúde e cuidado dos idosos, segurança econômica, proteção social e outras.

É hora de promover e investir em oportunidades educativas, de trabalho e de participação cívica e política que materializem as potencialidades do bônus demográfico, melhorando a qualidade de vida dos jovens, precisamente quando seu número absoluto é o mais alto da história, e oferecendo uma ampla gama de opções para construir seus projetos de vida (profissionais, físicas, intelectuais, emocionais, recreativas, entre outras). Do mesmo modo, é preciso avançar na implementação de um piso de proteção social como o que propôs a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para atender as crescentes necessidades da população idosa e da população em idade ativa. Se não o fizermos, estaremos hipotecando o futuro dos países da região.

Gráfico III.2
**AMÉRICA LATINA E CARIBE: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM IDADE
 ENTRE 15 E 59 ANOS, 1950-2100**
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, *World Population Prospects: The 2012 Revision*, 2013.

Nos próximos anos prevê-se um crescimento populacional moderado na região. Porém, este crescimento ocorrerá em meio a tensões entre o crescimento econômico, a diminuição da pobreza e o esforço para diminuir as desigualdades entre a população de maior e menor renda. Além disso, o processo de urbanização se acentuará e prevê-se que em 2025 haverá mais 90 milhões de pessoas vivendo em cidades. Portanto, será necessário enfrentar os desafios da concentração da população em grandes metrópoles, considerando que a região é a que apresenta a maior proporção de população em zonas urbanas e em metrópoles entre as regiões em desenvolvimento.

Com respeito à migração internacional, estima-se que atualmente cerca de 30 milhões de latino-americanos e caribenhos residem fora de seu país de nascimento, ou seja, cerca de 5% dessa população em 2010. A migração internacional adquiriu notoriedade por vários aspectos, entre eles as remessas (a região recebe mais de 55 bilhões de dólares em remessas). Um dos impactos da crise recessiva é a diminuição da emigração fora da região, um processo mais visível de retorno e uma instabilidade nos fluxos de remessas. A situação de vulnerabilidade de muitos migrantes é um assunto preocupante, particularmente no caso das mulheres. Por isso, a migração internacional tornou-se matéria de primeira ordem nas relações internacionais e políticas públicas.

2. Dinâmica dos assentamentos humanos: as megacidades, cidades intermediárias e novos assentamentos concentram a maior parte da população e da população pobre da região

Junto com o rápido processo de urbanização da região, que até agora acumula cinco megacidades (cidades com mais de 10 milhões de habitantes), mais de 77% da população regional vive em zonas urbanas, com graves repercussões em termos de segurança pública, saúde urbana e meio ambiente.

Sendo a região com o mais alto índice de urbanização (superando a 73% na Europa), a América Latina e o Caribe precisam de políticas específicas que permitam que suas cidades desempenhem um papel privilegiado na consecução dos resultados do desenvolvimento. Embora a cidade e uma densidade moderada contribuam para um uso mais eficiente dos recursos disponíveis, o crescimento e a expansão das cidades da região têm sido dispersos e desconexos, mostrando um padrão de baixa densidade que é insustentável no longo prazo. O processo de urbanização tenderá a alcançar um nível de 87% em 2050, prevendo-se uma mudança demográfica moderada. A existência de mais cidades e uma paisagem urbana em crescimento representam um grande desafio para a região em termos sociais e ambientais, particularmente devido aos altos custos da infraestrutura, ao uso informal da terra e ao aumento da pegada ecológica. A América Latina é também a única região onde a migração interurbana (de cidade a cidade) constitui cerca de 50% do crescimento da população urbana.

Embora nesta área se possa encontrar uma enorme heterogeneidade, a situação da habitação é um reflexo geral das necessidades urbanas, progresso do desenvolvimento e desafios futuros da região. O avanço insuficiente na meta 11 do sétimo ODM “até 2020 ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários” reflete a realidade desigual vivida por uma de cada quatro pessoas que habitam neste tipo de moradia na região. Embora as acepções de “assentamento precário” variem em diversos lugares do mundo, todas estão associadas a condições de vida e ambientais deploráveis, serviços sanitários e de água precários ou inexistentes, aglomeração, construções precárias, localização geográfica arriscada, incerteza da posse, vulnerabilidade a riscos de saúde e insegurança. Com o fim de assegurar a sustentabilidade, todo assentamento excluído deve ser completamente integrado à cidade e seus benefícios, em particular aqueles de acesso igualitário aos meios de subsistência e qualidade de vida. Deve-se assinalar, por último, que, embora as melhoras nos assentamentos precários tenham diminuído a proporção de população que vive neles, em termos absolutos o número de habitantes deste tipo de assentamento de fato aumentou de 106 milhões para 111 milhões.

3. A segurança pública emerge como um dos principais temas de preocupação na América Latina e no Caribe

Os atuais níveis de violência, crime e insegurança na América Latina geram altos custos para seus cidadãos, suas comunidades e suas instituições. Embora sua quantificação seja difícil e imprecisa, as evidências indicam que têm um impacto negativo na economia e na qualidade de vida dos latino-americanos. Por exemplo, levando em conta somente os custos diretos, as estimativas indicam que a maioria dos países da região destina mais de 5% do PIB anual à segurança e em alguns países a cifra é superior a 12% (Banco Mundial, 2011). Por sua vez, as empresas gastam em segurança até 2,8% do montante de suas vendas totais na América Latina e no Caribe, enquanto na América Central essa cifra chega a 3,7% (Banco Mundial, 2011). Além disso, um de cada três cidadãos latino-americanos mudou seus lugares de compra e a mesma proporção limitou seu lugares de recreação (Projeto de Opinião Pública da América Latina, 2012). Entre os cidadãos que foram vítimas diretas de algum delito, a proporção é ainda maior: um de cada dois mudou seus lugares de compra e quatro de cada dez limitaram seus locais de lazer. Isso afeta a economia desses países e suas perspectivas de crescimento econômico e reflete o impacto da violência e do crime na liberdade de movimento das pessoas e em sua percepção de segurança.

A segurança pública converteu-se em uma das principais preocupações na América Latina e no Caribe, motivo pelo qual é imprescindível atribuir-lhe um lugar central no debate sobre a agenda para o desenvolvimento pós-2015. Em 2010, a porcentagem de homicídios por arma de fogo na América do Sul, Caribe e América Central foi a mais alta entre 15 sub-regiões, seguida pela registrada na África Subsaariana. As vítimas em sua maioria são homens jovens, de áreas pobres e densamente povoadas. Este

é o caso do Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México e República Bolivariana da Venezuela, onde as taxas de roubo, violência doméstica, crime organizado, quadrilhas e tráfico de drogas também estão crescendo e estão associadas ao aumento das taxas de homicídio. No Caribe, onde existe um alto risco de que se enquistem padrões de comportamento violento na juventude, o que afeta o futuro dessas sociedades, a criminalidade juvenil pode estar custando até 4% do PIB (PNUD, 2012). Além disso, na violência reproduzem-se os padrões de desigualdade observados em outros âmbitos, como ocorre no Brasil, onde a probabilidade de ser vítima de assassinato entre os adolescentes afrodescendentes é quase o triplo da que se registra entre os adolescentes de ascendência europeia. Seria necessário um enfoque integral do problema da violência e a prevenção de lesões para propiciar também a redução de outras formas de violência, como a violência de gênero, a violência auto-infligida, a violência interpessoal e social e até mesmo as mortes por acidentes de trânsito. Por outro lado, os delitos vinculados a estruturas transnacionais do crime organizado, como o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual comercial, afetam particularmente as mulheres e meninas, calculando-se que quase 80% das vítimas de tráfico no âmbito mundial são mulheres (UNODC, 2012) e mais da metade dos casos detectados na América Latina e no Caribe têm a ver com fins de exploração sexual. Igualmente, as inter-relações entre a violência contra a mulher e o HIV, como uma das causas principais e também consequência, são amplamente reconhecidas. As mulheres com HIV têm maior probabilidade de ter sofrido violência, do mesmo modo que as que foram vítimas da violência têm maior probabilidade de contrair o HIV (Hale e Vazquez, 2011).

“A segurança humana é um marco normativo de caráter dinâmico e prático para abordar as ameaças generalizadas e intersectoriais de maneira coerente e integral através de uma maior colaboração e associação entre os governos, as organizações internacionais e regionais, a sociedade civil e os agentes de base comunitária” (Nações Unidas, 2012b). A insegurança das pessoas resulta de uma combinação nefasta de inseguranças que limitam a liberdade e a vida digna. Entendida como um bem público, a segurança cidadã significa proteger eficazmente os direitos humanos inerentes, especialmente o direito à vida e à integridade pessoal, a inviolabilidade do domicílio e a liberdade de movimento. A insegurança da integridade física resulta de uma cadeia de fatores causais, como a destruição do tecido social pela migração, o desmembramento familiar, a discriminação e a ausência de oportunidades de trabalho; em suma, da desigualdade. Por isso, a abordagem é multidimensional (OPAS, 2012). A participação cívica, a mobilização comunitária e a promoção do voluntariado são essenciais nos programas de segurança e recuperação, em particular na prevenção da violência juvenil e de gênero e na gestão local da segurança. Desta maneira, a concepção da segurança cidadã incorpora a ação comunitária para a prevenção da delinquência, o desenvolvimento de capacidade das instituições de segurança, o acesso a uma justiça eficaz, uma educação baseada em valores, o respeito à lei e a tolerância.

4. A mudança climática, a vulnerabilidade e os riscos de desastres são temas críticos para a região

Quase todos os países da América Latina e do Caribe atualmente são muito vulneráveis aos efeitos da mudança climática (fenômenos meteorológicos extremos, como episódios de precipitações intensas e frequentes fora de temporada, bem como ondas de calor e frio e furacões). Em 2030, a maioria dos países estará em situação de grave risco (DARA, 2012). Os consideráveis custos econômicos da mudança climática foram claramente demonstrados (Stern, 2007, CEPAL, 2010e). Embora ainda registrem baixos níveis de emissões de CO₂, os países da América Latina e do Caribe com clima tropical quente e úmido serão seriamente afetados pela intensificação da mudança climática e o risco de desastres, com as consequentes repercussões negativas na saúde da população da região e um aumento nos preços dos alimentos. Nos últimos anos, Colômbia, Equador e Peru foram gravemente afetados pelo fenômeno El

Niño-Oscilação Austral (que provoca escassez ou excesso incomum de precipitações). A maioria dos pequenos estados insulares do Caribe é especialmente vulnerável à mudança climática, elevação do nível do mar e riscos naturais e para o meio ambiente, devido a seu tamanho, localização, concentração de população nas zonas costeiras dentro de um área de terra limitada e, em alguns casos, falta de capacidade institucional para enfrentar a crise (CEPAL, 2012b).

Os que vivem abaixo da linha de pobreza e enfrentam outras formas de vulnerabilidade (sobretudo as mulheres) sofrem mais as consequências dos desastres e danos ambientais, pois em alguns países da América Latina e do Caribe a escassez de recursos os obrigou a ocupar progressivamente zonas de alto risco e terras marginais, onde, além de viver em assentamentos urbanos precários, intensificam a degradação das terras e a desertificação. Este processo ameaça não só o meio ambiente, mas também a saúde e segurança destas pessoas, como observamos recentemente nos casos de fortes chuvas com inundações, como as da Colômbia e Brasil, desabamentos de terras e terremotos como o do Haiti¹¹. Se não forem tomadas medidas, as ameaças ambientais atuais e futuras podem pôr em risco o extraordinário progresso experimentado no índice de desenvolvimento humano nas últimas décadas¹² e nos avanços para o cumprimento dos ODM, em particular a respeito da fome e segurança alimentar.

Há uma urgente necessidade de encontrar novas vias de desenvolvimento que possam garantir a sustentabilidade do meio ambiente, consolidar uma economia que respeite o meio ambiente e reverter a destruição ecológica, visando a proporcionar uma vida digna para todas as pessoas agora e no futuro (CDP, 2012). Para conseguir isso, os padrões de consumo e produção sustentável e a proteção e gestão dos recursos naturais como base do desenvolvimento econômico e social devem ser considerados como objetivos gerais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável¹³. Uma economia ecologicamente sustentável será benéfica para a redução da vulnerabilidade no curto e longo prazo, permitirá gerar empregos e renda¹⁴ e estimulará o desenvolvimento de tecnologia e infraestrutura para a prevenção de desastres naturais, ao mesmo tempo em que se protege o meio ambiente (UNIDO, 2010).

Além disso, a gestão de ecossistemas aumenta a resiliência dos sistemas naturais e das sociedades humanas aos impactos da mudança climática, servindo de base para integrar adaptação e mitigação da mudança climática, redução do risco de desastres e conservação de recursos naturais com as estratégias de redução da pobreza e de desenvolvimento sustentável. Os ecossistemas saudáveis proporcionam barreiras naturais que reduzem a exposição a eventos extremos e sua gestão contribui para boas práticas agrícolas e florestais, bem como para esquemas de redução de emissões por desmatamento e degradação e à conservação dos estoques de carbono, entre outros benefícios (Munang e outros, 2013).

Por outro lado, as experiências positivas da região na incorporação de critérios de redução do risco de desastres como parte da análise de custo-benefício de projetos de investimento público e o uso mais amplo de mecanismos financeiros para transferir risco acumulados e evitar desequilíbrios fiscais devem ser utilizadas de maneira mais generalizada e coerente, já que são fatores importantes para fortalecer a capacidade de adaptação e redução de riscos de desastres. O estudo cuidadoso das dinâmicas demográficas e dos assentamentos humanos também contribuiria a uma melhor gestão intertemporal dos

¹¹ Declaração dos organismos com sede em Roma ante a Segunda Comissão durante o Sexagésimo Sétimo Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o tema 26: Desenvolvimento agrícola e segurança alimentar: IFAD, WFP, FAO, 5 de novembro de 2012.

¹² Declaração dos delegados do Fórum Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, Istambul, 23 de março de 2012 [on-line] <http://hdr.undp.org/en/humandev/forum2012/> [data de referência: 12 de dezembro de 2012].

¹³ Veja “O futuro que queremos”, resolução 66/288 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

¹⁴ Ibid.

riscos, particularmente em zonas urbanas, e sua redução. De igual modo, os efeitos da mudança climática devem ser considerados nas propostas de prevenção de desastres. Em geral, é importante impulsionar uma cultura de prevenção dos riscos, com processos permanentes de socialização e conscientização, além de um adequado planejamento nacional, institucional e comunitário.

5. O financiamento da assistência oficial para o desenvolvimento a países de renda média diminui: será muito importante potencializar fontes alternativas e construir um espaço fiscal adequado para aumentar o investimento social

Atualmente, a maioria dos países da região tem renda média alta e se estima que em 2015 vários países serão considerados como economias de renda alta. Isto representará desafios, tanto no processo político das consultas pós-2015 como no que se refere ao papel que o Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (GNUM) deverá desempenhar na América Latina e no Caribe nos próximos 15 anos. Embora este diagnóstico seja positivo no âmbito nacional, é importante destacar que no nível subnacional ainda há municípios em situação de pobreza extrema, comparável à das regiões mais pobres da África e Ásia. Não se pode passar por cima da região da América Latina e do Caribe simplesmente porque o PIB cresce em conjunto. O desafio consiste em formular uma estratégia para canalizar da melhor maneira possível fundos de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) e fontes de financiamento alternativas para as zonas mais pobres no âmbito subnacional, priorizando o investimento social e um investimento público seguro. Neste contexto, cabe destacar o papel que os governos subnacionais desempenham, bem como a cooperação entre cidades, que facilita o acesso direto dos municípios a projetos de cooperação Sul-Sul descentralizada.

Enquanto a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução 66/223, que reconhece a centralidade dos países de renda média (PNUD, 2011), as alocações por parte dos países doadores e instituições multilaterais mudaram, em particular desde a crise econômica iniciada em 2008. Uma maior proporção do orçamento é canalizada para economias classificadas como de baixa renda em detrimento das de renda média (Nações Unidas, 2010). Os últimos dados mostram que para a América Latina e o Caribe a assistência oficial ao desenvolvimento caiu de 7,3% da renda nacional bruta (RNB) em 1990 para 1,8% em 2010¹⁵. Tal comportamento reflete, por um lado, a decisão de concentrar os recursos de cooperação internacional no combate à pobreza e seus efeitos mais imediatos, privilegiando os países de menor renda, apesar de que mais de 70% da população mundial em condições de pobreza vive em países de renda média e ainda enfrenta desafios importantes de desenvolvimento em termos de governabilidade democrática, marcos institucionais, transparência, prestação de contas, sustentabilidade ambiental, segurança e sistemas de justiça, desigualdade e exclusão social. Por outro lado, a canalização de recursos para os países de menor renda responde ao pressuposto de que, na medida em que os países avançam em seu nível de renda per capita, dispõem de mais recursos e ferramentas para combater a pobreza e financiar seu desenvolvimento. Assim, os países de renda média necessitariam um menor apoio do sistema de cooperação internacional; este fenômeno é o que alguns autores chamam de “processo de graduação” (CEPAL, 2012d).

Neste contexto, é oportuno ressaltar a diversificação de fontes de financiamento, atores e modalidades de cooperação, que se fortaleceu em anos recentes, além do âmbito tradicional da cooperação para o desenvolvimento. Além da AOD, a cooperação para o desenvolvimento se estendeu a setores como o comércio, investimento, migração, meio ambiente, segurança e tecnologia no plano internacional. Conforme destacado no Consenso de Monterrey e outros fóruns mundiais posteriores,

¹⁵ OCDE (Aggregate Aid Statistics) e Banco Mundial.

enfrentar os desafios do financiamento do desenvolvimento implica não somente respeitar o compromisso de destinar 0,7% da renda dos países desenvolvidos à AOD e a mobilização dos recursos financeiros adicionais necessários, mas também o aumento da eficiência, eficácia, transparência e equidade de seu uso. Por outro lado, há que considerar a participação ativa do setor privado e das organizações da sociedade civil. Finalmente, ocorreu um fortalecimento da cooperação Sul-Sul e triangular, que assumiu um papel fundamental como mecanismo efetivo para avançar na agenda para o desenvolvimento dos países da região.

Na América Latina e no Caribe, a mobilização dos recursos internos tem sido a principal fonte de financiamento sustentável para apoiar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, portanto, será a principal fonte de financiamento dos novos objetivos pós-2015¹⁶. Diversos estudos documentaram o escasso efeito redistributivo das transferências fiscais e impostos na região. A renda depois de impostos (que incluem tributos, subsídios e transferências monetárias e em espécie) mostra que a América Latina e o Caribe se situam até 20 pontos percentuais atrás dos países da OCDE. No processo de distribuição da renda, frequentemente os impostos neutralizam as transferências, o que dilui em grande medida seu impacto. Por um lado, a tributação progressiva é necessária para não onerar excessivamente os bens e serviços que as famílias de baixa renda consomem desproporcionalmente. Por outro, o gasto existente deve se tornar mais progressivo para chegar aos decís da população de menor renda com as contribuições líquidas, bem como para assegurar que o gasto beneficie igualmente todos os setores da sociedade. Combinar um gasto mais elevado em âmbitos importantes da política social com reformas dos sistemas fiscais, fortalecendo as capacidades nacionais e subnacionais a fim de corrigir as desigualdades, distorções e externalidades negativas e melhorar a redistribuição será fundamental para os governos atenderem às necessidades da população mais vulnerável de maneira sustentável.

D. MUDANÇA ESTRUTURAL PARA A IGUALDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CAMINHO

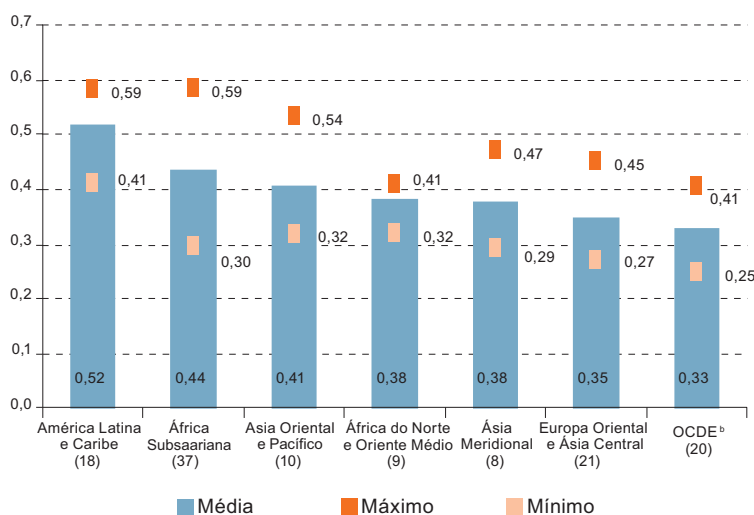
Ante os limites de uma agenda para o desenvolvimento concentrada no crescimento econômico e na redução da pobreza monetária e considerando as lições aprendidas e os novos desafios que a região enfrenta, a igualdade de direitos proporciona o marco normativo imprescindível para o desenvolvimento sustentável, servindo de base para pactos sociais que se traduzem em mais oportunidades para os que têm menos. Portanto, a igualdade como condição da cidadania requer uma ordem democrática deliberativa, com respeito pelo multiculturalismo e a plena participação e voz dos mais diversos atores, e da função central do Estado como fiador desses direitos, com suas consequentes tarefas em matéria de participação, reconhecimento da diversidade, não discriminação, promoção, redistribuição, regulação e fiscalização (CEPAL, 2010c).

Numa região tão desigual como a América Latina e o Caribe (veja o gráfico III.3), situar a igualdade e a sustentabilidade ambiental no centro implica uma ruptura com o paradigma econômico que prevaleceu na região durante ao menos três décadas. Esta mudança guarda sincronia com a situação histórica favorável vivida hoje por muitos países da América Latina e do Caribe, que inclui: i) uma acumulação sistemática de demandas adiadas dos cidadãos, que levaram à recomposição do mapa político da região na década passada e ao aumento das reivindicações sociais e conflitos socioambientais; ii) Estados e governos mais propensos a investir no social e a utilizar mecanismos redistributivos, o que se

¹⁶ Na América Latina e no Caribe, por exemplo, a atenção relacionada com o HIV em 2011 foi financiada principalmente com recursos nacionais, que representaram mais de 85% do total do gasto em HIV (UNAIDS, 2012).

reflete no aumento sistemático do gasto social e nas políticas anticíclicas aplicadas sobretudo depois da crise financeira mundial de 2008 para mitigar seus custos sociais; iii) Estados e governos mais conscientes das inter-relações entre a economia, a sociedade e o meio ambiente; iv) a irrupção, incipiente mas ascendente, de políticas concentradas em direitos humanos, com vocação mais universalista, em âmbitos como o emprego, a saúde e as pensões e aposentadorias; v) o lugar preponderante que a igualdade de direitos passa a ocupar nas cúpulas internacionais e no imaginário democrático global.

Gráfico III.3
AMÉRICA LATINA E CARIBE E OUTRAS REGIÕES DO MUNDO: COEFICIENTE DE CONCENTRAÇÃO DE GINI, EM TORNO DE 2009^a



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países; Banco Mundial, World Development Indicators [on-line].

^a Os dados regionais são expressados em médias simples. O cálculo considera a última observação disponível em cada país sobre o período 2000-2009.

^b Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Falar de igualdade é mais que estabelecer níveis mínimos de renda; também leva ao debate sobre os temas mais adiados da justiça social, a saber: como se distribuem ativos, prestações e recursos diversos no conjunto da sociedade; qual é o papel redistributivo que cabe ao Estado como principal fiador e promotor da igualdade; como se distribuem os benefícios, entre diversos atores, dos aumentos de produtividade da economia; como se plasma um marco normativo explícito de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais; como se garantem o acesso e a qualidade dos serviços e do espaço público; em que diversos campos do desenvolvimento a igualdade é afetada, seja positiva ou negativamente.

Numa visão integrada do desenvolvimento, a igualdade vai sendo moldada numa dinâmica virtuosa de crescimento econômico e aumento sustentado da produtividade com inclusão social e sustentabilidade ambiental. A agenda de desenvolvimento deve alimentar-se dessa visão integrada e desse círculo virtuoso, fortalecido com uma compreensão das dinâmicas sociodemográficas subjacentes. O papel das políticas públicas como instrumento para obter o modelo que atinja esses grandes objetivos de desenvolvimento sustentável é essencial.

Em primeiro lugar, no social, o desafio é que o Estado assuma um papel mais ativo e decidido em políticas de vocação universalista. É inerente à agenda da igualdade de direitos que todos os cidadãos contem com padrões mínimos de bem-estar que sejam progressivos no tempo e em virtude dos efeitos positivos da mudança estrutural¹⁷. A desigualdade da renda ocorre no mercado de trabalho (veja o gráfico III.4) não só por diferenças de produtividade e nível de escolaridade (veja o gráfico III.5), mas a partir de situações de discriminação e exclusão, bem como pelas diferenças entre os retornos do trabalho e do capital que surgem como resultado da debilidade das estruturas representativas e espaços de negociação limitados dos trabalhadores. São necessárias políticas públicas para compensar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho ou as diferenças de produtividade, como as políticas de formação profissional, para melhorar as capacidades dos mais desfavorecidos. Em suma, uma política de vocação universalista no campo social requer garantias para que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade, como condição fundamental para a mudança estrutural.

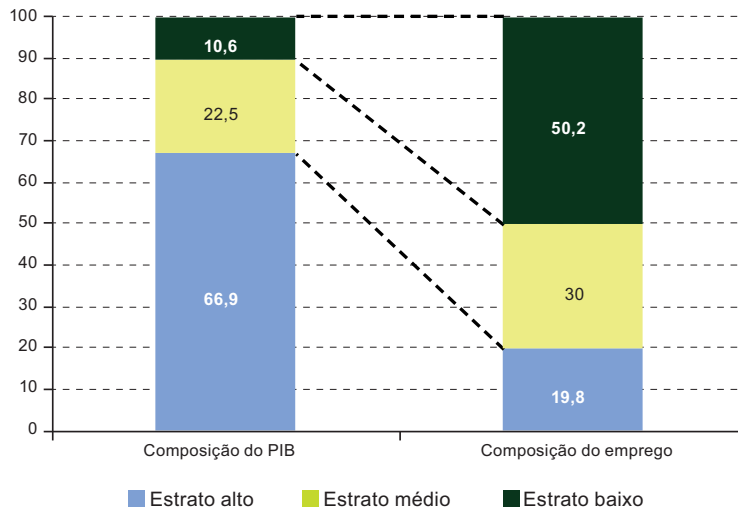
Além disso, deve-se aproveitar os ciclos expansivos da economia e implementar determinadas políticas públicas. Em primeiro lugar, é importante que durante um crescimento econômico sustentado se crie um número suficiente de postos de trabalho para absorver a entrada de novos trabalhadores, se integre progressivamente os desalentados, se aproveite plenamente o potencial dos subocupados involuntários e se incorpore as mulheres que se mantiveram à margem. No caso de persistir um déficit crônico na geração de empregos, a possibilidade de modificar a estrutura distributiva será muito menor. Em segundo lugar, é importante fortalecer a negociação coletiva e seus protagonistas, os atores sociais, a fim de alcançar uma distribuição mais justa. Isto inclui estender a cobertura da negociação, bem como seu conteúdo. Em terceiro lugar, uma melhor distribuição requer redobrar os esforços para formalizar o emprego, abordando aspectos institucionais, sistemas efetivos de incentivos e punições e de inspeção do trabalho em interação com outros serviços públicos (serviços de impostos e de seguridade social) para obter um melhor cumprimento das leis trabalhistas. Por último, esses esforços devem ser apoiados por meio do sistema de formação profissional, com políticas ativas de salários mínimos e contra práticas discriminatórias no emprego, e mediante incentivos às contratações de trabalhadores mais desfavorecidos, entre outros.

As transferências contributivas (pensões) e não contributivas são fontes relevantes da renda familiar total e, segundo sua progressividade, contribuirão ou não para maiores níveis de igualdade. Algo similar sucede com a tributação direta, sobre os recursos naturais e sobre as externalidades, que também pode contribuir para uma maior igualdade da renda disponível nas famílias, na medida em que for progressiva e tenha um enfoque de ciclo de vida.

Por isso, o papel do Estado e da estrutura fiscal para prover sistemas mais inclusivos, progressivos e integrados de proteção social deve ser cada vez mais forte. A equação contributiva clássica entre emprego e proteção social não é adequada, porque o grande peso do emprego no setor informal impõe um limite às possibilidades de aumentar a produtividade e a proteção contributiva de grande parte da população ocupada (veja o gráfico III.6). Neste contexto, o pilar não contributivo da proteção social, que nos países desenvolvidos foi pensado para cobrir um setor residual da população, passa a ocupar um lugar central.

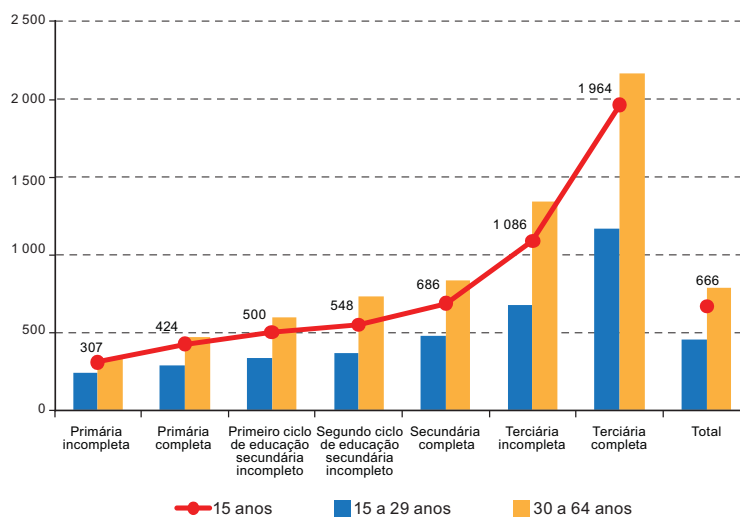
¹⁷ A igualdade de direitos se refere não só à igualdade jurídica ou formal, mas também à igualdade no gozo e desfrute dos direitos.

Gráfico III.4
**AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): INDICADORES DE HETEROGENEIDADE
 ESTRUTURAL, EM TORNO DE 2009**
 (Em porcentagens)



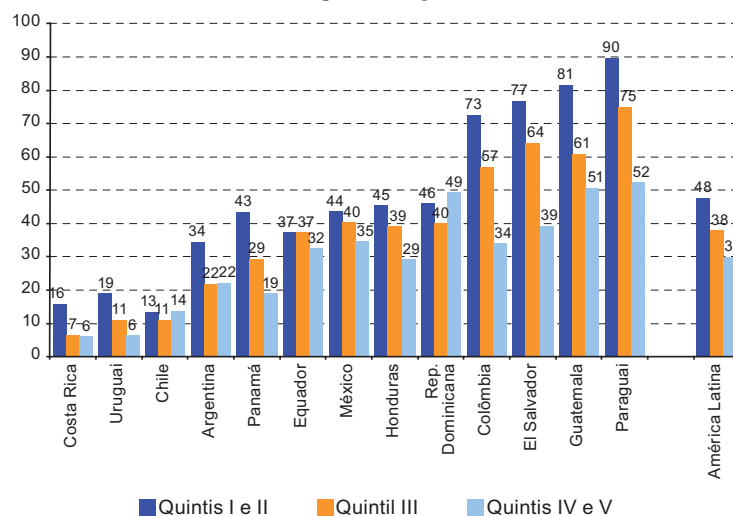
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Gráfico III.5
**AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): RENDA MENSAL DE TRABALHO DA POPULAÇÃO OCUPADA,
 POR GRUPO DE IDADE E NÍVEL DE ESCOLARIDADE**
 (Em dólares PPA de 2000)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina, 2010* (LC/G.2481-P), Santiago do Chile, 2011. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.11.II.G.6.

Gráfico III.6
**AMÉRICA LATINA (14 PAÍSES): POPULAÇÃO DE FAMÍLIAS QUE NÃO CONTAM COM
 SEGURIDADE SOCIAL E NÃO RECEBEM PENSÃO NEM TRANSFERÊNCIAS
 PÚBLICAS ASSISTENCIAIS, POR QUINTIL DE RENDA, 2009**
 (Em porcentagens)



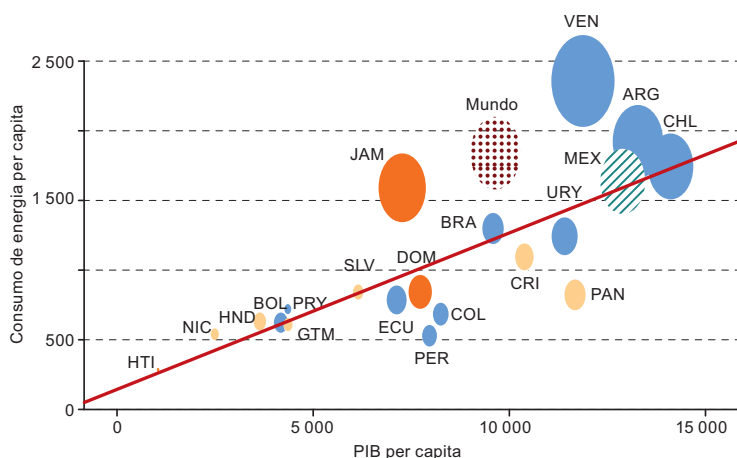
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina, 2011* (LC/G.2514-P), Santiago do Chile, 2012. Publicação das Nações Unidas, N° de venda: S.12.II.G.6.

A política social também é um investimento necessário para a mudança estrutural, pois permite aos trabalhadores a mobilidade requerida. Uma economia dinâmica, que possibilite elevar a produtividade média da sociedade, requer capacitação, educação e uma demanda interna que siga padrões de consumo ambientalmente sustentáveis e promova essa mudança de paradigma na estrutura produtiva.

Em segundo lugar, a sustentabilidade ambiental não pode continuar sendo tema de segunda ordem na agenda do desenvolvimento. É prioritário vinculá-la com a mudança estrutural e com um padrão de diversificação setorial que esteja em plena sintonia com essa sustentabilidade. Uma região que conta com grande diversidade de recursos naturais e cujos povos originários possuem amplos conhecimentos sobre o uso da biodiversidade e os ecossistemas tem uma vantagem competitiva que lhe permitiria reduzir a pobreza, proteger o meio ambiente e criar setores de ponta no âmbito internacional, na medida em que essas vantagens sejam valorizadas e potencializadas pela pesquisa e se proteja sua propriedade. A necessidade de dotar a região de melhores serviços e infraestrutura, fechando a brecha entre dotação e requisitos para sustentar uma economia cada vez mais dinâmica, oferece uma grande oportunidade para os investimentos ambientalmente sustentáveis. Para que isto seja possível, é preciso contar com pactos sociais em que o Estado desempenhe um papel importante na promoção da dimensão ambiental por meio das políticas públicas, em particular as industriais e de ordenamento do território. Assim, a necessidade de transitar para um modelo de desenvolvimento que situe a igualdade no centro de suas ações e avance de forma simultânea nos âmbitos do desenvolvimento social, crescimento econômico e sustentabilidade ambiental põe a região e o mundo ante um imperativo de mudança. A formação de um paradigma que privilegie o desenvolvimento sustentável com igualdade será convergente com a mudança estrutural se forem consolidados mecanismos efetivos de gestão econômica que reflitam o custo da degradação ambiental, a perda de biodiversidade e os altos conteúdos de carbono que colocam em risco a segurança climática mundial e que corrijam a injusta alocação das cargas ambientais.

O desenvolvimento sustentável requer, portanto, uma estrutura industrial muito diferente da que predomina hoje na grande maioria dos países. O estilo de desenvolvimento vigente depende de vantagens comparativas estáticas, que se baseiam na abundância e exploração dos recursos naturais. Isso envia a direção dos investimentos, da inovação e do desenvolvimento tecnológico e fomenta o uso intensivo de energia, particularmente a fóssil, o que origina uma forte correlação entre o crescimento do PIB, o consumo de energia e as emissões contaminantes (veja o gráfico III.7). Este viés da direção do padrão dominante, junto com a falta de contabilização e internalização dos custos associados à deterioração dos recursos naturais e ecossistemas, freou a mudança estrutural a favor de atividades mais eficientes, intensivas em conhecimentos e de menor impacto sobre o meio ambiente e a saúde.

Gráfico III.7
AMÉRICA LATINA E CARIBE: PIB PER CAPITA E CONSUMO DE ENERGIA PER CAPITA, 2008^a
 (Em quilogramas equivalentes de petróleo e dólares PPA de 2005)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Cambio estructural para la igualdad: una visión integrada del desarrollo* (LC/G.2524(SES.34/3)), Santiago do Chile, julho de 2012.

^a O tamanho dos círculos é relativo às emissões per capita de cada país. As cores referem-se à sub-região: azul: América do Sul; vermelho: América Central; laranja: Caribe.

A mudança de paradigma, quando ainda há flexibilidade e caminhos alternativos, resulta da decisão política das sociedades de levar a produção, o consumo, a infraestrutura e a tecnologia por rumos que considerem o meio ambiente e a saúde da população, as gerações futuras e o longo prazo. Isso abre um amplo espaço de legitimidade e cooperação internacional.

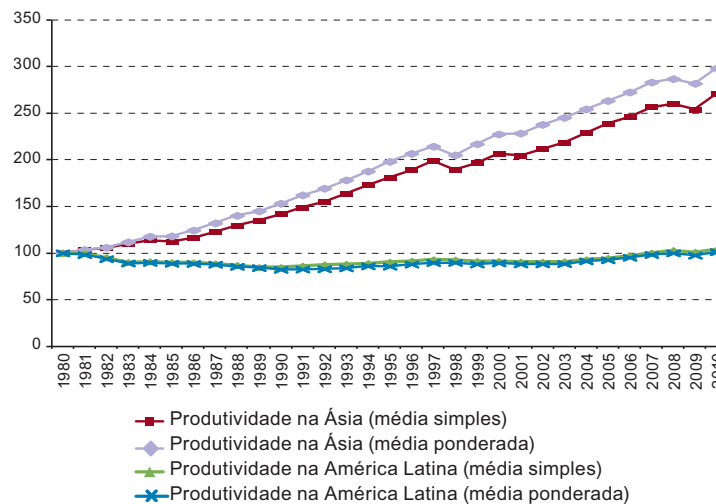
A estratégia mais promissora para assegurar a prosperidade no futuro consiste em desvincular o crescimento econômico da crescente utilização de recursos naturais e dos impactos ambientais que têm lugar tanto nas etapas de consumo como nas de produção. O consumo e a produção sustentáveis representam uma oportunidade para passar a um desenvolvimento sustentável e deixar para trás os modelos atuais. Os sistemas efetivos de governança para o desenvolvimento sustentável devem incluir uma governança efetiva dos recursos naturais e ecossistemas, que são a base da sustentabilidade de toda economia. Para que seja sustentável, o capital natural da região deve ser gerido de maneira integrada em todos os setores. Isto ajudará a região a enfrentar alguns de seus persistentes desafios ambientais e os consequentes problemas socioeconômicos, como a pobreza, a desigualdade e os conflitos sociais. Dentro de um marco regulatório sólido e bem formulado, é possível criar incentivos para que aumentem as iniciativas do setor privado. A participação efetiva do setor privado no caminho para o desenvolvimento

sustentável pode ser apoiada incentivando as parcerias público-privadas, melhorando as políticas e os marcos regulatórios nacionais, elaborando mecanismos apropriados de financiamento e promovendo a criação de capacidade e o intercâmbio de informação.

A transição ao desenvolvimento sustentável será benéfico para reduzir a vulnerabilidade no curto e longo prazo, criar empregos, gerar renda e desenvolver tecnologia e infraestrutura para reduzir o risco de desastres e, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente (ONUDI, 2010). As boas práticas desenvolvidas na América Latina e no Caribe para a incorporação de critérios de redução do risco de desastres na análise de custo-benefício dos projetos de investimento público, bem como os mecanismos financeiros para a transferência de risco destinados a evitar os desequilíbrios fiscais provocados pelos desastres naturais, devem ser usados mais amplamente como fatores importantes para a redução da vulnerabilidade e o aumento da resiliência a desastres.

Em terceiro lugar, as políticas industriais e de desenvolvimento produtivo devem estar no centro da orientação do desenvolvimento, a fim de reduzir as brechas tecnológicas, de produtividade e de competitividade com relação às economias situadas na fronteira tecnológica (veja o gráfico III.8). A inércia dos padrões de especialização e das trajetórias tecnológicas baseados em vantagens comparativas estáticas exige uma reformulação de incentivos que reorienta o investimento e transforme a estrutura produtiva, incorporando maior valor agregado, selecionando setorialmente em função de saltos de produtividade que se irradiem ao conjunto da sociedade, promovendo setores, atividades e trajetórias tecnológicas ambientalmente sustentáveis e difundindo, de maneira mais acelerada e sistêmica, a inovação tecnológica.

Gráfico III.8
AMÉRICA LATINA E ÁSIA: CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE, 1980-2010
(Índice 1980=100)

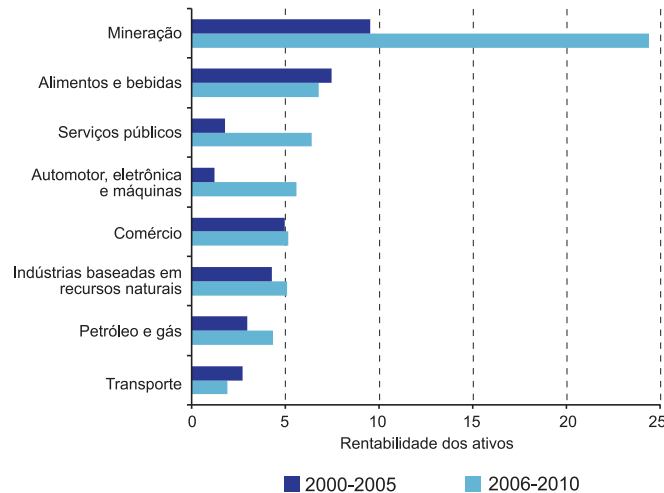


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Cambio estructural para la igualdad: una visión integrada del desarrollo* (LC/G.2524(SES.34/3)), Santiago do Chile, julho de 2012.

A dinâmica da especialização produtiva depende dos incentivos econômicos e da conduta dos agentes produtivos, que por sua vez é fortemente influenciada pela política econômica. As diferentes rentabilidades entre setores definem a orientação do investimento (veja o gráfico III.9). Na medida em que as maiores rentabilidades estiverem associadas a setores com menor intensidade de conhecimentos, a estrutura produtiva se manterá bloqueada em uma trajetória tecnologicamente menos dinâmica (veja o gráfico III.10). Além disso, ao não levar em conta as externalidades negativas ambientais, os sinais de

custos e rentabilidade enviesam o modelo de crescimento em uma direção não sustentável. Isso trava a geração de novas tecnologias que abririam opções em matéria energética, de transporte, desenvolvimento urbano e produção com menor pressão ambiental e intensidade de carbono.

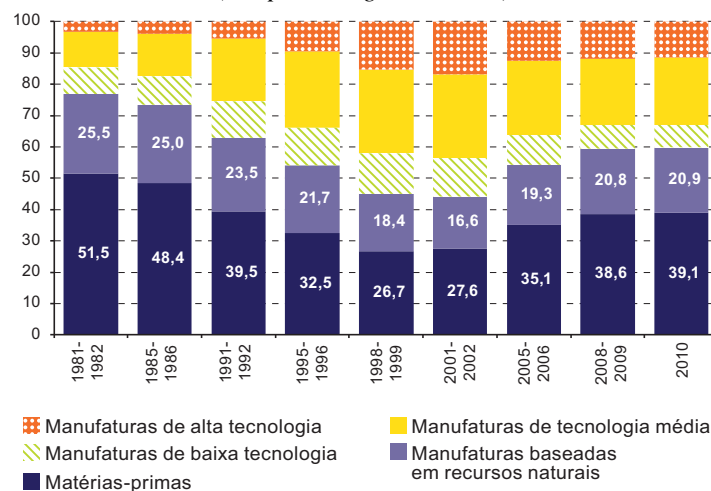
Gráfico III.9
**AMÉRICA LATINA: RENTABILIDADE DOS ATIVOS POR SETOR,
 MÉDIA PONDERADA, 2000-2005 E 2006-2010^a**
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Cambio estructural para la igualdad: una visión integrada del desarrollo* (LC/G.2524(SES.34/3)), Santiago do Chile, julho de 2012.

^a Ponderação com base na participação de cada empresa nas vendas do setor. As indústrias baseadas em recursos naturais são as produtoras de cimento e alumínio, siderúrgicas, químicas, petroquímicas, produtoras de papel e celulose e agroindustriais.

Gráfico III.10
**AMÉRICA LATINA E CARIBE: ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES POR
 NÍVEL DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA, 1981-2010^a**
 (Em porcentagens do total)



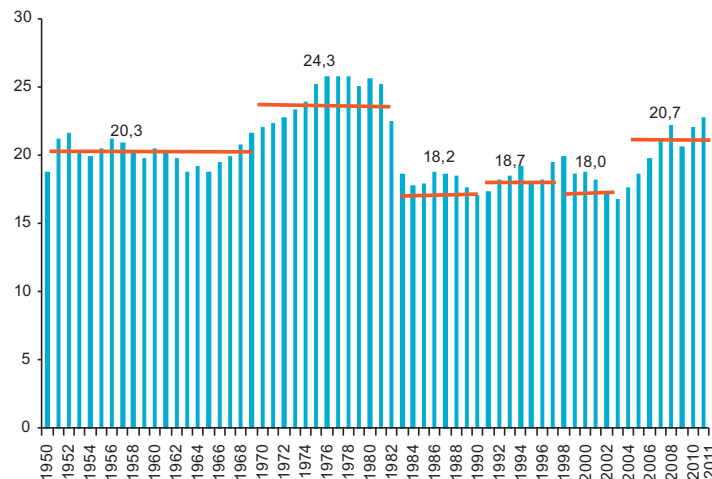
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Cambio estructural para la igualdad: una visión integrada del desarrollo* (LC/G.2524(SES.34/3)), Santiago do Chile, julho de 2012.

^a Com exceção de Cuba e Haiti. Os dados sobre Antígua e Barbuda correspondem somente a 2007 e os da República Bolivariana da Venezuela a 2008; a informação sobre Honduras não inclui dados de 2008; a correspondente a Belize, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, Suriname e Granada (somente exportações) não inclui dados de 2009.

As políticas industriais e de desenvolvimento produtivo apontam em duas direções complementares, a saber: dotar de maiores capacidades e competitividade setores com claro potencial de crescimento e incorporação de progresso técnico e diversificar a estrutura produtiva mediante a criação de novos setores de alta produtividade e maior sustentabilidade e eficiência ambiental. A isto se acrescenta a urgente necessidade de promover maior produtividade no âmbito das médias e pequenas empresas e das microempresas, sobretudo por sua capacidade para gerar emprego e converter-se em centros de difusão do conhecimento e de apropriação da tecnologia. A formação dos recursos humanos, em particular a necessidade de investir nos jovens para que tenham as oportunidades derivadas da aquisição de novos conhecimentos e habilidades, é essencial neste processo.

Em quarto lugar, não se pode menosprezar as políticas de pesquisa e desenvolvimento. A política industrial se situa hoje no contexto de uma revolução industrial que abrange as novas tecnologias de informação e comunicação, a biotecnologia e a nanotecnologia. A política industrial deve inserir-se em plena interação com a fronteira científico-técnica, onde novos conhecimentos se traduzem, a um ritmo vertiginoso, em novas formas mais sustentáveis de produção. Portanto, deve-se aproveitar a mudança estrutural para a sustentabilidade ambiental, sobretudo mediante a incorporação da revolução tecnológica. O meio para obter isso é o investimento, que ainda não recuperou os níveis dos anos anteriores à década de 1980 (veja o gráfico III.11).

Gráfico III.11
AMÉRICA LATINA: FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO, 1950-2011
(Em porcentagens do PIB e dólares constantes de 2005)

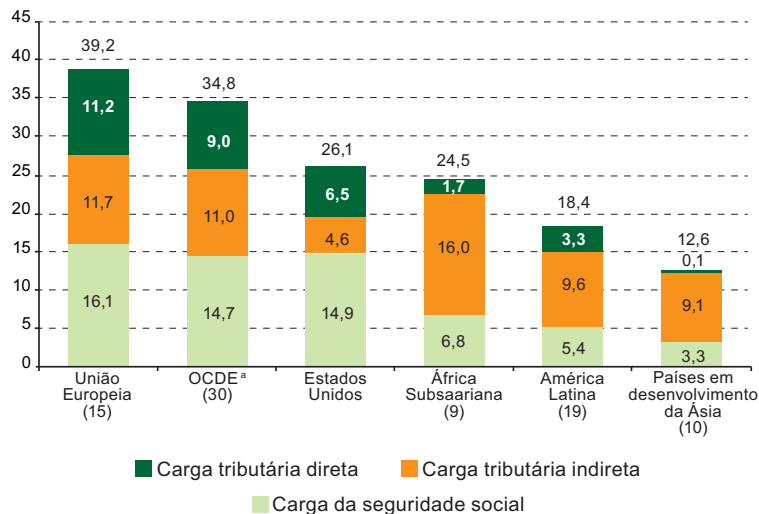


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Em quinto lugar, a política macroeconômica deve ser articulada para construir sinergias entre dinâmicas de curto e de longo prazo. A partir da macroeconomia, as políticas fiscais, monetárias e cambiais devem incentivar o investimento de longo prazo, a diversificação da estrutura produtiva e a maior convergência em níveis de produtividade do conjunto da economia. Uma maior diversificação produtiva, com alta incorporação de progresso técnico e menores brechas de produtividade, bem como com maior eficiência energética e ambiental, constitui um acervo fundamental para blindar a economia frente às vulnerabilidades externas. Um pacto fiscal que busque uma estrutura e uma carga tributária com maior impacto redistributivo e corretora de externalidades, capaz de fortalecer o papel do Estado e a

política pública para garantir níveis mínimos de bem-estar, também faz parte da agenda da igualdade e da sustentabilidade ambiental (veja o gráfico III.12).

Gráfico III.12
**COMPARAÇÃO INTERNACIONAL DO NÍVEL E ESTRUTURA
 DA CARGA TRIBUTÁRIA**
(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

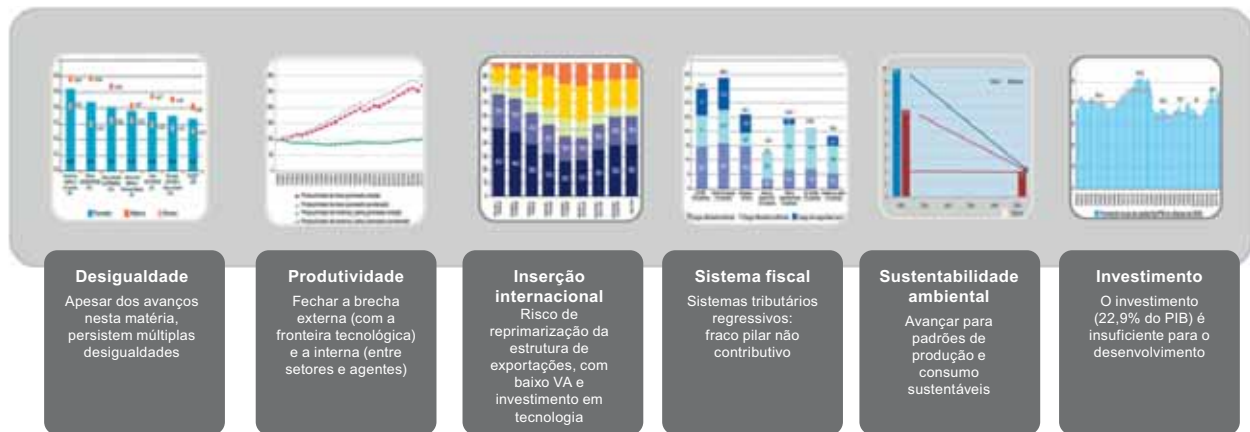
^a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Entre outras funções, as políticas fiscais proporcionam uma série de instrumentos essenciais para criar economias inclusivas com baixa emissão de carbono, eficiência em matéria de recursos e inclusão social. São ferramentas importantes para refletir os efeitos colaterais do meio ambiente nos preços da energia e serviços de transporte. Além disso, podem ser uma fonte importante de novos recursos. Os governos têm uma variedade de instrumentos à sua disposição: taxar o uso de combustíveis fósseis ou as emissões em diferentes setores; reformar os subsídios à energia que promovem atividades econômicas não sustentáveis; reformar os subsídios à agricultura que promovem o desmatamento e apoiar a mudança para uma economia verde mediante incentivos fiscais. O intercâmbio de conhecimentos e boas práticas em termos de reformas de políticas fiscais são a chave para obter uma transição bem-sucedida para a economia verde e o desenvolvimento sustentável.

Em síntese, o eixo central que se propõe tem a mudança estrutural como caminho, as políticas públicas como instrumento e a igualdade e a sustentabilidade como valores subjacentes e como horizonte para o qual se orienta essa mudança (CEPAL, 2012e).

Os objetivos de desenvolvimento sustentável devem guiar o conjunto de políticas (industriais, macroeconômicas, sociais, trabalhistas, ambientais) para avançar rumo a uma mudança estrutural virtuosa que seja capaz de conjugar uma mudança da matriz produtiva para setores de maior produtividade e sustentabilidade ambiental mediante a incorporação de progresso técnico com a redução de brechas entre setores; uma política macroeconômica proativa para potencializar a produtividade e o investimento; e políticas sociais e trabalhistas que acompanhem a mudança estrutural com efeitos redistributivos, melhoras no mundo do trabalho e distribuição mais justa entre fatores e setores dos benefícios associados aos aumentos de produtividade (veja o diagrama III.1).

Diagrama III.1
AS BRECHAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Trata-se de uma visão integrada do desenvolvimento, na qual as metas e os indicadores que complementam os objetivos de desenvolvimento sustentável permitem avaliar o avanço para esse novo modelo.

E. TRANSIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: OS OBJETIVOS

Para obter o modelo de desenvolvimento sustentável e o estabelecido no documento *O futuro que queremos* (Nações Unidas, 2012c), é indispensável a igualdade. Este princípio deve reger a agenda para o desenvolvimento pós-2015, em particular os objetivos de desenvolvimento sustentável. Deve ser também o valor e a condição subjacente, tanto nos objetivos como em seu processo de definição.

Se reconhecermos que a erradicação da pobreza é uma condição prévia iniludível, que a igualdade é o princípio orientador do desenvolvimento sustentável e que a mudança do modelo é o caminho, a agenda de desenvolvimento e os objetivos de desenvolvimento sustentável devem avançar do atendimento de necessidades básicas —condição necessária, mas não suficiente— para as aspirações de sustentabilidade do desenvolvimento. Intrinsecamente, estes objetivos devem guiar —e obrigar— caminhos integrados de desenvolvimento com um enfoque sinérgico entre inclusão, proteção social, segurança humana, redução de riscos e proteção ambiental. Além disso, este enfoque deve promover também a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e reduzir as brechas com respeito a grupos étnicos, diferenças territoriais e outros fatores de exclusão. Tudo isso deve ser obtido mediante processos participativos com base na coordenação e coerência da ação pública.

Os objetivos devem ser orientados pelo estabelecido em *O futuro que queremos*: “Os objetivos devem abordar e incorporar de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável e suas inter-relações, [...] estar orientados para a ação, ser concisos e fáceis de comunicar, limitados em número e ambiciosos, ter um caráter global e ser universalmente aplicáveis a todos os países, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais”.

Os objetivos devem permitir fechar as brechas mencionadas enquanto descolam o desenvolvimento socioeconômico de suas externalidades ambientais, provocar mudanças de comportamento permanentes, ser mensuráveis e auditáveis. Portanto, é necessário incorporar objetivos habilitadores que apontem os meios, tanto no âmbito nacional como internacional, e acompanhem os grandes objetivos prioritários. Isto não é novo, dado que a Cúpula do Milênio estabeleceu como um dos ODM fomentar uma parceria mundial para o desenvolvimento (objetivo 8) a fim de favorecer com o esforço internacional o cumprimento dos restantes objetivos.

1. Objetivo habilitador nacional

A mudança de modelo requer uma série de pactos e acordos sociais para reduzir, de forma sustentável, as brechas mencionadas. Um componente central do objetivo habilitador nacional é a busca da igualdade e sustentabilidade ambiental mediante a estrutura fiscal dos países: tributação e gasto progressivos; eliminação de subsídios prejudiciais para o meio ambiente ou a saúde e gravames sobre externalidades; e royalties das atividades extrativas de recursos naturais destinados ao aumento do resto dos estoques de capital. Esta estrutura fiscal contribui para eliminar as distorções introduzidas pelos subsídios contraproducentes no campo social e ambiental, como sucede com os subsídios ao consumo de combustíveis fósseis e eletricidade em substituição das transferências diretas à população mais pobre.

Outro componente essencial é o investimento nacional, que deve levar em conta os danos ao meio ambiente e à saúde e o esgotamento dos recursos naturais, que hoje não têm preço na economia e, portanto, ocultam o verdadeiro custo da atividade econômica e distorcem a alocação do investimento para atividades não sustentáveis. O tipo de investimento determinará a estrutura produtiva do futuro e sua sustentabilidade socioambiental.

As mudanças assim induzidas pela política fiscal, o investimento e outros fatores poderiam ter um impacto positivo em fenômenos ambientais críticos, como a mudança de uso do solo, a mudança climática, a contaminação dos cursos de água e do ar urbano e a perda de biodiversidade, sem ter que ser tratados de maneira independente na composição dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

A mudança no sistema fiscal e nas práticas de investimento é mensurável e pode ter indicadores e prazos. Além disso, a contabilidade nacional deve poder orientar os tomadores de decisões para uma maior sustentabilidade em um período razoável de tempo incorporando estes conceitos.

Um quadro institucional forte e habilitador, baseado em um contexto de direitos, que permita a coordenação e coerência da ação pública, é essencial. Os marcos normativos, os condutos adequados para o livre exercício dos direitos de todo tipo, a provisão e o acesso à informação, os canais adequados de participação, a transparência, a prestação de contas e o acesso à justiça contribuem para a eficiência e eficácia das políticas públicas que pretendem contribuir aos objetivos de desenvolvimento sustentável com igualdade.

2. Objetivo habilitador global

A aliança mundial para o desenvolvimento deve ser aprofundada e implementada de maneira efetiva. Novamente, o enfoque assistencialista para abordar os males provocados pela desigualdade global não é suficiente. Não obstante, a assistência oficial para o desenvolvimento (AOD) —embora não seja considerada um pilar básico da agenda pós-2015 e constitua uma promessa em grande parte não

cumprida— seguirá sendo uma fonte importante de recursos para financiar o desenvolvimento de vários países da região, em particular dos países mais pobres. Esta não deveria concentrar-se somente nos setores sociais, mas dirigir-se também aos setores produtivos que geram renda permanente para a população.

O modelo de desenvolvimento de cada país está inserido em um modelo econômico global; assim, alcançar a sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento nacional sem um contexto habilitador global pode ser uma tarefa impossível. De modo a transitar para a sustentabilidade de alcance mundial, é preciso enfrentar os males globais sob o critério de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e reforçar bens públicos globais essenciais, como o comércio justo, a estabilidade do sistema financeiro internacional e a acessibilidade das tecnologias essenciais para a saúde e a sustentabilidade ambiental. Para isso, é necessário compartilhar ferramentas, normas e políticas, mediante pactos globais¹⁸.

Por outro lado, não se deve esquecer a necessidade de fortalecer os bens públicos regionais. Os processos de integração energética e de infraestruturas, a coordenação macroeconômica —inclusive os temas fiscais— e os acordos para enfrentar a poluição transfronteiriça, entre outros, são exemplos facilitadores do desenvolvimento sustentável com vantagens comparativas no âmbito regional.

3. Objetivos prioritários

Estes objetivos devem identificar os aspectos críticos do desenvolvimento sustentável atendendo as necessidades já incluídas nos objetivos de desenvolvimento. Os ODM se caracterizam por ser basicamente de extensão, cobertura e quantidades, o que em boa medida os torna pouco efetivos para uma mudança de paradigma focada no desenvolvimento sustentável. Os objetivos de desenvolvimento sustentável não de dar o salto qualitativo requerido. Por exemplo, o objetivo de avançar para assentamentos humanos sustentáveis e resilientes, elemento essencial na América Latina e no Caribe por se tratar da região mais urbanizada do planeta, incluiria os aspectos de provisão de água potável e saneamento e a erradicação das favelas, bem como aspectos relacionados com o transporte e a construção sustentável, a gestão de resíduos e a reciclagem, o controle da poluição atmosférica e a eficiência no uso de recursos, o ordenamento territorial e a resiliência a eventos extremos. No objetivo de obter uma energia de qualidade para o desenvolvimento sustentável, se incluiria o acesso à energia para todos, junto com aspectos de eficiência, limpeza e renovação (veja o boxe III.4). No de obter uma vida saudável, além dos temas de redução da mortalidade infantil e materna e luta contra o HIV/AIDS, a malária e a tuberculose, se incluiria o acesso universal à saúde, em particular a saúde sexual e reprodutiva, os problemas de desnutrição e as doenças ligadas aos hábitos de vida sedentários (veja o boxe III.5).

Muitos problemas que têm uma expressão setorial e aparentemente desconexa (como o crescente uso de pesticidas, a poluição urbana, a eutrofização marinha, os congestionamentos e as doenças não transmissíveis) podem ter causas compartilhadas e, portanto, soluções transversais potentes e transformadoras do estilo de desenvolvimento. Tal é o caso dos determinantes do uso da energia e da saúde (veja os boxes III.4 e III.5). Por exemplo, a alteração dos preços relativos dos combustíveis fósseis, em função de suas externalidades ambientais e de saúde, teria efeitos que vão muito além dos provocados no setor energético: incentivaria a melhora da qualidade das fontes de energia e uma maior eficiência nos processos produtivos; reduziria o abuso no consumo de pesticidas e suas adversas consequências sobre a

¹⁸ Cabe mencionar, entre outros, a reforma do sistema financeiro internacional para dotá-lo de maior transparência e normas macroprudenciais, os acordos para a taxação dos movimentos de capitais de curto prazo e a eliminação dos paraísos fiscais.

saúde e os ecossistemas, inclusive os marinhos; fomentaria um plano urbano mais integrado e saudável; desincentivaria a deslocalização produtiva e fomentaria um maior consumo local; alteraria as formas de mobilidade, reduzindo o sedentarismo (vida saudável) em escala local e contribuindo ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em escala global; entre alguns efeitos visíveis. Daí que poucos objetivos globais de desenvolvimento, bem escolhidos por seu potencial transformador para a sustentabilidade, são preferíveis a uma constelação que pode ser desconexa e fraca.

Em suma, o modelo atual tem que incorporar valores mais ambiciosos: superar a pobreza mediante a busca de maior igualdade, passar da ingestão mínima de calorias a uma nutrição de qualidade, das doenças da pobreza a uma vida saudável, da educação básica ao desenvolvimento pleno de capacidades e oportunidades e do acesso básico a água, energia e habitação a habitats e assentamentos humanos de qualidade.

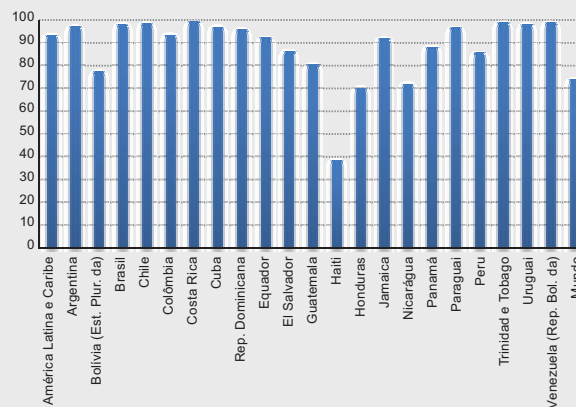
Enquanto região de renda média, a América Latina e o Caribe podem e devem avançar no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conforme indicado nos capítulos 1 e 2. Mas, para dar o seguinte passo no caminho do desenvolvimento, é preciso uma mudança para a sustentabilidade em conformidade com a apresentada neste capítulo.

Boxe III.4

ENERGIA DE QUALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na região, como no resto do mundo, ainda existe um considerável número de pessoas sem acesso à energia. Embora a maioria dos países da América Latina e do Caribe apresente taxas de cobertura superiores a 80% e a média regional supere 90%, há grandes disparidades entre os países e de 35 a 40 milhões de pessoas continuam sem acesso aos serviços energéticos básicos (eletricidade e combustíveis modernos) necessários para superar a condição de pobreza. Em particular, quase 75% da população pobre da região não tem acesso à energia.

Gráfico 1
AMÉRICA LATINA E CARIBE (21 PAÍSES): ACESSO À ELETRICIDADE, 2009
(Em porcentagens da população)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Banco Mundial, World Development Indicators [base de dados].

Os estratos pobres consomem menos energia que o resto dos estratos sociais, mas gastam uma proporção maior de sua renda. As dificuldades para acessar serviços através de redes de distribuição de eletricidade e gás natural e os custos levam estas pessoas a utilizar a lenha como combustível básico. Isto tem consequências importantes —sobretudo para as mulheres e crianças— que afetam a saúde devido à poluição domiciliar e que se relacionam também com o tempo necessário para a coleta. Por isso, embora seja necessário garantir 100% de cobertura, a energia deve ter qualidade e ser utilizada de modo eficiente.

Boxe III.4 (continuação)

Na América Latina e no Caribe a intensidade energética baixou muito lentamente em relação a outras regiões (que partiam de níveis relativamente menos elevados), mesmo quando a tendência desejável seria para uma diminuição progressiva do consumo de energia por unidade de produto. Esta tendência está relacionada com os padrões de produção descritos anteriormente, a exclusão dos custos ambientais e de saúde, os subsídios ao consumo ou produção e a baixa prioridade das políticas de eficiência energética, entre outros fatores.

Embora o esforço dos programas de uso eficiente da energia seja considerável, os preços relativos e a ausência ou insuficiência de mecanismos financeiros afetaram seus resultados. Outro fator crítico para o êxito das políticas e programas de eficiência energética é a coordenação entre setores de governo com o objetivo de assegurar a coerência entre políticas que perseguem objetivos distintos. Na contramão dos programas de eficiência energética está a existência de sistemas de subsídios, implementados segundo lógicas econômicas que não consideram os custos ambientais dos combustíveis.

Os subsídios ao combustível, tanto de veículos particulares como de transporte e carga, também freiam as melhoras na intensidade energética e têm um peso importante nas contas fiscais. Alguns deles são regressivos, dado que o gasto em combustíveis para automóveis corresponde fundamentalmente ao quintil mais alto de renda (Acquatella e Altomonte, 2010). Desde 1992 os subsídios aumentaram, ao depender em boa medida dos preços internacionais do petróleo, que registraram altas significativas, sobretudo a partir de 2003. Expressados em termos de uso alternativo desses recursos — neste caso o gasto em saúde — os subsídios ao combustível têm um peso muito significativo no gasto fiscal. Sua redução — além de diminuir o consumo de combustíveis fósseis e seus custos ambientais e de saúde e melhorar a rentabilidade relativa de alternativas energéticas — liberaria recursos fiscais para uso em outros âmbitos, como a educação e a saúde.

Quadro 1
**AMÉRICA LATINA (PAÍSES SELECIONADOS): SUBSÍDIOS AOS COMBUSTÍVEIS
 FÓSSEIS E GASTO PÚBLICO EM SAÚDE, 2008-2010**
(Em bilhões de dólares e porcentagens do PIB)

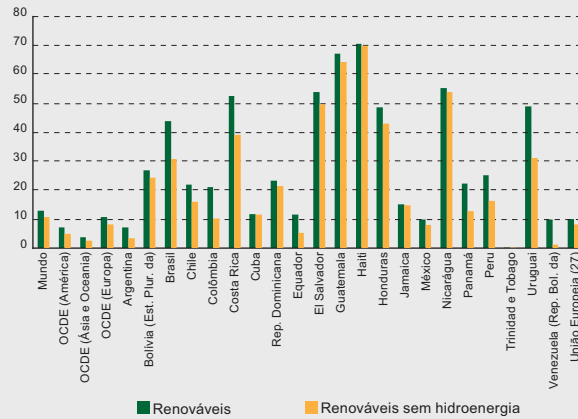
	Subsídios aos combustíveis fósseis						Gasto público em saúde	
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	<i>(em porcentagens do PIB)</i>	
	<i>(em bilhões de dólares)</i>			<i>(em porcentagens do PIB)</i>				
Argentina	18,1	5,9	6,5	5,5	1,9	1,8	5,3	(2008)
Colômbia	1,0	0,3	0,5	0,4	0,1	0,2	1,9	(2009)
Equador	4,6	1,6	3,7	8,4	3,1	6,7	1,3	(2006)
El Salvador	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	5,6	3,4	(2007)
México	22,5	3,4	9,5	2,1	0,4	0,9	2,8	(2008)
Peru	0,6	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	1,2	(2008)
Venezuela (República Bolivariana da)	24,2	14,1	20,0	7,8	4,3	5,1	1,8	(2006)

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em montantes de subsídios aos combustíveis fósseis publicados em Agência Internacional de Energia (AIE), *World Energy Outlook 2011* [on-line] <http://www.iea.org/subsidy/index.html>; Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cifras oficiais do PIB e base de dados sobre gasto social para o gasto público em saúde.

Para a região em sua totalidade, a proporção renovável da oferta energética se aproxima de 25%, cifra alta em termos globais, embora tenha diminuído com o tempo. Contudo, a contribuição das energias renováveis à oferta varia muito entre países. A proporção renovável da oferta energética supera 67% no Paraguai, mas é 0,1% em Trinidad e Tobago. O Brasil tem uma elevada proporção de hidroeletricidade em seu abastecimento elétrico e uma bem-sucedida política de longo prazo com resultados importantes no desenvolvimento de sua indústria de biocombustíveis. O componente de fontes renováveis não convencionais na matriz energética regional continua sendo baixo (4%), embora cresça de forma estável.

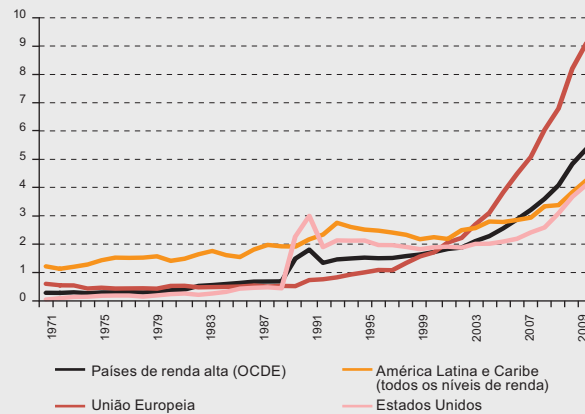
Boxe III.4 (continuação)

Gráfico 2
**AMÉRICA LATINA E CARIBE: PARTICIPAÇÃO DE FONTES RENOVÁVEIS
 NA MATRIZ ENERGÉTICA, 2010**
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em World Energy Statistics and Balances dataset, OECDiLibrary.

Gráfico 3
**MUNDO (GRUPOS DE PAÍSES SELECIONADOS): PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE POR FONTES
 RENOVÁVEIS DE ENERGIA, EXCETUANDO HIDROENERGIA, 1971-2009**
 (Em porcentagens)

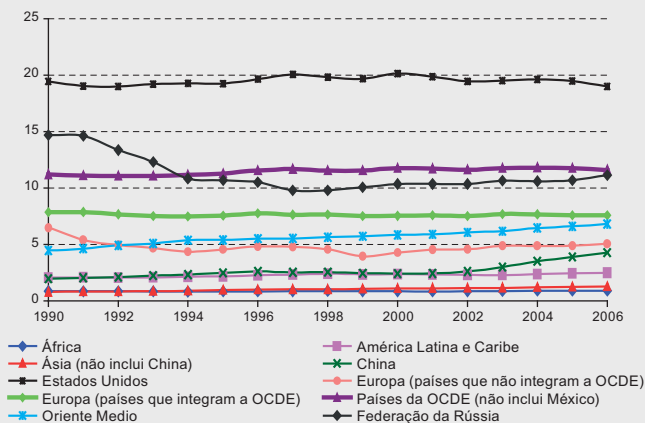


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em World Energy Statistics and Balances dataset, OECDiLibrary.

As emissões de CO₂ por habitante na América Latina e no Caribe como efeito da queima de combustíveis fósseis se mantiveram relativamente estáveis e em níveis baixos em termos globais (veja o gráfico 4); não obstante, as diferenças entre países são consideráveis.

Boxe III.4 (conclusão)

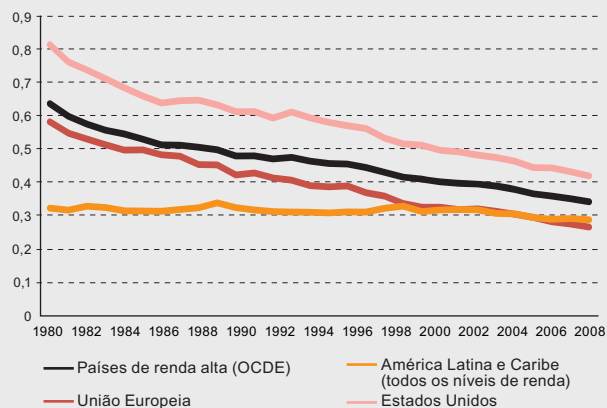
Gráfico 4
**MUNDO: EMISSÕES DE CO₂ PER CAPITA POR QUEIMA DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS,
 POR REGIÃO, 1990-2006**
(Em toneladas métricas)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Agência Internacional de Energia (AIE) [on-line] <http://www.iea.org/>.

Não obstante, as emissões de CO₂ estão relativamente acopladas ao crescimento do produto, motivo pelo qual é provável que a região continue aumentando as emissões provenientes de fontes energéticas.

Gráfico 5
**MUNDO (GRUPOS DE PAÍSES SELECIONADOS): EMISSÕES DE CO₂
 DE ENERGIA POR PIB, 1980-2008**
(Em kg de CO₂ por dólares de 2005 em paridade de poder aquisitivo)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Banco Mundial, World Development Indicators [base de dados].

Boxe III.5

A COBERTURA UNIVERSAL DE SAÚDE

Apesar dos avanços alcançados, milhões de pessoas continuam carecendo de serviços de saúde por condições econômicas ou geográficas. Além dos determinantes sociais e ambientais mencionados neste documento, este fato destaca o desafio fundamental que significa a equidade em saúde na agenda de desenvolvimento da região. Na América Latina e no Caribe a taxa de mortalidade continua decrescendo e observa-se um aumento generalizado da esperança de vida. A taxa de mortalidade infantil em 1990 era de 42 mortes por 1.000 nascidos vivos, enquanto em 2011 se reduziu a 16 por 1.000 nascidos vivos. Apesar desse progresso, a mortalidade infantil, particularmente a do recém-nascido, continua sendo um desafio. Na mortalidade materna há acentuadas diferenças entre países e dentro deles, sendo o caso mais extremo o do Haiti, com 630 mortes por 100.000 habitantes (2006). A cobertura de planejamento familiar cresceu e alcançou uma taxa de contracepção de 67%, semelhante à dos países desenvolvidos, embora persistam brechas entre a demanda e a oferta de métodos anticoncepcionais, particularmente em populações marginalizadas e adolescentes. Se a atenção pré-natal fosse qualificada levando em conta somente os controles que recebem as mulheres grávidas, poderíamos dizer que se avançou, já que a média é de 4 a 5 controles. Contudo, a qualidade da atenção é baixa e a mortalidade materna continua sendo um desafio na região. A cobertura de vacinação registra uma média de 93% entre crianças menores de 1 ano de idade e foram obtidos importantes avanços na eliminação ou redução de doenças imunopreveníveis.

O panorama epidemiológico na América Latina e no Caribe é caracterizado por uma tripla carga de doença: em primeiro lugar, as doenças crônicas não transmissíveis, que, além de sua elevada mortalidade, envolvem cargas caracterizadas por agravamentos recorrentes e incapacidades crescentes que exercem grande pressão sobre os serviços de saúde; em segundo lugar, as doenças infecciosas, cuja mortalidade está diminuindo, mas continuam registrando taxas elevadas de morbidade; em terceiro lugar, a carga de doença ocasionada por causas externas e agravada pelos processos de acelerada urbanização, que dão origem a cinturões de miséria carentes de serviços básicos, onde a violência, a insegurança viária e a dependência de drogas aumentam a mortalidade e a morbidade.

As doenças não transmissíveis são a causa principal de morte e incapacidade no mundo, provocam cerca de 75% das mortes na América Latina e no Caribe e afetam mais de 20 milhões de pessoas. Na região estão gerando uma carga direta nos custos dos serviços de saúde e nas quantias que as pessoas devem desembolsar, o que limita a cobertura dos serviços e lança as pessoas na pobreza. Estimou-se que, se não for tomada nenhuma medida, as doenças não transmissíveis custarão aos países de renda baixa e média quase 500 bilhões de dólares por ano, o que equivale a 4% de seu PIB atual. Na América Latina e no Caribe, calcula-se que somente a diabetes representa um custo estimado de 65 bilhões de dólares ao ano. No Brasil e México prevê-se um aumento de 13% a 17% da obesidade em adultos entre 2010 e 2030, que estará associado a um aumento do custo da atenção à saúde entre 400 e 600 milhões de dólares ao ano. Se neste período o índice de massa corporal da população for reduzido entre 1% e 5% em média, será possível obter uma poupança de 100 a 200 milhões de dólares ao ano (OPAS, 2012b).

A respeito do controle de doenças transmissíveis, a malária diminuiu mais de 50%, e há outros exemplos de êxito nas chamadas doenças tropicais desatendidas, como a oncocercose, a filariose linfática e a esquistossomose; além disso, eliminou-se a transmissão peridomiciliar da doença de Chagas em vários países da região. A emergência de doenças transmissíveis de rápida disseminação, como a gripe pelo vírus A (H1N1), a recorrência de surtos de leptospirose, febre amarela e outras febres hemorrágicas de origem viral e o ressurgimento da cólera no Haiti são exemplos claros da necessidade de contar com sistemas de alerta e vigilância epidemiológica mais eficientes e oportunos. A dengue representa um desafio não resolvido; o número de casos tem aumentado constantemente e exige uma revisão profunda das ações de prevenção e controle, baseadas em estratégias ecossistêmicas e de saúde pública melhor integradas. A epidemia de HIV/AIDS e o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva na América Latina e no Caribe não podem ficar à margem da cobertura de saúde universal.

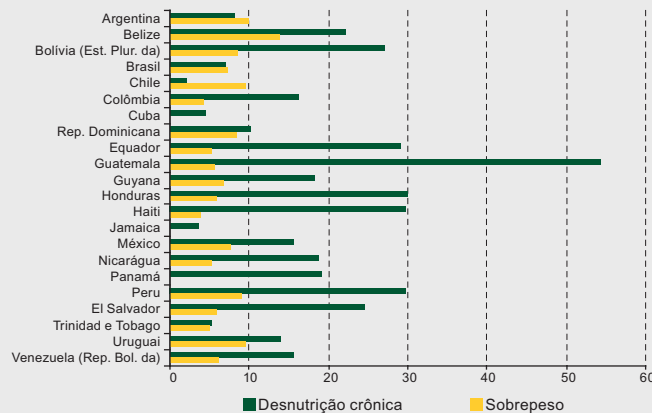
Desafios emergentes, como as modificações dos padrões alimentares, a mudança climática, a destruição dos ecossistemas, a escassez de água e a mudança no uso da terra, entre outros, exercem novas pressões na saúde que recrudescem seus efeitos nas populações mais vulneráveis. Um dos principais riscos de saúde em zonas urbanas é a poluição atmosférica. Em algumas megacidades, como México, São Paulo e Santiago do Chile, as emissões de contaminantes são controladas, o que afeta de maneira significativa os níveis de saúde das populações expostas, e a maioria das cidades com mais de 100.000 habitantes carece de sistemas de vigilância ou monitoramento da qualidade do ar. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) estimou que cerca de 100 milhões de pessoas vivem expostas a concentrações de contaminantes no ar que ultrapassam os níveis máximos estabelecidos nos guias de qualidade do ar da Organização Mundial da Saúde (OMS). Calcula-se que na América Latina e no Caribe a cada ano morrem cerca de 35.000 pessoas pela poluição do ar e se perdem 276.000 anos de vida pela mesma causa. Além da poluição atmosférica, a poluição química é um grave problema na região. Há uma tendência ao crescimento da indústria extrativa (mineração e petróleo) e, em muitos países, não há nenhum controle dos resíduos da produção industrial. A intensificação do uso de pesticidas e outros tóxicos na agricultura também aumenta os riscos de exposição humana direta, mediante o consumo de alimentos ou água contaminada, e poucos países controlam ou vigiam esses fatores.

Boxe III.5 (conclusão)

Assim, a região está passando por uma transição epidemiológica, resultado, por um lado, da insuficiente redução dos riscos tradicionais e, por outro, do rápido aumento do tabagismo, alcoolismo, inatividade física, alimentação inadequada, transporte público não planejado, agricultura não sustentável, desenvolvimento socioeconômico desigual e ambientes que não conduzem a comportamentos saudáveis. Convivem na região, por exemplo, desnutrição com sobrepeso (veja o gráfico seguinte).

A crescente interdependência global, caracterizada pelo incessante aumento das viagens e do comércio, bem como outros fatores emergentes, fez da segurança sanitária mundial e nacional uma responsabilidade coletiva. Contudo, a maioria dos países da região pediu para adiar a data de implementação do Regulamento Sanitário Internacional até 2014. Uma bem-sucedida e eficiente aplicação do Regulamento dependerá, cada vez mais, do fortalecimento da ação intersetorial coordenada e de mecanismos de vigilância, monitoramento e comunicação que permitam respostas a todos os tipos de riscos, seja de origem infecciosa, química, radioativa ou de diversos eventos extremos ambientais.

AMÉRICA LATINA E CARIBE: DESNUTRIÇÃO E SOBREPESO EM CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS, 2000-2009
(Em porcentagens)



Fonte: Nações Unidas, *La Sostenibilidad del Desarrollo a 20 Años de la Cumbre para la Tierra: Avances, brechas y lineamientos estratégicos para América Latina y el Caribe* (LC/L.3346/Rev.1), Santiago do Chile, CEPAL, 2012.

Durante os últimos anos, os países da América Latina e do Caribe registraram progresso quanto à universalização dos sistemas de saúde mediante reformas e mudanças nas políticas, ressaltando o direito à saúde como direito social e como direito individual. Mesmo assim, persistem vários desafios, em particular a distribuição desigual dos recursos e serviços. Um importante desafio é avançar para uma cobertura integral dos serviços que inclua a atenção primária, a redução ou eliminação de copagamentos e outros gastos pessoais e a garantia de que as prestações sejam similares para toda a população. Entende-se a cobertura universal como o acesso à saúde em um sentido amplo, que reflete o trabalho nos determinantes sociais e ambientais da saúde e não só no acesso aos serviços de saúde. A transição demográfica impõe os desafios futuros de uma sociedade cada vez mais envelhecida. Neste sentido, é imprescindível aproveitar a oportunidade que representa o bônus demográfico para promover o emprego digno, a proteção social e a capacidade de poupança dos jovens de hoje. A aposta na proteção social que vários governos da região fizeram no período recente teve entre seus pilares as pensões não contributivas, que permitiram oferecer maiores graus de segurança econômica a vastos grupos da população adulta que estavam marginalizados dos sistemas de aposentadoria existentes.

Por outro lado, entende-se a cobertura universal de saúde de maneira integral, que inclua a prevenção, a promoção, a atenção e a reabilitação da saúde, bem como a proteção financeira como um componente da proteção social. É necessário levar em conta que na região existe o risco de que a definição de proteção social se reduza a pacotes básicos de prestações ou outros modelos predeterminados. A proteção social deve assegurar que as instituições públicas proporcionem as condições necessárias para garantir o direito à saúde.

Assim entendida, a cobertura universal poderia constituir um dos objetivos da nova agenda de desenvolvimento pós-2015. Trata-se de garantir o direito à saúde para todos. A cobertura universal constitui um objetivo ao qual os sistemas de saúde devem estar orientados. Ela tem dois componentes principais: o acesso de todas as pessoas a serviços integrais de saúde baseados nas necessidades e proteção financeira contra os riscos originados pela perda de saúde. Trata-se de um processo dinâmico que se desenvolve trabalhando em três dimensões: i) a proporção da população com acesso a serviços de saúde; ii) a gama e a qualidade dos serviços proporcionados; iii) a diminuição ou eliminação das barreiras financeiras a esse acesso. A cobertura universal de saúde é um componente crítico do desenvolvimento sustentável e uma expressão prática para assegurar a equidade e o direito à saúde.

Fonte: Elaboração própria.

Bibliografia

- Banco Mundial (2011), *Crime and Violence in Central America: a Development Challenge*, Informe Nº 56781-LAC, Washington, D.C., Banco Mundial.
- Bott, S. e outros (2012), *Violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe: un análisis comparativo de datos poblacionales de 12 países*, Washington, D.C., Organização Pan-Americana da Saúde (OPS).
- CDP (Comitê de Políticas de Desenvolvimento) (2012), *The United Nations Development Strategy Beyond 2015*, Nova York, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais.
- Cecchini, Simone e Aldo Madariaga (2011), “Programas de transferencias condicionadas: balance de la experiencia reciente en América Latina y el Caribe”, *Cuadernos de la CEPAL*, Nº 95 (LC/G.2497-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), junho.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2012a), *Panorama Social de América Latina, 2012* (LC/G.2557-P), Santiago do Chile. Publicação das Nações Unidas, Nº de venda: S.13.II.G.6.
- _____ (2012b), *Efectos del cambio climático en la costa de América Latina y el Caribe. Dinámicas, tendencias y variabilidad climática* (LC/W.447), Santiago do Chile.
- _____ (2012c), “Cargos de infraestructura: la creación de incentivos para mejorar el desempeño ambiental”, *Boletín FAL*, Nº 309, Santiago do Chile.
- _____ (2012d), *Los países de renta media: un nuevo enfoque basado en brechas estructurales* (LC/G.2532/Rev.1), Santiago do Chile.
- _____ (2012e), *Cambio estructural para la igualdad: una visión integrada del desarrollo* (LC/G.2524(SES.34/3)), Santiago do Chile.
- _____ (2011), “Caracterización de la brecha de infraestructura económica en América Latina y el Caribe”, *Boletín FAL*, Nº 293, Santiago do Chile, janeiro.
- _____ (2010a), *Panorama Social de América Latina, 2010* (LC/G.2481-P), Santiago do Chile.
- _____ (2010b), *¿Qué Estado para qué igualdad?* (LC/G.2450(CRM.11/3)), Santiago do Chile.
- _____ (2010c), *La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir* (LC/G.2432(SES.33/3)), Santiago do Chile.
- _____ (2010d), *Caribbean Regional Report for the five year review of the Mauritius Strategy* (LC/CAR/L.258), Port of Spain, sede sub-regional da CEPAL para o Caribe.
- _____ (2010e), *La economía del cambio climático en América Latina y el Caribe. Síntesis 2010* (LC/G.2474), Santiago do Chile.
- CEPAL/UNICEF (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/Fundo das Nações Unidas para a Infância) (2010), “Pobreza infantil en América Latina y el Caribe” (LC/R.2168), Santiago do Chile, dezembro.
- DARA (Fundación DARA Internacional) (2012), *Climate Vulnerability Monitor: A guide to the cold calculus of a hot planet*, Madri.
- Ferreira, Francisco H. G. e outros (2013), *Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class*, Washington, D.C., Banco Mundial.
- Hale, Fiona e Marijo Vazquez (2011), *Violence Against Women Living with HIV/AIDS: A Background Paper*, Washington, D.C., International Community of Women Living with HIV/AIDS (ICW Global), ONU Mulheres.
- Munang, Richard e outros (2013), “The role of ecosystem services in climate change adaptation and disaster risk reduction”, *Current Opinion in Environmental Sustainability*, vol. 5, Nº 1.
- Nações Unidas (2012a), *La Sostenibilidad del Desarrollo a 20 Años de la Cumbre para la Tierra: Avances, brechas y lineamientos estratégicos para América Latina y el Caribe* (LC/L.3346/Rev.1), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

- _____ (2012b), *Seguimiento de la resolución 64/291 de la Asamblea General sobre seguridad humana. Informe del Secretario General (A/66/763)*.
- _____ (2012c), “El futuro que queremos”, resolução 66/288 da Assembleia Geral.
- _____ (2010), *El progreso de América Latina y el Caribe hacia los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Desafíos para lograrlos con igualdad (LC/G.2460)*, Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- OMS (Organização Mundial da Saúde) (2008), *Informe de la Comisión de Determinantes Sociales de la Salud*, Ginebra.
- ONU-HABITAT (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos) (2012), *The State of Latin American and Caribbean Cities 2012: Towards a new urban transition*.
- ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) (2010), *Green Industry for a Low Carbon Future, A Greener Footprint for Industry: Opportunities and challenges of sustainable industrial development*, Viena.
- UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids) (2012), *Informe mundial: informe de ONUSIDA sobre la epidemia mundial de SIDA 2012*, Ginebra.
- OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) (2012), *Annual Statistical Bulletin 2012*, Viena.
- OPS (Organização Pan-Americana da Saúde) (2013), *Guía de Análisis de Impacto en Salud*, Washington, D.C.
- _____ (2012a), *Seguridad humana, implicaciones para la salud pública*, Washington, D.C.
- _____ (2012b), *Estrategia para la prevención y el control de las enfermedades no transmisibles, 2012-2025 (CSP28/9, Rev.1(Esp.))*, 18 de setembro.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2011), “Middle-Income Countries in Latin America and the Caribbean: A renewed opportunity for development partnership (Draft)”, Nova York.
- PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) (2011), *Towards a Green Economy, Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*, Nairóbi.
- Stern, Nicholas (2007), *The Economics of Climate Change*, Londres, Cambridge University Press.
- UNFPA/CEPAL (Fundo de População das Nações Unidas/Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2012), *Informe Regional de Población en América Latina y el Caribe, 2011. Invertir en juventud*, Santiago do Chile.
- UNISDR (Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Catástrofes) (2011), *2011 Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction: Revealing Risk, Redefining Development*, Londres.
- UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) (2012), *Informe mundial sobre la trata de personas, 2012. Resumen ejecutivo* [on-line] http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Executive_Summary_Spanish.pdf.

IV. CONCLUSÕES

A discussão da agenda para o desenvolvimento pós-2015 oferece uma oportunidade única para promover um verdadeiro desenvolvimento sustentável fundamentado na resolução dos grandes males e desafios que a humanidade enfrenta. A análise dos avanços, assim como de velhos e novos desafios do desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe, manifesta a necessidade de uma agenda para o desenvolvimento pós-2015 mais ambiciosa e de acordo com o potencial da região. O crescimento econômico e a redução da pobreza monetária não são suficientes; é necessário um enfoque multidimensional. A América Latina e o Caribe podem crescer com maiores níveis de inclusão, proteção, participação e igualdade social, econômica e política, promoção e cumprimento dos direitos humanos, menor exposição aos impactos negativos da volatilidade externa, maiores níveis de investimento produtivo, mais geração de emprego decente e de qualidade e maior sustentabilidade ambiental e resiliência aos desastres.

As seguintes mensagens sintetizam o conteúdo e as principais conclusões deste documento e têm a intenção de informar os governos da região sobre as possibilidades e as grandes orientações que a nova agenda para o desenvolvimento poderia adquirir.

Mensagem 1: É preciso manter o foco nas brechas pendentes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Embora alguns ODM e as respectivas metas em alguns casos fossem pouco exigentes para a região, ainda ficaram várias metas por cumprir. Além disso, as disparidades, as brechas e as desigualdades nos países e entre eles continuam dificultando os avanços do bem-estar humano e todas as dimensões que os ODM incorporam.

Embora a região possa ser considerada de renda média, persiste uma grande heterogeneidade no nível de desenvolvimento dos países e vários deles apresentam consideráveis atrasos em todas as dimensões do bem-estar que demandam atenção urgente. Portanto, a região necessitará salvaguardar os avanços e conquistas e concentrar seus esforços nas brechas de cumprimento das metas pendentes—incluindo suas causas estruturais—utilizando como princípios orientadores os direitos humanos, a igualdade e a sustentabilidade e dando prioridade aos grupos que enfrentam maiores obstáculos para o pleno gozo de seus direitos e bem-estar (crianças, jovens e mulheres). Tudo isso deverá ser feito no âmbito das tendências demográficas próprias da região e de uma avançada urbanização que impõem novos desafios às políticas públicas.

São necessárias respostas integradas para enfrentar a persistência das desigualdades e o surgimento na maioria dos países de novas brechas—tanto entre o âmbito rural e urbano, como étnicas e intraurbanas—com enormes implicações para as políticas subnacionais. Os esforços e recursos investidos no acompanhamento e no cumprimento da agenda dos ODM ofereceram experiências valiosas durante mais de uma década e constituem uma base para olhar adiante e pensar uma agenda pós-2015 que responda aos requisitos da sustentabilidade do desenvolvimento.

Mensagem 2: A região está mudando.

Devem ser atendidos os assuntos emergentes na nova agenda para o desenvolvimento.

Uma crítica comum à agenda dos ODM é que omitia muitas dimensões importantes do bem-estar. Cada região e cada país confronta um conjunto de desafios que não estão refletidos na agenda mínima

estabelecida pelos oito objetivos globais. A nova agenda para o desenvolvimento pós-2015 terá que considerar essas dimensões e articulá-las.

A América Latina e o Caribe, enquanto região de renda média, devem enfrentar novos desafios: o fim do bônus demográfico e o envelhecimento populacional, unidos aos desafios associados às doenças não transmissíveis e às tensões crescentes para assegurar o acesso de todas as pessoas a uma alimentação de qualidade e aos serviços de saúde; a falta de oportunidades para a juventude, assim como suas dificuldades no acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva; a criminalidade e a violência, incluindo a de gênero; a discriminação e as disparidades territoriais; e a mudança climática e a vulnerabilidade a eventos naturais extremos constituem alguns exemplos. Por ser uma região desigual, não se deve esquecer que o bem-estar há de chegar plenamente ao conjunto das sub-regiões e grupos marginalizados e vulneráveis e, portanto, o cumprimento dos direitos humanos supõe impulsionar políticas públicas dirigidas explicitamente a diminuir a desigualdade em todas as suas dimensões (étnicas, de gênero, territoriais e socioeconômicas).

A afirmação de novas identidades e o multiculturalismo oferecem novas oportunidades para exercer a cidadania e fortalecer a participação e o voluntariado das pessoas na construção do futuro igualitário que queremos.

Mensagem 3: Para enfrentar novos e velhos desafios é preciso um novo modelo de desenvolvimento baseado numa mudança estrutural para a igualdade e a sustentabilidade ambiental.

O crescimento econômico não é suficiente. É preciso um modelo baseado no cumprimento dos direitos humanos, igualdade e sustentabilidade ambiental que reconheça os limites existentes. Um dos principais âmbitos onde se gera e reproduz a desigualdade é o econômico, já que a renda do trabalho —sobretudo a salarial— constitui a maior parte da renda das famílias, inclusive as mais pobres. A melhora na distribuição da renda dificilmente pode ser obtida sem um crescimento econômico elevado e sustentado no tempo e uma mudança estrutural do modelo de desenvolvimento atual. Porém, o crescimento não é uma condição suficiente e a sustentabilidade do desenvolvimento não é só econômica, mas inclui também a sustentabilidade social, política e ambiental. A experiência existente mostra que manter como foco principal o desenvolvimento socioeconômico, relegando o ambiental a um plano secundário, não é suficiente para obter a sustentabilidade. Além disso, contribui para gerar impactos negativos que repercutem na qualidade de vida no médio prazo e no bem-estar das gerações futuras.

Mensagem 4: Elevou-se o nível mínimo de bem-estar.

A mudança assenta-se em políticas de Estado com vocação universalista (proteção social, saúde, educação e emprego), com direitos e de qualidade.

À medida que aumenta o crescimento econômico na América Latina e no Caribe, também se eleva o nível da ação política significativa. A agenda dos ODM baseia-se num só conjunto de níveis mínimos para objetivos globais. Não obstante, muitos países de renda média implementaram níveis múltiplos e mais elevados para os ODM, de aplicação nacional ou subnacional. Os níveis múltiplos reconhecem os diferentes ritmos e capacidades dos indivíduos e as coletividades nesses países. Uma importante inovação de política que tem lugar na região —o estabelecimento de pisos de proteção social universal— poderia representar um marco útil para avançar para um sistema de níveis múltiplos no futuro. A meta é estabelecer Objetivos de Desenvolvimento do Milênio universais, com flexibilidade suficiente para que todos os países da região se proponham a alcançá-los.

A elevada desigualdade que caracteriza nossas sociedades e a vulnerabilidade da maioria da população à pobreza, às doenças, ao desemprego e à volatilidade da economia e dos fluxos financeiros no âmbito mundial, assim como as consequências negativas da ausência de planejamento do desenvolvimento urbano e industrial, de flutuações nos preços dos alimentos, da mudança climática e dos desastres naturais, manifestam a necessidade de assegurar um piso de proteção social universal. A elevada informalidade e a segmentação do emprego, assim como o acesso desigual e intermitente a mecanismos de previdência social formal (em particular para as mulheres), reafirmam a necessidade de fortalecer um pilar não contributivo e redistributivo de proteção social. A sustentabilidade financeira de sistemas de proteção social mais inclusivos requer um compromisso político de longo prazo e um novo pacto fiscal em que todos os setores sociais assumam sua responsabilidade com o bem-estar coletivo e a construção de sociedades menos desiguais.

Mensagem 5: A política e as instituições importam.

A mudança rumo ao desenvolvimento sustentável exige sinais adequados derivados da regulação, sistema fiscal, financiamento e governança dos recursos. O setor privado é corresponsável.

O fortalecimento da democracia, da governança e das instituições, a construção da cidadania, a participação da população e o estado de direito são condições fundamentais para que o novo modelo seja sustentável no tempo. Para isso, é necessário que o Estado exerça uma ação protetora, proporcionando regras de jogo claras, normas, instrumentos e acordos que contribuam para o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, fomente mecanismos de prestação de contas, transparência e acesso à informação, participação e acesso à justiça. O alinhamento das políticas econômicas, em particular da fiscal, é indispensável para sustentar tal ação do Estado com vocação universalista, progressiva e ambientalmente sustentável. É necessário contar com uma arquitetura interinstitucional e o concurso do setor privado para responder aos desafios colocados.

Mensagem 6: Precisamos medir melhor

É preciso estabelecer formas mais variadas de medir os avanços, que complementem o PIB, com o fim de informar melhor as decisões para o desenvolvimento sustentável.

Os indicadores econômicos convencionais, como o PIB, não conseguem captar uma ampla classe de elementos que são fundamentais para melhorar os níveis de vida da população. Conforme assinalado frequentemente, embora o PIB capte o benefício econômico do aumento das vendas de tabaco, comida de lanchonete e automóveis (como um aumento da produção), não consegue representar o efeito prejudicial que tem na qualidade de vida das pessoas devido aos maiores problemas de saúde, engarrafamentos e poluição. Num sentido mais geral, as medições utilizadas atualmente para avaliar o progresso podem ser enganosas, já que excluem elementos cruciais da qualidade de vida: o bem-estar subjetivo sob a perspectiva das oportunidades e capacidades, incluindo o bem-estar psicológico, o empoderamento e a participação, a segurança, a dignidade humana, a sensação de igualdade, o uso do tempo e uma série de indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável inovadores. Além disso, por serem médias nacionais, a maioria das medições não reflete em seus resultados a situação das zonas e das populações relegadas.

Avançar “além do PIB” foi um bom ponto de partida para medir o progresso humano. Obtiveram-se avanços mediante o trabalho inovador nas contas nacionais de bem-estar, a poupança líquida ajustada, a pesquisa sobre a felicidade, o uso do tempo, o bem-estar subjetivo e uma série de micro e macroindicadores de progresso humano.

A transversalidade da inclusão social, do gênero e da sustentabilidade ambiental nas políticas começa por melhorar e aperfeiçoar a medição do desenvolvimento e sua sustentabilidade, especialmente incorporando nela o valor do tempo e do trabalho (remunerado e não remunerado), as externalidades negativas da atividade econômica, a qualidade de vida das pessoas e o gozo de direitos e liberdades. Além disso, é preciso fortalecer o planejamento para o desenvolvimento e os vínculos entre a ciência e a política, melhorando a coleta de dados e informação sobre o meio ambiente e estabelecendo formas mais variadas de medir os avanços que complementem o PIB, com o fim de informar melhor as decisões para o desenvolvimento sustentável e torná-las mais pertinentes aos contextos nacionais e subnacionais.

Isso supõe esforços adicionais para desenvolver e adotar metodologias multidimensionais para a medição do bem-estar, pobreza, qualidade da educação, segurança alimentar e nutricional, saúde, desigualdade e atividade econômica. A agenda de desenvolvimento pós-2015 deve incorporar mecanismos de acompanhamento que reflitam melhor a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Mensagem 7: É necessário construir a governança mundial para o desenvolvimento sustentável.

Deve-se privilegiar a coerência de políticas globais para o desenvolvimento sustentável, o comércio justo, a transferência de tecnologia, uma reforma financeira internacional e novos mecanismos de financiamento, o fomento da cooperação Sul-Sul e o fortalecimento dos mecanismos de participação social.

É preciso estabelecer um conteúdo distinto e mais exigente que a atual aliança mundial para o desenvolvimento, a fim de transformá-la numa aliança mundial eficaz. Esta deveria contemplar uma nova arquitetura financeira internacional, com instituições e mecanismos aptos para regular os movimentos de capital especulativos, sistemas de produção mais sustentáveis, a revisão dos princípios que regem as migrações internacionais, a transferência internacional de riscos financeiros —por dependência tecnológica e industrial e de assimilação de padrões de consumo—, a redefinição dos termos segundo os quais se concede a assistência oficial para o desenvolvimento e seus montantes e a implementação de medidas que permitam incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável. Hoje é necessário que a nova agenda para o desenvolvimento seja concebida como uma questão global, do conjunto das nações, e não só como um problema dos países em desenvolvimento. O planeta é um, a espécie humana também.

Anexo

Quadro A.1
**AMÉRICA LATINA (20 PAÍSES): PROGRESSO NA ERRADICAÇÃO
 DA POBREZA, 1990-2011^a**

	Pobreza extrema					Pobreza ^b				
	Nível		Avanço ^c 1990-2011	Avanço em	Brecha de consecução ^d	Nível		Avanço ^c 1990-2011	Avanço em	Brecha de consecução ^d
	1990	2011	(em porcentagens)	2011	(em porcentagens)	1990	2011	(em porcentagens)	2011	(em porcentagens)
América Latina^c	22,6	11,5	98,2	MODERADA	0,2	48,4	29,4	78,5	ALTA	5,2
Países com IDH médio baixo e baixo^f	48,6	31,0	72,6	MUITO ALTA	6,7	71,3	55,7	43,7	MUITO ALTA	20,1
Haiti
Guatemala	42,0	29,1	61,4	MUITO ALTA	8,1	69,4	54,8	42,1	MUITO ALTA	20,1
Honduras	60,9	42,8	59,4	MUITO ALTA	12,4	80,8	67,4	33,2	MUITO ALTA	27,0
Nicarágua	51,4	29,5	85,2	MUITO ALTA	3,8	72,0	58,3	38,1	MUITO ALTA	22,3
Bolívia (Estado Plurinacional da)	40,0	22,4	88,0	ALTA	2,4	63,1	42,4	65,6	MUITO ALTA	10,9
Países com IDH médio^f	28,4	18,9	66,6	ALTA	4,7	62,8	43,2	62,7	MUITO ALTA	11,7
Colômbia	26,1	10,7	118,0	MODERADA	0,0	56,1	34,2	78,1	ALTA	6,2
El Salvador	26,0	16,7	71,5	ALTA	3,7	70,4	46,6	67,6	MUITO ALTA	11,4
Paraguai	33,0	28,0	30,3	MUITO ALTA	11,5	62,0	49,6	40,0	MUITO ALTA	18,6
República Dominicana	...	20,3		ALTA		...	42,2		MUITO ALTA	
Países com IDH médio alto^f	22,0	9,3	115,3	MODERADA	0,0	48,1	27,2	86,9	MEDIA BAIXA	3,1
Brasil	23,4	6,1	147,9	BAIXA	0,0	48,0	20,9	112,9	MEDIA BAIXA	0,0
Equador ^g	26,2	10,1	122,9	MODERADA	0,0	62,1	32,4	95,7	ALTA	1,4
Venezuela (República Bolívariana da)	14,4	11,7	37,5	MODERADA	4,5	39,8	29,5	51,8	ALTA	9,6
Peru	25,0	6,3	149,6	BAIXA	0,0	47,5	27,8	82,9	MEDIA BAIXA	4,1
Panamá	21,0	12,4	81,9	MODERADA	1,9	43,0	25,3	82,3	MEDIA BAIXA	3,8
Países com IDH alto^f	10,4	5,3	97,3	BAIXA	0,1	31,2	15,7	99,3	BAIXA	0,1
México	18,7	13,3	57,8	MODERADA	4,0	47,7	36,3	47,8	ALTA	12,5
Costa Rica	10,1	7,3	55,4	BAIXA	2,3	26,3	18,8	57,0	MEDIA BAIXA	5,7
Cuba
Argentina ^g	6,8	1,9	144,1	BAIXA	0,0	25,4	5,7	155,1	BAIXA	0,0
Chile	13,0	3,1	152,3	BAIXA	0,0	38,6	11,0	143,0	BAIXA	0,0
Uruguai ^g	3,4	1,1	135,3	BAIXA	0,0	17,9	6,7	125,1	BAIXA	0,0

	Alcançaram a meta
	Em trajetória de alcance da meta
	Fora da trajetória de alcance da meta

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), base de dados CEPALSTAT.

^a As porcentagens de pobreza extrema e de pobreza se baseiam em linhas nacionais estimadas pela CEPAL.

^b Inclui população em pobreza extrema.

^c Quociente entre o número de pontos percentuais de redução da indigência e da pobreza e a metade da incidência correspondente ao ano de 1990.

^d Número de pontos percentuais requeridos para alcançar a meta de reduzir à metade a pobreza extrema entre 1990 e 2015.

^e Média ponderada.

^f Média simples.

^g Áreas urbanas.

Quadro A-2 (conclusão)

País ou território	Objetivo 1			Objetivo 2	Objetivo 3	Objetivo 4	Objetivo 5		Objetivo 7	
	Meta 1A	Meta 1C		Meta 2A	Meta 3A	Meta 4A	Meta 5A	Meta 5B	Meta 7C	
	Pobreza extrema	Desnutrição global	Subnutrição	Conclusão do ensino fundamental	Mulheres nos parlamentos	Mortalidade infantil	Mortalidade materna	Cobertura atendimento pré-natal (1c)	Acesso a água potável	Acesso a saneamento
Guiana		MUITO ALTA	BAIXA		MODERADA	ALTA	MUITO ALTA	ALTA	ALTA	MODERADA
Ilhas Cayman										
Ilhas Turks e Caicos								MUITO ALTA	MUITO ALTA	MUITO ALTA
Ilhas Virgens Britânicas								MUITO ALTA	MUITO ALTA	MUITO ALTA
Ilhas Virgens Norte-Americanas										
Jamaica	BAIXA	BAIXA	MODERADA		MUITO BAIXA	MODERADA	MUITO ALTA	MUITO ALTA	MODERADA	BAIXA
Martinica										
Montserrat								MUITO ALTA	MUITO ALTA	ALTA
Porto Rico							BAIXA			
São Cristóvão e Névis			ALTA		MUITO BAIXA	MUITO BAIXA		MUITO ALTA	MUITO ALTA	ALTA
São Vicente e Granadinas			MUITO BAIXA		BAIXA	MODERADA		MUITO ALTA		
Santa Lúcia			ALTA		BAIXA	BAIXA		MUITO ALTA	ALTA	BAIXA
Suriname		ALTA	ALTA		MUITO BAIXA	ALTA	MUITO ALTA	MODERADA	MODERADA	MODERADA
Trinidad e Tobago			MODERADA		MODERADA	ALTA	MODERADA	MUITO ALTA	ALTA	ALTA

- O país já alcançou a meta ou está próximo de alcançá-la.
- O país se encontra encaminhado e, prevalecendo a tendência observada, alcançaria a meta.
- O país não se encontra encaminhado e, prevalecendo a tendência observada, não alcançaria a meta.
- O país apresenta um retrocesso ou não mostra progresso em relação à meta.
- Sem informação ou informação insuficiente.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), base de dados CEPALSTAT.

Quadro A.3
**AMÉRICA LATINA E CARIBE: AVALIAÇÃO DO PROGRESSO NO CUMPRIMENTO
 DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO^a**

Objetivo 1, Meta 1.A

País ou território	Objetivo 1						
	Erradicar a pobreza extrema e a fome						
	Meta 1. A Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a porcentagem de pessoas cuja renda seja inferior a 1 dólar por dia						
	Indicador 1.1			Indicador 1.2		Indicador 1.3	
Proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPA por dia ^e			Coeficiente da brecha de pobreza		Proporção do consumo nacional que corresponde ao quintil mais pobre da população		
	Nível 1990	Nível 2011	Avanço em 2011	Nível 1990	Nível 2011	Nível 1990	Nível 2008
América Latina e Caribe^b	22,6	11,5	98,2	9,1	4,3	3,1	3,7
América Latina^b	22,6	11,5	98,2	9,1	4,3	3,1	3,7
Países com IDH médio baixo e baixo^c	48,6	31,0	72,6	23,2	13,5	2,3	3,1
Haiti
Guatemala	42	29,1	61,4	18,5	11,3	2,6	2,8
Honduras	60,9	42,8	59,4	31,5	20,1	2,4	2,6
Nicarágua	51,4	29,5	85,2	24,3	11,7	2,0	4,0
Bolívia (Estado Plurinacional da)	40	22,4	88,0	18,6	11,0	2,0	2,8
Países com IDH médio^c	28,4	18,9	66,6	10,5	7,3	3,2	3,4
Colômbia	26,1	10,7	118,0	9,8	3,8	3,6	3,2
El Salvador	26	16,7	71,5	9,1	5,2	3,4	4,6
Paraguai	33,0	28	30,3	14,1	12,2	2,6	2,8
República Dominicana	...	20,3	...	8,8	7,9	3,2	3,0
Países com IDH médio alto^c	22,0	9,3	115,3	8,1	3,7	2,9	4,0
Brasil	23,4	6,1	147,9	9,7	3,1	2,0	2,8
Equador ^d	26,2	10,1	122,9	7,9	4,5	3,2	4,6
Venezuela (República Bolivariana da)	14,4	11,7	37,5	5,0	4,2	4,2	5,4
Peru	25,0	6,3	149,6	10,1	1,8	3,0	4,4
Panamá	21	12,4	81,9	7,6	4,7	2,2	3,0
Países com IDH alto^c	10,4	5,3	97,3	3,9	2,2	4,2	4,6
México	18,7	13,3	57,8	5,9	4,1	3,8	4,4
Costa Rica	10,1	7,3	55,4	4,8	3,0	4,2	3,8
Cuba
Argentina ^d	6,8	1,9	144,1
Chile	13,0	3,1	152,3	4,4	1,3	3,6	4,2
Uruguai ^d	3,4	1,1	135,3	0,6	0,3	5,0	6,0
Países do Caribe^b							
Anguilla					
Antígua e Barbuda					
Antilhas Holandesas					
Aruba					
Bahamas					
Barbados					
Belize ^f	9,1	...					

Objetivo 1, Meta 1.A (conclusão)

Objetivo 1							
Erradicar a pobreza extrema e a fome							
Meta 1.A Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a porcentagem de pessoas cuja renda seja inferior a 1 dólar por dia							
País ou território	Indicador 1.1			Indicador 1.2		Indicador 1.3	
	Proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPA por dia ^e			Coeficiente da brecha de pobreza		Proporção do consumo nacional que corresponde ao quintil mais pobre de população	
	Nível 1990	Nível 2011	Avanço em 2011	Nível 1990	Nível 2011	Nível 1990	Nível 2008
Dominica					
Granada					
Guadalupe					
Guiana Francesa					
Guiana ^f	6,9						
Ilhas Cayman					
Ilhas Turks e Caicos					
Ilhas Virgens Britânicas					
Ilhas Virgens Norte-Americanas					
Jamaica ^f	1,3	0,2					
Martinica					
Montserrat					
Porto Rico					
São Cristóvão e Névis					
São Vicente e Granadinas					
Santa Lúcia ^f	20,9	...					
Suriname ^f	15,5	...					
Trinidad e Tobago ^f	4,2	...					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são porcentagens.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

^d As cifras para os indicadores 1.1, 1.2 e 1.3 correspondem a zonas urbanas.

^e Exclui a República Dominicana. Os níveis de 1990 não são comparáveis com os de 2000 e posteriores.

^f Corresponde à proporção de população com renda inferior a 1 dólar PPA (paridade do poder aquisitivo) por dia. Disponíveis no *site* oficial das Nações Unidas para os indicadores do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

Objetivo 1, Meta 1.B

Objetivo 1								
Erradicar a pobreza extrema e a fome								
Meta 1.B Alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos, incluindo as mulheres e os jovens								
País ou território	Indicador 1.4		Indicador 1.5		Indicador 1.6		Indicador 1.7	
	Taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada		Relação emprego-população		Proporção da população ocupada com renda inferior a 1 dólar PPA por dia		Proporção da população ocupada que trabalha por conta própria ou em empresa familiar	
	Nível 1992-1999	Nível 2004-2010	Nível 1990-2000	Nível 2004-2010	Nível 1989-1995	Nível 2006-2011	Nível 1990-1997	Nível 2005-2010
América Latina e Caribe^b	-0,5	0,0	55,0	61,9	14,5	6,3	30,7	32,6
América Latina^b	-0,5	0,0	55,1	62,2	14,5	6,3	30,7	32,6
Países com IDH médio baixo e baixo^c	-9,7	-3,2	44,3	61,2	32,0	24,1	46,1	51,3
Haiti	50,2
Guatemala	...	-1,2	30,8	20,2	48,5	49,9
Honduras	-6,2	0,1	45,5	58,0	50,4	35,8	48,9	53,3
Nicarágua	...	-9,6	44,4	56,0	34,4	21,4	43,2	47,1
Bolívia (Estado Plurinacional da)	-13,3	-2,0	36,9	69,5	12,3	18,8	43,9	54,9
Países com IDH médio^c	-7,1	1,1	50,6	59,1	13,3	11,5	31,1	41,4
Colômbia	-1,4	1,0	56,0	59,3	19,1	6	28,3	48,6
El Salvador	-10,9	2,8	47,1	59,0	13,5	10,8	34,5	37,7
Paraguai	-18,8	-1,1	54,8	65,6	7,2	20,5	22,9	42,3
República Dominicana	2,7	1,7	44,3	52,3	...	8,6	38,6	37,1
Países com IDH médio alto^c	-1,5	-0,4	53,8	61,1	10,8	5,8	33,1	33,7
Brasil	1,4	-0,2	54,7	62,9	15,9	2,8	29,3	25,1
Equador	-2,4	-4,4	60,4	61,1	17,2	9,1	31,9	41,8
Venezuela (República Bolivariana da)	-3,3	-0,4	52,2	60,0	5,5	5,2	31,8	32,8
Peru	-0,6	1,0	5,1	36,2	39,6
Panamá	-2,4	2,2	47,8	60,3	4,7	6,7	36,5	29,3
Países com IDH alto^c	1,1	0,4	49,6	57,8	5,5	2,8	25,2	22,9
México	-2,4	-0,9	56,1	57,3	12,8	8,7	25,9	29,2
Costa Rica	-0,6	0,1	47,7	55,8	4,6	3,4	25,3	20,2
Cuba	44,9	67,4
Argentina	3,2	3,2	1,6	0,6	25,6	18,6
Chile	3,8	-0,6	49,8	50,5	6,6	0,9	26,8	24,4
Uruguai	1,6	0,0	1,7	0,4	22,5	22,2
Países do Caribe^b	-1,8	3,2	48,5	48,0			32,9	26,8
Anguilla	66,2	7,8
Antígua e Barbuda
Antilhas Holandesas			8,1	11,3
Aruba	57,0	62,4		
Bahamas	-2,6	3,4	64,6	46,1			14,8	...
Barbados	-1,2	1,3	57,3	62,7			11,7	14,0
Belize	-5,6	-4,9	51,7	54,3			25,5	23,5
Dominica

Objetivo 1, Meta 1.B (conclusão)

Objetivo 1								
Erradicar a pobreza extrema e a fome								
Meta 1.B Alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos, incluindo as mulheres e os jovens								
País ou território	Indicador 1.4		Indicador 1.5		Indicador 1.6		Indicador 1.7	
	Taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada		Relação emprego-população		Proporção da população ocupada com renda inferior a 1 dólar PPA por dia		Proporção da população ocupada que trabalha por conta própria ou em empresa familiar	
	Nível 1992-1999	Nível 2004-2010	Nível 1990-2000	Nível 2004-2010	Nível 1989-1995	Nível 2006-2011	Nível 1990-1997	Nível 2005-2010
Granada			14,1	...
Guadalupe
Guiana Francesa
Guiana
Ilhas Cayman	76,7	80,8		
Ilhas Turcas e Caicos	73,0		
Ilhas Virgens Britânicas	74,2	...			7,0	...
Ilhas Virgens Norte-Americanas
Jamaica	...	-0,5	58,7	56,3			42,3	36,5
Martinica
Montserrat	57,7	...			12,6	...
Porto Rico	41,4	36,7		
São Cristóvão e Névis	41,6
São Vicente e Granadinas			20,2	...
Santa Lúcia
Suriname	0,2	...	46,8	...			15,6	...
Trinidad e Tobago	-1,1	4,9	44,8	60,5			21,9	15,6

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são porcentagens.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

Objetivo 1, Meta 1.C

Objetivo 1.						
Erradicar a pobreza extrema e a fome						
Meta 1.C Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a porcentagem de pessoas que padecem de fome						
País ou território	Indicador 1.8			Indicador 1.9		
	Proporção de crianças menores de 5 anos com insuficiência ponderal			Proporção da população abaixo do nível mínimo de consumo de energia alimentar		
	Nível 1989/1999	Nível 2004/2010	Avanço relativo	Nível 1990/1992	Nível 2010/2012	Avanço em 2010/2012
América Latina e Caribe^b	7,6	3,9	180,9	14,6	8,3	86,3
América Latina^b	7,6	3,9	180,9	13,6	7,7	86,8
Países com IDH médio baixo e baixo^c	16,4	10,1	128,6	38,2	25,7	65,1
Haiti	23,9	18,9	62,5	63,5	44,5	59,84
Guatemala	21,0	13,0	143,3	16,2	30,4	-175,3
Honduras	17,5	8,6	210,2	21,4	9,6	110,3
Nicarágua	10,0	5,7	172,9	55,1	20,1	127,0
Bolívia (Estado Plurinacional da)	9,6	4,5	150,7	34,6	24,1	60,7
Países com IDH médio^c	6,3	4,2	100,1	21,2	16,5	44,8
Colômbia	7,6	3,4	158,5	19,1	12,6	68,1
El Salvador	8,4	6,6	69,9	15,6	12,3	42,3
Paraguai	2,8	3,4	-47,6	19,7	25,5	-58,9
República Dominicana	6,6	3,4	173,4	30,4	15,4	98,7
Países com IDH médio alto^c	6,1	4,1	109,7	21,7	11,7	92,4
Brasil	4,9	2,2	203,3	14,9	6,9	107,4
Equador	...	6,2	0,0	24,5	18,3	50,6
Venezuela (República Bolivariana da)	6,1	3,7	107,4	13,5	< 5	100,0
Peru	7,3	4,5	122,5	32,6	11,2	131,3
Panamá	6,3	3,9	156,0	22,8	10,2	110,5
Países com IDH alto^c	4,6	2,7	175,5	8,0	< 5	100,0
México	10,0	3,4	313,0	< 5	< 5	100,0
Costa Rica	...	1,1		5,0	6,5	-60,0
Cuba		11,5	< 5	100,0
Argentina	3,2	2,3	118,8	< 5	< 5	100,0
Chile	0,7	0,5	121,5	8,1	< 5	100,0
Uruguai	...	6,0		7,3	< 5	100,0
Países do Caribe^b	8,5	4,4	227,5	28,5	17,8	75,1
Anguilla						
Antígua e Barbuda				18,5	20,5	-21,6
Antilhas Holandesas				9,8	< 5	100,0
Aruba						
Bahamas				11,3	7,2	72,6
Barbados				< 5	< 5	100,0
Belize	...	4,9		9,2	6,8	52,2
Dominica				< 5	< 5	100,0
Granada				17,3	17,9	-6,9
Guadalupe						
Guiana Francesa						
Guiana	13,2	11,1	45,0	19,7	5,1	148,2

Objetivo 1, Meta 1.C (conclusão)

Objetivo 1.						
Erradicar la pobreza extrema e a fome						
Meta 1.C Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a porcentagem de pessoas que padecem de fome						
País ou território	Indicador 1.8			Indicador 1.9		
	Proporção de crianças menores de 5 anos com insuficiência ponderal			Proporção da população abaixo do nível mínimo de consumo de energia alimentar		
	Nível 1989/1999	Nível 2004/2010	Avanço relativo	Nível 1990/1992	Nível 2010/2012	Avanço em 2010/2012
Ilhas Cayman						
Ilhas Turks e Caicos						
Ilhas Virgens Britânicas						
Ilhas Virgens Norte-Americanas						
Jamaica	6,6	1,9	292,5			
Martinica						
Montserrat						
Porto Rico						
São Cristóvão e Névis				15,8	14,0	22,8
São Vicente e Granadinas				19,2	< 5	100,0
Santa Lúcia				11,9	14,6	-45,4
Suriname	11,4	7,5	246,5	17,7	11,4	71,2
Trinidad e Tobago	4,4	...		13,6	9,3	63,2

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são porcentagens.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

Objetivo 2, Meta 2.A

Objetivo 2.									
Atingir o ensino básico universal									
Meta 2.A Assegurar que, até 2015, as crianças de todo o mundo possam terminar um ciclo completo de ensino fundamental									
País ou território	Indicador 2.1			Indicador 2.2			Indicador 2.3		
	Taxa líquida de matrícula no ensino fundamental			Proporção de alunos que começam a primeira série e chegam à última série do ensino fundamental			Taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos, mulheres e homens		
	Nível 1989-2002	Nível 2005-2011	Avanço a 2005-2011	Nível 1992	Nível 2009/2011	Avanço relativo	Nível 1990-2004	Nível 2005-2010	Avanço relativo
América Latina e Caribe^b	90,9	96,2	58,1	83,3	93,0	73,4	94,1	97,2	65,8
América Latina^b	90,9	96,3	59,5	83,3	93,0	73,4	94,1	97,2	67,0
Países com IDH médio baixo e baixo^c	76,6	95,2	79,3	60,3	78,4	63,5	85,3	88,2	24,4
Haiti	57,0	81,6	72,3	-202,2
Guatemala	74,0	98,0	92,3	52,2	62,6	35,7	76,0	87,0	60,2
Honduras	88,8	97,3	75,9	61,7	83,7	73,4	88,9	95,2	88,3
Nicarágua	67,5	93,9	81,2	60,2	72,8	42,8	86,2	87,0	20,3
Bolívia (Estado Plurinacional da)	95,8	91,4	-104,8	67,1	94,4	112,3	93,9	99,4	122,0
Países com IDH médio^c	80,6	90,6	51,4	77,3	90,2	69,8	91,3	97,4	87,3
Colômbia	71,0	90,1	65,9	85,6	94,7	76,5	90,5	98,1	103,5
El Salvador	75,6	95,8	82,8	69,0	83,1	58,1	84,9	96,0	93,9
Paraguai	91,9	84,2	-95,1	78,3	92,9	81,4	95,6	98,6	87,1
República Dominicana	83,9	92,2	51,6	76,3	90,2	71,0	94,2	96,8	72,8
Países com IDH médio alto^c	89,5	96,7	68,7	87,0	95,1	76,4	95,3	98,1	73,8
Brasil	92,3	95,6	42,9	82,2	94,0	80,2	94,2	98,1	112,1
Equador	90,2	98,6	85,7	89,8	96,0	77,7	96,2	98,7	82,2
Venezuela (República Bolivariana da)	86,6	94,8	61,2	88,3	94,9	68,3	95,4	98,5	88,7
Peru	87,1	97,1	77,5	85,4	95,8	86,2	95,4	97,4	68,3
Panamá	91,4	97,5	70,9	89,3	94,9	63,4	95,1	97,6	63,8
Países com IDH alto^c	94,3	98,3	70,6	91,6	96,8	74,9	98,1	98,9	55,6
México	99,4	99,6	33,3	86,7	95,8	87,4	95,4	98,4	81,5
Costa Rica	87,5	84,6	95,6	86,5	97,6	98,2	37,5
Cuba	92,5	98,4	78,7	100,0	100,0	...
Argentina	100,0	99,4	-366,7	95,2	96,0	20,2	98,3	99,2	66,9
Chile	...	94,4	...	95,5	98,9	91,5	98,4	98,9	42,3
Uruguai	92,1	99,8	97,5	96,2	97,5	41,4	98,6	98,8	19,4
Países do Caribe^b	96,2	88,1	-215,8				93,8	93,0	-15,9
Anguilla	99,3	92,9	-914,3			
Antígua e Barbuda	...	86,0
Antilhas Holandesas	97,5				97,0	98,4	59,6
Aruba	98,4	99,7	81,3				99,0	99,1	15,0
Bahamas	88,6	97,8	80,7			
Barbados	98,5	95,1	-226,7			
Belize	91,5	97,4	69,4				76,4
Dominica	98,4	96,2	-137,5			

Objetivo 2, Meta 2.A (conclusão)

Objetivo 2.									
Atingir o ensino básico universal									
Meta 2.A Assegurar que, para 2015, as crianças de todo o mundo possam terminar um ciclo completo de ensino fundamental									
País ou território	Indicador 2.1 Taxa líquida de matrícula no ensino fundamental			Indicador 2.2 Proporção de alunos que começam a primeira série e chegam à última série do ensino fundamental			Indicador 2.3 Taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos, mulheres e homens		
	Nível	Nível	Avanço em	Nível	Nível	Avanço	Nível	Nível	Avanço
	1989-2002	2005-2011	2005-2011	1992	2009/2011	relativo	1990-2004	2005-2010	relativo
Granada	83,2	96,5	79,2			
Guadalupe
Guiana Francesa
Guiana	98,5	82,7	-1 053,3			
Ilhas Cayman	95,8	98,9	...
Ilhas Turks e Caicos	91,3	80,7	-121,8			
Ilhas Virgens Britânicas	98,3	89,7	-505,9			
Ilhas Virgens Norte-Americanas
Jamaica	98,9	82,4	-1 500,0				91,6	95,4	65,8
Martinica
Montserrat	99,9	96,2	-3 700,0			
Porto Rico				93,2	86,9	-115,8
São Cristóvão e Névis	99,3	87,3	-1 714,3			
São Vicente e Granadinas	99,5	98,5	-200,0			
Santa Lúcia	95,6	88,1	-170,5			
Suriname	98,2	90,9	-405,6				94,9	98,4	125,8
Trinidad e Tobago	90,9	97,4	71,4				99,3	99,6	53,6

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são porcentagens. As fontes, anos e detalhes correspondentes a cada um dos indicadores se apresentam no final do quadro.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

Objetivo 3, Meta 3.A

Objetivo 3. Promover a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher														
Meta 3.A Eliminar as desigualdades entre os sexos no ensino fundamental e médio, preferivelmente até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015														
País ou território	Indicador 3.1 Relação entre meninos e meninas no ensino fundamental			Indicador 3.1 Relação entre meninos e meninas no ensino médio			Indicador 3.1 Relação entre meninos e meninas no ensino superior			Indicador 3.2 Proporção de mulheres entre os empregados remunerados no setor não agrícola		Indicador 3.3 Proporção de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais		
	Nível	Nível	Avanço ^d	Nível	Nível	Avanço ^d	Nível	Nível	Avanço ^d	Nível	Nível	Nível	Nível	Avanço em
	1990-1999	2002-2011		1990-1999	2002-2011		1990-2001	2002-2011		1990-1997	2001-2010	1991	2012	2012
América Latina e Caribe^b	0,97	0,97	100,0	1,06	1,06	100,0	1,15	1,28	100,0	36,3	41,4	7,7	22,4	45,6
América Latina^b	0,97	0,97	100,0	1,06	1,06	100,0	1,15	1,27	100,0	36,1	41,3	5,3	23,3	52,0
Países com IDH médio baixo e baixo^c	0,97	0,98	100,0	1,06	1,06	100,0	0,91	1,02	100,0	39,40	36,63	9,0	20,5	37,3
Haiti	0,96	44,20	...	3,6	4,2	1,7
Guatemala	0,87	0,96	100,0	0,89	0,92	100,0	...	1,00	100,0	36,80	30,00	7,0	13,3	19,1
Honduras	1,01	1,00	100,0	1,23	1,22	2,9	0,75	1,15	100,0	41,40	41,90	10,2	19,5	31,3
Nicarágua	1,07	0,98	100,0	1,18	1,10	100,0	1,07	1,09	100,0	...	38,10	14,8	40,2	100,9
Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,93	0,99	100,0	0,93	0,98	100,0	...	0,84	...	35,20	36,50	9,2	25,4	52,5
Países com IDH médio^c	1,02	0,95	100,0	1,14	1,07	100,0	1,05	1,31	-186,3	39,95	43,93	7,3	17,9	32,3
Colômbia	1,15	0,96	100,0	1,19	1,09	100,0	1,07	1,10	100,0	41,80	46,40	4,5	12,1	21,5
El Salvador	0,99	0,95	100,0	1,12	1,00	100,0	0,93	1,14	100,0	45,50	48,00	11,7	26,2	51,2
Paraguai	0,96	0,96	100,0	1,03	1,05	100,0	0,84	1,40	-79,4	41,00	39,50	5,6	12,5	20,1
República Dominicana	0,97	0,91	100,0	1,24	1,13	45,6	1,34	1,59	-71,9	31,50	41,80	7,5	20,8	40,8
Países com IDH médio alto^c	0,97	0,98	100,0	1,07	1,06	100,0	1,25	1,35	-334,9	35,20	40,46	6,6	17,6	32,9
Brasil	0,94	0,94	100,0	...	1,10	100,0	1,10	1,29	100,0	35,10	41,60	5,3	8,6	9,5
Equador	0,99	1,00	100,0	1,02	1,02	100,0	...	1,15	100,0	30,90	38,70	4,5	32,3	78,2
Venezuela (República Bolivariana da)	0,99	0,97	100,0	1,24	1,09	100,0	1,46	1,69	-50,1	35,20	41,60	10,0	17,0	23,2
Peru	0,97	0,99	100,0	0,94	0,99	100,0	0,95	1,09	100,0	31,40	37,50	5,6	21,5	46,3
Panamá	0,96	0,97	100,0	1,07	1,08	100,0	1,49	1,54	-9,7	43,40	42,90	7,5	8,5	2,9
Países com IDH alto^c	0,98	0,98	100,0	1,09	1,07	100,0	1,31	1,37	-19,2	38,78	42,60	12,7	28,9	59,5
México	0,96	0,99	100,0	0,99	1,07	100,0	0,81	0,97	100,0	36,50	39,40	12,0	26,2	50,7
Costa Rica	0,99	0,99	100,0	1,05	1,05	100,0	...	1,29	100,0	37,20	43,30	10,5	38,6	95,3
Cuba	0,96	0,98	100,0	1,13	0,99	100,0	1,40	1,64	-58,3	42,30	44,80	33,9	45,2	185,6
Argentina	0,99	0,98	100,0	1,11	1,11	-3,5	1,64	1,51	20,4	37,10	45,00	6,3	37,4	92,1
Chile	0,98	0,97	100,0	1,05	1,03	100,0	0,85	1,07	100,0	37,30	37,60	7,5	14,2	20,5
Uruguai	0,99	0,97	100,0	1,19	1,14	26,9	1,84	1,73	13,0	42,30	45,50	6,1	12,1	17,8
Países do Caribe^b	0,99	0,97	100,0	1,06	1,07	100,0	1,43	1,99	-129,5	44,5	46,1	25,6	15,9	-67,3
Anguilla	0,95	1,00	100,0	1,19	0,95	100,0	...	5,01	...	42,80	48,80			
Antígua e Barbuda	0,95	0,93	100,0	1,03	0,98	100,0	...	1,97	50,60	...	10,5	
Antilhas Holandesas	0,95	0,98	100,0	1,20	1,10	100,0	1,13	1,43	-2 353,7	44,00	51,00			
Aruba	0,98	0,95	100,0	1,06	1,02	100,0	1,15	1,35	-913,6	44,00	48,60			
Bahamas	1,01	1,02	100,0	1,02	1,05	100,0	2,71	49,60	50,20	4,1	13,2	25,2
Barbados	0,98	0,98	100,0	0,90	1,12	4,4	1,50	2,46	-1 91,9	46,80	50,70	3,7	10,0	17,4
Belize	0,92	0,92	100,0	1,00	0,97	100,0	1,62	1,59	3,4	33,90	37,70	...	3,1	
Dominica	0,94	0,99	100,0	1,20	1,07	100,0	0,81	39,70	43,80	10,0	12,5	8,3

Objetivo 3, Meta 3.A (conclusão)

Objetivo 3.														
Promover a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher														
Meta 3.A Eliminar as desigualdades entre os sexos no ensino fundamental e médio, preferivelmente até o ano de 2005, e em todos os níveis de ensino até o ano de 2015														
País ou território	Indicador 3.1 Relação entre meninos e meninas no ensino fundamental			Indicador 3.1 Relação entre meninos e meninas no ensino médio			Indicador 3.1 Relação entre meninos e meninas no ensino superior			Indicador 3.2 Proporção de mulheres entre os empregados remunerados no setor não agrícola		Indicador 3.3 Proporção de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais		
	Nível 1990-1999	Nível 2002-2011	Avanço ^d	Nível 1990-1999	Nível 2002-2011	Avanço ^d	Nível 1990-2001	Nível 2002-2011	Avanço ^d	Nível 1990-1997	Nível 2001-2010	Nível 1991	Nível 2012	Avanço em 2012
	Granada	0,99	0,97	100,0	1,11	1,03	100,0	...	1,36	...	40,40	...	20,0	13,3
Guadalupe
Guiana Francesa
Guiana	0,96	1,04	100,0	0,99	1,10	100,0	0,72	2,39	-240,3	38,50	34,70	36,9	31,3	-179,4
Ilhas Cayman	0,93	0,96	50,00	50,50
Ilhas Turks e Caicos	...	1,04	100,0	...	0,94	100,0	...	0,90	38,10
Ilhas Virgens Britânicas	0,97	0,94	100,0	0,91	1,03	100,0	2,40	1,64	54,2	49,90	49,10
Ilhas Virgenes Norte-Americanas	48,30
Jamaica	0,99	0,95	100,0	1,06	1,03	100,0	1,82	2,29	-56,4	47,30	48,20	5,0	12,7	22,0
Martinica
Montserrat	0,65	1,12	72,9	0,75	1,02	100,0	43,40
Porto Rico	...	1,04	100,0	...	1,04	100,0	...	1,45	...	46,50	46,30
São Cristóvão e Névis	0,95	1,02	100,0	1,03	1,04	100,0	1,16	2,10	-19 007,4	6,7	6,7	0,0
São Vicente e Granadinas	0,99	0,93	100,0	1,24	1,02	100,0	2,17	9,5	17,4	25,9
Santa Lúcia	0,95	0,98	100,0	1,52	0,97	100,0	1,50	1,74	-47,1	51,80	47,50	...	16,7	...
Suriname	1,10	0,96	100,0	1,28	1,31	-12,7	1,22	1,72	-7 615,4	41,00	36,30	7,8	11,8	12,3
Trinidad e Tobago	1,02	0,97	100,0	1,02	1,07	100,0	0,77	1,28	100,0	35,60	43,90	16,7	28,6	50,9

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são porcentagens. As fontes, anos e detalhes correspondentes a cada um dos indicadores se apresentam no final do quadro.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

^d No caso do indicador 3.1, o avanço se calcula em segundo os valores iniciais e finais em relação a uma faixa de paridade pré-definida.

Objetivo 4, Meta 4.A

Objetivo 4. Reduzir a mortalidade das crianças menores de 5 anos									
Meta 4.A Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade das crianças menores de 5 anos									
País	Indicador 4.1 Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos por cada 1.000 nascidos vivos			Indicador 4.2 Taxa de mortalidade infantil por cada 1.000 nascidos vivos			Indicador 4.3 Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra sarampo		
	Nível	Nível	Avanço a	Nível	Nível	Avanço a	Nível	Nível	Avanço a
	1991	2009	2009	1990	2011	2011	1990	2010	2010
América Latina e Caribe^b	69,0	37,5	68,5	42,1	16,2	103,4	75,9	93,4	72,7
América Latina^b	80,0	43,4	68,6	42,2	16,2	103,7	76,0	93,6	73,2
Países com IDH médio baixo e baixo^c	92,3	39,6	85,7	66,1	31,2	81,6	64,8	85,8	59,7
Haiti	143,0	70,0	76,6	99,2	52,9	68,6	31,0	59,0	40,6
Guatemala	78,0	30,4	91,5	55,5	24,2	90,1	68,0	93,0	78,1
Honduras	55,0	21,4	91,6	42,9	18,2	93,1	90,0	99,0	90,0
Nicarágua	66,1	25,6	91,9	50,4	21,6	92,0	82,0	99,0	94,4
Bolívia (Estado Plurinacional da)	119,5	50,6	86,5	82,7	39,3	81,0	53,0	79,0	55,3
Países com IDH médio^c	51,4	20,0	91,6	40,2	17,1	92,6	79,8	88,3	42,0
Colômbia	34,3	17,7	72,6	27,8	15,4	64,5	82,0	88,0	33,3
El Salvador	60,2	15,2	112,1	46,5	13,1	136,2	98,0	92,0	-300,0
Paraguai	52,6	22,4	86,1	41,3	19,1	83,9	69,0	94,0	80,6
República Dominicana	58,3	24,7	86,4	45,2	20,9	83,9	70,0	79,0	30,0
Países com IDH médio alto^c	49,9	18,2	95,3	39,0	15,4	100,3	67,2	93,0	78,7
Brasil	58,0	15,6	109,7	48,8	13,9	135,0	78,0	99,0	95,5
Equador	52,4	22,8	84,7	40,8	19,6	79,8	60,0	98,0	95,0
Venezuela (República Bolivariana da)	30,9	15,0	77,2	25,7	12,9	75,1	61,0	79,0	46,2
Peru	75,1	18,1	113,8	53,6	14,1	143,3	64,0	94,0	83,3
Panamá	33,3	19,5	62,2	26,0	16,7	48,5	73,0	95,0	81,5
Países com IDH alto^c	24,8	10,8	84,7	20,6	9,3	86,9	91,0	94,0	33,3
México	48,8	15,7	101,7	38,1	13,4	112,9	75,0	95,0	80,0
Costa Rica	17,2	10,1	61,9	14,5	8,6	57,1	90,0	83,0	-70,0
Cuba	13,3	5,8	84,6	10,6	4,5	93,0	94,0	99,0	83,3
Argentina	27,6	14,1	73,4	24,4	12,6	72,1	93,0	99,0	85,7
Chile	18,7	8,7	80,2	15,7	7,7	77,6	97,0	93,0	-133,3
Uruguai	23,1	10,3	83,1	20,2	8,7	91,5	97,0	95,0	-66,7
Países do Caribe^b	37,4	22,0	61,6	31,4	19,1	54,4	75,2	91,1	64,2
Anguilla
Antígua e Barbuda	26,8	7,6	107,5	22,7	6,4	136,1	89,0	98,0	81,8
Antilhas Holandesas
Aruba
Bahamas	21,9	16,2	39,0	17,9	14,1	26,3	86,0	94,0	57,1
Barbados	17,9	19,7	-15,1	15,7	17,7	-13,3	87,0	85,0	-15,4
Belize	43,9	16,9	92,3	35,2	14,5	96,2	86,0	98,0	85,7
Dominica	17,4	11,8	48,3	14,1	10,7	30,4	88,0	99,0	91,7
Granada	21,0	12,8	58,6	16,9	10,3	54,2	85,0	95,0	66,7
Guadalupe
Guiana Francesa
Guiana	63,0	35,9	64,5	48,4	29,4	54,6	73,0	95,0	81,5

Objetivo 4, Meta 4.A (conclusão)

Objetivo 4.									
Reduzir a mortalidade das crianças menores de 5 anos									
Meta 4.A Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade das crianças menores de 5 anos									
País	Indicador 4.1			Indicador 4.2			Indicador 4.3		
	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos por cada 1.000 nascidos vivos			Taxa de mortalidade infantil por cada 1.000 nascidos vivos			Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra sarampo		
	Nível 1991	Nível 2009	Avanço em 2009	Nível 1990	Nível 2011	Avanço em 2011	Nível 1990	Nível 2010	Avanço em 2010
Ilhas Cayman
Ilhas Turks e Caicos
Ilhas Virgens Britânicas
Ilhas Virgens Norte-Americanas
Jamaica	34,5	18,3	70,4	28,4	15,7	64,7	74,0	88,0	53,8
Martinica
Montserrat
Porto Rico
São Cristóvão e Névis	28,3	7,4	110,8	22,1	6,1	138,3	99,0	99,0	0,0
São Vicente e Granadinas	26,5	20,9	31,7	21,2	19,5	9,2	96,0	99,0	75,0
Santa Lúcia	22,5	15,6	46,0	17,9	13,8	28,6	82,0	95,0	72,2
Suriname	51,9	29,5	64,7	44,1	26,0	57,8	65,0	89,0	68,6
Trinidad e Tobago	36,8	27,7	37,1	32,1	24,5	29,7	70,0	92,0	73,3

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são porcentagens. As fontes, anos e detalhes correspondentes a cada um dos indicadores se apresentam no final do quadro.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

Objetivo 5, Meta 5.A e 5.B

País ou território	Objetivo 5. Melhorar a saúde materna																
	Meta 5.A Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna						Meta 5.B Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva										
	Indicador 5.1 Taxa de mortalidade materna			Indicador 5.2 Proporção de partos assistidos por profissional da saúde qualificado			Indicador 5.3 Taxa de uso de anticoncepcionais		Indicador 5.4 Taxa de natalidade entre as adolescentes		Indicador 5.5 Cobertura de atendimento pré-natal (ao menos uma consulta)			Indicador 5.5 Cobertura de atendimento pré-natal (ao menos quatro consultas)		Indicador 5.6 Necessidades insatisfeitas em matéria de planejamento familiar	
	Nível 1990	Nível 2010	Avanço Relativo	Nível 1990-1999	Nível 2003-2010	Avanço em ^d 2010	Nível 1990-1996	Nível 2002-2010	Nível 1990-1995	Nível 2000-2009	Nível 1990-1999	Nível 2004-2010	Avanço em 2010	Nível 1990-1998	Nível 2004-2010	Nível 1990-1998	Nível 2002-2010
América Latina e Caribe^b	140	81	55,8	78	91	60,2	66,4	74,7	88,1	77,6	84,0	96,3	77,0	69,9	87,5	15,0	9,4
América Latina^b	141	81	56,4	76	91	60,7	66,4	74,7	88,3	78,0	83,9	96,3	77,1	69,9	87,5	15,0	9,4
Países com IDH médio baixo e baixo^c	324	171	63,0	42	58	27,2	38,0	54,7	115,8	93,3	66,4	89,1	67,5	48,4	71,1	28,7	21,9
Haiti	620	350	58,1	21	26	6,9	18,0	32,0	78,6	68,6	67,7	84,5	52,0	35,6	53,8	44,7	37,3
Guatemala	160	120	33,3	35	51	25,5	31,4	43,3	120,0	92,1	52,5	93,2	85,7	28,1	27,6
Honduras	220	100	72,7	47	67	37,7	46,7	65,2	136,0	108,0	87,8	91,7	32,0	...	80,8	18,0	16,8
Nicarágua	170	95	58,8	61	74	32,6	48,7	72,4	148,0	109,0	71,5	90,2	65,6	61,6	77,7	23,9	7,5
Bolívia (Estado Plurinacional da)	450	190	77,0	47	71	45,3	45,3	60,5	96,4	88,7	52,5	85,8	70,1	48,0	72,1	28,9	20,1
Países com IDH médio^c	165	106	48,1	85	93	55,2	56,1	76,0	97,2	77,7	83,1	96,6	79,6	73,2	88,0	16,6	8,2
Colômbia	170	92	61,2	94	98	100,0	66,1	79,1	91,8	85,1	82,7	97,0	82,7	67,0	88,6	13,7	8,0
El Salvador	150	81	61,3	87	96	64,3	53,3	72,5	102,0	64,8	68,7	94,0	80,8	...	78,3	15,8	8,9
Paraguai	120	99	23,3	66	82	46,8	48,4	79,4	107,0	63,0	83,9	96,3	77,0	65,0	90,5	17,4	4,7
República Dominicana	220	150	42,4	92	98	100,0	56,4	72,9	88,0	98,0	96,9	98,9	100,0	87,6	94,5	19,4	11,1
Países com IDH médio alto^c	139	83	56,3	80	93	61,8	62,6	75,8	88,6	86,4	74,1	93,4	74,5	62,2	80,3	16,6	6,8
Brasil	120	56	71,1	70	97	90,2	76,7	80,3	88,0	71,4	85,7	98,2	100,0	75,9	90,5	10,8	6,0
Equador	180	110	51,9	99	98	100,0	56,8	72,7	101,0	99,6	74,7	84,2	37,5	63,6	57,5	15,2	7,4
Venezuela (República Bolivariana da)	94	92	2,8	95	95	0,0	58,0	...	105,0	101,0	...	94,1	18,9	...
Peru	200	67	88,7	53	84	65,9	59,0	74,4	61,0	72,0	63,9	94,7	85,3	47,0	92,9	21,6	6,9
Panamá	100	92	10,7	86	89	19,0	87,9	88,2	72,2	95,8	84,9

Objetivo 5, Meta 5.A e 5.B (continuação)

País ou território	Objetivo 5. Melhorar a saúde materna																	
	Meta 5.A Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna						Meta 5.B Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva											
	Indicador 5.1 Taxa de mortalidade materna			Indicador 5.2 Proporção de partos assistidos por profissional da saúde qualificado			Indicador 5.3 Taxa de uso de anticoncepcionais		Indicador 5.4 Taxa de natalidade entre as adolescentes		Indicador 5.5 Cobertura de atendimento pré-natal (ao menos uma consulta)			Indicador 5.5 Cobertura de atendimento pré-natal (ao menos quatro consultas)		Indicador 5.6 Necessidades insatisfeitas em matéria de planejamento familiar		
	Nível 1990	Nível 2010	Avanço Relativo	Nível 1990-1999	Nível 2003-2010	Avanço em ^d 2010	Nível 1990-1996	Nível 2002-2010	Nível 1990-1995	Nível 2000-2009	Nível 1990-1999	Nível 2004-2010	Avanço em 2010	Nível 1990-1998	Nível 2004-2010	Nível 1990-1998	Nível 2002-2010	
Países com IDH alto^c	60	49	23,8	96	98	100,0	69,1	74,3	76,9	64,6	94,2	96,2	35,0	...	90,3	10,6	12,0	
México	92	50	60,9	84	94	61,1	63,1	70,9	95,4	87,4	86,1	95,8	69,8	...	86,3	16,1	12,0	
Costa Rica	38	40	-7,0	98	99	100,0	75,0	82,2	91,8	67,3	95,0	89,9	-102,0	...	85,8	5,0	...	
Cuba	63	73	-21,2	100	100	100,0	...	72,6	76,3	51,0	100,0	100,0	100,0	...	100,0	
Argentina	71	77	-11,3	96	98	100,0	...	78,9	68,3	68,2	95,0	99,2	100,0	...	89,3	
Chile	56	25	73,8	99	100	100,0	...	64,2	64,7	54,0	95,0	
Uruguai	39	29	34,2	100	100	100,0	...	77,0	64,7	59,7	94,0	96,2	36,7	...	90,0	
Países do Caribe^b	68	82	-26,7	96	97	33,6	66,9	72,4	79,6	58,3	97,5	97,8	12,4	
Anguilla	43,0	58,0	42,8	
Antígua e Barbuda	100	100	100,0	86,2	66,8	82,0	100,0	100,0	
Antilhas Holandesas	53,2	33,2	
Aruba	57,0	35,9	
Bahamas	52	47	12,8	99	99	100,0	69,9	40,5	...	98,0	100,0	
Barbados	120	51	76,7	100	100	100,0	57,1	49,5	100,0	100,0	100,0	
Belize	71	53	33,8	84	95	68,5	46,7	34,3	129,0	90,3	96,0	94,0	-50,0	76,4	...	25,7	...	
Dominica	100	100	100,0	114,0	48,2	90,0	100,0	100,0	
Granada	99	99	100,0	54,3	...	99,2	53,1	100,0	100,0	100,0	
Guadalupe	
Guiana Francesa	
Guiana	180	280	-74,1	95	92	-62,0	38,2	42,5	95,5	97,0	...	92,1	78,5	...	28,5	
Ilhas Cayman	87,7	31,7	
Ilhas Turks e Caicos	100	100	100,0	25,5	100,0	100,0	100,0	

Objetivo 5, Meta 5.A e 5.B (conclusão)

País ou território	Objetivo 5. Melhorar a saúde materna																
	Meta 5.A Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna						Meta 5.B Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva										
	Indicador 5.1 Taxa de mortalidade materna			Indicador 5.2 Proporção de partos assistidos por profissional da saúde qualificado			Indicador 5.3 Taxa de uso de anticoncepcionais		Indicador 5.4 Taxa de natalidade entre as adolescentes		Indicador 5.5 Cobertura de atendimento pré-natal (ao menos uma consulta)			Indicador 5.5 Cobertura de atendimento pré-natal (ao menos quatro consultas)		Indicador 5.6 Necessidades insatisfeitas em matéria de planejamento familiar	
	Nível 1990	Nível 2010	Avanço Relativo	Nível 1990-1999	Nível 2003-2010	Avanço em ^d 2010	Nível 1990-1996	Nível 2002-2010	Nível 1990-1995	Nível 2000-2009	Nível 1990-1999	Nível 2004-2010	Avanço em 2010	Nível 1990-1998	Nível 2004-2010	Nível 1990-1998	Nível 2002-2010
Ilhas Virgens Britânicas				100	100	100,0	28,4	27,4	100,0	99,0	100,0
Ilhas Virgens Norte-Americanas				78,4	73,7	51,7
Jamaica	59	110	-115,3	95	98	100,0	62,0	69,0	94,5	72,0	99,0	99,0	100,0	87,2	...	13,0	11,7
Martinica			
Montserrat				...	100	100,0	53,6	33,5	100,0	100,0	100,0
Porto Rico	33	20	52,5	77,7	84,1	75,4	54,5	4,0	...
São Cristóvão e Névis				99	100	100,0	82,4	67,4	100,0	100,0	100,0
São Vicente e Granadinas				99	99	100,0	98,6	70,0	91,8	99,5	100,0
Santa Lúcia				100	100	100,0	98,8	49,3	100,0	99,2	100,0
Suriname	84	130	-73,0	...	90	...	48,0	45,6	75,4	65,8	91,0	89,9	-12,2
Trinidad e Tobago	86	46	62,0	99	98	100,0	...	42,5	58,3	32,6	...	95,7

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são porcentagens. As fontes, anos e detalhes correspondentes a cada um dos indicadores se apresentam no final do quadro.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

^d No caso do indicador 5.2, se considera 100% de avanço quando se alcança um nível igual ou superior a 98.

Objetivo 6, Meta 6.A (conclusão)

Objetivo 6.																
Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças																
Meta 6.A Até 2015, ter detido e começado a reduzir a propagação do HIV/Aids																
País ou território	Indicador 6.1 Prevalência do HIV entre as pessoas de 15 a 24 anos		Indicador 6.2 Uso de preservativos na última relação sexual de alto risco (mulheres)			Indicador 6.2 Uso de preservativos na última relação sexual de alto risco (homens)			Indicador 6.3 Proporção da população de 15 a 24 anos que tem conhecimentos amplos e corretos sobre o HIV/Aids (mulheres)			Indicador 6.3 Proporção da população de 15 a 24 anos que tem conhecimentos amplos e corretos sobre o HIV/Aids (homens)			Indicador 6.4 Relação entre a assistência escolar de crianças órfãs e a de crianças não órfãs de 10 a 14 anos	
	Nível	Nível	Nível	Nível	Avanço em	Nível	Nível	Avanço em	Nível	Nível	Avanço em	Nível	Nível	Avanço em	Nível	Nível
	1990	2011	1996/2000	2003/2010	2010	1996-2000	2005-2009	2010	1996-2000	2001-2010	2010	1996-2000	2006-2009	2010	1994-1998	2000-2007
Países do Caribe^b	0,9	1,6														
Anguilla
Antígua e Barbuda
Antilhas Holandesas
Aruba
Bahamas	3,9	2,8
Barbados	0,4	0,9
Belize	1,0	2,3	...	49,5	39,7
Dominica
Granada
Guadalupe
Guiana Francesa
Guiana	0,6	1,1	...	70,6	67,6	...	35,6	54,1	28,7	...	46,6
Ilhas Cayman
Ilhas Turks e Caicos
Ilhas Virgens Britânicas
Ilhas Virgens Norte-Americanas
Jamaica	0,9	1,8	59,8
Martinica
Montserrat
Porto Rico
São Cristóvão e Névis
São Vicente e Granadinas
Santa Lúcia
Suriname	1,6	1,0	...	48,9	26,5	41	19,7
Trinidad e Tobago	0,2	1,5	...	51,2	33,5	53,6	30,2

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são percentagens. As fontes, anos e detalhes correspondentes a cada um dos indicadores se apresentam no final do quadro.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

Objetivo 6, Meta 6.B e 6.C

Objetivo 6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças														
País ou território	Meta 6.B Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento de HIV/Aids para todas as pessoas que o necessite		Meta 6.C Até 2015, ter detido e começado a reduzir a incidência da malária e de outras doenças importantes											
	Indicador 6.5 Proporção de portadores de HIV com infecção avançada que tem acesso a medicamentos antirretrovirais		Indicador 6.8 Porcentagem de crianças menores de 5 anos com febre que são tratadas com medicamentos adequados contra malária		Indicador 6.9 Taxa de incidência ligada à tuberculose		Indicador 6.9 Taxa de prevalência ligada à tuberculose		Indicador 6.9 Taxa de mortalidade ligada à tuberculose		Indicador 6.10 Proporção de casos de tuberculose detectados com DOTS (tratamento breve sob observação direta)		Indicador 6.10 Proporção de casos de tuberculose curados com DOTS (tratamento breve sob observação direta)	
	Nível 2009	Nível 2010	Nível 2000/2001	Nível 2006	Nível 1990	Nível 2010	Nível 1990	Nível 2010	Nível 1990	Nível 2010	Nível 1990-1999	Nível 2006-2010	Nível 1994-1999	Nível 2005-2009
América Latina e Caribe^b	60,0	62,7			128,1	92,3	128,1	92,3	17,2	10,6	65,2	85,3	66,1	77,3
América Latina^b	61,1	63,3			90,0	43,2	90,0	43,2	12,3	3,4	61,9	76,9	65,1	78,5
Países com IDH médio baixo e baixo^c	51,6	54,0	6,8	2,8	161,0	104,0	161,0	104,0	21,9	12,1	61,4	67,0	62,6	83,8
Haiti	50,0	51,0	11,7	5,1	247	230	247	230	37,0	29,0	57	62	70	79
Guatemala	51,0	53,0			74,0	62,0	74	62	4,4	3,9	57	37	62	83
Honduras	45,0	51,0		0,5	125,0	51,0	125	51	16,0	5,2	60	74	34	86
Nicarágua	95,0	95,0	1,8		108,0	42,0	108	42	16,0	2,6	66	100	81	85
Bolívia (Estado Plurinacional da)	17,0	20,0			251,0	135,0	251	135	36,0	20,0	67	62	66	86
Países com IDH médio^c	57,0	57,8			82,8	43,8	82,8	43,8	12,8	4,0	60,3	76,0	63,8	82,8
Colômbia	19,0	34,0			54,0	34,0	54	34	4,8	2,8	70	72	74	77
El Salvador	94,0	59,0			63,0	28,0	63	28	4,6	0,9	70	96	64	89
Paraguai	53,0	66,0			66,0	46,0	66	46	5,9	4,2	77	77	46	80
República Dominicana	62,0	72,0			148,0	67,0	148	67	36,0	8,2	24	59	71	85
Países com IDH médio alto^c	46,0	56,5			131,4	59,0	131,4	59,0	20,1	5,4	62,8	78,8	65,8	78,4
Brasil	67,0	70,0			84,0	43,0	84	43	8,9	2,6	60	88	70	72
Equador	39,0	63,0			174,0	65,0	174	65	21,0	6,7	46	51	39	75
Venezuela (República Bolivariana da)			35,0	33,0	35	33	2,8	2,8	79	66	68	84
Peru	...	57,0			317,0	106,0	317	106	53,0	6,1	55	100	81	81
Panamá	32,0	36,0			47,0	48,0	47	48	15,0	8,6	74	89	71	80
Países com IDH alto^c	79,3	79,3			40,8	17,6	40,8	17,6	4,8	1,1	62,5	84,2	67,5	71,3
México	81,0	78,0			61,0	16,0	61	16	13,0	0,8	28	110	63	86
Costa Rica	65,0	65,0			8,5	13,0	8,5	13	0,7	1,1	88	78	81	54
Cuba	95,0	95,0			25,0	9,3	25	9,3	1,8	0,3	21	79	86	90
Argentina	82,0	79,0			60,0	27,0	60	27	4,8	1,9	63	66	9	46
Chile	95,0	88,0			62,0	19,0	62	19	6,4	1,6	75	75	83	72
Uruguai	58,0	71,0			28,0	21,0	28	21	1,8	1,1	100	97	83	80

Objetivo 6, Meta 6.B e 6.C (conclusão)

Objetivo 6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças														
Meta 6.B Alcançar, até 2010, o acesso universal ao tratamento de HIV/Aids para todas as pessoas que o necessite		Meta 6.C Até 2015, ter detido e começado a reduzir a incidência da malária e outras doenças importantes												
País ou território	Indicador 6.5 Proporção de portadores de HIV com infecção avançada que tem acesso a medicamentos antirretrovirais		Indicador 6.8 Porcentagem de crianças menores de 5 anos com febre que são tratadas com medicamentos adequados contra malária		Indicador 6.9 Taxa de incidência ligada à tuberculose		Indicador 6.9 Taxa de prevalência ligada à tuberculose		Indicador 6.9 Taxa de mortalidade ligada à tuberculose		Indicador 6.10 Proporção de casos de tuberculose detectados com DOTS (tratamento breve sob observação direta)		Indicador 6.10 Proporção de casos de tuberculose curados com DOTS (tratamento breve sob observação direta)	
	Nível 2009	Nível 2010	Nível 2000/2001	Nível 2006	Nível 1990	Nível 2010	Nível 1990	Nível 2010	Nível 1990	Nível 2010	Nível 1990-1999	Nível 2006-2010	Nível 1994-1999	Nível 2005-2009
Países do Caribe^b	55,0	59,8			16,9	21,7	16,9	21,7	2,7	2,0	68,5	93,7	67,3	75,9
Anguilla			24,0	21,0	24	21	2,4	2,0	88	31
Antígua e Barbuda			2,6	4,9	2,6	4,9	5,3	0,4	63	140	50	67
Antilhas Holandesas			0,4	27,0	0,4	27	0,2	8,4	87	87
Aruba	0,4	0,4
Bahamas			21,0	11,0	21	11	1,9	0,9	85	79	77	81
Barbados			2,4	1,7	2,4	1,7	0,5	0,2	81	130	100	100
Belize	48,0	53,0			40,0	40,0	40	40	6,0	4,9	75	120	72	83
Dominica			15,0	13,0	15	13	1,8	3,4	57	90	100	100
Granada			4,6	4,1	4,6	4,1	2,4	0,3	23	93	75	50
Guadalupe
Guiana Francesa
Guiana	81,0	84,0			89,0	111,0	89	111	23,0	13,0	26	85	44	70
Ilhas Cayman			10,0	8,2	10	8,2	0,8	0,7	76	87	100	50
Ilhas Turks e Caicos			0,0	21,0	0	21	0,0	1,3	87	75	71	67
Ilhas Virgens Britânicas			19,0	9,7	19	9,7	1,5	0,9	110	44	...	100
Ilhas Virgens Norte-Americanas			4,5	...	4,5	...	0,3	...	87	...	50	...
Jamaica	53,0	57,0			6,5	6,6	6,5	6,6	0,5	0,6	79	72	67	70
Martinica
Montserrat			7,9	9,9	7,9	9,9	0,7	0,0	120	360	50	...
Porto Rico			5,9	2,2	5,9	2,2	0,4	0,2	76	96	68	81
São Cristóvão e Névis			2,7	7,6	2,7	7,6	0,4	4,7	44	50	60	80
São Vicente e Granadinas			27,0	24,0	27	24	4,8	2,0	6,8	56	86	100
Santa Lúcia			19,0	7,9	19	7,9	4,0	1,8	50	65	67	57
Suriname	38,0	45,0			66,0	145,0	66	145	1,7	2,8	30	26	14	66
Trinidad e Tobago			11,0	19,0	11	19	2,0	2,8	87	87	60	69

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são porcentagens. As fontes, anos e detalhes correspondentes a cada um dos indicadores se apresentam no final do quadro.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

Objetivo 7, Meta 7.A e 7.B

Objetivo 7. Garantir a sustentabilidade do meio ambiente														
País ou território	Meta 7.A Incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos do meio ambiente												Meta 7.B Reduzir a perda de biodiversidade e alcançar, até 2010, uma redução significativa na taxa de perda	
	Indicador 7.1 Proporção da superfície coberta por florestas		Indicador 7.2 Emissão de dióxido de carbono (total)		Indicador 7.2 Emissão de dióxido de carbono (per capita)		Indicador 7.2 Emissão de dióxido de carbono (por cada dólar PIB constante de 2000)		Indicador 7.3 Consumo de substâncias que degradam a camada de ozônio (desagregado)		Indicador 7.5 Proporção utilizada do total de recursos hídricos		Indicador 7.6 Proporção das áreas terrestres e marítimas protegidas (7b) (desagregado)	
	Nível 1990	Nível 2010	Nível 1990	Nível 2009	Nível 1990	Nível 2009	Nível 1990	Nível 2009	Nível 1990	Nível 2011	Nível 1990/ 1995	Nível 2000	Nível 1990	Nível 2010
América Latina e Caribe^b	52,0	47,4	994 161	1 585 903	2,3	2,7	0,6	0,5	74 652	4 522	9,0	6,9	9,2	19,8
América Latina^b	51,4	46,7	962 166	1 519 267	2,2	2,6	0,6	0,5	73 554	4 465	6,8	4,4	9,3	20,1
Países com IDH médio baixo e baixo^c	43,2	35,7	16 726	44 128	0,5	0,9	0,5	0,7	447	340	7,5	8,6	11,0	19,8
Haiti	4,2	3,7	994	2 270	0,10	0,20	0,20	0,50	...	4,2	7,5	8,6	0,1	0,1
Guatemala	43,8	33,7	5 086	15 203	0,60	1,10	0,30	0,50	361	221,0	...	2,6	24,3	29,5
Honduras	72,7	46,4	2 593	7 704	0,50	1,00	0,50	0,70	...	109,4	...	1,2	10	13,9
Nicarágua	37,2	25,7	2 549	4 463	0,60	0,80	0,70	0,60	87	5,4	...	0,7	11,9	36,8
Bolívia (Estado Plurinacional da)	57,9	52,7	5 504	14 488	0,80	1,50	1,00	1,30	0,3	8,8	18,5
Países com IDH médio^c	42,1	32,1	71 789	102 383	1,0	1,4	0,5	0,4	2 153	295	14,3	5,7	11,5	12,9
Colômbia	56,3	54,5	57 337	71 231	1,70	1,60	0,60	0,40	2153	217,4	0,4	0,6	18	20,5
El Salvador	18,2	13,9	2 618	6 300	0,50	1,00	0,30	0,30	...	9,6	2,9	5,5	1,1	1,4
Paraguai	53,3	44,3	2 263	4 518	0,50	0,70	0,40	0,50	...	16,8	...	0,1	2,9	5,4
República Dominicana	40,8	40,8	9 571	20 334	1,30	2,10	0,60	0,50	...	50,8	39,7	16,5	24,1	24,1
Países com IDH médio alto^c	56,7	56,1	372 189	637 244	2,3	2,9	0,6	0,6	45 957	1 268	1,7	1,3	15,4	27,8
Brasil	69,0	62,4	208 887	367 147	1,40	1,90	0,30	0,40	39337	1 046,4	0,7	0,7	8,9	26
Equador	49,9	35,6	16 835	30 102	1,60	2,10	0,70	0,70	649	...	4,0	3,6	16,1	38
Venezuela (República Bolivariana da)	59,0	52,5	122 162	184 795	6,20	6,50	1,20	1,00	4809	165,1	...	0,7	37,1	50,2

Objetivo 7, Meta 7.A e 7.B (continuação)

Objetivo 7. Garantir a sustentabilidade do meio ambiente														
Meta 7.A Incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos do meio ambiente													Meta 7.B Reduzir a perda de biodiversidade e alcançar, até 2010, uma redução significativa da taxa de perda	
País ou território	Indicador 7.1 Proporção da superfície coberta por florestas		Indicador 7.2 Emissão de dióxido de carbono (total)		Indicador 7.2 Emissão de dióxido de carbono (per capita)		Indicador 7.2 Emissão de dióxido de carbono (por cada dólar PIB constante de 2000)		Indicador 7.3 Consumo de substâncias que degradam a camada de ozônio (desagregado)		Indicador 7.5 Proporção utilizada do total de recursos hídricos		Indicador 7.6 Proporção de áreas terrestres e marítimas protegidas (7b) (desagregado)	
	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível
	1990	2010	1990	2009	1990	2009	1990	2009	1990	2011	1990/1995	2000	1990	2010
Peru	54,8	53,1	21 170	47 356	1,00	1,60	0,50	0,50	893	32,5	1,0	1,0	4,6	13,1
Panamá	50,9	43,7	3 135	7 844	1,30	2,30	0,40	0,40	270	23,8	1,1	0,3	10,3	11,5
Países com IDH alto^c	23,9	24,6	501 462	735 512	2,6	3,2	0,6	0,5	24 997	2 562	6,1	6,9	6,4	9,0
México	36,2	33,3	314 416	446 237	3,80	4,00	0,60	0,50	21489	1 565,6	...	15,8	2,1	11,9
Costa Rica	50,2	51,0	2 956	8 317	1,00	1,80	0,30	0,30	...	127,9	5,1	2,4	16,1	17,6
Cuba	18,7	26,1	33 340	31 617	3,10	2,80	0,90	0,60	978	14,3	13,7	19,8	2,7	5,3
Argentina	12,7	10,7	112 614	174 718	3,50	4,40	1,00	0,80	1515	831,2	3,5	4,0	4,4	5,3
Chile	20,4	21,7	34 143	66 732	2,60	3,90	0,60	0,50	1016	...	2,2	1,2	12,8	13,3
Uruguai	5,3	10,0	3 993	7 891	1,30	2,30	0,30	0,40	...	23,6	...	2,6	0,2	0,3
Países do Caribe^b	81,1	80,5	31 995	66 636	5,4	9,7	1,0	1,3	1 098	57	13,4	15,1	3,7	8,4
Anguilla
Antígua e Barbuda	22,7	22,7	301	462	4,80	5,30	0,50	0,40	426	0,4	3,3	...	0,7	1
Antilhas Holandesas
Aruba
Bahamas	51,4	51,4	1 951	2 585	7,60	7,60	0,30	0,30	...	3,1	0,5	1
Barbados	18,6	18,6	1 074	1 573	4,10	5,80	0,30	0,40	26	2,7	58,3	76,1	0,1	0,1
Belize	69,5	61,1	312	414	1,60	1,40	0,60	0,30	...	1,9	0,6	0,8	8,5	20,6
Dominica	66,7	60,0	59	128	0,80	1,90	0,20	0,30	...	0,2	3,6	3,7
Granada	50,0	50,0	110	246	1,10	2,40	0,30	0,40	...	0,2	0,1	0,1
Guadalupe
Guiana Francesa
Guiana	77,2	77,2	1 140	1 555	1,60	2,10	1,40	1,00	19	2,4	0,6	0,7	2,8	4,8

Objetivo 7, Meta 7.A e 7.B (conclusão)

Objetivo 7. Garantir a sustentabilidade do meio ambiente														
País ou território	Meta 7.A Incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos do meio ambiente												Meta 7.B Reduzir a perda de biodiversidade e alcançar, até 2010, uma redução significativa da taxa de perda	
	Indicador 7.1 Proporção da superfície coberta por florestas		Indicador 7.2 Emissão de dióxido de carbono (total)		Indicador 7.2 Emissão de dióxido de carbono (per capita)		Indicador 7.2 Emissão de dióxido de carbono (por cada dólar PIB constante de 2000)		Indicador 7.3 Consumo de substâncias que degradam a camada de ozônio (desagregado)		Indicador 7.5 Proporção utilizada do total de recursos hídricos		Indicador 7.6 Proporção das áreas terrestres e marítimas protegidas (7b) (desagregado)	
	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível	Nível
	1990	2010	1990	2009	1990	2009	1990	2009	1990	2011	1990/1995	2000	1990	2010
Ilhas Cayman	
Ilhas Turcas e Caicos	
Ilhas Virgens Britânicas	
Ilhas Virgens Norte-Americanas	
Jamaica	31,9	31,1	7 965	8 573	3,40	3,10	0,80	0,80	431	5,7	9,9	6,2	2,3	7,3
Martinica	
Montserrat	
Porto Rico	
São Cristóvão e Névis	42,3	42,3	66	260	1,60	5,00	0,30	0,50	...	0,5	0,8	0,8
São Vicente e Granadinas	64,1	69,2	81	202	0,80	1,80	0,20	0,30	...	0,3	1,2	1,2
Santa Lúcia	72,1	77,0	165	385	1,20	2,20	0,30	0,40	...	1,1	2	2
Suriname	94,7	94,6	1 811	2 472	4,50	4,80	1,70	1,40	...	4,0	...	0,5	4,6	12,2
Trinidad e Tobago	47,0	44,1	16 960	47 781	14,00	35,80	2,40	2,50	197	34,3	7,7	6,0	7,4	9,6

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são porcentagens. As fontes, anos e detalhes correspondentes a cada um dos indicadores se apresentam no final do quadro.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

Objetivo 7, Meta 7.C e 7.D

País ou território	Objetivo 7. Garantir a sustentabilidade do meio ambiente							
	Meta 7.C Reduzir à metade, até 2015, a porcentagem de pessoas sem acesso permanente a água potável e esgotamento sanitário						Meta 7.D Melhorar significativamente, até 2020, as condições de vida de ao menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados	
	Indicador 7.8 Proporção da população com acesso a fonte de água tratada			Indicador 7.9 Proporção da população com acesso a melhores condições de esgotamento sanitário			Indicador 7.10 Proporção da população urbana que vive em bairros degradados	
	Nível 1990	Nível 2010	Avanço em 2010	Nível 1990	Nível 2010	Avanço em 2010	Nível 1990	Nível 2001-2009
América Latina e Caribe^b	85,0	94,0	120,0	68,0	79,0	68,8	37,1	25,0
América Latina^b	84,8	93,5	114,5	66,2	78,7	74,0	37,1	25,0
Países com IDH médio baixo e baixo^c	72,0	84,2	87,1	39,8	50,2	34,6	75,8	47,3
Haiti	59,0	69,0	48,8	26,0	17,0	-24,3	93,4	70,1
Guatemala	81,0	92,0	115,8	62,0	78,0	84,2	58,6	38,7
Honduras	76,0	87,0	91,7	50,0	77,0	108,0	...	34,9
Nicarágua	74,0	85,0	84,6	43,0	52,0	31,6	89,1	45,5
Bolívia (Estado Plurinacional da)	70,0	88,0	120,0	18,0	27,0	22,0	62,2	47,3
Países com IDH médio^c	75,8	88,0	101,0	63,0	79,5	89,2	36,9	20,7
Colômbia	89,0	92,0	54,5	67,0	77,0	60,6	31,2	14,3
El Salvador	74,0	88,0	107,7	75,0	87,0	96,0	...	28,9
Paraguai	52,0	86,0	141,7	37,0	71,0	107,9	...	17,6
República Dominicana	88,0	86,0	-33,3	73,0	83,0	74,1	27,9	14,8
Países com IDH médio alto^c	82,0	92,6	118,5	66,2	80,4	92,5	51,6	27,9
Brasil	89,0	98,0	163,6	68,0	79,0	68,8	36,7	26,9
Equador	72,0	94,0	157,1	69,0	92,0	148,4	...	21,5
Venezuela (República Bolivariana da)	90,0	93,0	60,0	82,0	91,0	100,0	...	32
Peru	75,0	85,0	80,0	54,0	71,0	73,9	66,4	36,1
Panamá	84,0	93,0	112,5	58,0	69,0	52,4	...	23
Países com IDH alto^c	90,0	96,7	130,4	84,2	92,8	93,8	26,8	13,8
México	85,0	96,0	146,7	64,0	85,0	116,7	23,1	14,4
Costa Rica	93,0	97,0	114,3	93,0	95,0	57,1	...	10,9
Cuba	82,0	94,0	133,3	80,0	91,0	110,0
Argentina	94,0	97,0	100,0	90,0	90,0	0,0	30,5	20,8
Chile	90,0	96,0	120,0	84,0	96,0	150,0	...	9
Uruguai	96,0	100,0	200,0	94,0	100,0	200,0
Países do Caribe^b	91,2	93,9		82,7	84,4	19,7		
Anguilla							...	40,6
Antígua e Barbuda	91,0	91,0	0,0	95,0	95,0	0,0	...	6,9
Antilhas Holandesas						
Aruba						
Bahamas						
Barbados	100,0	100,0	*	100,0	100,0	*
Belize	74,0	98,0	184,6	77,0	90,0	113,0	...	18,7
Dominica	95,0	95,0	0,0	81,0	81,0	0,0	...	14,0

Objetivo 7, Meta 7.C e 7.D (conclusão)

País ou território	Objetivo 7. Garantir a sustentabilidade do meio ambiente							
	Meta 7.C Reduzir à metade, até 2015, a porcentagem de pessoas sem acesso permanente a água potável e esgotamento sanitário						Meta 7.D Melhorar significativamente, até 2020, as condições de vida de ao menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados	
	Indicador 7.8 Proporção da população com acesso a fonte de água tratada			Indicador 7.9 Proporção da população com acesso a melhores condições de esgotamento sanitário			Indicador 7.10 Proporção da população urbana que vive em bairros degradados	
	Nível 1990	Nível 2010	Avanço a 2010	Nível 1990	Nível 2010	Avanço a 2010	Nível 1990	Nível 2001-2009
Granada	94,0	94,0	0,0	97,0	97,0	0,0	...	6,0
Guadalupe						
Guiana Francesa						
Guiana	94,0	94,0	0,0	78,0	83,0	45,5	...	33,2
Ilhas Cayman						
Ilhas Turks e Caicos	100,0	100,0	*	97,0	98,0	66,7
Ilhas Virgens Britânicas	98,0	98,0	0,0	100,0	100,0	*
Ilhas Virgens Norte-Americanas						
Jamaica	93,0	93,0	0,0	80,0	80,0	0,0	...	60,5
Martinica						
Montserrat	100,0	100,0	*	96,0	96,0	0,0
Porto Rico						
São Cristóvão e Névis	99,0	99,0	0,0	96,0	96,0	0,0
São Vicente e Granadinas						
Santa Lúcia	94,0	96,0	66,7	58,0	65,0	33,3	...	11,9
Suriname	88,0	92,0	66,7	80,0	83,0	30,0	...	3,9
Trinidad e Tobago	88,0	94,0	100,0	93,0	92,0	-28,6	...	24,7

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são porcentagens. As fontes, anos e detalhes correspondentes a cada um dos indicadores se apresentam no final do quadro.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

Objetivo 8, Meta 8.F

Objetivo 8.						
Estabelecer uma aliança mundial para o desenvolvimento						
Meta 8.F Em colaboração com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial os das tecnologias da informação e das comunicações						
País	Indicador 8.14		Indicador 8.15		Indicador 8.16	
	Linhas de telefone fixo por cada 100 habitantes		Assinaturas de telefones celulares por cada 100 habitantes		Usuários da Internet por cada 100 habitantes	
	Nível 1990	Nível 2011	Nível 2000	Nível 2011	Nível 2000	Nível 2011
América Latina e Caribe^b	6,3	18,2	12,2	107,0	3,9	38,9
América Latina^b	6,0	18,2	12,1	107,0	3,8	38,8
Países com IDH médio baixo e baixo^c	1,7	6,6	3,9	90,2	0,9	15,3
Haiti	0,6	0,5	0,6	41,5	0,23	8,37
Guatemala	2,1	11,0	7,6	140,4	0,71	11,73
Honduras	1,8	7,9	2,5	104,0	1,20	15,90
Nicarágua	1,1	4,9	1,8	82,2	0,98	10,60
Bolívia (Estado Plurinacional da)	2,7	8,7	7,0	82,8	1,44	30,00
Países com IDH médio^c	4,3	11,6	10,4	102,7	2,0	29,4
Colômbia	7,3	15,2	5,7	98,5	2,21	40,40
El Salvador	2,3	15,3	12,5	125,9	1,18	17,69
Paraguai	2,7	5,6	15,4	99,4	0,75	23,90
República Dominicana	4,7	10,4	8,2	87,2	3,70	35,50
Países com IDH médio alto^c	6,0	17,6	11,7	128,0	3,5	39,2
Brasil	6,3	21,9	13,3	123,2	2,87	45,00
Equador	4,8	15,1	3,9	104,6	1,46	31,40
Venezuela (República Bolivariana da)	7,6	24,9	22,4	97,8	3,36	40,22
Peru	2,6	11,1	4,9	110,4	3,08	36,50
Panamá	8,9	15,2	13,9	203,9	6,55	42,70
Países com IDH alto^c	8,0	22,0	11,9	98,6	7,6	42,4
México	6,4	17,2	14,1	82,4	5,08	36,15
Costa Rica	9,2	31,5	5,4	92,2	5,80	42,12
Cuba	3,2	10,6	0,1	11,7	0,54	23,23
Argentina	9,3	24,9	17,6	134,9	7,04	47,70
Chile	6,6	19,5	22,1	129,7	16,60	53,89
Uruguai	13,4	28,6	12,4	140,8	10,54	51,40
Países do Caribe^b	17,0	21,1	19,9	103,8	7,1	43,3
Anguilla	32,9	39,9	19,5	166,3	22,41	48,60
Antígua e Barbuda	25,7	39,6	28,3	181,6	6,48	82,00
Antilhas Holandesas	24,7	44,9	16,6	...	1,10	...
Aruba	30,1	32,6	16,6	122,6	15,44	57,07
Bahamas	27,3	38,3	10,6	86,1	8,00	65,00
Barbados	27,8	51,4	10,6	127,0	3,97	71,77
Belize	9,1	9,1	6,7	63,9	5,96	14,00
Dominica	16,4	22,9	1,7	164,0	8,81	51,31
Granada	15,8	27,2	4,2	116,7	4,06	33,46
Guadalupe
Guiana Francesa
Guiana	2,2	20,2	5,4	68,6	6,61	32,00

Objetivo 8, Meta 8.F (conclusão)

País	Objetivo 8. Estabelecer uma aliança mundial para o desenvolvimento					
	Meta 8.F Em colaboração com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial os das tecnologias da informação e das comunicações					
	Indicador 8.14		Indicador 8.15		Indicador 8.16	
	Linhas de telefone fixo por cada 100 habitantes		Assinaturas de telefones celulares por cada 100 habitantes		Usuários da Internet por cada 100 habitantes	
	Nível 1990	Nível 2011	Nível 2000	Nível 2011	Nível 2000	Nível 2011
Ilhas Cayman	47,3	65,6	26,6	167,7	...	69,47
Ilhas Turks e Caicos	24,6	9,7	39,3
Ilhas Virgens Britânicas	39,3	115,5	37,8	201,4	...	37,00
Ilhas Virgens Norte-Americanas	45,7	69,5	32,3	...	13,82	...
Jamaica	4,5	9,9	14,2	108,1	3,12	31,50
Martinica
Montserrat	34,5	43,4	9,9	70,1	...	26,90
Porto Rico	27,8	22,1	34,6	83,0	10,47	48,00
São Cristóvão e Névis	23,8	37,8	2,6	152,7	5,86	76,00
São Vicente e Granadinas	12,2	20,8	2,2	120,5	3,25	43,01
Santa Lúcia	12,3	20,4	1,6	123,0	5,09	42,00
Suriname	9,0	16,2	8,8	178,9	2,51	32,00
Trinidad e Tobago	13,6	21,7	12,5	135,6	7,72	55,20

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [on-line] <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>.

^a A ordem de apresentação dos indicadores corresponde à enumeração oficial e a ausência de algum deles se deve à falta de informação. Salvo indicação contrária as cifras são porcentagens. As fontes, anos e detalhes correspondentes a cada um dos indicadores se apresentam no final do quadro.

^b Médias ponderadas.

^c Médias simples.

Quadro A.4
AMÉRICA LATINA E CARIBE: GRUPOS DE PAÍSES SEGUNDO O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) AJUSTADO PELA IGUALDADE, 2011

País ou território ^a	Valores do IDH	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Anos de escolaridade, em média	Anos de escolaridade esperados	Renda nacional bruta (RNB) por habitante	Relação da renda média per capita		População ^b (em porcentagens)
					(em dólares PPA de 2005)	20% mais rico em relação ao 20% mais pobre ^c	5% mais rico em relação ao 20% mais pobre ^c	
América Latina e Caribe^d	0,726	74,4	7,8	13,5	10 112	16,1	33,3	100,0
América Latina^d	0,726	74,4	7,8	13,5	10 102	16,1	33,3	98,1
Países com IDH baixo e médio baixo^e	0,581	69,4	6,1	10,8	3 044	19,7	40,2	8,2
Haiti	0,454	62,1	4,9	7,6	1 123			
Guatemala	0,574	71,2	4,1	10,6	4 167	22,0	49,7	
Honduras	0,625	73,1	6,5	11,4	3 443	24,0	47,9	
Nicarágua	0,589	74,0	5,8	10,8	2 430	13,0	24,7	
Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,663	66,6	9,2	13,7	4 054	19,9	38,3	
Países com IDH médio^e	0,684	72,9	7,4	12,4	6 764	17,5	35,9	11,8
Colômbia	0,710	73,7	7,3	13,6	8 315	18,2	38,1	
El Salvador	0,674	72,2	7,5	12,1	5 925	11,1	19,5	
Paraguai	0,665	72,5	7,7	12,1	4 727	20,8	44,1	
República Dominicana	0,689	73,4	7,2	11,9	8 087	19,9	41,8	
Países com IDH médio alto^e	0,733	74,7	8,1	13,6	9 826	14,4	28,2	46,1
Brasil	0,718	73,5	7,2	13,8	10 162	20,8	45,5	
Equador	0,720	75,6	7,6	14,0	7 589	11,3 ^f	20,3 ^f	
Venezuela (República Bolivariana da)	0,735	74,4	7,6	14,2	10 656	8,4	13,4	
Peru	0,725	74,0	8,7	12,9	8 389	11,6	21,1	
Panamá	0,768	76,1	9,4	13,2	12 335	20,0	40,4	
Países com IDH alto^e	0,779	77,9	9,0	14,9	11 709	12,3	23,6	32,1
México	0,770	77,0	8,5	13,9	13 245	12,1	23,3	
Costa Rica	0,744	79,3	8,3	11,7	10 497	14,7	27,1	
Cuba	0,776	79,1	9,9	17,5	5 416			
Argentina	0,797	75,9	9,3	15,8	14 527	13,6 ^f	26,9 ^f	
Chile	0,805	79,1	9,7	14,7	13 329	13,4	27,7	
Uruguai	0,783	77,0	8,5	15,5	13 242	7,9 ^f	13,2 ^f	
Países do Caribe^d	0,724	72,5	9,0	13,1	11 006	11,6		1,9
Anguilla								
Antígua e Barbuda	0,764	72,6	8,9	14,0	15 521			
Antilhas Holandesas								
Aruba								
Bahamas	0,771	75,6	8,5	12,0	23 029			
Barbados	0,793	76,8	9,3	13,4	17 966			
Belize	0,699	76,1	8,0	12,4	5 812	17,6 ^g		
Dominica	0,724	77,5	7,7	13,2	7 889			
Granada	0,748	76,0	8,6	16,0	6 982			

Quadro A.4 (conclusão)

País ou território ^a	Valores do IDH	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Anos de escolaridade, em média	Anos de escolaridade esperados	Renda nacional bruta (RNB) por habitante	Relação da renda média per capita		População ^b (em porcentagens)
					(em dólares PPA de 2005)	20% mais rico em relação ao 20% mais pobre ^c	5% mais rico em relação ao 20% mais pobre ^c	
Guadalupe								
Guiana Francesa								
Guiana	0,633	69,9	8,0	11,9	3 192			
Ilhas Cayman								
Ilhas Turks e Caicos								
Ilhas Virgens Norte-Americanas								
Ilhas Virgens Britânicas								
Jamaica	0,727	73,1	9,6	13,8	6 487	9,6 ^g		
Martinica								
Montserrat								
Porto Rico								
São Cristóvão e Névis	0,735	73,1	8,4	12,9	11 897			
São Vicente e Granadinas	0,717	72,3	8,6	13,2	8 013			
Santa Lúcia	0,723	74,6	8,3	13,1	8 273			
Suriname	0,680	70,6	7,2	12,6	7 538	17,9 ^g		
Trinidad e Tobago	0,760	70,1	9,2	12,3	23 439			

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), *Informe sobre Desarrollo Humano 2011*, Madri, Mundi-Prensa, 2011.

^a Os nomes adotados para os grupos de países não são os empregados na classificação utilizada no *Informe sobre Desarrollo Humano 2011* e correspondem a categorias de elaboração própria.

^b Os dados de população foram obtidos da CEPAL, base de dados CEPALSTAT.

^c Dados obtidos a partir de tabulações especiais das pesquisas de domicílios dos respectivos países.

^d Médias ponderadas.

^e Médias simples.

^f Zonas urbanas.

^g Cifras provenientes da base de dados CEPALSTAT. Os dados de Belize e Suriname correspondem a 1999 e os da Jamaica a 2004.

Quadro A.5
**AMÉRICA LATINA E CARIBE: PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS
 IMPLEMENTADOS NO ÂMBITO NACIONAL, EM TORNO DE 2012**

País	Nome	Ano ^a	Cobertura (em número de pessoas) ^b	Cobertura (em porcentagens da população) ^c	Valor (em dólares) ^b	Valor (em porcentagens do PIB)	Descrição
Argentina	<i>Asignación Universal por Hijo para Protección Social</i> ^d	2009 (2002)	3 540 717 (2012)	8,6%	2 883 780 726 (orçamento 2012)	0,63%	Tem por objetivo melhorar a qualidade de vida e o acesso à educação das crianças e adolescentes. Desde maio de 2011 contribui à diminuição da mortalidade infantil em menores de 1 ano e à melhora da qualidade de vida das gestantes. Atende a famílias com crianças menores de 18 anos e mulheres gestantes desocupadas ou que trabalham na economia informal, empregados domésticos com renda inferior ao salário mínimo e “minitributistas” sociais. Do bônus mensal, 20% são retidos em nome do titular até que seja verificado o cumprimento das condicionalidades de saúde e educação. Os valores das transferências, o orçamento e a cobertura o posicionam como um dos programas de assistência mais relevantes da região.
Belize	<i>Building Opportunities for Our Social Transformation (BOOST)</i>	2011	8 600 (2012)	2,7%	142 096 (orçamento 2012)	0,01%	Trata-se de um programa de transferências condicionadas que concede uma pequena assistência monetária a famílias em situação de pobreza, sujeita a condicionalidades específicas em educação (frequência escolar mínima de 85%) e saúde (vacinação de crianças menores de 5 anos e controle pré-natal das gestantes).
Bolívia (Estado Plurinacional da)	<i>Bono Juancito Pinto</i> ^e	2006	1 925 000 (2011)	19,0%	53 491 879 (orçamento 2012)	0,20%	Programa centrado na eliminação do trabalho infantil e no aumento da matrícula escolar. Inclui crianças e adolescentes menores de 18 anos que cursam até o 8º grau da educação primária ou a educação juvenil alternativa. Ademais, inclui alunos da educação especial, sem limite de idade.
	<i>Bono Madre Niña-Niño Juana Azurduy</i>	2009	717 282 (2012)	7,0%	25 548 004 (orçamento 2011)	0,11%	Tem a finalidade de tornar efetivos os direitos fundamentais de acesso à saúde e desenvolvimento integral, para diminuir os níveis de mortalidade materno-infantil e a desnutrição crônica de crianças menores de 2 anos.
Brasil	Bolsa Família ^f	2003	56 458 390 (2012)	28,5%	8 805 679 997 (2011)	0,34%	É o maior programa de transferências condicionadas da região quanto à cobertura. Teve início em 2003, com a unificação de uma série de programas e integra componentes de educação, alimentação, capacitação profissional e microcrédito.
	Programa Bolsa Verde ^g	2011	94 300 (programada 2012)	0,05%	5 298 308 (orçamento 2011)	0,0002%	Faz parte do plano Brasil sem Miséria. Seu nome oficial é Programa de Apoio à Conservação Ambiental e tem por objetivo fomentar a conservação dos ecossistemas, promover a cidadania, melhorar as condições de vida das famílias em situação de extrema pobreza que exerçam atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural e incentivar a participação dos beneficiários em ações de desenvolvimento ambiental, social, educacional, técnico e profissional.
Chile	<i>Chile Solidario</i>	2002	1 108 779 (2011)	6,4%	332 150 837 (gasto 2011)	0,13%	Embora classificado como um programa de transferências condicionadas possui características particulares referentes ao seu enfoque psicossocial e à importância do acompanhamento da família via programa <i>Puente</i> . Trata-se de uma estrutura que pretende articular em torno de seus beneficiários o conjunto da oferta pública de programas sociais. Em abril de 2011 foram incorporados novos componentes focalizados para as famílias em extrema pobreza via <i>Programa de Bonificación al Ingreso Ético Familiar</i> (Benefício Social).
	<i>Ingreso Ético Familiar</i>	2012	640 000 (programada 2012)	3,7%	400 500 000 (orçamento 2012)	0,15%	Corresponde a um conjunto de transferências monetárias que complementam a renda autônoma das famílias em situação de extrema pobreza e que, no final, substituirão o Programa <i>Chile Solidario</i> . O programa combina transferências condicionadas e não condicionadas e proporciona acompanhamento psicossocial às famílias participantes, bem como programas socioprofissionais.

Quadro A.5 (continuação)

País	Nome	Ano ^a	Cobertura (em número de pessoas) ^b	Cobertura (em porcentagens da população) ^c	Valor (em dólares) ^b	Valor (em porcentagens do PIB)	Descrição
Colômbia	<i>Familias en Acción</i> ^h	2001	11 719 319 (cobertura 2012)	24,9%	773 400 799 (orçamento 2011)	0,23%	É um programa de transferências condicionadas dirigido às famílias em extrema pobreza (inclusive indígenas e famílias deslocadas pela violência). Inclui um bônus de nutrição e outro de educação.
	<i>Ingreso para la Prosperidad Social</i> ⁱ	2011	2 284 (2012)	0,01%	696 850 (2012)	0,002%	Este programa visa a que as famílias que integram a <i>Red Unidos</i> fortaleçam suas capacidades e competências para a geração de renda e desenvolvam hábitos de trabalho para avançar no cumprimento do resultado 6 da <i>Red Unidos</i> .
	<i>Red Unidos (ex Red Juntos)</i>	2007	6 588 365 (2011)	14,0%	123 786 878 (orçamento 2012)	0,33%	É uma estratégia de intervenção integral e coordenada que proporciona acompanhamento familiar e comunitário às famílias visadas por sua intervenção e facilita o acesso de seus beneficiários à oferta de serviços sociais do Estado para a consecução de 45 resultados básicos.
Costa Rica	Avancemos	2006	185 214 (2010)	4,0%	92 318 636 (orçamento 2010)	0,26%	Este programa enfatiza a prevenção da deserção escolar na educação secundária. Dirige-se a famílias com adolescentes e jovens entre 12 e 25 anos que têm dificuldade para mantê-los no sistema educativo por motivos econômicos.
Equador	<i>Bono de Desarrollo Humano</i> ^j	2003 (1998)	6 418 479 (2012)	43,1%	775 339 085 (orçamento 2012)	0,90%	As condicionalidades previstas para a sua transferência às famílias não são objeto de controle. Faz parte do <i>Programa de Protección Social (PPS)</i> do Ministério de Inclusão Econômica e Social (MIES), mediante o qual se vincula a programas de microcrédito e capacitação profissional e se concede proteção frente a emergências e catástrofes naturais.
	<i>Desnutrición Cero</i>	2011	299 617 (programada 2011)	2,0%	19 142 304 (orçamento 2012)	0,02%	A finalidade geral deste programa é eliminar a desnutrição dos recém-nascidos até o primeiro ano de vida. Enquadra-se na <i>Estrategia Acción Nutrición</i> , do Ministério de Coordenação de Desenvolvimento Social. Além da oferta de aconselhamentos e palestras, contempla uma transferência condicionada à assistência e à comprovação dos controles médicos.
El Salvador	<i>Comunidades Solidarias (ex Red Solidaria)</i>	2005	634 315 (cobertura efetiva 2011)	10,2%	86 421 880 (orçamento 2011)	0,37%	O programa tem essa denominação desde 2009 e mantém, essencialmente, os eixos de capital humano (transferências monetárias), serviços básicos (ampliação de infraestrutura local) e geração de renda e desenvolvimento produtivo (programas de microcrédito e capacitação com ênfase na segurança alimentar), acrescentando novas transferências e um quarto componente de gestão territorial que supõe o fortalecimento da gestão local dos governos municipais e suas comunidades.
Guatemala	<i>Mi Bono Seguro</i> ^k	2012	757 765 (programada 2012)	5,0%	426 199 (orçamento 2012)	0,20%	É um programa coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MIDES), dirigido às famílias que vivem em condições de pobreza e extrema pobreza, com o qual se busca aumentar a taxa de escolaridade das crianças e melhorar suas condições de saúde e nutrição. Este programa faz parte do <i>Pacto Hambre Cero</i> , do governo.
Haiti	<i>Ti Manman Cheri</i>	2012	100.000 (programada 2012)	0,1%	13 000 000 (orçamento 2012)	0,17%	<i>Ti Manman Cheri</i> é um programa de transferências condicionadas destinado a cobrir o custo de oportunidade da escolarização das crianças que vivem em situação de extrema pobreza. Tem os seguintes objetivos: i) a redução, para as famílias, da carga financeira da educação; ii) o melhoramento das taxas de frequência escolar; iii) o melhoramento da qualidade da educação; iv) o empoderamento das mulheres; e v) a injeção de liquidez na economia local. O programa consiste em uma transferência mensal às mães em situação de extrema pobreza com a condição de que seus filhos estejam matriculados e frequentando regularmente a escola.

Quadro A.5 (continuação)

País	Nome	Ano ^a	Cobertura (em número de pessoas) ^b	Cobertura (em porcentagens da população) ^c	Valor (em dólares) ^b	Valor (em porcentagens do PIB)	Descrição
Honduras	<i>Bono 10.000 Educación, Salud y Nutrición</i>	2010	409 555 (cobertura efetiva 2010)	1,1%	10 642 347 (gasto efetivo 2010)	0,07%	O propósito do <i>Bono 10.000</i> é contribuir para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza mediante a criação de oportunidades e o desenvolvimento de capacidades e competências em matéria de educação, saúde e nutrição das famílias em extrema pobreza.
	<i>Programa de Asignación Familiar (PRAF)</i>	1990	660 790 (programada 2010)	8,7%	32 129 083 (orçamento 2010)	0,21%	Começou em 1990 como um programa de emergência, financiado pelo governo, que concedia subsídios sem responsabilidades. Entre 1998 e 2006 operou paralelamente ao projeto-piloto PRAF/BID II, financiado pelo BID, que atendia diversos beneficiários e oferecia suas próprias transferências. Atualmente, consiste em um organismo que executa um conjunto de bônus para diversos grupos da população. Desde 2006 faz parte da <i>Red Solidaria</i> , uma iniciativa que tem por finalidade a articulação intersetorial das prestações públicas. A partir de 2007 começa um esforço para homologar sua estrutura operacional e suas prestações com o PRAF/BID III, lançado recentemente.
Jamaica	<i>Programme of Advancement Through Health and Education (PATH)</i>	2001	320 617 (2011)	11,7%	46 676 787 (orçamento 2011)	0,32%	Este programa, que enfatiza diversos grupos vulneráveis, surge dos esforços de racionalização de três programas de transferências de renda previamente existentes: <i>Food Stamp</i> , <i>Outdoor Poor Relief</i> e <i>Public Assistance</i> . Em 2008 acrescentou-se uma transferência educativa similar à do programa <i>Oportunidades</i> , além de um bônus adicional semelhante ao de <i>Jóvenes con Oportunidades</i> para os estudantes que concluem o ensino médio e se inscrevem na educação superior.
México	<i>Oportunidades (Programa de Desarrollo Humano, ex Progresá)</i>	1997	31 200 000 (cobertura efetiva 2012)	27,2%	4 346 755 994 (2012)	0,37%	É um dos programas de referência na região. Surgiu em 1997 com o nome de <i>Progresá (Programa de Educación, Salud y Alimentación)</i> e atendia unicamente as zonas rurais. Em 2001 mudou de nome, para o atual, e começou a se expandir para zonas semiurbanas e urbanas. Nesse ano foram introduzidas modificações na forma de gestão e acrescentaram-se prestações. Desde seu início é um dos programas com mais avaliações de impacto, em seus diversos âmbitos. Nos últimos anos foram incorporadas novas transferências monetárias, como o apoio energético, aos idosos e o <i>Apoyo Alimentario Vivir Mejor</i> , com vistas a aliviar a crise provocada pelo aumento internacional dos preços dos alimentos. A partir de 2010, o Programa <i>Oportunidades</i> opera o <i>Programa de Apoyo Alimentario (PAL)</i> , que agrupa a ajuda alimentar.
Panamá	<i>Red de Oportunidades</i>	2006	148 298 (cobertura efetiva 2012)	4,1%	44 500 000 (gasto 2011)	0,14%	Este programa busca reduzir a pobreza extrema e conta com um componente especial para as zonas rurais e indígenas (<i>Programa de Bonos Familiares para la Compra de Alimentos</i>). Inclui componentes de apoio familiar e de melhoramento da oferta local.
Paraguai	<i>Tekoporá</i>	2005	498 628 (cobertura efetiva 2011)	7,6%	25 596 077 (gasto efetivo 2011)	0,10%	Faz parte dos programas de proteção social da Secretaria de Ação Social (SAS), junto com os programas <i>Propais II</i> e <i>Nopytyvo</i> . Fornece apoio alimentar e educativo, também a idosos e pessoas com deficiência. Além disso, serve de orientação para as famílias.
Peru	<i>Juntos (Programa Nacional de Apoyo Directo a los más Pobres)</i>	2005	3 413 200 (cobertura efetiva 2012)	11,4%	229 634 851 (orçamento 2012)	0,13%	Desde 2007, este programa, que enfatiza os aspectos nutricionais, faz parte da <i>Estrategia Nacional Crecer</i> , cuja finalidade é a luta frontal contra a pobreza e a desnutrição crônica infantil, articulando o trabalho dos programas sociais em função de três eixos: restituição de direitos fundamentais, promoção do desenvolvimento produtivo e rede de proteção social.

Quadro A.5 (continuação)

País	Nome	Ano ^a	Cobertura (em número de pessoas) ^b	Cobertura (em porcentagens da população) ^c	Valor (em dólares) ^b	Valor (em porcentagens do PIB)	Descrição
República Dominicana	<i>Programa Solidaridad</i>	2005	2 947 164 (2011)	29,4%	134 419 952 (2011)	0,24%	Este programa, criado após a crise econômica que afetou o país em 2003, faz parte da rede de proteção social do governo. Facilita a implementação de novas transferências monetárias a diversas populações-alvo por meio da <i>Tarjeta Solidaridad</i> da Administradora de Subsídios Sociais (ADESS). Também contribui à geração de uma <i>Red de Abasto Social</i> (pequenos negócios ou estabelecimentos comerciais) em áreas prioritárias em termos de pobreza, a que têm acesso os beneficiários do programa, assegurando a disponibilidade de estoques de alimentos da cesta básica e fortalecendo os pequenos negócios mediante o aumento da receita e sua inserção no sistema bancário formal.
Trinidad e Tobago	<i>Targeted Conditional Cash Transfer Program (TCTP)</i>	2005	35 906 (2011)	2,7%	39 389 507 (orçamento 2010)	0,19%	Este programa enfatiza o trabalho psicossocial com famílias. É o sucessor do programa <i>Social Help and Rehabilitative Efforts (SHARE)</i> e reconhece uma forte influência do modelo de intervenção do programa <i>Puente</i> , do Chile. Facilita a vinculação de seus beneficiários com a rede de serviços e programas públicos, especialmente de promoção social (capacitação, geração de renda).
Uruguai	<i>Asignaciones Familiares</i> ¹	2008	549 295 (2011)	16,2%	215 816 796 (gasto 2011)	0,45%	Dirigido a crianças e adolescentes de famílias em situação socioeconômica vulnerável, este programa faz parte do plano de equidade, focado principalmente na educação. A transferência monetária tende a ter um impacto significativo sobre as situações de pobreza e indigência e, ao mesmo tempo, estimula a permanência de crianças e jovens no sistema educacional formal, ou seu retorno a esse sistema, no caso de deserção escolar.
	<i>Tarjeta Alimentaria</i>	2006	348 720 (cobertura efetiva 2010)	11,1%	30 709 398 (orçamento 2009)	0,10%	O principal objetivo é permitir que as pessoas mais desprotegidas possam acessar os produtos da cesta básica e tenham a possibilidade de selecioná-los de acordo com as suas necessidades e as características de seu núcleo familiar. Após o encerramento do Programa PANES, a <i>Tarjeta Alimentaria</i> está inserida no plano de equidade e, a partir de junho de 2009, teve sua cobertura ampliada.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Base de dados de programas de proteção social não contributiva [on-line] <http://dds.cepal.org/bdptc/> [data de consulta: 8 de janeiro de 2013].

^a Indica o ano em que foi introduzido cada programa atualmente implementado. Entre parênteses indica-se o ano em que foram introduzidos os programas anteriores no âmbito nacional.

^b Refere-se à cobertura e valor efetivo quando essa informação está disponível. Do contrário, corresponde à cobertura ou valor previsto.

^c Refere-se à cobertura do programa como porcentagem da população total estimada para esse mesmo ano.

^d Sucedeu aos programas *Jefas e Jefes de Hogar Desocupados* (2002-2005) e *Familias por la Inclusión Social* (2005-2009) (que, por sua vez, surgiu como uma reformulação do componente *Ingreso de Desarrollo Humano* (IDH) do *Programa de Atención a Grupos Vulnerables-PAGV* (1996)).

^e Tem como antecedente o *Bono Esperanza* implementado pelo Governo Municipal de El Alto, no departamento de La Paz, entre 2003 e 2005.

^f Integra os antigos programas de transferências de rendas condicionadas setoriais Bolsa Escola (2001-2003), Bolsa Alimentação (2001-2003), Cartão Alimentação (2003) e Auxílio-Gás. Em 2005 também unificou suas prestações com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (1997-2005).

^g Em 2011 começou cobrindo somente a região Amazonía Legal. Em 2012 prevê-se sua expansão ao resto do país.

^h Desde 2006 faz parte de um sistema de articulação de diversos componentes da oferta pública, denominado *Red Juntos*.

ⁱ É um componente do *Red Unidos* (ex *Red Juntos*).

^j Sucessor do *Bono Solidario* (2003-2006) (veja [on-line] <http://dds.cepal.org/bdptc/programa/?id=36>).

^k Substitui *Mi Familia Progresá* (2008-2011).

^l Substituiu o programa *Ingreso Ciudadano*, do PANES.

Quadro A.6
**AMÉRICA LATINA: PENSÕES SOCIAIS NÃO CONTRIBUTIVAS IMPLEMENTADAS ATUALMENTE
 NO ÂMBITO NACIONAL, EM TORNO DE 2012**

País	Nome	Ano ^a	Cobertura (em número de pessoas) ^b	Cobertura (em porcentagens da população com mais de 60 anos) ^c	Valor (em dólares) ^a	Valor (em porcentagens do PIB)	Descrição
Argentina	<i>Programa de Pensiones no Contributivas</i>	1948	1 220 256 (2012)	19,8%	3 774 552 884 (orçamento 2012)	0,55%	Programa iniciado em meados do século 20. Os principais beneficiários são as pessoas em estado de vulnerabilidade social que não têm direito a uma aposentadoria ou pensão, não possuem bens, renda ou recursos que permitam sua subsistência, nem têm parentes obrigados legalmente a proporcionar-lhes alimentos. Este tipo de pensão, para sua concessão, não requer haver contribuído. Os beneficiários e a família também passam a ter a cobertura de um plano de saúde.
Bolívia (Estado Plurinacional da)	<i>Renta Universal de Vejez (Renta Dignidad)</i>	2008 (1996)	929 686 (2012)	>100%	258 303 674 (2011)	1,08%	Programa de transferências monetárias para idosos. É uma pensão vitalícia não contributiva que tem entre seus fins proteger a renda da população com mais de 60 anos. <i>Renta Dignidad</i> tem seu antecessor no <i>Bonosol</i> , programa de transferência monetária anual a todas as pessoas de 65 anos ou mais, implementado em 1996.
Brasil	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social	1996	3 600 000 (2012)	24,7%	3 286 798 409 (2011)	0,55%	Consiste em uma pensão não contributiva que garante o direito a um salário mínimo estabelecido na Constituição de 1988 e regulado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Trata-se da entrega equivalente a um salário mínimo por adulto, dirigido a idosos que não recebem pensão e a pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza.
	Previdência Rural	1993	8 460 710 (2011)	58,1%	1 754 289 881 (2011)	0,07%	Programa de pensões não contributivas focalizadas nos trabalhadores rurais informais com mais de 60 anos no caso dos homens e de 55 anos no caso das mulheres. Seu antecedente direto é a versão rural da Renda Mensal Vitalícia, implementada pelo governo militar em 1974. Faz parte do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e, desde 1971, sintetiza diversos avanços em matéria de seguridade social para essa zona. Também incorpora as diretrizes normativas da Constituição de 1988, assegurando uma pensão básica equivalente ao salário mínimo para os trabalhadores não inscritos nos sistemas de pensão e aposentadoria.
Chile	<i>Pensión Básica Solidaria (ex PASIS)</i>	2008	1 126 093 (2012)	46,5%	1 326 284 937 (2011)	0,52%	Pensão não contributiva paga aos idosos com níveis mais altos de vulnerabilidade social. Os beneficiários são todas as pessoas que não tenham direito a pensão em algum regime previdenciário e cumpram os requisitos determinados pela lei. Também é um componente do programa <i>Chile Solidario</i> .
Colômbia	<i>Programa de Protección Social al Adulto Mayor</i>	2003	593 448 (2010)	1,3%	217 300 336,2 (orçamento 2010)	0,10%	Este programa de pensões não contributivas tem por objetivo garantir uma renda mínima às pessoas idosas que estejam em situação de extrema pobreza e não possam satisfazer suas necessidades básicas de forma autônoma. Também apoia o fornecimento de serviços sociais básicos ou complementares, segundo as características do destinatário. Consiste em um subsídio econômico direto e um indireto.
Costa Rica	<i>Régimen no contributivo de pensiones por monto básico</i>	1974	91 238 (2011)	19,5%	13 443 670 (2011)	0,03%	Esta pensão não contributiva busca apoiar as pessoas excluídas do sistema de proteção social com o objetivo de reduzir a pobreza. A população-alvo inclui idosos, pessoas com deficiência, viúvos desamparados, órfãos e indigentes.

Quadro A.6 (conclusão)

País	Nome	Ano ^a	Cobertura (em número de pessoas) ^b	Cobertura (em porcentagens da população com mais de 60 anos) ^c	Valor (em dólares) ^a	Valor (em porcentagens do PIB)	Descrição
El Salvador	<i>Nuestros Mayores Derechos</i>	2011	15 300 (2012)	2,5%	9 200 000 (orçamento 2012)	0,04%	O propósito deste programa é atender a oferta de proteção social não contributiva para os idosos. O que se pretende é incentivar a participação familiar e comunitária, bem como a integração social dos idosos, ao oferecer uma série de intervenções com um enfoque integral que lhes permita acessar diversos serviços que promovem o gozo de uma vida ativa, saudável e plena (inclui promoção da saúde e da autonomia econômica, direitos e cidadania, cultura, habitação e educação).
México ^d	<i>Programa 70 y más</i>	2007	3 000 000 (2012)	26,5%	1 122 366 919 (orçamento 2011)	0,09%	É um programa que busca melhorar as condições de vida das pessoas de 70 anos ou mais (idosos) mediante ações orientadas a fomentar a proteção social (inclui apoios econômicos diretos, ações para minorar a deterioração da saúde física e mental e ações de proteção social).
Panamá	<i>Programa Especial de Asistencia Económica para los Adultos Mayores de 70 años o más sin Jubilación ni Pensión ("100 a los 70")</i>	2009	70 800 (2012)	19,0%	91 953 812 (2011)	0,29%	É um programa especial de transferências econômicas aos idosos (homens e mulheres), que consiste na entrega de 100 balboas às pessoas com mais de 70 anos que não recebem aposentadoria nem pensão. É um bônus bimensal.
Peru	<i>Pensión Mínima de Vejez</i>	2001	3 785 (2011)	0,1%	5 697 086 (2009)	0,004%	Esta pensão corresponde a um valor mínimo a que têm direito os trabalhadores peruanos que comprovem 20 anos de contribuições previdenciárias no sistema público ou privado de pensões e se dirige somente às pessoas com mais de 65 anos. As contribuições acumuladas na Conta Individual de Capitalização e Bônus de Reconhecimento devem ser calculadas com base na Remuneração Mínima Vital e, no caso de serem inferiores, a pessoa tem direito a optar pela pensão mínima.
	<i>Programa Nacional de Asistencia Solidaria "Pensión 65"</i>	2011 (2006)	25 902 (efetiva 2011)	0,9%	13 119 476 (orçamento 2011)	0,01%	É o sucessor do programa-piloto <i>Gratitud</i> , implementado nos últimos meses do segundo governo de Alan García (2006-2011). Busca apoiar a renda das pessoas idosas que se encontram em situação de pobreza extrema e começou a ser implementado nos departamentos de Amazonas, Ancash, Apurímac, Ayacucho, Cajamarca, Callao, Cusco, Huancavelica, Huanuco, Junín, La Libertad, Lima, Piura e Puno.
Uruguai	<i>Pensión no contributiva por vejez e invalidez</i>	1919	84 027 (2011)	13,2%	20 283 282 (2011)	0,04%	Este programa marca um importante precedente histórico para a formulação de sistemas inclusivos de proteção dos idosos. Tem por objetivo amparar economicamente toda pessoa que, por razões de idade ou doença, não pode gerar renda e carece de todo tipo de recursos para atender suas necessidades vitais. A população-alvo consiste em maiores de 70 anos e pessoas com deficiência sem renda própria. Em 2007 acrescentou-se a assistência à velhice, que consiste em uma ampliação da assistência aos maiores de 65 anos e menores de 70 anos que não contam com uma prestação da seguridade social.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Base de dados de programas de proteção social não contributiva [on-line] <http://dds.cepal.org/bdps/> [data de consulta: 9 de janeiro de 2013].

^a Indica o ano em que foi introduzido cada programa atualmente implementado. Entre parênteses se indica o ano em que foram introduzidos os programas anteriores no âmbito nacional.

^b Refere-se à cobertura e valor efetivo quando essa informação está disponível. Do contrário, corresponde à cobertura ou valor previsto no orçamento mais recente.

^c Refere-se à cobertura com respeito à população total de 60 anos ou mais. Alguns programas podem ter uma população-alvo de mais idade.

^d Em dezembro de 2012, o Governo do México anunciou que ampliaria o *Programa 70 y más* com o fim de garantir uma pensão básica universal para todos os maiores de 65 anos sem acesso a pensão ou aposentadoria (veja [on-line] http://www.sedesol.gob.mx/en/SEDESOL/Sintesis_Informativa?uri=http%3A%2F%2Fwww.SEDESOL.swb%23swbpress_Content%3A1826&cat=http%3A%2F%2Fwww.SEDESOL.swb%23swbpress_Category%3A1).

Neste informe se apresenta os avanços e brechas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na América Latina e no Caribe como ponto de partida para refletir sobre uma agenda ambiciosa de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. Em uma região de renda média, os limites de uma agenda de desenvolvimento centrada no crescimento econômico e na redução da pobreza monetária se analisam num contexto regional marcado pela desigualdade, a transição demográfica, a alta urbanização, a crescente insegurança e a vulnerabilidade frente à degradação do meio ambiente, a mudança climática e os desastres naturais. Para transitar a um modelo de desenvolvimento sustentável se propõe a mudança estrutural como caminho, as políticas públicas como instrumento e uma perspectiva de direitos que promova a igualdade e a sustentabilidade como valores subjacentes e como horizonte. A governança global para o desenvolvimento sustentável deve ser construída de modo que permita essa transição. O documento conclui com sete mensagens centrais para contribuir para a discussão sobre a agenda para o desenvolvimento pós-2015.



“O processo posterior a 2015 é uma oportunidade para iniciar uma nova era no desenvolvimento internacional –uma era na qual se erradique a pobreza extrema e alcancemos um mundo de prosperidade, sustentabilidade, equidade e dignidade para todos. Um mundo no qual todas as pessoas possam desenvolver suas capacidades. Um mundo de soluções inclusivas para o crescimento inclusivo. Um mundo em que a prioridade está nas necessidades das pessoas e de nosso planeta. Continuemos forjando juntos esse mundo e construindo o futuro que queremos”.

Palavras do Secretário-Geral Ban Ki-moon ante a Assembleia Geral sobre o *Informe del Grupo de Alto Nivel de Personas Eminentes sobre la Agenda para el Desarrollo después de 2015*, 30 de maio de 2013.



www.cepal.org/rio20